

MARIA DO SOCORRO PEREIRA DE ALMEIDA
SÉRGIO LUIZ MALTA DE AZEVEDO
(ORGANIZADORES)

DIÁLOGOS SOCIOAMBIENTAIS E PERSPECTIVAS CULTURAIS

 **SABEN**



O livro que apresentamos ao leitor é fruto de reflexões epistemológicas e empíricas. Trata-se de resultados de pesquisa, produções independentes e artigos que revelam a maturidade de pesquisadores que beberam em diversas fontes de conhecimentos. Ressaltamos, contudo, que o viés disciplinar, ainda tão arraigado na nossa maneira de produzir conhecimento científico, aparece na obra mais por convenção do que pela práxis do saber científico, ou seja, as diversas matrizes disciplinares acabam por intercambiar conhecimentos, para que elas próprias possam se retroalimentar como conhecimento integrador. Essa integração de conhecimentos é, portanto, exemplarmente desenvolvida pela orientação interdisciplinar em toda extensão do livro e os autores se somam a um amalgama de concepções e abordagens que, além de outras concepções e áreas de conhecimento participam também da Ecologia Humana, que aqui, é entendida em sua acepção mais ampla. Assim, os trabalhos não se vinculam a uma concepção particularista do conhecimento científico, estão colimados a uma visão integradora da ecologia do homem, do ambiente que o cerca e da percepção do sujeito social-cultural.

Maria do Socorro Pereira de Almeida
Sérgio Luiz Malta de Azevedo
(ORGANIZADORES)

DIÁLOGOS SOCIOAMBIENTAIS E PERSPECTIVAS CULTURAIS

1ª EDIÇÃO



PAULO AFONSO/BA

2016

DIÁLOGOS SOCIOAMBIENTAIS E PERSPECTIVAS CULTURAIS (2016)

CONSELHO EDITORIAL

- Dr. Juracy Marques dos Santos – Brasil (NECTAS/UNEB) – Editor-Chefe
Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida (UFAM/PPGAS)
Dr. Martín Boada Jucá – Espanha (UAB)
Dra. Iva Miranda Pires (FCSH-Portugal)
Dra. Maria Cleonice de Souza Vergne (CAAPA/PPGEcoH/UNEB)
Dra. Eliane Maria de Souza Nogueira (NECTAS/PPGEcoH/UNEB)
Dr. Jairton Fraga de Araújo (CAERDES/UNEB)
Dr. Fábio Pedro Souza de F. Bandeira (UEFS/PPGEcoH)
Dr. José Geraldo Wanderley Marques (UNICAMP/UEFS/PPGEcoH)
Dr. Paulo Magalhães - Portugal (QUERCUS)
Dr. Júlio Cesar de Sá Rocha (PPGEcoH/UNEB)
Dra. Flavia de Barros Prado Moura (UFAL)
Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo (PPGEcoH/UFC)
Dr. Ronaldo Alvim (UFS)
Dr. Artur Dias Lima (UNEB/PPGECOH)
Dr. Feliciano de Mira (PPGECOH)
Dr. Adibula Isau Badiu (Nigéria)
Dra. Alpina Begossi (UNICAMP)

COMISSÃO CIENTÍFICA

- Dr. Juracy Marques dos Santos (NECTAS/UNEB)
Dra. Ermelinda Maria Araújo Ferreira/UFPE
Dr. Lindemberg Medeiros de Araujo /UFAL
Dr. Hermes Magalhães Tavares/IPPUR
Dr. Sérgio Murilo Santos de Araújo/UFCG

REVISÃO

Maria do Socorro Pereira de Almeida e Sérgio Luiz Malta de Azevedo

IMAGENS

Autores

DIAGRAMAÇÃO

Ana Paula Arruda

CAPA

Alice Souza

EDITORA

SABEH

*“Só se pode viver perto de outro, e conhecer
outra pessoa, sem perigo de ódio, se a gente tem
amor. Qualquer amor já é um pouquinho de
saúde, um descanso na loucura.”*

(Guimarães Rosa)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCC

D536

Diálogos Socioambientais e Perspectivas Culturais / Maria do Socorro Pereira de Almeida, Sérgio Luiz Malta de Azevedo (organizadores). – Paulo Afonso, BA: SABEH – Editora da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana 2016.
348 p. il. : color.

ISBN: 978-85-5600-007-1

1. Ecologia Humana. 2. Geografia Humana. 3. Ecocrítica - Natureza. I. Almeida, Maria do Socorro Pereira de. II. Azevedo, Sérgio Luiz Malta de.

CDU 574.3(081.1)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 09

CAPÍTULO 1

**MEANDROS DISCIPLINARES: GEOGRAFIA COMO ECOLOGIA HUMANA,
GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A REGIÃO COMO ESPAÇO DE VIVÊNCIA**

A MODERNIZAÇÃO DA GEOGRAFIA COMO ECOLOGIA HUMANA 18

NILSON CORTEZ CROCIA DE BARROS

**DA PETROPOLÍTICA BRASILEIRA E A REORGANIZAÇÃO DA PETROBRAS: RAZÕES
PARA INVESTIGAÇÕES DO PRÉ-SAL** 38

MARIVAL MATTOS | ROSILENE DIAS MONTENEGRO

**MEANDROS DA ECOLOGIA HUMANA: CONTRIBUIÇÕES PARA O CONCEITO DE
REGIÃO COMO SUBJETIVIDADE(S)** 66

SÉRGIO LUIZ MALTA DE AZEVEDO

CAPÍTULO 2

PERSPETIVA CULTURAL-AMBIENTAL E CRÍTICA LITERÁRIA

**O RIO CHICO E OUTRAS ÁGUAS NAS TRAVESSIAS DE GRANDE SERTÃO:
VEREDAS** 93

MARIA DO SOCORRO PEREIRA DE ALMEIDA

NOS (ENTRE)MEIOS E (ENTRE)LAÇOS DE MANOEL DE BARROS E PATATIVA DO ASSARÉ: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO POÉTICA DO MEIO AMBIENTE 136

JORANAIDE ALVES RAMOS

CRÍTICA CULTURAL E ECOCRÍTICA: CENAS DE UMA ATUAÇÃO SUBVERSIVA 176

WELLINGTON NEVES VIEIRA

CAPÍTULO 3

ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL

PAULO AFONSO E O RIO SÃO FRANCISCO: O CAMINHO DAS ÁGUAS E DAS PESSOAS. 199

MARIA LÚCIA TEIXEIRA SANTOS | SÉRGIO LUIZ MALTA DE AZEVEDO

PAULO AFONSO/BA: ECOLOGIA DOS NOBRES E DOS POBRES 240

MARIA DO SOCORRO DA SILVA | SÉRGIO LUIZ MALTA DE AZEVEDO

ANÁLISE SOCIOESPACIAL DE ECOSISTEMAS URBANOS: ESPECULAÇÃO, SEGREGAÇÃO E VIOLÊNCIA URBANA EM PAULO AFONSO/BA 267

CARLOS MORAES JATOBÁ BARRETO JUNIOR | SÉRGIO LUIZ MALTA DE AZEVEDO

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DE ALUNOS E PROFESSORES DO COLÉGIO ESTADUAL POLIVALENTE DE PAULO AFONSO/BA: ACESSÓRIO OU NECESSIDADE? 290

ALDERISA LEITE LOPES | ELIANE MARIA DE SOUZA NOGUEIRA

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTONOMIA: ESTUDO DE CASO DA ALTERNATIVA RECICLAGEM DE PAULO AFONSO - ARPA, NORDESTE DO BRASIL 316

Francisco Alves dos Santos | Eliane Maria de Souza Nogueira | Aldo Carvalho da Silva | Geraldo Jorge Barbosa de Moura

Apresentação

O livro *Diálogos Socioambientais e Perspectivas Culturais* nasce da premissa de que os fenômenos não se estruturam separadamente. O conjunto de textos apresentado na obra é bom exemplo desse contexto. Apesar de os trabalhos possuírem autonomia autoral, se ligam pelo amálgama interdisciplinar, seja em sua perspectiva endógena, quando um campo de conhecimento intercambia, por empréstimo, saberes para que ele próprio possa inovar e se reproduzir enquanto campo de conhecimento, encontros saudáveis, mas nem sempre consensuais; seja pela interdisciplinaridade exógena, condição *sine qua non* do conhecimento científico que intercambia ideais, inovações, metodologias e epistemologias diversas.

Outra ponte de ligação intertextual apresentada nos trabalhos é a abordagem ambiental-cultural. Nessa perspectiva, a Ecologia Humana é o ponto de convergência, o

lugar do saber, no qual homem-natureza se fundem a ponto de essa integração ligar-se por uma intrincada rede de relações que se unem e se retroalimentam constantemente.

Dessa forma, a obra trata de um contexto que abrange as perspectivas socioambientais análises culturais, desenvolvimento regional e investigações vinculadas a esses temas sob a ótica de diferentes áreas como Ecologia Humana, Geografia, Literatura, História, Sociologia entre outras. Sua estruturação é em forma de temáticas que se apresentam integradas, objetivando colocar em diálogos, um leque de possibilidades de várias áreas do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar.

Assim, no primeiro texto, o professor Nilson Crócia com o artigo *A modernização da Geografia como Ecologia Humana*, expõe os meandros da experiência disciplinar da ciência geográfica na formação da Geografia moderna como Ecologia Humana.

O segundo texto, de Marival Mattos e Rosilene Dias Montenegro, intitulado *Petropolítica Brasileira e a Reorganização da PETROBRAS: razões para investigações do Pré-Sal*, se inclina para o debate sobre o capital intelectual, imagem e capital ético das grandes corporações, especialmente da Petrobras, já que esses temas estão ganhando corpo cada vez mais denso, no mundo acadêmico, e relevância na gestão socioambiental, no âmbito das grandes organizações empresariais.

O terceiro texto, de Sérgio Luiz Malta de Azevedo, tem como tema *Nos Meandros da Ecologia Humana: contribuições para o conceito de região como subjetividade(s)*. O autor procura explicitar algumas questões relacionadas a uma das

tantas ramificações dos estudos regionais que concebe a região a partir de critérios internos a sua própria constituição. Assim, a região, como critério de diferenciação dos lugares, é concebida como espaço de vivências, de percepções e subjetividades individuais e coletivas dos sujeitos.

A partir do quarto artigo, adentra-se na relação meio ambiente, cultura e literatura. O primeiro trabalho dessa seção é o de Maria do Socorro Pereira de Almeida, intitulado *O Rio Chico e outras águas nas travessias de Grande Sertão: veredas*, a autora procura observar a importância do elemento água na obra de Guimarães Rosa e discute por que esse elemento, nas suas inúmeras facetas, está sempre nos sentimentos e nas palavras do narrador, em especial as águas do “Rio Chico”. O trabalho fundamenta-se em estudos da crítica literária, da ecocrítica, perspectivas simbólicas e histórico-cultural sobre a relação homem-meio ambiente, para postular seus enunciados e reflexões.

Ainda nessa perspectiva, vislumbramos o trabalho de Joranaide Alves Ramos: *Nos (entre)meios e (entre)laços de Manoel de Barros e Patativa do Assaré: um estudo da percepção poética do meio ambiente*. A autora revela percepções e valores do meio através da poesia que parece estar diretamente envolvida com a terra; além de revelar um mundo interior de quem procura, eternamente, o meio ideal. O texto descortina também algumas ideias de Manoel e Patativa, coerentes e úteis no que concerne a debates sobre a crise ambiental, embora, nessas obras, a natureza valorizada não seja apenas aquelas

que os ambientalistas contemporâneos procuram proteger; além disso, evidencia-se também as (as)simetrias entre as poéticas dos dois autores.

Já o texto de Wellington Neves Vieira: *Crítica cultural e Ecocrítica: cenas de uma atuação subversiva*, tem como objetivo analisar o deslocamento da teoria Ecocrítica ao campo da Crítica Cultural, numa perspectiva de atuação subversiva. Assim, o autor, no primeiro momento, explora o sentido de uma prática crítico-cultural, abrangendo diversos contextos teóricos e críticos, e depois relaciona a ciência Ecocrítica ao campo da Crítica Cultural. Como resultado, ambos os campos mostraram-se estruturas semelhantes, primeiro por serem interdisciplinares e, segundo, por terem atuação de caráter subversivo.

Na perspectiva geográfica e historiográfico-cultural encontramos os artigos de Maria Lúcia Teixeira, Maria do Socorro da Silva, Carlos Moraes Jatobá Barreto Junior e Sérgio Luiz Malta de Azevedo, frutos de dissertações apresentadas no Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, da Universidade do Estado da Bahia.

No primeiro, *Paulo Afonso e o rio São Francisco: o caminho das águas e das pessoas*, os autores descrevem a formação do espaço regional do Rio São Francisco, em sua fase embrionária, mostram também processos técnicos e embates políticos que culminaram com a execução das obras, e, sobretudo, procuram cobrir uma lacuna na Ecologia Humana do Semiárido brasileiro, em particular, daquela porção cortada

pelo Rio São Francisco, a área que conhecemos hoje como região de Paulo Afonso.

Nessa perspectiva, o segundo texto, com o título *Paulo Afonso/BA - Ecologia dos nobres e dos pobres*, busca analisar a expansão urbana e os conflitos socioambientais nas ocupações nas margens do cânion do Rio São Francisco, na cidade de Paulo Afonso/BA. O trabalho tem como área de recorte espacial a citada cidade e sua história a partir da memória oral, principalmente de alguns moradores do bairro Vila Nobre.

O terceiro texto desta seção, *Análise socioespacial de ecossistemas urbanos: especulação, segregação e violência urbana em Paulo Afonso/BA*. Trata de evidenciar os conflitos desencadeadores em virtude da violência urbana e do uso inadequado de recursos ambientais, além de processos integrados, como a especulação imobiliária e a gestão pública, que geralmente, servem mais a interesses privados do que ao público. Nesse contexto, observa-se o bairro Prainha da Brita, no município de Paulo Afonso/BA, em seus aspectos socioespaciais mais relevantes, como o meio físico, domicílios, população residente, demografia, infraestrutura e indicadores de violência urbana.

Ressalta-se, ainda, o texto *A Educação ambiental na perspectiva de alunos e professores do Colégio Estadual Polivalente de Paulo Afonso/BA: acessório ou necessidade?* As autoras destacam a concepção e o papel da educação ambiental na escola Polivalente da rede estadual de Paulo

Afonso/BA, estabelecendo como viés dessa análise, o rio São Francisco como elemento fundamental da cultura ambientalista local, além de Identificar elementos que supõem, por parte de alunos e professores, uma relação de pertencimento com o meio ambiente, sentimentos em relação ao rio São Francisco e a importância do mesmo no ecossistema paulafonsino.

Por último, no campo da Economia Solidária e da Ecopedagogia, evidencia-se o texto de Francisco Alves dos Santos, Eliane Maria de Souza Nogueira, Aldo Carvalho da Silva e Geraldo Jorge Barbosa de Moura. Nesta pesquisa, os autores se empenham em demonstrar que é possível, em uma situação de vulnerabilidade humana, através da atividade de triagem de resíduos sólidos em ambiente organizado social e tecnicamente estruturado e em regime de uma economia solidária, (caso da Alternativa Reciclagem de Paulo Afonso - ARPA), melhorar a qualidade de vida dos sujeitos sociais envolvidos com o trabalho de separação de lixo, mediante recursos pedagógicos apoiados em pilares da educação tecnológica e política, pela democracia e ética. Dessa forma, propiciando, de maneira proativa, condições para uma reflexão sobre suas práticas em relação ao meio ambiente, quiçá rumo a um novo momento em suas vidas, um momento de inclusão e auto reconhecimento como sujeitos capazes de decidir sobre o próprio futuro com autonomia.

Assim, em meio a um contexto interdisciplinar, fundamentado num leque de possibilidades, ratifico o meu

comprometimento com a difusão da pesquisa, com a expansão das fronteiras do conhecimento e confiante de que todos terão momentos prazerosos e proveitosos de leitura.

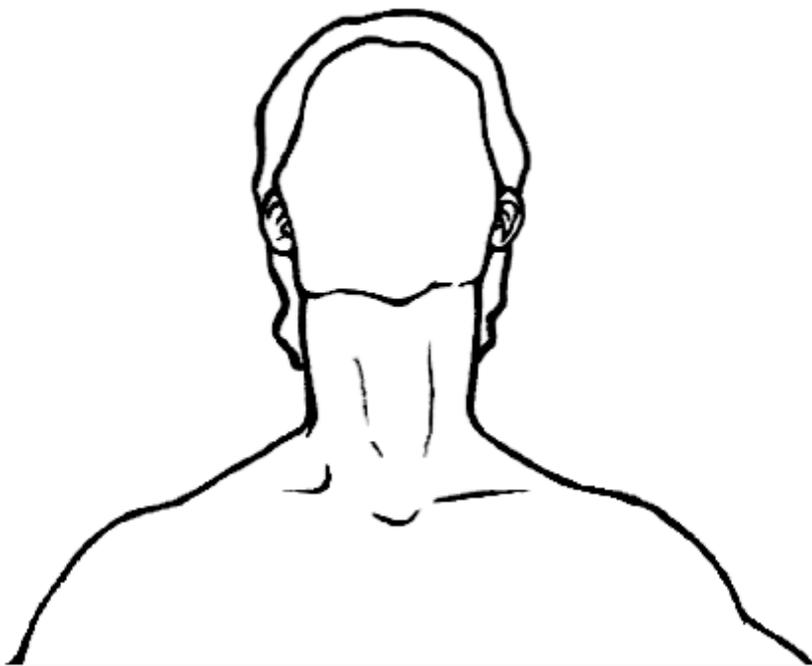
*Profa. Rosilene Dias Montenegro*¹

Campina Grande, 30 de Setembro de 2015

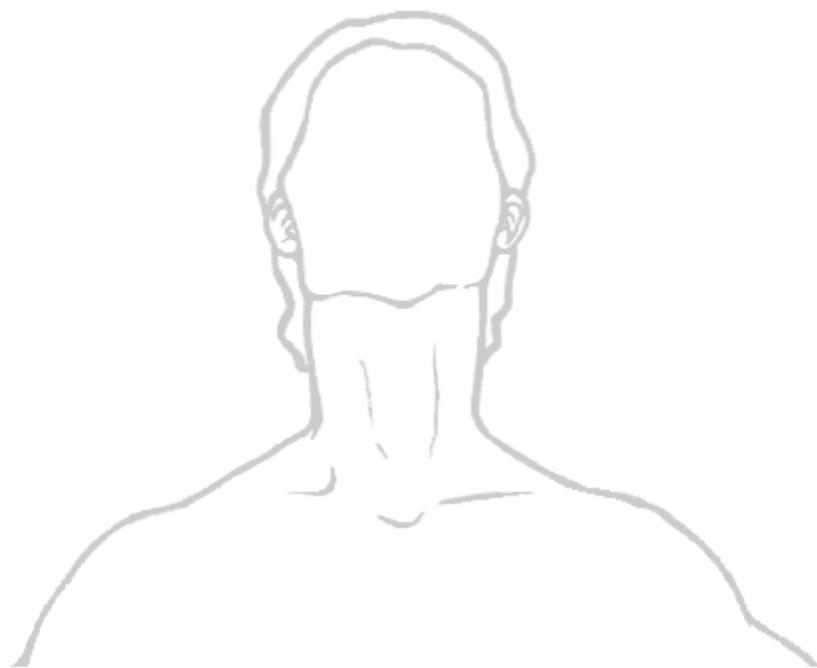
¹ Doutora em História. Professora de Graduação e Pós-Graduação em História, da UFCG e da Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Regional – NDER; Coordenadora do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande/PB; atualmente Pró-reitora de Extensão e Pesquisa da UFCG.

1

**MEANDROS DISCIPLINARES:
GEOGRAFIA COMO ECOLOGIA
HUMANA, GESTÃO
SOCIOAMBIENTAL E A REGIÃO
COMO ESPAÇO DE VIVÊNCIA**



MARIVAL MATTOS
NILSON CORTEZ CROCIA DE BARROS
ROSILENE DIAS MONTENEGRO
SÉRGIO LUIZ MALTA DE AZEVEDO



A MODERNIZAÇÃO DA GEOGRAFIA COMO ECOLOGIA HUMANA

*Nilson Cortez Crocia de Barros*¹

INTRODUÇÃO

Ao longo da sua história, a Geografia foi frequentemente confundida com o que no vocabulário filosófico grego tem-se como *physis*. A descrição dos lugares, por outro lado, se chamava *corografia*. Esta dualidade projetou-se do horizonte grego até os dias atuais. O objetivo central do presente trabalho é expor brevemente tal experiência disciplinar na formação da Geografia moderna como ecologia humana.

O trabalho entende as atitudes geral e regional como

¹ Professor de Geografia na Universidade Federal de Pernambuco. Endereço: UFPE, Dept. C. Geográficas, CFCH - 6º andar, cep 50.640-901, Engenho do Meio, Recife, Estado de Pernambuco, Brasil (f:55-81-21268275). E mail: nccrocia@ufpe.br.

expressões positivas das possibilidades metodológicas encontradas na Geografia e reconhece-as como componentes da tradição geográfica viva. O artigo está dividido em três partes: a primeira apresenta a contribuição de Varenius ao problema do regional e do geral na disciplina; a segunda aprecia o papel na formação da Geografia moderna das figuras de Malthus, Ritter, Humboldt; e a terceira parte lida com a contribuição de Ratzel, uma das personalidades responsáveis pela institucionalização. Seguem-se as Conclusões.

1 AS LEIS GERAIS E O ESPECIAL (COROGRÁFICO) NO AMBIENTE RENASCENTISTA

A passagem da Geografia do Renascimento para a da condição moderna é problemática. Entretanto, historiadores da Geografia apontam a obra *Geographia Generalis* (1664) de Bernardo Varenius como ponte entre os esforços do Renascimento e o caráter do Iluminismo. Coube a Varenius a tarefa de acreditar numa harmonia funcional para a tradicional justaposição, sob a palavra Geografia, do padrão metodológico descritivo (corográfico) e do padrão generalizador.

A obra de Bernardo Varenius – a *Geographia Generalis* (1664) – é reputada como passo decisivo na história do pensamento geográfico. A razão para isto é que ele não somente reconheceu a divisão entre a *physis* e a corografia, mas também, em reconhecendo tal cisão, refletiu sobre a mesma diante dos desenvolvimentos da astronomia. Observe-

se que, na época, o mundo dos Países Baixos – onde Varenius vivia – havia se tornado o grande centro europeu para os *physikóis*, especialmente Leiden para os astrônomos. As reflexões de Varenius levaram-no a propor uma harmonização funcional dos dois padrões metodológicos dentro da Geografia, como solução para o problema da dissociação.

Ele preservou a denominação *Geographica Generalis* já empregada por Apian, em 1524, para os trabalhos que produziam e reuniam as informações astronômicas e físicas na escala do globo terrestre. E, ao conjunto das práticas e produtos (descritivos) lidando ora com a parte natural ora cultural das regiões particulares (corografia), ele denominou de *Geographica Specialis*. Apesar das diferenças, ambas as atitudes, segundo Varenius, podiam e deviam equilibrar-se numa composição justificada racionalmente e harmoniosa, denominado a Geografia.

Na linguagem científica da época, sob forte influência teológica, a distinção das duas esferas componentes da Geografia era enunciada por Varenius do seguinte modo: a) os *trabalhos gerais*: compreendiam as leis astronômico-matemáticas do governo geral de Deus sobre o mundo, a dimensão do necessário, e: b) os *trabalhos especiais*: compreendiam as circunstâncias, a dimensão soteriológica, o espaço da moral, da providência (Livingstone, 1992, p.85). Varenius, ao seu modo e no seu tempo, lidava com o clássico problema que gregos, que IbnTufayal no Islã e tantos outros lidaram e que outros tantos lidariam no futuro.

A Geografia, neste momento, começou a recuar quanto às suas clássicas ambições astronômicas, chegou-se mais à superfície da Terra e manteve o nome. A proposta doutrinária da *Geographia Generalis* (1664), celebrada como obra prenúncio para o Iluminismo e o início da Geografia moderna, parte de um *physikói*, pois a obra é, aos olhos de hoje, astronômica (Livingstone, 1992, p. 86). Não obstante esta constatação, Varenius construiu uma ponte, pois argumentou que se submetesse a parte astronômica dos estudos geográficos aos interesses da interpretação dos fenômenos da porção terrestre (Humboldt, 1952, vol.1, p.48-49).

A permanência de Varenius na Holanda, segundo Humboldt (1952, vol.1, p.48; vol.2, pp. 451, 449), permitiu-lhe manter estreitos contactos com estudiosos e viajantes que acorriam a este centro cosmopolita dos negócios, da ciência e da cultura. A Universidade de Leiden, proeminente centro europeu no estudo da natureza e treinamento científico, dispunha das instalações conhecidas como *HortusBotanicus*, *TheatrumAstronomicum* e *TheatrumAnatomicum* (Matsuura, 2010, p.39, 158-9). Varenius encontrava-se num core imperial privilegiado cuja área de influência estendia-se do Ocidente ao Oriente, incluindo a porção litorânea situada ao nordeste da colônia lusitana do Brasil, ambiente tropical ocupado pelos holandeses de 1630-1654. Tal zona colonial foi figurada e estudada em várias localidades costeiras no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco, em Sergipe e na Bahia por artistas, cartógrafos e naturalistas trazidos pela Companhia das Índias Ocidentais, como Eckhout, F. Post e G. Marcgrave.

O *Atlas de Johan Vigboons* foi produzido no período, tendo o cartógrafo desenvolvido os mapas no seu ateliê, em Amsterdã, com base nas informações que lhe eram transmitidas pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (Galindo & Meneses, 2003). O realista relatório de Elias Herckmans, então governador da Paraíba, exemplifica o tipo de corografia produzida no mundo holandês da época de Varenius (Herckmans, 1982); realista ou naturalista ou factual, descrevendo o natural e o cultural, comparando positivamente – sem extrapolações teológicas – características das paisagens tropicais no Nordeste do Brasil e na África.

Talvez a maior repercussão da obra de B. Varenius para a formação da Geografia como ciência de padrão moderno derive do fato de que ele insistiu nas interinfluências entre os estudos gerais – a chamada Geografia geral ou das leis – e os estudos corográficos (Geografia especial). Varenius deplorava a cisão dos dois padrões de trabalhos geográficos, pois prejudicava, segundo ele, a necessária procura das relações causais entre os fatos. Reconhecia ainda que, nesta cisão, a Geografia geral vinha sendo sacrificada pela corografia.

Stoddart afirmou que a fixação de três atitudes no campo das ideias científicas ajudou a criar o Iluminismo e a emergência da Geografia moderna: o realismo descritivo, o método comparativo para desenvolver as explicações e a classificação sistemática dos materiais coletados (Stoddart, 1982, p.292-293). Tais atitudes podem ser identificadas na *geographicaspecialis* de Herckmans (1982) e na *physis* que George Marcgrave (Matsuura, 2010) trouxe a Pernambuco e Angola.

2 O PENSAMENTO GEOGRÁFICO GERAL EM MALTHUS, HUMBOLDT E RITTER

Malthus. Na época de Kant – o filósofo do Iluminismo que deu aulas de Geografia quando jovem e acreditou ver a humanidade perdendo as ilusões sobre si –, mencionar contribuições positivas e modernas para a compreensão do comportamento humano em relação ao espaço geográfico exige citar a tese de Thomas Malthus (1798) sobre a dinâmica das populações humanas (Malthus, 1798). O estudo de Malthus foi contribuição decisiva para a primeira formulação do pensamento geográfico moderno, isto é, para a formulação da Geografia como ecologia do homem. A partir de agora, a atenção se voltava para a superfície da Terra e sua ocupação humana, e a Geografia nos meios cultivados não se confundiria mais com astronomia.

Malthus produziu uma teoria de estilo positivo (*physis*) das relações entre o homem (a população) e o meio (Bailey, 2005, p.33). O que Malthus enunciou, recorrendo à linguagem matemática, foi uma lei da dinâmica ecológica, ao seu estilo, da população. O controle exterior ou positivo desta dinâmica far-se-ia, segundo ele, pelas propriedades da secção (região) do espaço geográfico onde a população habitava. Sobram provas que tal contribuição generalizante produziu consequências irrecusáveis na formação da Geografia moderna como ecologia humana, e é isto mais que suficiente para justificar a inscrição do seu nome ao lado de personalidades como Humboldt, Ritter e Ratzel.

As ideias de Malthus, vez que ele não teve atuação na institucionalização da disciplina, é que ajudaram a formar a Geografia moderna. É evidente que proposições de Malthus são reconhecíveis no discurso geográfico determinista que se propagará no final do século 19. Este discurso apoiava-se na noção de meio físico-biológico controlador das possibilidades humanas de progresso. Mas, a inquirição que aqui interessa refere-se ao modo como o conceito de meio migrou da biologia darwiniana para a Geografia da institucionalização.

O complexo processo se iniciou quando as reflexões de Malthus – sobre os limites impostos pelos meios geográficos à dinâmica das populações humanas –, décadas depois, exerceram sobre Darwin forte impacto. Entende-se isto: o estudo auxiliou o célebre biólogo na formulação da ideia dos mecanismos que produziram a diferenciação biológica. A sequência da influência malthusiana então desviou para dentro da Geografia que se institucionalizava, posto que Ratzel, um dos líderes da institucionalização da Geografia na Alemanha, havia recebido sua formação biológica em ambiente darwiniano (Barros, 2006 a, b). Adiante, na parte dedicada à Antropogeografia ou Geografia Humana ratzeliana, o assunto será examinado.

Humboldt. O barão Friedrich Wilhelm Karl Heinrich Alexandre Humboldt (1769-1859) foi uma das figuras arquetípicas do Iluminismo com pendor naturalista, certamente a de maior projeção. Aquele naturalismo do tempo de Varenius, expresso nos trabalhos dos artistas e cientistas levados por Nassau para o Recife, Pernambuco (Brasil), estava agora, século e meio depois,

armado de instrumentos. Humboldt viajava com cerca de cinquenta deles, os mais modernos. Humboldt preservou o caráter amplo da Geografia propugnado por Varenius e harmonizou conceptualmente a amplidão do mundo mediante a atualização moderna da proposta cosmográfica, o que nos faz lembrar, pelo menos, Filolau de Cróton. A cosmografia é uma espécie de filosofia (tipo *physis*) do globo (Capel, 1981, p.7-8; Livingstone, 2003, p.4) ou, nas palavras do próprio Humboldt, “o grande todo” (Humboldt, 1952, Prefácio, p.9, vol.1). Ela se constituiria numa espécie de religação de grande apelo mediante a qual a razão encararia a natureza.

Humboldt evidenciou as relações causais entre os geofatores através dos perfis continentais que traçou, consagrando uma técnica tornada essencial no treinamento dos geógrafos quando da institucionalização (controle termal, isolinhas) (Troll, 1968, cit. por Sarmiento, 2002, p.214; Rupke, 1999, p.336). Ele acreditava que a mente apresentaria uma tendência natural à generalização e o método era apenas a organização sistemática da inclinação do próprio espírito humano. Qual então seria o caminho metodológico proposto por Humboldt? Não o método corográfico, aquele que, segundo Kant, seria peculiar à Geografia e à história, e sim o procedimento geral adotado pelas ciências, o método comparativo: confrontar os fatos observados num determinado lugar com os fatos da mesma natureza em outros lugares do planeta; e então extrair as lições gerais ou válidas universalmente para aquele tipo de fenômeno ou relação natural.

A compreensão e a aplicação deste método, na opinião de Martonne (1953, p. 13, 18), representou a superação da barreira entre as descrições regionais e a Geografia Geral e, portanto, a fundação da Geografia moderna. O positivismo naturalista cultivado por Humboldt afastava-o do relativismo; era um positivismo naturalista tal como definido por Franz Boas ao fim do século 19: "*cada processo ou cada fenômeno que aparenta ser um conglomerado de irregularidades e incompreensibilidades para o observador... é por sua vez a ligação de uma longa cadeia*" (Boas, 1996). A historiografia, entretanto, não é unânime nos elogios a Humboldt quando o assunto é a sua contribuição ao campo corográfico ou regional, o que sugere-nos a lembrança da clássica dificuldade da harmonização – talvez mais aspiração que fato positivo – dos dois padrões.

Aos 25 anos de idade, Carl Ritter (1779-1859) publica o seu primeiro trabalho, *Europa: um Quadro Geográfico, Histórico e Estatístico*, um estudo de área no qual se move em meio a dilemas típicos da prática da regionalização: qual a melhor forma para identificar as diferenciações de área no continente europeu? Ele se perguntava: seriam os melhores marcos diferenciadores de área (regionais) na Europa aqueles decorrentes dos fatores naturais, ou mais adequado utilizar marcos político-administrativos? (Capel, 1981, p.42; Tatham, 1967, p.49). São reflexões como estas que posicionaram Ritter entre os precursores da Geografia com preocupações regionais. Contudo, embora tenha firmado seu nome no campo corográfico, Ritter também ousou doutrinar *physis* no sentido

de propagar o método comparativo, como se vê na sua obra *Introdução à Geografia Geral Comparada*.

Ritter apresentou, em estilo profético e doutrinário, uma espécie de quantificação aplicável à análise espacial do todo geográfico, modelo de *physis* das formações sociais-territoriais e suas possibilidades culturais em função da forma geométrica das respectivas bases físicas (continentes). A noção de estrutura espacial desenvolvida por Ritter, a partir da observação das massas continentais, para Nicolas-Obadia (1974, p.14), oferece um exemplo pioneiro de uso da abordagem espacial na História da Geografia moderna, embora existam controvérsias acerca de tal pioneirismo por conta da contribuição de Von Thunen (Capel, 1981, p.72).

A Europa, dizia-o Ritter, apresentaria a configuração que reunia “o mais perfeito equilíbrio e a melhor repartição das formas, fluídos e sólidos à superfície da Terra” (Ritter, 1974, p.115). A África, ao contrário, possuía a determinar-lhe o seu destino histórico exatamente o oposto: as piores condições geograficamente imagináveis (Ritter, 1974, p.114). Importante observar que o modelo de Ritter, espécie de Geografia geral sobre o mundo moral, repousa na ideia das possibilidades ou chances de interação social entre os povos: quanto maiores estas chances, mais positivo o porvir continental. Décadas depois, o difusionismo de Ratzel apoiar-se-á também nas chances de interação que as populações possuíam para daí imaginar-lhes as perspectivas de mudança cultural. Uma espécie de lei do progresso social.

3 A GEOGRAFIA CULTURAL OU ANTROPOGEOGRAFIA DE F. RATZEL

Foi na área de zoologia que Frederico Ratzel (1844-1904) recebeu o seu treinamento universitário, justo na época em que os ambientes de estudo na biologia achavam-se sob a influência expansiva das generalizações contidas na obra de Charles Darwin. É quando é exposto ao tema zoológico das migrações das espécies e suas adaptações aos meios.

Ratzel passou a exercer atividades jornalísticas de modo profissional e, aos 29 anos, iniciou a sua memorável viagem aos Estados Unidos da América e ao México (1873/5) com o suporte financeiro do jornal para o qual trabalhava. Para esta grande viagem o periódico liberou-o quanto ao que escrever, posto que até então seus escritos eram sobre os temas da natureza e, deixado tematicamente livre o que lhe chamou fortemente atenção foi a imigração dos chineses na costa oeste dos EUA.

Precisamente este interesse conduziu-o a escrever e publicar, em 1876, um trabalho sobre o tema, tornado sua tese de doutoramento ou habilitação ao ensino superior (Sauer, 1971, p.250). Mas Ratzel voltou também a sua atenção para a presença das populações de origem africana nas plantações de açúcar e algodão no sul dos Estados Unidos, assim como se interessou pela influência exercida pelos imigrantes germânicos na região do Meio-Oeste. As migrações dos povos com suas culturas e as reações e adaptações deles aos novos meios passaram a ocupar papel central nas reflexões de Ratzel,

tanto nos dois anos precedentes à sua ascensão à cátedra universitária de Geografia (Munique: 1875-86; Leipzig: 1886-1904), quanto posteriormente. Migrações era grande tema também dentro da Europa, especialmente aquela do campo para a cidade, como o mostra o estudo de Ravenstein (1980), *As leis da migração*, em 1885, sobre a Grã Bretanha.

O Novo Continente tornara-se um além-mar especial, espécie de laboratório para reflexões sobre cultura, migração, adaptação, diferenciação e progresso. O vendaval que se desencadeava no espaço americano decorria da colonização em massa, do choque com os aborígenes, da imigração volumosa e diversificada culturalmente (africanos, asiáticos, europeus e suas variações), da urbanização e industrialização aceleradas e do estrondoso progresso, e, sobretudo, por evidenciar a imensa capacidade de adaptação humana aos novos meios geográficos (Ratzel, 1988).

As discussões sobre a temática da evolução na antropologia e na biologia haviam se tornado muito importantes depois da publicação, em 1859, da *Origem das Espécies*, por Darwin (1962); a ecologia dava seus primeiros passos com Haeckel, e os etnógrafos lançavam-se pelo mundo na busca dos materiais para tipologizar evolucionariamente os grupos raciais e culturais. Este era precisamente o ambiente cultural e científico no qual se realizou a institucionalização da Geografia, institucionalização da qual Ratzel foi um dos líderes. Serão estas influências interdisciplinares, na opinião de Stoddart (1966), Claval (1974), Sauer (1971, p.245) e tantos

outros, decisivas na definição do pensamento geográfico de Frederico Ratzel, quer dizer, na definição da sua Geografia Cultural ou Antropogeografia.

Vindo da zoologia, Ratzel oferece uma estruturação à Geografia a partir da combinação dos conceitos e métodos da zoologia e da antropologia, recuperando tradições holísticas da disciplina, tarefa na qual a sua habilidade de comunicação jornalística certamente o ajudou. A proposta ratzeliana é essencialmente historicista posto que ela é uma exploração das razões das mudanças nos padrões culturais do espaço geográfico ao longo do tempo. Uma teoria do progresso ou da história humana vista como progressão adaptativa ao espaço geográfico (Barros, 2012).

A ideia de progresso (Bury, 1932), por então, impregnava mentes, e não lhe faltaram profetas. A proposição da sociedade evoluindo via três etapas – a teológica, a metafísica, e por fim, a positiva ou científica – advogada por Auguste Comte é parte integrante deste ambiente cultural (Lencioni, 2003, p.80-81; Bezzi, 2004, p.34-39), assim como o é a teoria do ciclo de Karl Marx, segundo a qual a sociedade partia do comunismo primitivo, cumpria etapas e, de certa forma, retornaria à origem por meio de um sistema político também científico, à semelhança do modelo de Comte. Havia uma teleologia secular emergente. No século XX, toda a Guerra Fria foi energizada pela mística do progresso, fosse econômico, social, político, cultural, ou até tudo ao mesmo tempo.

Ratzel, como outros dos seus contemporâneos,

acreditava que a capacidade de invenção humana era muito limitada e, por isto, o progresso dos grupos sociais advinha de fato das difusões a partir de uns poucos centros culturais (Morán, 1990, p.50,51). O meio biofísico exercia, sim, influência sobre o progresso, mas apenas na medida em que os seus elementos (rios, oceanos, montanhas, florestas, etc) favoreciam ou dificultavam o espalhamento das invenções entre as populações distribuídas no espaço geográfico.

O paradigma difusionista dominou a Geografia teórica e econômica que veio a tomar forma nos anos de 1950, com os seus sistemáticos estudos das centralidades e dos polos de desenvolvimento aplicados ora às chamadas paisagens avançadas ora às paisagens cujos líderes políticos aspiravam revolucionariamente o desenvolvimento. A Geografia assim instrumentalizada pela ideia mais geral da difusão do progresso mobilizou entusiasticamente e abriu espaços institucionais às classes médias, irrelevante a coloração de ideologia moderna que professassem os seus profissionais. A tarefa era o desenho estratégico e a operacionalização das ações imperiais da modernização ou mudança cultural através do planejamento econômico e territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia moderna como ecologia humana – tal como doutrinada por Barrows (1923), Brunhes (1962), La Blache

(1954) e tantos outros – foi sendo construída, do século 19 para o século 20, nas linhas do positivismo, isto é, com o amplo reconhecimento dos fatos externos (positivos) nas estruturações dos seus enunciados de verdade (Barros, 1993, 2008). As significações dos fatos observados pelas perspectivas teleológicas cristãs foram desaparecendo dos livros desde séculos antes, para desaparecer de vez com a escolarização estimulada pelos estados nacionais.

Na sua longa ontologia, a Geografia preservou e interconectou as duas grandes possibilidades metodológicas de apreciar as variedades fenomenológicas do seu espaço-objeto. A proposta de Bernardo Varenius consistiu em perseguir a harmonização das duas condutas, a geral e a descritiva – cujas origens confundem-se com as do pensamento humano – e denominar tal sistema cognitivo assim imaginado de Geografia.

A institucionalização da Geografia no ensino superior, na passagem do século XIX para o XX, fixou a primeira face da Geografia moderna, definida como Antropogeografia ou Geografia Cultural ou Geografia Humana. O modelo conciliava os estudos tópicos – aproximados do ponto de vista geral – com a dimensão corográfica mediante a convergência final e realista dos resultados obtidos de forma sistemática na síntese de área, como se esta fosse a secção do vértice do cone disciplinar. Produzia-se uma ecologia humana regional.

REFERÊNCIAS

AGNEW, J.; Livingstone, D.; Rogers, A. ed., **Human Geography: an essential anthology**, Blackwell Publishers, London, 1996.

AUFRET, S., “**Apresentação**”, in: Ibn Tufayl...op.cit, 2005.

BAILEY, A., **Making Population Geography**, Hodder Arnold, London, 2005.

BARROS, N. C. de, **Geografia Humana: uma introdução às suas ideias**, Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.

_____, “Especiação, Região, Progresso e Política Cultural na Antropogeografia de Frederico Ratzel”, **Geografia 31** (3): 455-467, Ageteo/Unesp, R. Claro, 2006a.

_____, “Império, burocracia e interdisciplinaridade como contextos da Antropogeografia de F. Ratzel”, **Geografia 31** (1): 185-198, Ageteo/Unesp, Rio Claro, 2006b.

_____, “Delgado de Carvalho e a Geografia no Brasil como arte da Educação Liberal”, **Estudos Avançados**, 62, pp.317-334, IEA/USP, S.Paulo, 2008.

_____, “Antropogeografia: ecologia, cultura e europeização”, **Revista de Geografia 29** (2): 25-33, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

BARROWS, H., “Geography as Human Ecology”, **Annals of The Association of American Geographers**, 13 (1): 1-14, 1923.

BEZZY, M., **Região: uma (Re)visão historiográfica – da Gênese aos novos Paradigmas**, Editora Universitária da U. Federal de S. Maria, R. G. do Sul, 2004.

BOAS, F., “The Study of Geography”, in: Agnew, L.; Livingstone, D.; Rogers, A. ed., **Human Geography...**, op.cit, pp. 173-180, 1996 (orig. publicado, 1887).

BRUNHES, J., **Geografia humana, Fundo de Cultura Econômica**, R. de Janeiro, 1962.

BURY, J., **The idea of progress**, MacMillan/Dover, New York, 1932.

CAPEL, H., **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea: una introducción a la Geografía**, Barcanova, Barcelona, 1981.

CLAVAL, P., **Evolución de la Geografía Humana**, Oikos-tau, Barcelona, 1974.

DARWIN, C. **The origin of Species by means of natural selection or the preservation of favoured races in the struggle for life**, Collier Books, London, 1962.

DUNBAR, G. ed., **Geography: discipline, profession and subject since 1870 – an international survey**, Kluwer Academic Publishers, The Netherlands, 2001.

GALINDO, M. & Menezes, J. L. org., **Desenhos da Terra: Atlas Vingboons**, Instituto Cultural Bandepe/Banco Real, Recife, 2003.

HERCKMANS, E., **Descrição geral da Capitania da Paraíba, União**, J. Pessoa, 1982.

HUMBOLDT, A., **Cosmos: a sketch of a Physical description of the Universe**, 4 vols, Henry G. Bohn, London, 1952.

IBNTUFAYL, Muhammad ibn 'Abdal-Malik (1105-1186)., **O filósofo autodidata**, Editora da Unesp, São Paulo, 2005. (tradução por Isabel Loureiro)

LA BLACHE, P., “Significado e objeto da Geografia Humana”, in: ___. **Princípios de Geografia Humana**, Cosmos, Lisboa, 27-45, 1954.

LENCIONI, S., **Região e geografia**, Edusp, São Paulo, 2003.

LIVINGSTONE, D., **The Geographical Tradition**, Blackwell, London, 1992.

_____., **Putting Science in Its Place**, University of Chicago Press, 2003.

LIVINGSTONE, D. &Whiters, C. eds., **Geography and Enlightenment**, University of Chicago Press, 1999.

MALTHUS, T., **Primer Ensayo sobre la población**, Alianza Editorial, Madrid, 1798. (Impressão de 1970, com prólogo de J. M. Keynes: Robert Maltus (1766-1834): El primer economista de Cambridge).

MARTONNE, E. de, **Panorama da Geografia**, Editora Cosmos, Lisboa, vol.I, 1953.

MATSUURA, O., **O observatório no telhado**, Companhia Ed. de Pernambuco, Recife, 2011.

MORÁN, E., **Ecologia humana das populações da Amazônia**, Vozes, Petrópolis, 1990.

NICOLAS-Obadia, G., “Introdução”, in: Ritter, op.cit., 5-32, 1974.

RATZEL: **coletânea, org. e notas por A.C. Morais**, Ática, São Paulo, 1990.

RATZEL, F., **Sketches of Urban and Cultural Life in North America**, Rutgers University Press, New Brunswick, 1988. (originalmente publicado em 1876).

RAVENSTEIN, E., “As leis da migração”, in: **Moura, H. org., Migrações Internas: textos selecionados**, BNB, volume 1, pp.23-88, Fortaleza, 1980. (originalmente publicado em 1885).

RITTER, C., “**Introducción à la Géographie Generale Comparée**”, **Cahiers de Géographie de Besançon**. spéciale 22, 1974. (originalmente publicado em 1852).

RUPKE, N., “A Geography of Enlightenment: the critical reception of Alexander von Humboldt's Mexico Work”, in: **Livingstone, D. & Withers, C. ed., Geography and Enlightenment**, op.cit, pp.319-344, 1999.

SARMIENTO, F., “Anthropogenic change in **the landscapes of highland Ecuador**”, **Geographical Review**, 92(2): 213-234, 2002.

SAUER, C., “The formative years of Ratzel in **the United States**”, **Annals of The Association of American Geographers**, v. 61, n.2, p. 245-254, 1971.

STODDART, D., “Darwin’s impact on Geography”, **Annals of The Association of American Geographers**, v. 56, 683-689, 1966.

_____, “Geography—an European science”, **Geography**, v,67, 289-296, 1982.

TATHAM, G., “Geography in the Nineteenth Century”, in: Taylor, G. ed., **Geography in the Twentieth Century...**, 28-69, chapter II, op.cit., 1967.

TAYLOR, G. ed., **Geography in the Twentieth Century: a study of growth, fields, techniques, aims and trends**, Methuen, London, 1967.

TROLL, C. ed., **Symposium on the Geo-Ecology of the Mountainous Regions of The Tropical Americas**, Dümler in Kommission, Bonn, 1968, cit. por Sarmiento, op. cit.

VARENIUS, B., **Geographia generalis**, Officina Elzeviriana, Amstelodami, 1664.

DA PETROPOLÍTICA BRASILEIRA E A REORGANIZAÇÃO DA PETROBRAS: RAZÕES PARA INVESTIGAÇÕES DO PRÉ-SAL

Marival Mattos¹

Rosilene Dias Montenegro²

INTRODUÇÃO

A PETROBRAS desde a sua criação sempre se defrontou com enormes desafios tecnológicos e políticos. Superou todos. Atualmente a situação não é muito diferente. Inegavelmente a empresa está atravessando uma quadratura difícilíssima de ser

¹ MsC Economic - UFBA. PhD – ULHT/Portugal.

² Doutora em História. Professora da Graduação e Pós-Graduação em História da UFCG e da Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Regional – NDER; Coordenadora do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande; atualmente Pro-Reitora de Extensão e Pesquisa da UFCG.

vencida. As esperanças para a recuperação do valor de mercado e da imagem da maior estatal brasileira estão no trabalho dos seus empregados honestos e na inteligência administrativa e contábil do atual presidente Aldemir Bendine que, a nosso ver, deve fazer valer o código de ética, afastando os corruptos e corruptores da empresa. E, do outro lado, os empregados precisam reagir proativamente para retirar a Organização do abismo em que se encontra e demonstrar que o seu capital intelectual e a inteligência econômica estão vivos, reposicionando a empresa no caminho da lucratividade e, mais do que isso, mostrar que são éticos e que estão atentos às ameaças internas e externas. Sobretudo as ameaças externas que podem transformar em pó as ações da empresa negociadas nas bolsas de valores dos principais países para depois fazer renascer das cinzas uma nova empresa totalmente dominada pelo capital externo.

Para evitar a venda da PETROBRAS e atingirmos os seus objetivos estratégicos, em primeiro lugar, está sob o alcance da petropolítica brasileira a reedição do monopólio estatal do setor petróleo. Em segundo lugar, para reverter a imagem da empresa e conquistar um novo valor de mercado faz-se necessário reposicionar o capital intelectual ou massa crítica, inteligências, conhecimentos e competências específicas numa *práxis* permanente da ética corporativa sem a qual a organização poderá passar por um processo de entropia e desaparecer do mapa. Nesta perspectiva, observamos que a temática e o debate sobre o capital intelectual, imagem e

capital ético estão ganhando corpo cada vez maior no mundo acadêmico e relevância no âmbito das grandes organizações empresariais e políticas. Este artigo desdobra-se em três enfoques. Inicia-se com uma breve descrição sobre a criação da PETROBRAS. O porquê e o para que foi criada? Um enfoque sobre os atuais desafios do capital intelectual, sobretudo do capital ético da Organização para superar os seus antagonismos internos e externos, e um terceiro ponto que pretende discernir sobre a extensão das investigações do Petrolão, abrangendo o Pré-Sal com foco especial sobre a entrega do campo de Libra ao que seguem as conclusões.

1 OS DESAFIOS DO CAPITAL INTELECTUAL DA PETROBRAS E A SUPERAÇÃO DOS ATUAIS ANTAGONISMOS

É de domínio público que conhecimento³ é poder. Palavras de Francis Bacon em suas Meditações. E de Thomas

³ Formulador de método científico, baseado na indução e na dedução, Francis Bacon (1561-1626) foi um dos primeiros a distinguir o conhecimento científico e outros tipos de conhecimento. Autor da frase "conhecimento é poder", defendeu o método científico e o uso do conhecimento para aumentar os bens do homem. "O conhecimento é em si mesmo um poder." - *Nam et ipsa scientia potestas est.* - Francis Bacon; "*Meditationes Sacrae*" (1597), "*De Hæresibus*". Em o *Leviatã* de Hobbes não só o conhecimento é poder, mas também o sucesso é poder, a reputação é poder, a nobreza é poder (não em todos os lugares), a eloquência é poder, a beleza é poder, também a riqueza aliada a liberalidade é poder, o Estado é poder, e às ciências são um pequeno poder, porque não são eminentes, e conseqüentemente não são reconhecidos por todos. E só são algum poder em muitos poucos, e mesmo nestes apenas em poucas coisas. Porque é da natureza da ciência que só podem compreendê-la aqueles que, em boa medida, já a alcançaram (Hobbes, 1979, pp.53-54)[*Leviatã*, Capítulos IX e X].

Hobbes em seu *Leviatã*. Mesmo considerando a indústria de petróleo um ramo da economia mundial, já com elevada idade de maturação, empresas como a PETROBRAS podem ser definidas como redes de conhecimentos e inteligências, dado que são movidas por exigências microeconômicas de economias de escala e acesso a grandes volumes de capitais e tecnologias avançadas, aplicadas na produção, em escala técnico-econômica, de muitos produtos que envolvem um conjunto de engenharias complexas para serem processados e especificados. Este conjunto de conhecimentos e competências específicas, seja no setor petróleo ou em outro ramo industrial, é conhecido no mundo acadêmico como capital intelectual. Uma expressão que abrange um conjunto de outras expressões que são classificáveis ora como capital intangível, ora como capital tangível, sendo este último, na verdade, uma projeção do primeiro. Enquanto o intangível é o capital intelectual produzido a partir de uma enorme massa de conhecimentos científicos, o capital tangível é o capital físico técnico-científico ou estrutural.

Nas organizações empresariais o capital intelectual é expresso por capitais de natureza científica e técnico-científica ou tecnológica e por capitais de natureza econômica e política: capital político, estratégico, inteligência econômica e administrativa, capital inovativo, capital de clientes e fornecedores e por capitais de natureza jurídica, capital jurídico-contábil, etc.. O segmento do capital tangível origina-se a partir do capital científico, técnico-científico, capital de processo, organizacional e inovacional, entre outros, os quais também são

expressões do capital intelectual. Nesta perspectiva, portanto, o capital tangível não é mais nem menos do que um espelho do capital intangível seguindo a tese da relatividade.

O capital jurídico-contábil foi o primeiro instrumento para o Brasil salvar os seus interesses e neutralizar os antagonismos políticos e econômicos que se manifestavam contrários à edificação de uma legislação nacional com barreiras à entrada ao capital estrangeiro a partir das décadas de 20 e 30, período em que o Brasil começava a despertar para moldar a sua própria indústria petrolífera. Ou seja, foi uma legislação nacionalista que procurou preservar os interesses mineralógicos do país. Neste sentido, a reforma da Constituição Federal, em 1926, e o Código de Minas, instituído em 1934 e as legislações subsequentes, a Carta Constitucional de 1967 semi-outorgada pelos Militares e a Constituição Federal de 1988 foram peças-chave para proteger as riquezas do subsolo nacional como propriedade da União.

Assim, em termos estritamente jurídicos o capital jurídico-contábil reside no conhecimento e na observação das formalidades legais atinentes a legislação societária prevista no nosso ordenamento jurídico. Em especial, em se tratando de Sociedades Anônimas, o capital jurídico-contábil diz respeito ao cumprimento jurídico em obediência ao disposto pelas Leis n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas ou Lei das Sociedades por Ações) e à nova Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404) e à Lei n.º 10.406/02 (Novo Código Civil Brasileiro e suas atualizações).

Um grande passo em termos de avanço da segurança jurídico-contábil das firmas de capital aberto no Brasil foi a aprovação da Lei nº 11.638/2007 e o consequente alinhamento com o IFRS, (*International Financial Reporting Standards*), o COSO – *The Committee of Sponsoring Organizations*, o COBIT – *Control Objectives for Information and Related Technology* e com a SOX- Lei Sarbanes – Oxley. O IFRS é utilizado em mais de 100 (cem) países e incentiva o ingresso de capital estrangeiro pelo fato de proporcionar maior transparência e segurança nas operações financeiras.

A SOX – Lei Sarbanes–Oxley, apesar de ser uma lei dos EUA, promulgada em 30 de julho de 2002, apresenta grande impacto na PETROBRAS e tem o objetivo de nortear a visibilidade dos investidores em relação à exatidão e confiabilidade das informações financeiras divulgadas pelas firmas que tem ações negociadas na NYSE. Há também a necessidade de obediência ao disposto pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis que é o órgão que desempenha a função de emitir normas contábeis em consonância com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*) bem como obediência às Instruções Normativas da CVM⁴ além de uma extensa legislação que regulamenta a atividade petrolífera no Brasil.

⁴ A CVM foi criada pela Lei Federal nº 6.385, de 7-12-76, como órgão de administração direta do país, vinculada ao Ministério da Fazenda. Funciona como um órgão fiscalizador do mercado de capitais no Brasil, e corresponde à SEC - *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos. A SEC foi criada em 1934 após a quebra da bolsa de Nova York (1929), visando estabelecer a confiança dos investidores, e é um órgão que monitora a SOX e as regras de governança corporativa aplicáveis dentro e fora mercado norte-americano.

O segundo capital importante para a preservação dos interesses nacionais no setor petróleo, foi o capital político existente à época, fruto do despertar de uma consciência nacional, notadamente do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) que mobilizou o país em direção ao nacionalismo econômico contrário à exploração do petróleo mediante a atração de capitais estrangeiros. O terceiro capital diz respeito ao capital estratégico edificado, graças ao poder militar e a visão geopolítico-estratégica de longo prazo de alguns militares que vislumbraram o setor petróleo como a oportunidade histórica para o Brasil deixar o caminho da servidão e industrializar-se.

O quarto capital importante - para a preservação dos interesses nacionais no setor petróleo - é de natureza econômica e diz respeito não só ao acesso e geração de massa monetária para a alavancagem dos investimentos, mas também relaciona-se à inteligência econômica, entendida como Inteligência Competitiva ou Capital Competitivo.

O quinto capital é representado pelos saberes científicos e técnico-científicos, o *Know-How*, isto é, o capital tecnológico e estruturante, adquirido a partir do conhecimento e experiências originalmente do exterior, notadamente dos Estados Unidos.

O segmento de natureza tangível diz respeito ao capital físico, isto é, às instalações, plantas industriais, frota marítima, plataformas *offshores*, etc., que são dimensionadas e nascem a partir de projetos orientados por um capital técnico-científico, também inicialmente oriundos do exterior. Estes, os grandes

pilares do capital intelectual que nortearam a política do petróleo em nosso país a partir dos quais nasceram e continuam nascendo as ideias, os projetos e as leis que os regem proporcionando a segurança jurídica.

Portanto, no Brasil, a ideia da criação de instrumentos tangíveis para a execução da política do setor petróleo foi materializada com o apoio de bandeiras nacionalistas e a defesa dos militares que se contrapunham aos antagonismos, para que o Brasil não permanecesse sem uma indústria petrolífera e em tudo, dependente dos Norte-americanos. Nesse sentido, o Presidente Getúlio Vargas, tanto no primeiro quanto no segundo mandato, exerceu papel preponderante na defesa dos interesses do povo brasileiro. No Brasil, política do petróleo, Getúlio Vargas e o seu Testamento estão interligados. Tanto é assim, que, do ponto de vista técnico-científico, político e estratégico, o primeiro órgão que fez nascer as esperanças de se encontrar definitivamente petróleo em solo brasileiro foi o CNP – Conselho Nacional do Petróleo, criado, em 1938, mediante Decreto Lei 395/1.938 assinado por Getúlio Vargas. E, depois, em 1953, Getúlio Vargas, em uma só cartada, instituiu o monopólio do petróleo e criou a PETROBRAS através da Lei 2004/1953.

Deste modo, os primeiros instrumentos técnicos resultantes da combinação do capital político, econômico, jurídico e ao mesmo tempo de natureza estratégica foram o CNP –, o monopólio estatal do petróleo que funcionou como proteção à indústria nascente entre 1953 até 1995 e a criação da PETROBRAS (Lei 2004/1953) empresa que tinha como objetivo

executar tão somente a Política Nacional do Petróleo. O CNP foi preservado durante a criação da PETROBRAS para articular e formular as diretrizes da política setorial até 1997, sendo substituído pela Agência Nacional de Petróleo de regulação do setor (ANP⁵) - e pelo novo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que fora criado pela mesma lei que criou a ANP, Lei 9.478/1997, para formular as diretrizes de políticas do setor petrolífero na gestão do governo FHC.

Em 2010, no final do governo Lula, foi instituído um novo marco regulatório para exploração do Pré-Sal que alterou alguns pontos da Lei 9.478/97, através da Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010, a qual, em conjunto com a Lei 12.304, de 2 de agosto de 2010, instituiu a PPSA⁶ como novíssima empresa do novo marco regulatório de Partilha do Pré-Sal para, entre outras funções, administrar as reservas petrolíferas e conferir a contabilidade de todas as consorciadas. Um Fundo Social também foi criado pela Lei nº 12.351/2010. O referido fundo receberia parcela dos *royalties* e da participação especial destinada à administração direta da União pelas empresas concessionárias que operam nos blocos do Pré-Sal que já foram licitados. O Fundo administraria estes recursos de modo a investir em programas e projetos de desenvolvimento social e regional e de combate à pobreza. Antes, em 2008, fora criado o Fundo Soberano do Brasil pela Lei 11.887/2008.

⁵ Vide Lei 9.478/97, ou Lei do Petróleo, que regulamentou a flexibilização e criou a Agência Nacional do Petróleo (ANP), <http://pt.scribd.com/doc/49091783/Historico-da-legislacao-brasileira-sobre-o-petroleo>. Acesso em: 21.12.12.

⁶ Vide a Lei http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12304.htm. Acesso em: 21.12.12.

Além dos capitais supracitados, nenhuma organização empresarial sobrevive sem capital ético. Apesar da existência de um código de ética interno divulgado na empresa desde os anos 90, como referência para as práticas gerenciais, sabe-se que na PETROBRAS a maior parte das decisões do *Staff* nem sempre foi pautada com respeito ao capital ético e, acima de tudo, ao povo brasileiro.

A palavra ética deriva do grego *ethos* e significa o caráter e maneiras de ser de uma pessoa, ou grupos, segundo os valores e princípios morais convencionados entre os próprios homens que passaram a guiar o comportamento social a partir do momento em que se organizaram em sociedade. Aristóteles, em *Ética a Nicômaco*, descreve que a vida consagrada ao ganho é uma vida forçada, e “a riqueza não é, evidentemente, o bem que devemos procurar: é algo de útil, nada mais, e ambicionado no interesse de outra coisa” (1979, p.52)⁷. A felicidade e uma vida virtuosa, segundo Aristóteles, são bens supremos, pois um homem feliz, dotado de sabedoria prática, age bem, delibera bem acerca dos meios para atingir os fins de acordo com a reta razão, e a reta razão é o que está em consonância com a sabedoria prática e ética (Aristóteles, 1979, p.52).

A falta de ética na petropolítica brasileira pode ser comparada à semelhança da antiética entre os homens, ilustrada por Aristófanes - 380 a.C. - em *O Plutos*, um deus grego da riqueza. A peça, uma comédia satírica contra a política e a mercancia

⁷ *Ética a Nicômaco*, Livro I – Aristóteles, 1979.

ateniense da época, retrata como o homem sempre se deixou guiar pela ética dos homens deuses. Aristófanos põe em cena o deus da riqueza, que tornado cego por Zeus, distribuiu as suas liberalidades aos homens maus, em vez de aos homens honestos. Estes levam-no a um templo cujo deus lhe restitui a vista. Mas daí resultarão grandes perturbações: - um sicofanta⁸ vem gritar que está arruinado; uma velha perdeu o amante que tinha por conta; Hermes, deus do comércio, já não recebe ofertas dos fiéis e tem de ganhar a sua vida como ajudante de cozinha; os sacerdotes perderam o seu ganha-pão porque já se não oferecem sacrifícios aos deuses... Portanto, esta peça do início do século IV a.C mostra como se manifesta a oposição entre o bem e o amor ao dinheiro. “O amor ao dinheiro e a riqueza, são, em verdade, poderes opostos ao bem” (Denis, 1978, p.19). Não é que o dinheiro seja um mal em si mesmo, segundo a ética judaico-cristã, mas o amor ao dinheiro e a forma de seu uso⁹.

Entendido como uma das principais expressões do capital intelectual, o Capital Ético ou Reputacional deveria nortear as atividades e a condução da política dos negócios nas Organizações. Em tese, uma firma quando nasce é concebida como um nexo de *public relations* e diversidade de capital intelectual, onde o Capital Ético, em princípio, deveria entrar como uma espécie de bússola orientadora da permanente viagem da firma no espaço do *ethos*, ou, em que o próprio *ethos*, tal como escreveram Domingues (1999, p.87) e Vaz (1988)

⁸ Sicofanta (Homem enriquecido às expensas do povo (Denis, 1978, p.19)).

⁹ 1TM. 6:10; Colossenses 3:5-6; Provérbios 22:1 e 28:6 e 11:28.

deveria ser “a casa do homem, um espaço humano não só dado ao homem, mas por ele construído ou incessantemente reconstruído” (Vaz, 1988, pp.12-13; Domingues, 1999).

No Brasil a PETROBRAS, buscando espelhar-se a partir de uma ética de princípios e de responsabilidade social, organizou seu código de ética corporativo para regular a conduta na política dos seus negócios. Porém, como é que se pode confiar na ética de uma firma, onde alguns dos seus principais diretores e gestores estão presos, condenados por práticas empresariais ilícitas num escândalo financeiro, de tal monta, que compromete a imagem e o valor de mercado da empresa¹⁰ que até então, boa parte da sociedade brasileira pensava que fosse irrepreensível na conduta de sua missão Constitucional. E mais! Como se pode acreditar em códigos de éticas numa ANP – Agencia Nacional do Petróleo que entrega, via falsos leilões, os campos de petróleo brasileiros aos estrangeiros, descobertos pela PETROBRAS.

As investigações da Operação Lava-jato, em curso no Brasil, estão demonstrando que as decisões da petropolítica brasileira, desde o viés da legislação até a assinatura de instrumentos contratuais de grande monta, na sua grande maioria, apresentam-se maculadas pela corrupção e desvios de finalidade, praticados sob a influência de políticos, empresários poderosos, diretores, gestores e empregados ora da própria

¹⁰ A PETROBRAS foi considerada, em 2009, a 4ª mais respeitada (Capital Reputacional) e maior empresa no *ranking* das 200 grandes do mundo. A Pesquisa é do "Reputation Institute" que ouviu 75 mil pessoas e instituições em todo o planeta. Também em 2009 foi divulgado pelo Pacto Global da ONU que o Balanço social e ambiental da PETROBRAS foi notável. Essa rede internacional que trabalha a responsabilidade social ouviu 3.800 participantes em 100 países.

PETROBRAS ora da Agência Nacional de Petróleo. Uma dessas decisões foi a licitação internacional em outubro/2013 para a entrega do Campo de Libra que fora fatiado entre a francesa Total (20%), a anglo-holandesa Shell (20%) e as estatais chinesas CNPC e CNOOC (10% cada) ficando a nação brasileira, através da PETROBRAS, apenas com 40%. São irregularidades seculares denunciadas desde Monteiro Lobato (1936) no livro *O Escândalo do Petróleo*.

Um crime de lesa-pátria que entrega uma fortuna bilionária ao capital estrangeiro em que a compra da Refinaria de Pasadena (EUA), montagem do COMPERJ (Rio de Janeiro) e da Refinaria Abreu e Lima no Estado de Pernambuco, contratações de plataformas, etc. são patacas, de pouca monta se comparado a grande fortuna que representa o Pré-sal. E por que? Por que a NSA – Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos pratica crimes cibernéticos, espionando o governo brasileiro e, em especial, os dados sigilosos da PETROBRAS e sua rede privada de computadores? Por que as pesquisas e dados técnicos-científicos considerados informações confidenciais relativas ao gigantesco Campo de Júpiter¹¹ – uma bacia de gás & óleo com reservas que podem ascender aos 30 bilhões BOE¹² – foram roubados pela Halliburton¹³ em 2008?

¹¹ Atualmente na lista de ativos para serem vendidos <http://www.petronoticias.com.br/archives/69181>. Acesso em: 7.8.15

¹² BOE – Barris de óleo Equivalente que inclui Petróleo e gás.

¹³ Os contratos de grande monta governamentais nos EUA são assinados pelo Pentágono e a Halliburton e intermediados pelo Corpo de Engenheiros do Exército ou da Marinha Norte-americanos, sob a modalidade LOGCAP - *Logistics Civilian Augmentation Program* em ação pelos serviços de logística e privatização do Pentágono desde 1985.

Os nossos grandes campos de petróleo *offshore*, ao invés de serem acrescentados às reservas provadas nacionais, continuam sendo doados – sob a aparência da legalidade, via leilões – aos estrangeiros – em prejuízo do bem estar do povo brasileiro. Se a petropolítica brasileira continuar permitindo a entrega dos maiores campos de petróleo & gás do Pré-sal, e isto pode acontecer se o arcabouço jurídico atual (Lei 9.478/97 e a Lei 12.351/2010) continuar vigentes, permitindo a perniciosa política de expatriação do nosso petróleo, em um momento de descobertas extraordinárias auto-financiáveis – a risco zero – e, portanto, sem justificativas técnico-econômicas para a manutenção do atual marco regulatório, principalmente o regido pela Lei 9.478/97. A simulação, conforme a Tabela 1 seguinte nos mostra porque há tanto interesse em desbancar a PETROBRAS do Pré-sal.

Tabela 1: Produção e exportação de petróleo. Milhões de barris / dia. Cotação média por barril, variando entre US\$ 50 a US\$ 250. Fonte: O Autor (2015).

Ano	Produção			Exportação				
	Diária	Diária	Annual	Barris /Ano				
	Mb	Mb	Mb	50/bl	100/bl	150/bl	200/bl	250/bl
2015	1,0	0,5	182,5	9,125	18,250	–	–	–
2020	2,4	1,0	365,0	18,250	36,500	54,750	–	–
2024	4,5	2,5	912,5	45,625	91,250	136,875	182,500	–
2028	10,0	8,5	3,102	155,100	310,200	465,300	620,400	775,500
2032	13,0	12,0	4.380,0	219,000	438,000	657,000	876,000	1.095,00

Estima-se o volume do Campo de Libra entre 12 a 15 bilhões de barris. Se o preço do barril ficar nos atuais US\$ 50 o valor do campo oscilará entre 600 a 750 bilhões de dólares. Se o preço voltar ao patamar de US\$100 o valor do campo poderá variar entre 1,2 trilhão a 1,5 trilhão de dólares. O problema é que o volume total do Pré-Sal pode chegar a 300 bilhões de barris, dos quais 60 bilhões já foram descobertos pela PETROBRAS –. Logo, 300 bilhões de barris a US\$100/bbl = 30 trilhões de dólares – riqueza duas vezes maior do que o PIB dos EUA. Razão da cobiça do capital internacional.

Com efeito, a geopolítica mundial sinaliza para novos avanços da globalização com implantação de uma única moeda global que, poderá, substituirá o Dólar, o Euro, a Libra, a Coroa, o Real, etc. As consequências de tal decisão são imprevisíveis. Pode ocorrer uma extensão da atual crise econômica para um colapso financeiro mundial com amplas possibilidades de uma nova guerra no Oriente Médio que poderá envolver todas as nações do mundo e agravar a atual crise econômica. Tal geopolítica pode provocar um novo choque do petróleo e o preço voltar aos US\$150 o barril ou muito mais.

Assim, as elites orgânicas manipulam a queda e a alta do preço do petróleo conforme os seus interesses. Provocam guerras, financiam armas, quebram monopólios petrolíferos como o do Brasil e do México e agora planejam retirar a PETROBRAS do Pré-Sal via PL-131, em trâmite no Congresso Nacional, sob a velha falácia, segundo a qual a PETROBRAS não tem condições de ser a única operadora do Pré-sal além de não

poder, sozinha, bancar os seus investimentos na atual fase produtiva. Ora, isto implica intensificação da luta pela propriedade e posse das reservas de petróleo e gás no Brasil através do restabelecimento da Lei 2004/53.

Tabela 2: Estimativa do Valor do Pré-sal. Fonte: O Autor (2015).

Valores estimados em reservas prováveis do Pre-Sal (bilhões de bbl) X Valor em US\$/bbl		
Reservas (bbl): 90 a 300 bilhões de Barris	Se o preço do Bbl = US\$100, $90 \times 109 \times 100 = \text{US\$ } 9 \text{ billones (tri)}$	Se Bbl= US\$50, $90 \times 109 \times 50 = \text{US\$ } 4,5 \text{ (tri)}$
Lei 9.478/97, Máximo 45% de dividendos para o Estado¹⁴	45% de 9 billones = US\$ 4.05 tri Máximo	US\$2.025 (tri) Máximo
Partilha da Produção, máximo de 40% de dividendos	US\$ 3,60 trilhões	US\$ 1,80 trilhões

Estudos técnicos-científicos sobre a decisão entre vender um campo gigante de petróleo como o de Libra (ou qualquer outro campo gigante do Pré-sal) e entregar para a própria empresa do governo brasileiro – a PETROBRAS – que os descobriu e tem o Know How para operá-los – mostram que a melhor alternativa que deveria ser escolhida seria manter todas as operações por conta da PETROBRAS. Empresa que detém a tecnologia e a experiência operacional em águas profundas e a segurança ecológica para operar campos de petróleo & gás a profundidades superiores a 5 mil

¹⁴ Este percentual é o máximo determinado em Lei, mas na prática, atinge em média 12%.

metros. O quadro abaixo mostra que o monopólio é o melhor modelo para a gestão do setor petrolífero no Brasil e já resolveria 99% dos problemas estruturais da PETROBRAS.

Quadro 1: Diferencial entre os principais modelos de gestão do setor petrolífero no mundo. Fonte: O Autor (2015)

Sistemas Regulatórios Típicos	Concessão Lei 9478/97	Partilha da Produção Lei 12.351/2010	Monopólio Estatal Lei 2004/1953
Propriedade e posse do petróleo e gás natural	Todo o óleo & gás produzido é da concessionária	Parte do óleo é da firma e da União $\geq 30\%$ do excedente	União Federal 100%
Acessibilidade das firmas ao petróleo e gás natural	Boca de poço	Parte da firma e parte da União	
Parcelas governamentais	Bonos de subscrição, royalties, participações especiais, reembolsos pela ocupação e retenção de áreas	Todo o excedente em óleo menos a parcela da firma + bonos de subscrição	
Parcela da firma	Receita bruta menos parcelas do governo	Custo em óleo + excedente em óleo & gás da firma	
Propriedade das instalações	É da firma	União	
Gestão e controle estatal	Menor controle governamental	Maior controle do governo	

Logo, a nova Lei do Petróleo (9.478/97) aprovada no governo FHC não beneficiou o Brasil em quase nada, pelo contrário, revogou a Lei 2.004/53 que criou o Monopólio da União e que não permitia a venda de ações da PETROBRAS para firmas estrangeiras, enquanto a lei 9.478/97 permitiu o governo FHC negociar na Bolsa de New York 36% das ações ordinárias da PETROBRAS que pertenciam à União Federal. Além disso, a referida lei, na prática, entrega o petróleo descoberto no Brasil para o capital estrangeiro, conforme o disposto no Art. 26¹⁵. Todavia, os artigos 3º e 210 da mesma Lei (9.478/97) determinam que as jazidas e o produto da lavra do petróleo pertencem à União Federal, obedecendo à Constituição Federal (Art.177, I). Com efeito, a PETROBRAS, por ter ações negociadas na Bolsa de New York, subordina-se à SOX - Lei americana **Sarbannes-Oxley** promulgada nos Estados Unidos e com efeitos em grandes firmas do Brasil¹⁶ que, à semelhança da PETROBRAS, estejam na Bolsa de New York.

Deste modo, além da necessidade de se observar a legislação interna brasileira incluindo as Resoluções e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) em especial a Resolução 3.198 de 2004 que diz respeito às boas práticas de governança corporativa com reflexos para as empresas

¹⁵ Acesso a la ley 9.478/97, conforme link http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm. Acesso em: 21.12.12.

¹⁶ A SÖX, contração de Sarbannes-Oxley, como é mais conhecida, é voltada para Companhias de capital aberto com ações nas bolsas de valores ou com negociação na bolsa NASDAQ. Suas regulamentações tratam da responsabilidade corporativa pela veracidade de conteúdo dos relatórios financeiros produzidos e pelo gerenciamento e avaliação dos controles internos.

brasileiras que tenham ações negociadas na Bolsa de Valores dos EUA há ainda que se obedecer a legislação estrangeira.

No exterior, a PETROBRAS busca cumprir as normas da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e da Nyse, nos Estados Unidos; do Latibex da Bolsa de Madri, na Espanha; e da Bolsa de Comércio de Buenos Aires e da *Comisión Nacional de Valores* (CNV), na Argentina. Outras legislações, em especial, as disposições do COSO – *The Committee of Sponsoring Organizations*. O COSO é uma entidade sem fins lucrativos, dedicada à melhoria dos relatórios financeiros, às questões da ética nos negócios e à efetividade dos controles internos e governança corporativa. O COSO é patrocinado por 5 (cinco) prestigiadas associações de classe relacionada direta ou indiretamente aos informes financeiros empresariais: *American Institute of Certified Public Accountants* (ALCPA); *American Accounting Association* (AAA); *Financial Executives International* (FEI); *Institute of Internal Auditors* (IIA) e *Institute of Management Accountants* (IMA). Apesar do COSO ter estas empresas como patrocinadoras, este órgão executa suas atividades com independência.

O ponto de partida do COSO é a definição do controle interno, “entendido como um processo, desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos das corporações em termos de eficiência e eficácia das suas operações, mas também e principalmente em termos de confiabilidade dos relatórios financeiros, procedimentos e relatórios contábeis e cumprimento das leis e regulamentos pertinentes” (Peters, 2007, p. 7; p.42).

Portanto, o Brasil pelo sistema de Concessões (Lei 9.478/97) e pelo sistema de Partilha (Lei 12.351/2010) recebe menos do que se fosse regido pelo monopólio instituído pela Lei 2004/53 no governo de Getúlio Vargas e revogado no governo FHC e ainda subordina-se à uma extensa legislação internacional. Ademais, a PETROBRAS, além da espionagem dos seus dados sigilosos, ainda é obrigada pelo Art. 22¹⁷ da referida Lei 9.478/97 a repassar seus conhecimentos, capital intelectual-técnico-científico à ANP que repassa para concorrentes estrangeiros.

Observa-se que, só podemos garantir a soberania nacional no setor de petróleo no Brasil mediante à volta do monopólio integral com exclusividade da pesquisa, exploração, produção, importação e exportação de petróleo & gás pertencentes ao Estado brasileiro. Esta a única e a mais garantida barreira legal. Ou seja, trata-se de um arranjo institucional com barreiras à entrada de empresas estrangeiras no setor e que foi operado com sucesso pelo Brasil até 1997 e pelo México até julho/2014 e ainda vigente na Venezuela e, com algumas variações pró-reserva de mercado, é também adotado pela Bolívia, Peru, Equador, Rússia, Irã e Arábia Saudita país que possui a maior produção e reserva mundial de petróleo.

¹⁷ Os artigos 22 e 26 da Lei 9.478/97 deveriam ser revogados pelo novo sistema de Partilha da Produção instituído pela Lei 12.351/2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Petropolítica brasileira está, mais do que nunca, em xeque pelo capital norte-americano que impõe o seu capital político e até militar para alterar o capital jurídico do setor petróleo no Brasil, reposicionando-o inteiramente em seu favor. Sensível à mudanças, em certos parâmetros, tal política pode dar lugar ao que podemos chamar de efeito *legis-decision-Legal Effect of Political Decision* – LEPD, uma vez que pequenas alterações no capital jurídico de um país podem alterar significativamente o *status* do seu direito econômico e, em se tratando de petropolítica brasileira, muda-se o comportamento geral do sistema nacional de petróleo.

Demonstramos que o desenvolvimento do setor petrolífero brasileiro resultou da combinação de um conjunto de expressões do capital intelectual, notadamente o capital político, jurídico e o poder militar que viabilizaram a entrada do Brasil como forte *player* na indústria petrolífera mundial e não, simplesmente, como prestador de serviços, tal como projetavam os capitães da indústria mundial do petróleo – objetivo que nunca o perderam de vista.

O período entre 1953 até 1995/1997 foi marcado por grandes avanços do Capital Estrutural do setor petróleo no Brasil durante a execução do monopólio pela PETROBRAS. Sem embargo, apesar dos avanços do Capital Estrutural com a integração vertical e horizontal da empresa, houve neste período um recuo do capital político nacional em favor da semi-

abertura do setor petróleo do país a partir dos Contratos de Riscos firmados na gestão do General Geisel (1975-1979), Presidente do Brasil, o que, na prática, colocava o Capital Intelectual Técnico-Científico PETROBRAS em xeque já que flexibilizava o monopólio entre os anos de 1975-1985, em face dos choques nos preços do petróleo neste período. Felizmente os referidos contratos não produziram os resultados que foram esperados para a economia do País.

Com as mudanças ideológicas em favor de uma maior soberania brasileira no setor petróleo, a Constituição Federal de 1988 passou a garantir o Monopólio estatal da União em favor da manutenção da PETROBRAS, no exercício de sua soberania no mercado. Entretanto, em menos de uma década e em razão das pressões internacionais, novas mudanças foram implementadas pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso que aprovou no dia 11 de novembro de 1995 a Emenda Constitucional 09/95, revogando o monopólio a partir de um Congresso Nacional influenciado pela dominação cultural Norte-americana – a mesma que vem, desde o governo FHC, se propagando através de uma onda ainda mais forte que visa privatizar a PETROBRAS.

Atualmente, diante da indiferença da sociedade brasileira em relação à imagem da PETROBRAS – comprometida pela corrupção de alguns dos seus diretores - o referido Congresso se prepara para votar o PL-131 que pretende retirar a PETROBRAS do Pré-Sal como operadora única e – mais do que isso – desbancar a empresa do setor petróleo no Brasil a partir de

uma política claramente entreguista e que sempre visou a arrancar a PETROBRAS das mãos do povo brasileiro. Diante de tais inclinações, neste sentido, são mais do que justas as razões para a extensão da Operação Lava-Jato em suas investigações no Pré-sal não só em razão do leilão do campo de Libra que entregou 15 bilhões de barris de petróleo ao capital internacional ferindo a legislação em vigor – mas a maior razão está no valor gigantesco do Pré-Sal, cerca de 30 trilhões de dólares dado o seu potencial estimado em 300 bilhões de barris.

No Brasil as decisões importantes são tomadas na bacia das almas de um Congresso dominado pelas posições de dois partidos políticos antagônicos. O Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) cujas posições diferem consideravelmente em relação aos problemas nacionais, em especial, aos relacionados ao setor petróleo, objeto de cobiça das *supermajors* petrolíferas Norte-americanas e anglo-holandesas. Haja vista os antagonismos, sobretudo a situação degradante em que se encontra o Partido dos Trabalhadores (PT), este, em teoria, está mais pró-PETROBRAS e mais à esquerda e sensível a uma política pro-distribuição de uma melhor renda e justiça social do que o PSDB, que extinguiu o monopólio do mercado do petróleo no Brasil e planeja retirar a empresa definitivamente do caminho dos Norte-americanos para entregar o nosso petróleo às referidas *supermajors*.

Portanto, não é difícil entender como a eleição de um ou outro partido político no Brasil pode implicar na mudança do

equilíbrio de forças do poder legislativo até o ponto de influir substancialmente nas leis em curso. Aquí, pois, nossa versão do efeito *legis-decision* que demonstra como a composição e as tendências de um poder legislativo podem definir o futuro de muitos setores da economia brasileira: no caso em tela é o futuro da indústria do petróleo que está em jogo e o futuro das novas gerações.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**, Vol.II, Tomo VI, p.142-150, Coleção Os Pensadores. São Paulo, Câmara Brasileira do Livro, 1979.

ARISTÓTELES. **Política, Tomo I, Cap. II**, 1258b, Tomo VI, pp,146-153. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Câmara Brasileira do Livro, 1988.

BARBIERI, J. C. & Cajazeira, J. E. R. **Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável: Da teoria à prática**, São Paulo, Editora Saraiva, 4ª Edição, 2012.

BASBAUM, L. **História Sincera da República 1930 a 1960**. São Paulo.Ed LB, 1962.

BELLO, C. V. V. **Uma proposta para o desenvolvimento sustentável, com enfoque na qualidade ambiental voltada ao setor industrial. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção**, Dissertação de mestrado, EPS/UFSC, Capítulo II, Florianópolis. Disponível <http://www.eps.ufsc.br/disserta98/bello/cap2.html>, acesso em 12.10.12, 1998.

BERSTEIN, Albert J. & ROZEN, Sydney C. **Gerentes Inteligentes, Reações Irracionais: a síndrome do dinossauro**, São Paulo, Editora Makron Books, 1991.

BERGIER, J. & Thomas, B. **A guerra Secreta do Petróleo**, São Paulo, Ed. Hemus. 1972.

BRIENT, J.F. **Da Servidão Moderna, p-34**. Trad. Elisa Gerbenia Quadros. <http://www.delaservitudemoderne.org/Documents/daservidaomoderna.pdf>. Acesso em: 15.11.12, 2009.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **Fim de milênio**, São Paulo, Paz e Terra, 1999.

DENIS, H. **História do Pensamento Econômico**, p.19; p.52; p.144; pp.161-165; pp.242-245, Lisboa, Livros Horizonte Ltda, 1978.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**, pp.20.21. 3ª Edição. Gaia, São Paulo, 1994.

DUNN, J. John Locke: a política da confiança. In **O pensamento político de Platão à OTAN**. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1989.

DUPUY, J.P., et al. **A sociedade em busca de valores: Para fugir à alternativa entre o Ceticismo e o dogmatismo**, Lisboa, Edições Instituto Piaget. 1996.

FRIEDAMAN, M. **The social responsibility of business is to increase its profits**. New York, .New York Times Review, (13), 5, sept, 1970.

FUSER, Igor. **O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003)**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais "Santiago Dantas" (Unesp / Unicamp / Puc-SP), 2005.

HOBBS, T. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. pp.53-54, Capítulos IX E X, Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LOBATO, M. **O Escândalo do Petróleo**. São Paulo Nacional, 4a. Edição. 1936.

LOCKE, J. **Ensaio sobre o Entendimento Humano**, pp.36-37; p.40; pp.41-42; pp.39-42, pp.40-41, Os Pensadores 7a Edição. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

MARINHO JR, Ilmar Penna. **Petróleo, Política e Poder. Um novo choque do Petróleo**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

MEISTER, J. C. **Educação corporativa**. São Paulo: Makron Books, 1999.

PETERS, T. J. Organização Pós-Matricial, p.19; p.23, pp.11-28. Série Desenvolvimento de Executivos, In **Incisa-Infomação de Ciência Social Aplicada**, Tradução de Newton C. Ramalho (Beyond the Matrix Organization). Publicado em Business Horizons, Oct. 1979, pp.15-27, Rio de Janeiro, 1982.

RICOEUR, P. **Da Metafísica à Moral**. Lisboa. Instituto Piaget, 1997.

ROWE, C. Platão: A busca de uma forma ideal de Estado. In **O pensamento Político de Platão à OTAN**, pp.17-28, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1989.

SAMPSON, Anthony. **As sete irmãs: as grandes companhias de petróleo e o mundo que elas construíram**. Rio de Janeiro, Artenova, 1976.

SANTOS, Marival Matos. **O desenvolvimento do capital intelectual e sua relatividade na alavancagem da atividade fim da PETROBRAS**. Tese de Doutorado. FCSEA/ULHT, Portugal, 2014.

SÉBILLE-LOPEZ, Philippe. **Geopolíticas do petróleo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

SERVAN-SCHREIBER, J.J. **O Desafio Mundial**, Lisboa. Dom Quixote, 1980.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigações sobre a natureza e suas causas, Tomo I, Coleção os Economistas**, São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1996.

VAZ, H.C. **Escritos de Filosofia II. Ética e cultura**, pp.12, S. Paulo, Ed. Loyola, 1988.

WEBER, M. **Le Savant et le Politique**, pp.70-75. Introdução de Raymond Aron, Paris, Editor Librairie Plon, 1959.

YERGIN, Daniel. **O petróleo: uma história mundial de conquista, poder e dinheiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

ZIEGLER, Jean. **Os novos senhores do mundo e os seus opositores**. Lisboa. Terramar, 2006.

ZOBOLI, E. L. C. P. **A ética nas Organizações**, pp.58-67; pp58-72; pp.58-82, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Dissertação de mestrado: A interface entre a ética e a administração hospitalar, desenvolvida por Elma Lourdes Campos Pavone, e apresentada ao Departamento de Prática em Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do grau de Mestre, (2001).

MEANDROS DA ECOLOGIA HUMANA: CONTRIBUIÇÕES PARA O CONCEITO DE REGIÃO COMO SUBJETIVIDADE(S)

Sérgio Luiz Malta de Azevedo¹

INTRODUÇÃO

São inúmeros os significados atribuídos à região. Observamos, inicialmente, a sua utilização ligada às interpretações do senso comum que a concebe, ao que parece, segundo referências de extensão e localização, no sentido de se delimitar um fato ou fenômeno que se aplica a um determinado território que se distingue de outros pela diversidade de características nele presentes. É, também,

¹ Doutor em Geografia, professor adjunto do curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande e Professor do Programa de Pós graduação em Ecologia Humana da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

bastante comum a sua utilização com a finalidade de designar unidades políticas administrativas que têm seus territórios definidos pela atribuição de competências, limites e autonomia de tais unidades.

Fora do âmbito da ciência geográfica, (na Matemática, na Geologia, na Física, etc.), a região também é definida a partir de critérios de localização de certo domínio, seja ele relacionado ao nível dos espaços concretos dos recursos naturais, no caso da Geologia, por exemplo, seja quando se liga a domínios ou áreas mais abstratas, como é o caso da matemática. Certo é que, entre essas concepções de região, há pelo menos um ponto em comum: o fato de que se aproximam bastante do seu significado etimológico, ou seja, partem de uma concepção de domínio ou área que apresentam certas regularidades ou características homogêneas.

Na Geografia, não obstante a sua aproximação com as concepções até aqui referidas, os estudos da região assumem um sentido um pouco mais complexo, dada a diversidade de considerações que podem ser suscitadas a partir de sua utilização nessa ciência, considerações estas que se remetem, inclusive, à natureza epistemológica do próprio conhecimento geográfico.

Por outro lado, a noção de espaço concreto e subjetivo também aparece na forma como cada espaço é percebido pelos que o habitam e como veem o espaço com o qual não possui familiaridade. Nesse contexto, cada espaço é plurissignificativo e carregado de simbologias e aspectos míticos.

É nesse rumo, portanto, que deverão se encaminhar as questões tratadas neste trabalho. Não no sentido de se estabelecer uma discussão acerca das origens, significados e implicações dos estudos da região para a geografia, mas, principalmente, com o objetivo de tentar explicitar algumas questões relacionadas a uma das tantas ramificações dos estudos regionais que é a que concebe a região a partir de critérios internos a sua própria constituição, ou seja, a região, como critério de diferenciação dos lugares, é concebida como espaço de vivências, de percepções e subjetividades individuais e coletivas dos homens. Para essa finalidade serão considerados, principalmente, os trabalhos de Armand Frémont, intitulado *Região, Espaço Vivido*, o de Félix Guattari, **As Três Ecologias** e o de Yu Fu Tuan, **Paisagem do medo e Espaço e lugar**, sendo consideradas, ainda, outras referências, que somadas a essas, constituem o corpo deste trabalho.

Serão tratadas, assim, em primeiro plano, as questões pertinentes à influência do conceito de região compreendido a partir do predomínio dos aspectos fisiográficos e ecológicos na delimitação dos territórios, buscando-se desmistificar a velha dicotomia geográfica, espaço natural x espaço humano, com vista a uma abordagem centrada na diversidade de contextos compreendidos dentre os naturais, os sociais e os da subjetividade humana.

Em segundo lugar, serão considerados os enfoques da região, entendida como espaço funcional, procurando observar o peso dos contextos econômicos e o seu caráter, às

vezes reducionista, na elaboração da concepção de região. Ainda neste item serão consideradas, evitando-se os reducionismos, as relações econômicas como importante fator gerador das modificações nas instâncias das relações sociais e das subjetividades.

Em terceiro lugar, consideram-se os vários elementos constitutivos da noção de região, espaço vivido, em face de necessidade de se explicitar as dificuldades de abordagem dessa concepção contidas nos recortes regionais, sendo ainda enfatizado o espaço vivido como espaço alienado, uma vez que os espaços vividos são atingidos na sua base pelos processos de apropriação e reprodução da relações econômicas e a percepção humana expressa subjetivamente. Nas considerações finais serão comentados também os diversos enfoques desenvolvidos ao longo deste trabalho, visando apreender, no seu conjunto, as contribuições da abordagem dos espaços vividos para a concepção dos estudos regionais.

1 O ESPAÇO NATURAL, O ESPAÇO CULTURAL E SUBJETIVO

O papel predominante da natureza (muitas vezes atribuído aos arcaísmos geográficos), na apreensão do significado de região, aparece como característica primeira na composição dos elementos que, uma vez combinados, resulta na descrição de um quadro regional determinado. Tal condição remete-nos à seguinte questão: qual deve ser o peso das contribuições nos estudos dos grandes espaços

naturais na elaboração de um conceito de região que a conceba como espaço social, fruto das vivências pessoais e coletivas dos homens? Nesse contexto, algumas questões podem ser consideradas: a primeira refere-se ao fato de que a natureza, entendida como recurso para a humanidade, constitui, de fato, um componente importante na elaboração dos quadros regionais. Não há como negar, por exemplo, a utilidade do relevo, do clima, da vegetação, das contribuições dos estudos bioclimáticos nas suas múltiplas influências que as diversas combinações, resultantes das associações desses fatores, podem oferecer para compreensão dos espaços regionais. Contudo, é preciso considerar que, não obstante as contribuições desses fatores como elementos constitutivos dos espaços vividos e vistos concretamente, “não se pode tomá-los numa visão determinista, mas sobretudo considerá-los numa perspectiva recentrada nas relações humanas” (Frémont, 1980, p. 201), reconsiderada na sua legítima contribuição a compreensão dos espaços regionais.

Outra questão aparece no contexto das transformações técnico-científicas, que se operou nos últimos decênios do século XX e início do século XXI e que tem se caracterizado, de um lado pelo perigo dos desequilíbrios ecológicos, no sentido da descaracterização dos processos fisiográficos e biológicos, de outro lado não se vislumbra a necessidade de compatibilizar o crescimento econômico com a necessidade de se estabelecer os limites de uso e conservação dos grandes espaços naturais, enquanto que alguns setores

inteiros da sociedade são conduzidos por uma visão infantilizadora das relações sociedade-natureza.

A partir dessa assertiva, nascem os lugares de contenção, por assim dizer, criados pelas relações capitalistas, como forma de proteger pedaços de áreas no ideário de uma vida que se supõe ser ecologicamente correta. Assim, criam-se parques florestais na tentativa de preservar algumas espécies, também são confinados vegetais e animais em zoológicos, parques botânicos e outras áreas de preservação em que curiosos visitantes deixam-se explorar pela especulação capitalista, vendendo seu “tempo livre” para ver um pedaço de natureza “privatizada”.

Excetuando esses pequenos “oasis”, o resto dos espaços são tomados pelo “desenvolvimento”, que está sempre criando meios para incitar o consumismo e mantendo a distância entre homem e natureza. Visão essa que se reserva um papel puramente contemplativo ou, ainda, predomina a visão do “viva o verde”, fazendo com que as pessoas, influenciadas sobretudo pela mídia, engajem-se em modismos ecológicos, muitos dos quais com objetivos puramente consumistas.

De outro lado, surgem outras preocupações ecológicas oriundas, sobretudo, do contexto das mutações técnico-científicas que operam no mundo contemporâneo, com implicações nas instâncias do meio ambiente, das relações sociais e das subjetividades humanas. Essas instâncias encontram-se em progressiva deterioração, face ao avanço dos desequilíbrios sociais, em que o capitalismo

integrado tende a criar zonas de “hiper-exploração”. É nesse contexto que emergem as novas potências econômicas, a exemplo de Hong Kong e Taiwan. Igualmente, nos países desenvolvidos “vamos encontrar zonas pauperizadas, num quadro social crônico, o que demonstra a incapacidade das forças sociais dirigentes de encaminharem adequadamente a problemática ecológica” (GUATTARI, 1993, p.12).

Atualmente, a discussão ecológico-ambiental tomou corpo e é discutida em todo mundo. O capitalismo junto com os meios de comunicação se colocou ao lado de ambientalistas, mas nos resta analisar como isso é possível, uma vez que o consumo é incitado a cada segundo, pelos mesmos meios de comunicação que são “manipulados” pelas contradições capitalistas.

Nessa perspectiva, Miguel Grinberg, no livro *Ecofalacias, El poder transnacional y la expropiación del discurso “verde”* (2012), observa essas atitudes, criticando a omissão das grandes empresas que representam o poder do capitalismo e dos meios de comunicação durante décadas. Segundo ele, foi preciso que as discussões tomassem uma importância mundial para que essa inserção acontecesse. No entanto, é preciso observar que há uma hipocrisia e um simulacro por parte das citadas partes. Desse modo ele diz que:

Ahora, el discurso predominante corre por cuenta de poderosos consórcios transnacionales que promoven – para sobrellevar la transición hacia una era de “desarrollo sustentable” – una panacea universal: el capitalismo verde.

Que trata de maquilar um acumulo de falácias a fim de dissimular uma antiga plaga corporativa: la dependência de los pueblos excluidos de los privilegios de una supuesta “sociedade de consumo” disenada para minorias privilegiadas. (p.11)

Observa-se assim, que há toda uma manipulação discursiva intencional, para que o humano se mantenha num mundo ilusório, no qual o sujeito é levado a pensar que está inserido virtuosamente no mundo “sustentável” quando, na verdade, não passa de massa de manobra, em que são criadas mimeses da natureza para a obtenção, exclusivamente, de lucro. Do mesmo modo, o discurso utilizado em prol do meio ambiente não condiz com a prática cotidiana, pois se compromete com uma falsa aliança, um disfarce, para esconder a depredação da natureza pela transformação massiva de recursos naturais, em bens de consumo.

A subjetividade humana como parte integrante da questão ecológica também é atingida, principalmente por intermédio do controle exercido pela mídia, que manipula, através da criação de subjetividades coletivas, uma massa cada vez mais crescente de pessoas, verificamos, contudo:

Em todos os lugares e em todas as épocas, que a arte e a religião foram o refúgio de cartografias existenciais fundadas na assunção de certas rupturas de sentido existencializantes. Mas a época contemporânea, exacerbando a produção de bens materiais e imateriais em detrimento da consistência de territórios existenciais individuais e de grupos, engendrou um imenso vazio na subjetividade que tende a se tornar cada vez mais absurda e sem recursos. (GUATTARI, 1993, p.30)

A formação de subjetividades, produzidas sobretudo pela mídia e impostas ao conjunto das coletividades, funciona como um poderoso instrumento de aculturação, seja na influência que essa aculturação exerce nos grupos ditos primitivos, seja quando une ou opõe populações camponesas e urbanas mesmo em situações “quando estas populações não se encontram fisicamente deslocadas. [...] Daí advém, sem mudança de espaço, uma mutação fundamental dos espaços sociais, das relações dos homens com os lugares” (FREMONT, 1980, p.163).

Esses aspectos ficam claros ao observarmos os contextos de implantações de hidroelétricas, em que espaços de vivências e acervos de fauna e flora são destruídos com o propósito de progresso. Entendemos que, embora haja a necessidade desse sonhado progresso, as contradições são inúmeras, porque os direitos humanos são, na realidade, ignorados uma vez que achase que a história, a memória, os acervos florestais e os pedaços de terra férteis em que o homem procura sobreviver dignamente, são pagos com um pouco de dinheiro que, muitas vezes, não dá para que pessoas que são reassentadas desses espaços alagados possam viver dignamente. É nesse contexto que corroboramos a fala de Santos (2006, p. 124) quando diz:

Ao longo da história, as trocas entre grupos e, sobretudo, as desiguais, acabam por impor a certos grupos as técnicas de outros. Entre aceitação dócil ou reticente, entre imposição brutal ou dissimulada, a escolha é, entretanto, inevitável. É assim que conjuntos inteiros ou pedaços de técnicas se incorporam a outros pedaços mudando-lhes os antigos equilíbrios e acrescentando elementos externos às histórias até então autônomas.

O espaço é alimentado e alimentante de aspectos míticos e culturais como observa Tuan (1983). Ao imaginar o espaço, o pensamento primeiro é sempre através da paisagem transfigurada pela imaginação, já o espaço real é aquele vivido e trazido à baila pela memória, ele pode ser também miticamente constituído mesmo sendo real geograficamente, porque o mito dará a ele o valor, a significância e o conhecimento empírico. Esses fenômenos são naturais e estão presentes em todo o mundo porque o ser humano é dotado de pensamentos, medos, receios, anseios, desejos e alimentado pela imaginação. Assim, o sentimento, em suas várias nuances, formará o espaço em suas dimensões. Nesse contexto, para Yi-fu Tuan, o espaço mítico se manifesta de duas formas:

Em um deles, o espaço mítico é uma área imprecisa de conhecimento deficiente, envolvendo o empiricamente conhecido; emoldura o espaço pragmático. No outro é um componente espacial de uma visão de mundo, a conceituação de valores locais por meio das quais as pessoas realizam suas atividades práticas. (1983, p. 97)

Tuan afirma que o espaço mítico persiste mesmo na sociedade moderna e também na condição do erudito, porque “algumas pessoas sempre serão levadas a compreender o lugar do homem na natureza de uma maneira holística” (1983, p. 97). Nessa perspectiva, o autor relaciona o primeiro tipo de percepção à experiência vivida pelo sujeito e afirma que o mundo da fantasia é constituído de pouco conhecimento e muita vontade, daí a crença em fatos e coisas que constituem o espaço a partir da própria imaginação.

Dessa forma, uma comunidade, um grupo social tem sua própria maneira de ver o seu espaço habitado, seja coletiva ou individualmente e também tem sua forma de perceber outros espaços. Por isso todo espaço institui uma história de vida que se constitui em duas partes, a imaginativa e a concreta. Dessa forma, quando se “desterritorializa” uma comunidade, um povo destrói-se concomitantemente as histórias do espaço e de seus habitantes, uma vez que um alimenta o outro de significado identitário.

Assim, a organização do espaço regional vê-se entremeada de relações provindas da diversidade de contextos naturais, sociais e das subjetividades. Nesse sentido, a região concebida como espaço vivido refuta a ideia de supremacia da natureza sobre os desígnios humanos, preferindo adotar outro rumo: o da reciprocidade de influências contidas nos espaços existenciais.

Todavia, é preciso considerar alguns aspectos dificultadores dessa abordagem, como preconiza Gomes (1995, p. 68) “de qualquer maneira se ao nível de um discurso de intenções este ponto de vista pôde subsistir, operacionalmente torna-se muito difícil trabalhar em um terreno tão fluido quanto este o da reciprocidade”. Ou, ainda, quando este autor indaga sobre as dificuldades de se viabilizar os estudos da natureza na suas relações com a cultura ante a possibilidade de se contaminar com uma visão determinista da própria cultura que envolve o homem.

Felizmente, estas discussões têm tido o mérito de contribuir para desmistificar a velha dicotomia presente nos

processos de regionalização, ou seja, a região humana e a região natural tendem a não mais serem concebidas como conjuntos estruturados separadamente, mas como um sistema unificado onde se inclui natureza e homem dentro de um mesmo quadro analítico.

2 ECOLOGIAS DO ESPAÇO E O PRIMADO DO ECONÔMICO

A região, compreendida a partir da noção de territórios estruturados pelas relações econômicas, confere à cidade um papel essencial na elaboração do conceito de região. Função essa que eleva a cidade ao “status” de centro econômico a partir do qual é estruturada toda uma rede de relações hierárquicas que a concebe como polo e as zonas a ela ligadas, situadas numa condição econômica inferior, como áreas polarizadas. Neste caso, os espaços econômicos ganham significações pelas diferenciações e desigualdades percebidas nos espaços das redes hierarquizadas.

Esse conceito de região funcional, considerado do ponto de vista dos espaços vividos, apresenta alguns elementos discutíveis, destacando-se os seguintes:

Enfatiza os estudos do polo em detrimento dos espaços periféricos; considera mais os resultados do que as motivações humanas que dão existência às atividades e, conseqüentemente, aos lugares. Além disso, essa abordagem é tomada frequentemente como modelo a ser seguido para onde convergiria toda evolução humana” (FREMONT, 1980, p.88)

Assim, percebe-se que diminuiu a sua importância face ao caráter reducionista que carrega. Nessa perspectiva: “É preciso [...] ir além do económico”. Necessária para o conhecimento, “a teoria económica ilumina a estrutura material dos fenómenos, mas sob os reflexos e refrações das percepções deixa de ser suficiente para compreender”. (FREMONT, 1980, p. 89).

De acordo com Guattari (1993, p. 10) “é importante considerar como elementos das diferenciações regionais os desequilíbrios sob a instância da ecologia das relações sociais, em que a lógica de atuação de um mercado mundializado tende a colocar, sob a mesma ordem, valores materiais, culturais e naturais” , levados, a efeito, ainda segundo esse autor, pelos regimes “semióticos”, sobre os quais se apoiam a própria essência do “capitalismo mundial integrado”. São eles: “semióticas económicas”, representadas pelos instrumentos financeiros e de decisão; “as semióticas jurídicas”, referentes às regulamentações; as “semióticas técnico-científicas” que correspondem aos programas, planos e pesquisas; e as “semióticas de subjetivação” que coincidem com as anteriormente mencionadas às quais podemse juntar muitas outras.

É preciso considerar, principalmente que, “ao se estabelecer relações causais entre as diversas “semióticas”, a extensão de sua compreensão não pode ser reduzida tão somente às “semióticas económicas” ou daquelas referentes à produção de bens materiais, como queriam os marxistas” (Guattari, 1993, p.32) , mas ao fato de que o “capitalismo

mundial integrado” tem a sua dinâmica de compreensão centrada nos mecanismos “produtivo-econômico-subjetivo” considerados num só bloco.

Outra questão que se inscreve na lógica da sociedade industrial diz respeito aos reflexos das mutações ocasionadas nos espaços funcionais onde o econômico impõe seu rigor. O primeiro reflexo é sobre a família que é compelida pela sociedade industrial, através das migrações campo-cidade ou entre as cidades a um processo de fragmentação e dispersão familiar ao longo dos itinerários de migração ou mesmo quando se trata das migrações diárias, que limitam o tempo de contato entre os membros de uma família, reduzindo-o a algumas horas do dia.

As relações que se dão fora da família são também bastante atingidas. Os espaços criados para atender às necessidades da sociedade de consumo devem, antes de tudo, “representar a racionalidade das suas funções, reduzindo ao anonimato as massas populacionais, relegando-as a um espaço conhecido apenas pelas suas funções” (FREMONT, 1993, p.156-157). A região compreendida como espaço vivido é, assim, esvaziada de suas significações e substituída pela região do primado econômico. Nesse sentido, são relevantes as palavras de Foucault ao dizer que “O poder é o que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe” (2008, p. 175).

A ecofeminista russa, Charlene Spretnak, no livro *Estados de Gracia – como recuperar o sentido para uma modernidade ecológica*, mostra, de forma crítica e com uma linguagem muitas vezes mordaz, os enganos cometidos por todos os povos e, ao

mesmo tempo, as falsas promessas de uma modernidade equivocada, como se evidencia no trecho seguinte:

La creencia “natural” de la era moderna, aquella que otorga a la economía el lugar de fuerza rectora subyacente a todas las demás actividades humanas, puede llevarnos a suponer que el materialismo es el credo de la modernidad. Sin embargo los Estados Modernos, tanto capitalistas como socialistas, han comedido entre sí por imponer un industrialismo depredador de la base materia de la vida: el aire, el suelo y el agua. (1992, p.18)

Vemos que a opinião da autora sobre a união do capitalismo, do Estado e da mídia assume uma visão crítica e que ela observa também a hipocrisia dos países ditos socialistas, a exemplo da China, que têm se firmado através de promessas de prosperidade, em geral, alcançadas com a exploração de mão de obra barata, originadas das classes sócias de menor status econômico.

Assim, somos levados a questionar o olhar desconstrutivista que tende a fragmentar tudo, levando a uma concepção divisionista de homem e mundo em nome de um progresso que ignora a própria condição de ser humano e de necessidade de espaço de vivência em condição de sobrevivência de que nele habita.

3 REGIÃO: ESPAÇO VIVIDO OU ESPAÇO ALIENADO ?

O significado da palavra região remete-se originalmente ao latim, sendo derivada da palavra *regere* que, por sua vez, originou

outras palavras como regra, regente, etc. Já nos tempos do império romano *regione* designava áreas que, embora tivessem uma administração local, estavam ligadas ou subordinadas a determinadas regras gerais, cuja validade se estendia sobre uma vasta área com características sociais, culturais, espaciais diversas. No sentido do seu uso no senso comum associa-se à noção de um domínio ou de uma área com características determinadas. “Também é frequentemente utilizada na esfera do estado para designar áreas administrativas e de controle sobre determinados territórios” (GOMES, 1995, p. 51-53).

No sentido que adotamos aqui, a região integra lugares vividos e espaços sociais que apresentam algumas especificidades que, no conjunto, formam a combinação regional, distinguida pelas percepções ou conjunto de imagens de uma dada coletividade. Nesse aspecto, a região se diferencia dos espaços cotidianos pelo grau de percepção que integra estas duas instâncias espaciais, pois, “enquanto os espaços do cotidiano remetem-se aos espaços da familiaridade, a região constitui a primeira instância antes do acesso a uma área muito mais abstrata” (FREMONT, 1993, p.167 -168). Segundo ainda esse autor, a região, espaço vivido, não pode ser reduzida a um tipo único, porém deve ser compreendida a partir de pelo menos três modelos principais:

- **Região fluida** - refere-se às dificuldades de delimitação das regiões, uma vez que as relações entre os homens e os lugares não aparecem fixadas, seja porque sua implantação pertence ainda a um passado recente, seja pela influência do

processo de migração que acentua ainda mais a sua fluidez. Tal fluidez é, portanto, proveniente do contato estabelecido nas relações entre os homens e os lugares.

- **Região enraizada** - Confere certo tipo de ligação entre os homens e os lugares. Relacionada, principalmente, às populações camponesas, esta concepção de região caracteriza-se pela projeção no espaço do conjunto de valores dessas populações, estando, a organização do espaço, assentada no enraizamento, na fixação do homem aos espaços de vivência, ou seja, pela ligação do homem à terra.
- **Região funcional** - corresponde a organização do espaço da sociedade industrial, onde a técnica altera completamente a noção essencial de espaço-tempo, tornando acessíveis lugares antes de contato remoto. Caracteriza-se pela presença dos grandes conjuntos infra estruturais, evidenciados pelas inter-relações financeiras e industriais próprias dos grandes centros urbanos, onde os espaços se apresentam segmentados pelas diferenciações internas, haja vista, por exemplo, a existência de “guetos” nas grandes metrópoles americanas, os quais representam na realidade uma descontinuidade sócio-espacial, fruto dos desníveis sociais e étnicos da sociedade industrial.

Serão considerados, portanto, a partir de tais modelos, alguns elementos que acreditamos ser importantes para análise das questões que envolvem a construção do conceito de região, espaço vivido, tomando o cuidado de não considerar os citados modelos de forma estanque ou excludente.

As dificuldades de construir a noção de região devem-se, em parte, a sua natureza fluida, ou seja, decorre das limitações para se definir claramente os seus contornos, seja pela influência, nela, da estrutura natural dos lugares, pela justaposição dos elementos culturais e étnicos, a estrutura natural ou ainda pela sobreposição dos fatores econômicos e mercantis. Essa condição maleável, resultado das inúmeras possibilidades de combinação presentes na elaboração da concepção de região, funciona, - excluídas as possibilidades deterministas da abordagem regional - como elo importante para compreensão dos espaços vividos.

Por outro lado, as regiões enraizadas definem-se a partir das civilizações camponesas, dada a importância dessas civilizações no peso que têm para compreensão dos espaços vividos, pois projetam no espaço seus valores, hábitos e costumes, fato que se traduz no caráter de enraizamento, reafirmado, inclusive, pelo conceito de territorialidade, uma vez que [...] “não é possível compreender essa territorialidade se não se considerar aquilo que a construiu, os lugares em que ela se desenvolve e os ritmos que ela implica” (RAFFESTIN, 1993, p. 162). É também importante considerar, nesse caso, “que a sociedade industrial abala, de certa forma, o caráter de enraizamento das velhas estruturas regionais através do processo de aculturação” (FREMONT, 1980, p. 185), que se reveste, sobretudo, de uma espécie de padronização dos comportamentos, produto de modificações brutais no seio das subjetividades coletivas das

civilizações. Importa assim, compreender que a conquista do espaço é uma das maiores estratégias de poder, tanto na vida humana quanto na vida animal e em qualquer contexto, físico ou abstrato, em que esteja inserido o homem. O espaço é representado por quem o ocupa, ele é o que o seu povo é porque um dá identidade ao outro.

São também importantes as contribuições presentes na abordagem que desenvolve o caráter funcional dos espaços. O conceito de região funcional aqui considerado é originário do processo de organização do espaço da sociedade industrial, a que pese, na hierarquia dos valores, uma maior importância à própria funcionalidade dos espaços, onde “a região centrada na grande cidade ou confundida com ela; projeta uma imagem específica difundida pelos meios de comunicação de massas, e que suscita um sentimento, real ou ilusório, de comunhão” (FREMONT, 1980, p. 193).

Nesse caso, a região é evidenciada na própria ruptura verificada no seio dos espaços sociais dos grandes centros urbanos. A sociedade industrial, portanto, modifica os espaços dos homens, alterando-lhes a sua substancia, o seu significado, em benefício, por exemplo, do avanço dos processos de segregação racial. Sobre essa perspectiva Guattari (1993, p. 44) faz o seguinte comentário:

Uma imensa reconstrução das engrenagens sociais é necessária para fazer face aos destroços do capitalismo mundial integrado. Só que essa reconstrução passa menos por uma reforma de cúpula, leis, decretos, etc. do que pela promoção de práticas inovadoras, pela disseminação de experiências alternativas, centradas no respeito a

singularidade e no trabalho permanente de produção de subjetividade, que vai adquirindo autonomia e ao mesmo tempo se articulando ao resto da sociedade.

Outra questão fundamental aparece como elemento constitutivo da abordagem dos espaços vividos: trata-se da ênfase dada, muitas vezes de forma exacerbada, às “nostalgias do passado” e aos “reordenamentos do futuro”. A primeira liga-se a uma concepção “passadista”, em que o espaço presente permanece no passado. A segunda centra seu enfoque numa perspectiva futurista. Ambas as faces dessa realidade espacial ou regional não devem ser desconsideradas, pois aquelas têm o mérito de reconstituir valores, enquanto a estas cabe referenciar novas perspectivas. Porém, essa dupla realidade participa de certa alienação do espaço, uma vez que, “em prejuízo da realidade presente, muitas vezes a região é obscurecida com imagens do passado e do futuro”. (FREMONT, 1980, p. 244-245).

A alienação do espaço também pode ser concebida em oposição ao espaço vivido, na medida em que os processos de apropriação e reprodução econômica, próprios do momento que vivemos, minam paulatinamente o espaço dos seus valores, reduzindo sua significação ao espaço dos valores econômicos. Tal situação nos remete às “inaptações” que se manifestam através das transformações econômicas e sociais que verificamos nos espaços vividos. De outro lado a produção de subjetividades coletivas também funciona como espécie de alienação do espaço, vez que:

O capitalismo mundial integrado (CMI) tende, cada vez mais, a descentrar seus focos de poder das estruturas de produção de signos, sintaxe e de subjetividades, por intermédio especialmente, do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade, as sondagens etc. (GUATTARI, 1993, p. 31)

O espaço vivido é, portanto, até certa medida, um espaço alienado, já que as evidências constáveis dos processos que operam transformando a sociedade contemporânea, alguns dos quais mencionados nesse trabalho, encaminham-se no sentido da degradação das relações humanas, num quadro que limita cada vez mais os espaços dos inaptos, daqueles que encontram nas inaptações a possibilidade de recriar a sua própria região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral os estudos regionais têm se revestido de, pelo menos, duas características. A primeira refere-se à ênfase dada ao meio natural e o seu predomínio no quadro das influências que atribui, à natureza, um valor predominante face ao meio social. A esta tendência deve-se somar outra que considera a região como espaço das relações de produção, dentro da qual deve ser circunscrita todas as relações humanas. A ênfase dada, ora a uma, ora a outra tendência, reduz as possibilidades de uma abordagem que considere o contexto integrativo, onde poderão ser percebidas as múltiplas influências constitutivas de uma abordagem regional

que considere o meio natural, as relações sociais e as subjetividades individuais e coletivas.

Outra tendência pode ser acrescida a esse contexto, a da região e espaço vivido, a partir da qual podemos considerar alguns elementos importantes para compreensão dos estudos regionais. Cabe ressaltar que as preocupações ecológicas e socioeconômicas, sobre as quais se debruçam as coletividades humanas, estão estreitamente vinculadas aos estudos regionais, particularmente no que se refere à região compreendida como espaço vivido. Tais preocupações estão respaldadas na diversidade de contextos a partir dos quais se entremeiam um conjunto de relações que são provenientes do meio natural, das relações sociais e das subjetividades humanas.

Tomados, nesse trabalho, os estudos que partem dessas preocupações permitem uma melhor compreensão das realidades regionais, sobretudo num momento em que se observam importantes transformações no seio das sociedades. Transformações estas ocasionadas pelo acelerado processo de desenvolvimento técnico-científico que tem posto em evidência um número cada vez mais crescente de questionamentos que se estendem desde a alçada do uso e preservação dos recursos naturais, no sentido de se compatibilizar o crescimento econômico com a preservação das potencialidades ecológicas; passando pelos desequilíbrios sociais que engendram mudanças no seio das sociedades que operam no sentido de sobrevalorizar os espaços econômicos e estes perdem paulatinamente seus significados e valores, tornando-se esvaziados, lisos diante do

caráter funcional que lhe é atribuído; até às mutações que ocorrem no nível das subjetividades.

É importante observar que as subjetividades individuais e coletivas são frequentemente manipuladas pela mídia que, ao introjetar novos valores, cria uma espécie de standardização ou padronização de comportamentos que se encaminham para destroçar valores preexistentes e substituí-los por valores calcados numa economia de lucro e por relações sociais e de poder expropriativas das condições de igualdade humana.

Outra observação pode ser considerada diante da necessidade de construção da noção de região, espaço vivido. Trata-se da concepção de espaço alienado. Nesse sentido, a alienação do espaço pode ser evidenciada segundo, pelo menos, duas características: a que a concebe como fruto de relações “passadistas”, onde o espaço presente cristaliza-se no passado; ou, ainda, quando considera um enfoque centrado numa perspectiva “futurista”. Obviamente não se podem negar as contribuições de tais perspectivas, seja quando reconstituem elementos do passado, seja quando abrem caminhos prospectivos. Contudo, quando consideradas de forma extremadas, podem esclarecer menos e confundir mais as análises presentes dos espaços vividos.

Esse contexto pode ser acrescido ainda de outra perspectiva, a do espaço funcional que, ao sobrevalorizar os aspectos econômicos, face aos valores do espaço vivido, constitui certo tipo de alienação, na medida em que a

funcionalidade implícita à realidade econômica impõe-se, destituindo valores, moldando-os de acordo com suas conveniências.

A concepção da noção de região é, assim, enriquecida pelas perspectivas preconizadas pelo enfoque da região, espaço vivido, sobretudo num momento em que nos colocamos diante da necessidade de repensar a realidade presente, de reaprender as contingências do espaço e de recriar as relações dos homens com os seus lugares.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25ª edição (Trad.) Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

FREMONT, Armand. **A Região, Espaço vivido**. Trad. António Gonçalves Coimbra: Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

GOMES, Paulo Cezar da Costa. O Conceito de Região e sua discussão. In: CASTRO, I. Elias de, CORRÊA, R. Lobato et GOMES, P. C. da Costa. (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP: Papyrus, 1993 (original em francês).

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993 (original em francês).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção.** São Paulo:USP, 2006.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo-Globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1997.

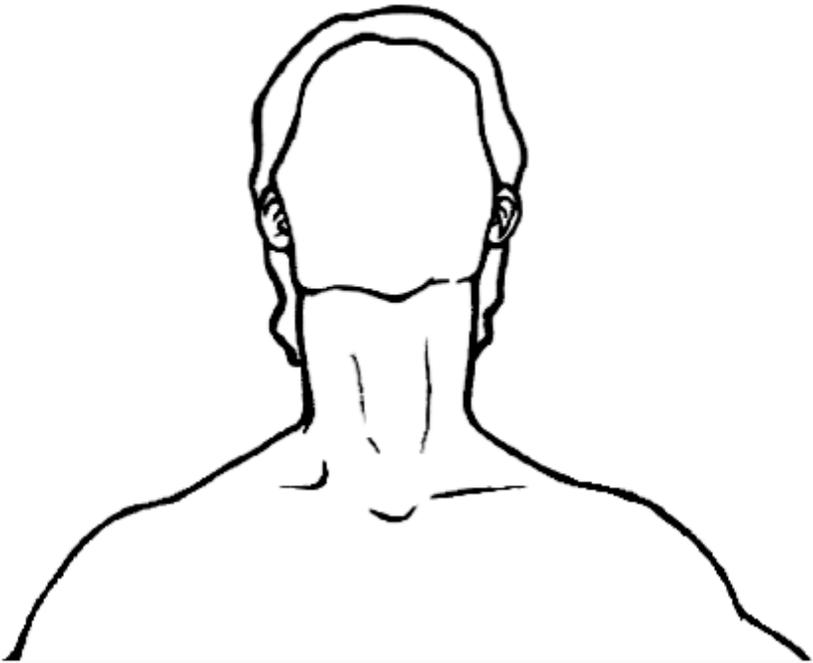
SPRETNAK, Charlene. **Estados de gracia, como recuperar el sentido para uma posmodernidad ecológica.** (direção) Guillermo Sabenes. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta. 1992.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** (trad.) Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Paisagem do medo.** São Paulo: UNESP: 2005.

2

PERSPECTIVA CULTURAL-AMBIENTAL E CRÍTICA LITERÁRIA



JORANAIDE ALVES RAMOS
MARIA DO SOCORRO PEREIRA DE ALMEIDA
WELLINGTON NEVES VIEIRA



O RIO CHICO E OUTRAS ÁGUAS NAS TRAVESSIAS DE GRANDE SERTÃO: VEREDAS

Maria do Socorro Pereira de Almeida¹

“Em especial, a água é o elemento mais favorável para ilustrar os temas das combinações de poderes. Ela assimila tantas substâncias! Traz para si tantas essências! recebe com igual facilidade as matérias contrárias, o açúcar, o sal.

Impregna-se de todas as cores, de todos os sabores, de todos os cheiros. Compreende-se, pois, que o fenômeno da dissolução dos sólidos na água seja um dos principais fenômenos dessa química ingênua que continua ser a química do senso comum e que, com um pouco de sonho, é a química dos poetas”! (Gaston Bachelard, 2002, p. 97)

INTRODUÇÃO

Nossa proposta de pesquisa se ancora em perspectivas do estudo ecocrítico como a de Cherryll

¹ Doutora em Literatura e cultura pela UFPB; Mestre em Literatura e interculturalidade pela UEPB; professora adjunta da UFRPE/UAST.

Glotfelty , que vê na ecocrítica a possibilidade de estudo da relação entre literatura e meio ambiente, no sentido de investigar como a natureza se encontra representada no contexto literário e a relação do humano com tudo que o cerca. Desse modo, ao observar a representação das águas em *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, podemos perceber que esse elemento tem uma representação muito importante na vida, nas ações, nos sentimentos dos personagens, sobretudo de Riobaldo e Diadorim.

Do mesmo modo, observamos como a natureza externa pode, muitas vezes, representar a natureza humana ou, em alguns momentos, fundir-se com ela, sendo vistas em similitude ou em um contexto simbólico, fomentando a ideia de que a natureza, na obra, pode ser observada sob o contexto real e abstrato.

A água, através de suas turbulências e corredeiras mostradas pelo narrador através do rio São Francisco, pode fomentar a ideia de lutas e resistências quando da transformação do sertão, prestes a ser tomado pelas perspectivas político-capitalistas e as águas das cachoeiras “domadas” para atingir tais interesses. Por outro lado, leva-nos aos destinos (des)traçados do narrador, que se vê levado pelas “turbulências” da vida

Diante de tal contexto, o artigo tem como objetivo observar e discutir sobre a importância do elemento água em *Grande sertão: veredas*, e por que ela, nas suas inúmeras facetas, está sempre nos sentimentos e nas palavras do

narrador. O trabalho fundamenta-se em estudos da crítica literária, da écocritica, perspectivas simbólicas e histórico-cultural, sobre a relação homem e meio ambiente.

No contexto vivido pelo narrador e no discurso dele, ao longo da narrativa, é possível observar que a metáfora da água simboliza muito do que ele diz sobre o homem em geral e que o elemento água e a vida do personagem se fundem. Sendo assim, a água, muitas vezes, pode estar inserida no âmbito cultural, mas também na perspectiva sentimental, religiosa e na representação das personagens femininas que marcam a vida de Riobaldo, deixando para o leitor a tarefa instigante e interessante de observar como esse elemento é posto pelo narrador e suas representações na narrativa.

1 AS TRAVESSIAS DE RIOBALDO

Riobaldo fecha sua narração com a palavra travessia. A narração dele é a contação minuciosa de sua vida, mas a travessia expressa no final da obra sugere, além da passagem de sua vida, o aprendizado do narrador durante as várias travessias “materiais” e “imateriais” que fez durante sua trajetória como jagunço. São situações, contextos, sentimentos que intercalam medo, ansiedade, amor e ódio, que confundem a alma do narrador. No tempo presente, o ex-jagunço Riobaldo relembra a travessia da vida e todas as travessias que desviaram e integraram, de alguma forma, o seu caminho até aquele momento, fato que permite, a ele, uma

nova travessia, através da memória, por tudo que viveu e com a chance de refletir sobre o vivido. Stefan kotzenberger (2009, p. 113) vê nas travessias de Riobaldo uma forma para o autoconhecimento:

As análises que apontam o caminho de Riobaldo pelo sertão como uma viagem de iniciação concentram-se nessas passagens e “travessias” e as veem como estágios de transição do autodescobrimento [uma vez que] [...] a maior transformação na vida de Riobaldo ocorre na própria narrativa.

Assim, são travessias e travessias na vida do narrador. Por exemplo, cada mulher citada durante a narração representa passagens da vida dele, começando pela mãe, que o “deixou” ainda menino, depois, as mulheres com quem se relacionou. Cada uma delas revela um sentimento diferente e diferentes situações e modos de vida do narrador. Nesse contexto, Rosenfield (2008) nos mostra as travessias geográficas pelo sertão, as travessias situacionais e sentimentais de Riobaldo e a travessia literária do discurso narrativo.

Dessa forma, procuramos observar algumas passagens da obra que se configuram como travessias objetivas e subjetivas, buscando sempre a relação entre homem e espaço-ambiente no plano dos entrelaces dos fenômenos físico-concretos e das simbologias que remetem à subjetividade humana nesses trechos da obra. Percebemos que alguns elementos são muito importantes na narrativa de GSV, como terra, espaço, água, entre outros. Assim, buscamos observar como a água e, pontualmente, a

terra, estão simbolicamente representadas na obra em relação ao ser humano.

A liquidez é a principal característica da água e ela é, sobretudo, a representação da fluidez. Sob a correnteza dos rios está o imaginário humano em relação a passagem do tempo, a trajetória da vida e os prováveis percalços da própria condição de ser. Esses aspectos compactuam com a ideia de travessia, haja vista ser, a própria vida, uma travessia e, ao longo dela, vivemos outras tantas “travessias” nem sempre perceptíveis no plano material.

A partir desses fatores, observa-se a importância da água em *Grande sertão: veredas* e por que ela, nas suas inúmeras facetas, está sempre nos sentimentos e nas palavras do narrador. A água se metamorfoseia, se apresenta sob diversas aparências, sons e cores e o ser humano também tem suas faces e fases e, em muitos momentos, pode revelar-se, se camuflando nas camaleônicas peripécias das águas, como o faz Riobaldo durante a história. A água é um elemento vivo e está sempre em transformação. Mesmo parada, ela se apresenta diferentemente a cada momento, aos olhos de quem a observa e, na obra, a representação da água é algo vivo, observável literalmente.

Os elementos da natureza são, muitas vezes, materiais e é do que se vale nossa imaginação para revelar o lado subjetivo. Bachelard (2002, p. 5) observa que esses elementos materiais podem se associar a tipos de devaneios que, segundo ele, “comandam as crenças, as paixões, o ideal, a filosofia de

toda uma vida”. Esses elementos, de acordo com o autor, sugerem confidências secretas, sendo, em muitos momentos “sistema de fidelidade poética”. No entanto, o autor enfatiza que, no tocante à água, nós vivemo-la e damos a ela, muitas vezes, “a nossa adesão irracional” (p, 8).

A teoria bachelardiana parte do princípio da psicanálise e da teoria de Edmund Husserl (2008) sobre fenomenologia², mas, em muitas perspectivas, as ideias se assemelham, por isso o testemunho de Bachelard (2002) é importante para sustentar a perspectiva de que o humano se traduz através da natureza e a água é um dos elementos especiais e instigantes ao olhar do homem. Essas perspectivas encontram-se no narrador de GSV ao se referir aos rios e às águas de um modo geral, representando o próprio sentimento ou a condição feminina, através das várias formas como se pode apresentar a água diante de cada um de nós, uma vez que as impressões sobre o mundo e as coisas são individuais e especiais para cada pessoa.

Durante a narrativa de Riobaldo, vemos que a vida dele está baseada em travessias, não só no sentido objetivo-espacial, mas também nos contextos e situações com as quais ele se depara e 'ultrapassa', como se sua vida fosse formada por ritos de passagem, ou seja, as travessias objetivas e

² A concepção fenomenológica aqui abordada está de acordo com Edmund Husserl (2008, p. 20) “A fenomenologia é a doutrina universal das essências, em que se integra a ciência da essência do conhecimento” e nos leva a observar como o personagem percebe o ambiente em que está inserido e os elementos naturais que fazem parte desse ambiente.

subjetivas, concretas e abstratas vão se revelando na obra à medida que o narrador vai contando sua história.

Riobaldo está sempre transitando de um lugar para outro, de uma situação para outra, de uma condição para outra. De filho pobre e órfão passa a herdeiro de pai rico; por rebeldia se alia a Zé Bebelo e por amor vai para o bando de Joca Ramiro; passa de jagunço a chefe de jagunço e daí, a grande fazendeiro-coronel. Tudo acontece como sendo um ritual de passagem. O narrador rosiano deixa a premissa das suas travessias material e metafisicamente, uma vez que o sertão é o espaço por onde caminha e, ao mesmo tempo, representa também o vago do seu ser: “[...] Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém ainda não sabe. Só umas raríssimas pessoas – e só essas poucas veredas, veredazinhas [...]” (GSV, 2006, p. 100).

O sertão, ao qual o narrador se refere neste momento, é uma alegoria do próprio eu. O artigo indefinido (um) mostra não o sertão espaço, conhecido geograficamente, mas um vago interior que ele não entende e que desconhece. É um sentimento indefinível representado fenomenologicamente pelo sertão, uma vez que, para ele, há a semelhança do sertão: espaço ignoto, misterioso, às vezes assombroso e vasto; com aquilo que o consome e confunde; como ele mesmo coloca: “Quería entender do medo e da coragem e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo a suceder [...]” (p. 100).

O próprio narrador confessa: “Lhe falo do sertão. Do que não sei”. Percebemos que não é o, mas *um* grande sertão, que poucos compreendem e, mais uma vez ele explica essas

pessoas fenomenologicamente, através das raras veredas, veredazinhas. Há uma símile entre as veredas do sertão, pelo fato de serem raras, uma vez que isso faz o sertão descrito por Rosa especial; com as pessoas mais conscientes que, segundo ele, também são raras e porque elas representam o lado positivo, o bem, em um mundo de “aridez” em vários sentidos.

Assim, Riobaldo vai contando suas passagens mesmo que, em princípio, não as entendesse. No presente, ele consegue ver com mais clareza, embora na falta de expressões para explicar seus sentimentos, ele use das metáforas da natureza externa em símile com a interna³ para se fazer entender. Ele tece sua história e faz observações, mostrando sua ignorância de “ser” enquanto conta suas passagens e paragens, começando ainda menino, aos quatorze anos, quando conhece o menino (Diadorim) que o conduz à primeira travessia no rio São Francisco.

2 AS ÁGUAS NO GRANDE SERTÃO

É no momento do encontro entre os dois meninos que vemos a água surgir como uma fonte anímica para o narrador e, ao mesmo tempo, norteadora da obra e importante elemento na narrativa. Riobaldo se representa através da natureza, usando sempre dois elementos compostos: água/terra (rio/sertão) e água/fogo (masculino/feminino). Os sentimentos

³ A natureza interna a que nos referimos é a alma, a essência humana e a externa é o meio em que o homem está inserido.

relacionados à sensibilidade e ao amor geralmente estão ligados à água; já os conflitos mundanos das relações sociais, políticas e ligados à vida de jagunço, ele relaciona ao sertão e, assim, ele funde água e terra em um só elemento, do mesmo modo como é constituído o próprio homem: corpo e alma, massa e água. Ele coloca tanto a água quanto a terra na forma dos seus próprios estados de espírito. Por outro lado, ao fundir água e fogo, ele mostra a sensibilidade e a virilidade ao mesmo tempo. Esses aspectos são evidenciados tanto no protagonista, quanto em Diadorim.

Bachelard (2002) mostra que o imaginário se “aproveita” de alguns elementos para se revelar, uma vez que a imaginação precisa da forma material para poder ser. Nesse sentido, a água seria um dos elementos que melhor representaria os sentimentos da alma humana, uma vez que possui características múltiplas, infinitas, ou seja, é multifacetária. Dessa forma, o autor mostra como o imaginário humano se relaciona com os aspectos da água em cada momento, pois, segundo Bachelard, “existe, sob as imagens superficiais da água, uma série de imagens cada vez mais profundas” (2002, p, 6). A água, na concepção do imaginário, assume conotações diversas e “é também um tipo de destino, [...]um destino essencial que metamorfoseia a substância do ser”. (p.6)

A condição dos opostos observada na obra rosiana em muitos momentos se aproxima da filosofia de Heráclito (1985, p. 98): “Nós mesmos somos e não somos”. Assim como Heráclito, Riobaldo também evidencia a guerra dos opostos e,

ao mesmo tempo a necessidade da existência deles para discernimento humano das coisas objetivas e subjetivas, reais e abstratas, uma vez que os opostos estão na própria condição de existir do universo e de tudo que nele há. Nesse sentido, a fluidez do rio e do homem comungam na obra rosiana.

A travessia de Riobaldo pelo rio Chico se inicia com a descida de um barranco que ele faz com a ajuda do menino (Diadorim): “Ele me deu a mão para me ajudar a descer o barranco”. (GSV, 2006, p. 103) Ao observar os conflitos do narrador colocados posteriormente, e suas aflições por se ver envolvido com Diadorim, podemos entender essa descida como “infernai”. É uma descida para o desconhecido em que a “tentação” representada pelo menino o induz. Veja-se que Riobaldo se isenta da responsabilidade de suas escolhas, como se estivesse, já ali, naquele momento, anunciando sua indução ao “pecado” e à transgressão da sua condição de macho. Como se vê no decorrer da narração, tudo leva à inocência dele e à precoce sabedoria do menino.

Outro aspecto curioso está nas condições em que aparece o numeral três na obra. Vemos durante a narração que o número três é representado simbolicamente várias vezes: três mulheres que fazem parte da vida do narrador: Diadorim, Otacília e Nhorinhá; três nomes tem o narrador (Riobaldo, Tatarana e Urutu Branco), três são as principais travessias da obra, representadas de várias formas: Riobaldo passa por três chefes que têm grande representação em sua vida, entre outras significações, são eles: Zé Bebelo, Medeiro Vaz e Joca

Ramiro. Três são as fases de sua vida: infância, jagunço e narrador. Com recursos narrativo de um monólogo interior direto, que fala a um ouvinte da cidade, mas remete também ao leitor, ele faz a rememoração de várias cenas de sua vida. No momento, ao qual nos reportamos, vê-se a formação de uma tríade para o ritual de passagem: Riobaldo, o Menino e o Barqueiro. Riobaldo se deixa levar: “Eu estava indo ao meu esmo”. (p. 104). É como se ele estivesse solto na correnteza de um rio sem controle ou direção.

Naquele ambiente quase intocado pelo homem, o menino vai apresentando para Riobaldo as minúcias da natureza externa, as quais se podem relacionar, simbolicamente, aos sentimentos, à sexualidade e à vida dos personagens: “É o rio cheio de bichos cágados. [...] Foi o menino quem me mostrou. E chamou minha atenção para o mato na beira, em pé, paredão, feito à régua, regulado. _ 'As flores' ele desprezou. [...] (GSV, 2006, p. 104)

Os cágados, no conhecimento popular e esotérico, estão associados à sabedoria, à certeza, à longevidade e ao sentido de proteção. O casco desses animais faz com que eles tenham poucos predadores. Na obra Rosiana, ao sabermos da condição posterior de Diadorim (mulher), podemos relacionar tudo isso ao menino. Primeiro pela sabedoria que demonstra para Riobaldo; depois, a vestimenta masculina funciona como uma armadura (casco do cágado), proteção para afastar as intenções dos homens (predadores), ou seja, sua aparência rude; e seus acessórios, como é o caso da faca e da roupa, são o

que lhe serve de “armadura”. Percebemos que a natureza descrita pelo narrador em nenhum momento é apenas imagem ou pano de fundo. Ele vai apresentando ao leitor algo que, de forma mimética, interage com os personagens.

Diadorim, no decorrer da história, é conhecedor e amante das flores; naquele momento da travessia, ele chama atenção do narrador para a vegetação que forma “um paredão” (como ele descreve a posição da vegetação), como se Riobaldo tivesse que ultrapassá-lo, é como se aquele paredão fosse a representação de algo intransponível, talvez a proteção de um corpo que não deveria ser 'violado', como se o paredão escondesse o segredo do menino que não poderia ser revelado. O menino deixou que Riobaldo chegasse até certo ponto e deixa claro esse limite, que remete a um 'território' desconhecido e proibido, uma vez que está cercado, emparedado. Essa premissa se ratifica quando observamos que no alto do paredão estavam as flores, “subitamente vermelhas, de olho de boi e as roxas de mucunã” (GSV, p. 104), a última o narrador diz ser “um feijão bravo”. Nesse contexto, os pesquisadores Edna Maria F. S. Nascimento e Erasmo d'Almeida Magalhães, no texto *O sertão de Riobaldo: a flora em Grande sertão: veredas* (2002) mostram através de documentos e anotações do próprio Rosa, como ele colocava os termos para se referir ao meio natural, especialmente às plantas e flores, como é o caso do olho-de-boi e da mucunã:

Os termos *olho-de-boi* e *mucunã* acham-se em conjunção na definição discursiva porque têm o mesmo gênero próximo, pertencem a mesma classe de plantas: trepadeiras. Em

relação ao primeiro termo, o gênero próximo está em ordem direta, vem depois dele; em relação ao segundo, há uma inversão: *trepadeiras antecede mucunã*. Quanto às diferenças específicas flores vermelhas para olho-de-boi e roxas para *mucunã* também há uma inversão, elas antecedem os termos aos quais se referem. Cabe ressaltar que o termo *mucunã* é especificado com mais uma diferença: produz um feijão bravo que se chama também *mucunã*. O termo *mucunã* que denomina a trepadeira e o seu produto é definido duas vezes, havendo uma justaposição de definições discursivas. Na definição de *mucunã* como produto, a equivalência é introduzida por uma oração adjetiva explicativa, que é um *feijão bravo*, que salienta a diferença específica *braveza*, característica dessa planta, e assim descrita no dicionário (Ferreira, 1975) “cujas vagens têm um revestimento piloso que causa prurido na pele de quem lhes toca”.

Os autores acima citados buscam a flora de forma material e científica, ou seja, é uma pesquisa sobre a natureza na obra rosiana que se concentra no que concerne ao materialismo da obra, daquilo que está descrito dentro do espaço como parte da fisiologia e da geografia dos espaços descritos. O artigo desses autores mostra a fala do narrador quando descreve o lugar, mas não investiga a relação sentimental, psicológica, mitológica, espiritual e ambiental do personagem com o meio ou como integrante do mundo natural, como é a proposta do nosso olhar.

Dessa forma, observa-se que Rosa não troca a posição dos vocábulos à toa, no imaginário social as flores vermelhas representam paixão e sexualidade e olho de boi é o nome popular dado a uma das espécies da *Dioclea grandiflora*, da família das flores da mucunã (Figuras 1 e 2). Uma flor que, antes

de desabrochar, é uma vagem em formato comprido e arredondado, depois de algum tempo abre-se e deixa à mostra uma espécie de pedículo de forma comprida e aparentemente mais frágil, flexível e macio. A impressão é de que a flor fica escondida entre as folhas que a protegem e só no tempo certo ela aparece. Esses aspectos podem ser relacionados com o corpo feminino que desabrocha para a puberdade e o pedículo da flor, pela sua forma e textura, pode ser visto como o próprio clitóris. Vendo por fora o formato é comprido como um pênis, mas ao abrir-se mostra a verdadeira característica. Essa aparente camuflagem de um pênis se assemelha a aparência masculina de Diadorim.

Figuras 1 e 2: Flor olho-de-boi começando a desabrochar e já desabrochada.



Fonte: <http://umasementepordia.blogspot.com.br/2012/04/desenvolvimento-do-pe-de-olho-de-boi.html>

A semente de mucunã – Figuras 3 e 4, como o próprio narrador afirma, é uma espécie de feijão pelo seu formato, só que muito grande e não é comestível, pelo menos na sua forma original. Ao mesmo tempo nos remetemos ao feijão

enquanto semente, na vagem e simbolicamente chegamos até um símbolo de fertilidade.

Figuras 3 e 4: Mucunã na vagem e já debulhada.



Fonte: <http://belezadacaatinga.blogspot.com.br/2012/01/mucuna-mucuna-pruriens.html>

O narrador ainda observa que era mês de maio (mês de colheita) ou de “comprar arroz quem não pode plantar” (GSV, 2006, p. 104). Fica subentendido aí que não havia, entre ele e o menino, uma amizade, não tinha sido plantada ainda a confiança. Ele era um desconhecido que tinha de 'pagar o preço' para estar com o menino e merecer a amizade dele. Nesse momento especial e de descoberta, eles estão sob a proteção do céu, cercados por um ambiente natural. O menino está como mestre ritualista e sabedor do que ele, Riobaldo, não conhecia: “Se via que estava apreciando o ar do tempo calado e sabido, e tudo nele era segurança em si.” (GSV, 2006, p. 104).

Todo esse contexto era tal qual uma preparação para a travessia, já estavam chegando ao rio Chico: “E de repente, aquela terrível água de largura: imensidade.” (p. 104). O Rio São

Francisco surge à semelhança de uma grande boca que engole o de-Janeiro, assim como Riobaldo sente que ele engole também a sua vida. É como se o destino, o futuro ignoto, misterioso, imenso, mostrassem sua cara perigosa para ele e, através da visão para o rio naquele momento, se revela a percepção dele sobre tudo isso.

Esses aspectos mostram também a importância da água na obra: “A água bruta, traiçoeira – o rio cheio de baques, modos moles, de esfrio, e uns sussurros de desamparo”. (GSV, 2006, p. 105). Mais uma vez um componente natural é personificado e vivo, como se a água (feminina) compactuasse, de alguma forma, com Diadorim.

Percebe-se aí a insegurança de Riobaldo em relação àquela situação e à sua própria vida. Vê-se que, assim como ele faz a relação entre sertão-mundo e sertão-homem, ele faz também rio-vida e Rio-baldo. Bachelard (2002) relaciona as águas do dia, perante a luz solar, com a sexualidade, como se a quentura provocada pela luz e a imagem da água provocassem sensações que elevam à libido.

Considerando o momento, o ambiente e o contexto em que se encontram os personagens, esses aspectos podem estar essencialmente ligados à cena. No entanto, a situação em que se encontram confunde o sentimento do narrador. Há naquela ocasião uma espécie de batismo, de iniciação, no sentido de ser a condição para experiência de algo secreto como se ele tivesse entrando em um lugar reservado, secreto, segredado. Tudo leva à percepção de uma espécie de

sacramento, de batismo: “O menino pôs a mão na minha. [...] o canoeiro cantou feito moda de copla {modo da poesia popular} que gente barranqueira usa: Meu rio São Francisco, nessa maior turvação: vim te dar um gole d'água, mas pedir tua bênção” (GSV, 2006, p. 107).

O Rio está abençoando aquela relação que se inicia naquele momento, o lugar parece ser escolhido propositadamente para a cerimônia, há todo um contexto de natureza que converge para o entrelaçamento dessas duas vidas e aspectos do ambiente que simbolizam essa imersão dos dois personagens em uma nova etapa de vida: “[...] fomos no meio avermelhado do capim pubo. Sentamos, por fim, num lugar mais salientado com pedras, rodeado por áspero bamburral”. (p, 107). Não se pode ignorar o fato de que o bamburral se dá em lugar pantanoso e úmido. Embora sendo florado, flores roxas em espigas e fruto capsular pequeno, não deixa de ser um espaço sombrio e que, por ser lamacento, é movediço, um atoleiro. Esses aspectos levam a imaginar que Riobaldo estava diante de uma situação de prazer e, ao mesmo tempo, do “perigo” que circundava sua vida a partir de então.

Outro aspecto que leva à condição de ritual é que o menino oferece para Riobaldo a rapadura e o queijo, ou seja, o doce e o salgado, como em uma experimentação de algo a ser conhecido, as duas partes contrárias da vida. Enquanto isso, o menino fuma e mastiga o capim, como em um ato de ritualidade. A “celebração” é cocluída e assinalada com sangue no momento em que o menino fura a coxa do “intruso” que

cogita tocá-lo. É uma titude, até certo ponto, exemplar, mas que encanta Riobaldo pela coragem e independência do menino, como assevera Adair Neitzel (2004, p. 52):

Ao encontrar o menino e com ele descobrir o que é ter coragem, demonstrando um facínio por aquela valentia infinita e bela, manifestando por ele admiração desde o início, atou sua vida a dele. [...] Diadorim exerce sobre ele um desmedido controle, seu excesso de coragem, sua nobre ascendência exercerão sobre ele[...] um eterno sentimento de submissão.

Esse sentimento de admiração foi tão intenso que Riobaldo, depois de anos, ainda se pergunta: “Que coragem inteirada, em peça era aquela dele? De Deus, do demo? (GSV, 2006, p. 109). Observa-se, no percurso da obra, que os elementos da natureza representam os sentimentos, as simbologias de algumas situações e contextos vividos pelo narrador e o espaço ambiente como o que acolhe os meninos naquele momento especial, à semelhança de uma volta ao ventre. É como numa fusão de seres que formam o sertão-mundo, narrada em expressões fenomenológicas, quando não é possível à palavra externalizar a percepção do sujeito sobre as coisas, pessoas ou situações, como afirma o próprio narrador: “muita coisa importante falta nome” (p. 109).

Desta forma, Riobaldo é iniciado à condição sexual masculina no rio Chico, “batizado” em suas águas, água essa que, assim como está na formação do ser, está essencialmente posta na obra rosiana. Nesse contexto, o rio que jorra representa a vida de Riobaldo que vai correndo sem que ele

saiba o que virá, sem futuro, apenas vivendo cada situação, assim como rio que vai abrindo seu caminho na medida em que suas forças lhe proporcionam a passagem.

O rio que jorra ainda pode simbolizar a história narrada por Riobaldo, uma história entrecortada “jorrada” inlinearmente. Desta forma, concordamos com Baggio quando ele diz que “O rio São Francisco é o eixo ordenador e referência central no *Grande Sertão*.” (2005, p. 114). Vê-se, assim, que é através da natureza presente no espaço vivido que se projeta a vida do narrador rosiano. Uma natureza que parece ter vida própria, que se faz personagem e personalidade, que participa ativamente da vida dos personagens.

Percebemos que, o rio Chico revela-se como um símbolo divisor na vida do narrador uma vez que, ao atravessá-lo, ele tem uma nova perspectiva de vida que já prenuncia na sua fala: “Enxerguei os confins do rio, do outro lado. Longe, longe, com que prezo se ir até lá?” (GSV, 2006, p. 105) Riobaldo, após a travessia, não seria mais o mesmo e o rio teria para ele um novo sentido. Ele deixa subentendida a condição de virgindade e pureza dos dois meninos e a experiência vivida em igual condição, quando ele diz: “Eu não sei nadar. O menino sorriu bonito. Afiançou: Eu também não sei” (p. 105). Percebe-se aí que o verbo nadar pode ser visto como uma metáfora que remete à “ignorância” deles em relação ao amor e à sexualidade, ao sentimento que ora aflorava, o que se confirma na expressão conclusiva do narrador: “Eu vi o rio” (p. 106). Esse rio, remete à linha da vida e a água é aquela que encanta,

sufoca, é vida, envolve, arrasta, constrói, mas também pode destruir. Todos esses aspectos, envolvendo o elemento água, representam interiormente o narrador, em seus conflitos, medos, anseios amores que se fundem e confundem, formando uma onda interna que o desestrutura.

Os significados ocultos da obra de Guimarães Rosa e sua “forma” inventiva de usar as palavras fazem com que estudiosos, a exemplo de Ettore Finazzi-Agrô (2001), o vejam como alquimista do verbo. Assim, o texto rosiano fomenta olhares que vão além dos espaços, numa eterna busca pela sintonia dos múltiplos e das diversidades do mundo e das pessoas, o que nos afigura mais uma vez a concepção do autor de homem/natureza/mundo como sendo partes que se completam e, ao mesmo tempo, opostas entre si. Rosa, sem perder sua fidelidade ao real, conduz o leitor além das fronteiras dessa realidade e para dentro de si mesmo, levando-o não ao sertão, mas aos 'sertões' do mundo e aos mundos do sertão, como corrobora a fala de Finazzi-Agrô (2001, p. 34).

Em grande sertão: veredas se dá, a meu ver, uma espécie de imperfeição, no sentido já apontado de uma impossibilidade em marcar os limites textuais e de gênero desta obra, em que de fato, a consciência da partição e da heterogeneidade convive com o desejo de uma representação global.

Assim, o discurso de Riobaldo não é só uma história contada, mas a possibilidade de outras histórias que podem ser fomentadas pelo fio condutor dado pelo narrador. O romance, nesse sentido “[...] alarga-se e aprofunda-se [...]” (AGRÔ, 2001, p. 36). Nesse contexto, o sertão de Riobaldo é o sertão-mundo,

o sertão-ser, com suas imperfeições, harmonias e desarmonias, utopias e heterotopias que formam o todo complexo.

Como afirma Santiago Sobrinho (2007, p. 8), ao apresentar o livro de Alan Viggiano, *Intinerário de Riobaldo Tatarana*, “estamos diante de uma unidade construída de variedades”, guiados, por assim dizer, pelas águas dos rios, uma vez que cada um deles tem, na obra, um significado, um sentido, como o de-Janeiro, que intermedeia a travessia de Riobaldo e o Rio Chico (pai dos outros), que tem em seu curso a metáfora da vida do narrador.

O rio Chico é citado mais de cinquenta vezes dentro da narração, como se fosse o 'comandante', o direcionador, um personagem essencial. Nesse sentido, lembramos da importância do rio para o Brasil (Rio da Integração Nacional). O rio foi assim nomeado na época do regime militar, no Brasil, como uma estratégia política, no intuito de passar a ideologia e reforçar o sentido de integração e exaltação das belezas naturais do país, uma vez que ele é o maior rio totalmente brasileiro. Nasce na serra da Canastra, em Minas Gerais, e se alastra do Sudeste ao Nordeste, cortando vários Estados, indo, por fim, desaguar no oceano atlântico.

É possível perceber que Rosa deixa subliminar a questão da exploração do rio. No momento da escrita da obra, o processo ainda estava se iniciando, mas Rosa conhecia bem como funcionava a política e como o rio São Francisco era propício naquele momento em que a indústria começava a se desenvolver no país. De acordo com os estudos do professor

Sérgio Malta (UFCC), no livro *Paulo Afonso e desenvolvimento regional* (2011), ainda no início do século XX houve duas tentativas de aproveitamento das potencialidades agrícolas e energéticas do rio, o primeiro do inglês Richard George Reyde e, depois, de um brasileiro, Francisco Pinto Brandão, que tiveram seus requerimentos indeferidos. Vale ressaltar, segundo o estudioso, que Delmiro Gouveia foi o pioneiro na construção das hidroelétricas na região: “No final do primeiro decênio do século XX, como comerciante bem estabelecido no ramo de courinhos, através de sua firma Iona & Cia, Delmiro contrata, junto a empresa W.R Blande & Co de Londres, o projeto da usina hidroelétrica denominada Anjiquinho”. (2011, p. 35)

Delmiro, que já havia construído a fábrica da Pedra na região da cachoeira de Paulo Afonso, constrói também sua fonte de energia. A decisão do empresário de se manter nesse lugar é exatamente em virtude dos benefícios que propunha o rio, tanto para a geração de energia como para o transporte das mercadorias, o que, na época, ainda era muito precário. Assim, “a combinação do transporte ferroviário, através da estrada de ferro Paulo Afonso, com o fluvial, pelo rio São Francisco, foi, no caso em análise, de grande importância para consolidar o empreendimento de Delmiro na região”. (MALTA, 2011, p. 32)

A CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) coloca em prática o projeto da construção das hidrelétricas com a edificação de quatro usinas que são ponto de união entre os Estados Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. A cachoeira de Paulo Afonso, que tantos ainda desejam conhecer, na

verdade, foi “privatizada”, barrada pela CHESF, as águas da cachoeira estão represadas e só “existe” cachoeira (queda d’água) quando chove bastante na nascente do rio e a CHESF resolve abrir as comportas e soltar as águas. Rosa, de certa forma, já deixa subentendido o uso das águas do rio São Francisco que, por um lado, traria benefícios ao desenvolvimento do Nordeste e do Brasil, mas por outro, deixaria centenas de pessoas sem “vida”, sem sonhos, sem história e sacrificaria grande parte do meio ambiente, em virtude dos alagamentos para as construções de barragens. Esses aspectos mostram as contradições da lógica capitalista.

Como afirma Finazzi-Agrô (2001), Rosa se regionaliza no espaço físico, não se furta ao real e, a partir dessa realidade rasga as malhas do tempo e do espaço para conduzir o leitor, metafisicamente, nos labirintos do sertão-mundo, do sertão-ser e do rio-mundo e do rio-ser. Pode-se observar, assim, que os outros rios citados pelo narrador de Rosa, sejam eles reais ou imaginários, são os pontos de ligação do todo, assim como a vida é feita de vários aspectos e direções que se entrecruzam.

As etapas fluidas da vida do narrador estão representadas pela fluidez da água que se apresenta ora clara, ora escura; ora calma ou revoltosa; ora em larga travessia ou em estreito curso como se apresenta também o narrador interiormente. Essas assertivas corroboram as palavras de Santiago Sobrinho ao observar que: “A matéria do sertão, aqui compreendido como sendo a obra Rosiana, é a água”. (2007, p. 9).

Nesse contexto, percebe-se que o GSV está posto, especialmente sob dois elementos: Terra (sertão) e Água (os rios), os opostos que formam o todo (mundo) e, como condiz a filosofia heracliana, a diversidade que, justamente pelas contrariedades, mantém a harmonia do todo. Lembremos, nesse contexto, que a água, através de suas turbulências e corredeiras mostradas pelo narrador, pode fomentar a ideia de lutas e resistências, quando da transformação do sertão, prestes a ser tomado pelas perspectivas político-capitalistas e as águas da cachoeira “domadas”, para atingir a tais interesses. Por outro lado, leva-nos aos destinos (des) traçados do narrador, que se vê levado pelas “turbulências” da vida.

Riobaldo, até a mãe morrer, não fazia ideia de quem era. Depois da morte da mãe, sua primeira condutora, vai parar na casa do padrinho Selorico Mendes, conduzido mais uma vez por uma vizinha da falecida mãe. A vida dele, a partir de então, muda completamente, como se a anterior nunca tivesse existido, a não ser pela lembrança que ele tem da mãe. Ele, ainda menino, encontra Reinaldo/Diadorim que o conduz na travessia do rio São Francisco. Essa travessia é uma linha divisória na vida de Riobaldo, representando-o antes e depois de Diadorim: “Tive medo. Sabe? Tudo foi isso: tive medo. Enxerguei os confins do rio, do outro lado. Longe, longe. Com que prazo se ir até lá? Medo e vergonha.” (GSV, 2006, p. 105).

Assim como o velho Chico corta o sertão, vai cortar a vida do personagem, haja vista ser, nesse momento, o conhecimento

de um sentimento ainda não compreendido, mas que depois é revelado pelo narrador como amor. Um rio turvo e um sentimento ainda desconhecido e conflitante. Nesse contexto, a natureza revela-se cúmplice do homem em seus próprios mistérios. O rio baldeia suas águas e, comungando com a ótica heracliana⁴, nunca é o mesmo rio. Assim, Riobaldo, que também nunca se sabe, evidencia esse aspecto mutante, tanto na vida quanto na forma de ser e de se expressar.

Heráclito, no *Aforismo 49*, observa que: “Nós mesmos somos e não somos” (2010, p. 6). Assim como Heráclito, Riobaldo também evidencia a guerra dos opostos e, ao mesmo tempo, a necessidade de suas existências para discernimento humano das coisas objetivas e subjetivas, reais e abstratas, bem e mal, uma vez que os opostos estão na própria condição de existir, do universo e de tudo que nele há. Assim, o fluido do rio e do homem está em comum acordo na obra rosiana.

Quando Riobaldo assume a nova “personalidade” apresentada pelo novo nome, Urutu Branco, e a chefia dos jagunços, é rumo ao rio Urucuaia e, depois, ao Paracatu que ele vai, para poder atravessar o Liso do Sussuarão, travessia que não fora completada por Medeiro Vaz. Podemos observar que os itinerários do jagunço narrador estão sempre ligados aos rios e cada um desses rios tem uma representação para o jagunço como se, através deles,

⁴ Filosofia do Devir e dos opostos, de Heráclito, constantes nos Aforismos. “Descemos e não descemos em um mesmo rio, nós mesmos somos e não somos” (Heráclito, aforismos, fragmento 49 in AIUB, Revista Filosofia 2010, p. 6)

pudesse traduzir seus vários sentimentos e os rios representassem as situações por ele vividas.

Além do São Francisco, encontramos na obra outros rios que integram a bacia hidrográfica (afluentes e subafluentes) como Urucuia, Preto, Pardo, Cochá, Borá, Araçuaí, Verde Grande, Verde Pequeno, do Sono, Soninho, de Janeiro entre outros. No contexto cartográfico e histórico-sociocultural, se podem considerar muitos lugares citados por Riobaldo, assim como os rios e os Estados de MG, BA, PE e GO, como se o sertão fosse o núcleo, ou seja, o elo que liga todos eles: o coração e, assim, o rio São Francisco seria a aorta que corta o sertão de canto a canto e por onde passa o “sangue” (água) dos outros rios. Dessa forma, os rios são a própria representação da vida daqueles que habitam esses Estados e que pode ser “tirada” deles pelos exploradores.

Os rios representam, na fala de Riobaldo, o contexto de vida, de realidade, de imaginação, de sonho, de amor, de medo, entre outros sentimentos. Os rios também simbolizam as várias culturas que se entrecruzam, as várias religiões que se interligam de alguma forma. Do mesmo modo, as concepções do narrador sobre a alma humana o levam a pensar sobre os rios em relação à pureza e impureza, metaforizando as religiões através deles: “bebo água de todos os rios”.

As religiões são apresentadas pelo narrador com igual importância e respeito, como se cada uma delas fosse um caminho para o homem chegar a si mesmo. Do mesmo modo, as diferentes culturas representadas, entre outros modos, pela

heterogeneidade dos nomes próprios, são partes de um mesmo mundo. Cada um dos rios citados pelo narrador são caminhos para chegar ao mar. Dessa forma, as religiões dão a possibilidade de purificação da alma, de autorreflexão, são diferentes formas de se chegar à alma humana “fundo sem fundo” e também pode fomentar o significado de Deus. Nesse contexto, assemelham-se aos rios que, embora por direções diferentes, chegam sempre ao mar.

Observamos ao longo do discurso do narrador, que os lados esquerdo e direito do rio Chico, o rio pai, sempre são citados e que os personagens que estão sempre do lado direito, segundo o narrador, são os que estão do lado de Joca Ramiro e os Hermógenes sempre são citados como aqueles que estão do lado esquerdo. Dessa forma, é como se do lado direito estivessem a justiça e os cristãos, e do outro, os traidores e diabos. Essas observações foram feitas também por Antonio Candido (2006, p. 124) quando diz “Percebemos, com efeito, que ele divide o mundo em duas partes qualitativamente diversas: o lado direito e o lado esquerdo, carregados do sentido mágico-simbólico que esta divisão representa para a mentalidade primitiva”.

Em se tratando das mulheres que passaram pela vida do narrador, também as encontramos simbolizadas pelas águas, como é o caso de Otacília. Por vezes ela, assim como Diadorim, também vai ser comparada com o rio, só que, enquanto em algumas situações Riobaldo mostra o mistério de Diadorim e o vê no Urucúia, ele também vê na personalidade do jagunço a

determinação, a ansiedade pela vingança, através do Rio Chico em suas águas nebulosas, turbulentas e suas correntezas. Ele vai associar Otacília, também, à beleza e a mansidão do Urucúia no sentido de que: "Otacília sendo forte como a paz, feito aqueles largos remansos do Urucúia, mas que éreo de braveza. Ele está sempre longe. Sozinho." (GSV, 2006, p. 190)

Os rios assumem posições de agentes na vida do narrador. Cada rio, na sua especificidade, representa uma dimensão da alma de Riobaldo. As representações de alguns rios como o Rio das Velhas, de Janeiro, Urucúia, São Francisco, ultrapassam as fronteiras da fisiologia para acompanhar a vida do narrador, como ele mesmo expressa sobre o Urucúia: "Confusa é a vida da gente. Como esse meu Urucúia vai se levar ao mar. Rio meu de amor é esse Urucúia". (GSV, 2006, p. 58)

As batalhas dos jagunços se dão sempre às margens de algum rio, o que nos faz perceber que o elemento água tem, na obra rosiana, uma representação de essência e o poder de absorção e diluição dos problemas. A fluidez da água está imanente a cada situação e à vida dos personagens. Quando Riobaldo encontra o bando de Medeiro Vaz, o chefe está nas últimas e eles estão próximos do riacho Marcavão que, segundo Allan Viggiano (2007, p. 37), "provavelmente será algum riacho obscuro que deságua no rio do Sono". É como se o rio do Sono simbolizasse a morte de Medeiro Vaz.

Cotejando essas perspectivas com a mitologia grega vemos que o rio com esse nome é aquele para onde são levados

os mortos, é o rio da eternidade. O rio do Sono em GSV vai ser palco de momentos importantes e decisivos na narrativa riobaldiana. Entre outros fatores se podem ver a morte de Medeiro Vaz; a chegada cinematográfica de Zé Bebelo para auxiliar os jagunços na vingança pela morte de Joca Ramiro e, no final, a luta dos jagunços de Riobaldo contra os de Hermógenes às margens do rio do Sono que, de acordo com Viggiano (2007, p. 39), “nasce no sul do município de João Pinheiro, atravessa rumo ao norte todo esse município e vai desaguar no rio Paracatu, na divisa com Buritizeiro, próximo à localidade do Paredão, vilas que formam as gambiarras do combate final entre os dois bandos”.

Enquanto o narrador vai revelando os rios, ele vai se revelando concomitantemente, como se fizesse a ligação física e subjetiva do homem com a natureza. O rio Urucúia é mostrado, muitas vezes, como um rio de amor, um rio de água especial e paisagens que remetem ao próprio narrador e aguçam sua sensibilidade. Ao mesmo tempo, a simbologia da água também remete ao feminino, por isso, Riobaldo liga sempre a água à figura de Diadorim: “Diadorim era mulher como o sol não acende a água do Urucúia”. (GSV, 2006, p. 599). Ou seja, a mulher em Diadorim estava escondida, encoberta, sombreada. O narrador compara as águas sombrias do rio com o mistério que sempre cercou Diadorim. Nem as águas do rio nem a pessoa do amigo se deixava ver nitidamente.

Bachelard (2002, p. 21) diz que: “É necessário uma alma perturbada para realmente se deixar enganar pelas

miragens do rio” e essa realidade está bem próxima do nosso protagonista. O Urucúia provoca o coração de Riobaldo e extrai da “bruteza” do jagunço a mais bela poesia: “[...] O chapadão do Urucúia, aonde tanto boi berra. Que eu recordava de ver o rio meu - beber em beira dele uma demão d'água... Ah, e essas estradas de chão branco que dão mais assunto que a luz das estrelas” (GSV, 2006, p. 447). Cada rio, na obra, se apresenta de forma a dar justificativa para o sentimento do narrador, como o rio das Velhas que, várias vezes, é apresentado como sinônimo de saudade: “E lá se dão os pássaros do rio das Velhas, da saudade”. (p. 588)

Bachelard (2002) observa, na representação das águas, as sensações de quem as contempla. As águas claras, por exemplo, sugere a sensibilidade. Apontamos para o “conjunto” formado pela luz solar, quente e radiante, mais a influência da água e a sensação térmica imaginada que induzem ao sentido da sensualidade. Esses aspectos são observados no rio Chico, na travessia de Riobaldo e do menino, quando a sexualidade é percebida pela primeira vez, mesmo que isso fique no plano subliminar. Também se podem ver tais aspectos em algumas cenas em que Riobaldo se refere a Diadorim de forma sensual e logo aparece a água: “[...] Dele eu ainda mais gostava. Então se deu que tínhamos esbarrado em frente da lagoa clara. Já era o do Chico. [...]”(GSV, 2006, p. 305)

O Urucúia, por sua vez, pode revelar-se como a representação da melancolia e da dor do narrador. As águas

escuras são as águas que, segundo Bachelard (2002, p.49), “vão absorver o sofrimento. [...] Nunca uma água escura se faz clara, acaba sempre no âmago de uma água triste e sombria, no âmago de uma água que transmite estranhos e fúnebres murmúrios”. Assim, as águas do Urucúia são, para o narrador rosiano, um modo de expressão do seu eu, uma vez que essa contemplação: “É, antes, uma perspectiva de aprofundamento para o mundo e para nós mesmos”. (BACHELARD, 2002, p, 53) Percebe-se que o Urucúia é a fusão de amor e sofrimento, sentimentos contrários que perturbam o narrador.

Bachelard, ao falar das “Águas compostas”, assegura que a imaginação material une dois elementos: água e terra, água e fogo, fogo e terra, água e ar (brumas). Ao se unir ao fogo, por exemplo, a água une-se ao seu contrário. Assim, ele enfatiza:

Se a mistura se operar entre duas matérias de tendência feminina como água e terra, pois bem! Uma delas se masculiniza ligeiramente para dominar sua parceira. Só sob essa condição a combinação é sólida e duradoura, só sob essa condição a combinação imaginária é uma imagem real. (2002, p. 100)

Ao apreciar as palavras de Bachelard, podemos observar a forte presença de Diadorim. Ela é água, mas também é terra, uma vez que o corpo é terra: “és pó e ao pó voltarás”. Diadorim pode ser a fusão de água e terra, duas tendências femininas. Como água, que seria a ideia e a alma, ele se masculiniza para poder vencer a “delicadeza” da outra parte que é a terra (corpo feminino). A união de água e terra forma a massa que, na obra, pode ser o homem ou a mulher. Assim, Diadorim é a forma material que une os contrários e entre eles

estão esses dois elementos.

Riobaldo, a cada momento, mostra uma situação e seu sentimento diante dela. Os rios sempre estão de acordo com suas impressões, a exemplo do Paracatu, rio mais afastado e até pouco divulgado pelo narrador:

De todos, menos vi Diadorim ele era um em silêncios. Ao de que triste: e como eu podia levar em altos aquela tristeza? Aí __ eu quis: feito a correnteza. Daí, não quis. Desde que eu era chefe, assim eu via Diadorim de mim mais apartado. Quietos, muito quietos é que a gente chama o amor: como em quietos as coisas chamam a gente. E já se estava em frente do Paracatu __ que também recovava o pouco e escasso. (GSV, 2006, p. 464)

Percebe-se que o narrador se faz rio para se traduzir naquele momento. Pode-se ver que a correnteza simboliza o sentimento, o desejo e a paixão que são reprimidos de imediato. O narrador é chamado à razão e mostra a quietude e o afastamento de Diadorim ao tempo em que parece se dizer, e dizer o outro através do rio, que se mostra escasso, como se a água não tivesse força para a correnteza por estar em pouca quantidade.

Parece que, em muitos momentos, o narrador sonha acordado, ficam claros os devaneios que ele mesmo percebe: “Isso variou em meu pensamento inesperado de ligeiro supor que, a bem notado, nem foi um pensar. Arremedo de sonho.” (GSV, 2006, p, 488) Geralmente, esses pensamentos acompanham as figuras femininas, ora Diadorim, ora Otacília. Nas representações das águas, esses momentos sempre se fazem presentes: “Otacília _ me lembrei da luzinha de meio mel

no derramar dos olhares dela [...] O corpo em lei dos seios e da cintura _ todo formoso [...] que a gente depois viajasse, viajasse e não faltava frescura d'água em nenhuma de todas as léguas do chapadão” (p, 488).

Mais uma vez a água se apresenta na condição de sensualidade e fundida com a terra (chapadas), mas também representa a fluidez do sonho, a efemeridade do pensamento do narrador. É uma água que encanta e que engana ao mesmo tempo. Por outro lado, Nhorinhá está sempre ligada ao aspecto material, concreto, da terra, do espaço. A rudez do sertão e a vida difícil dela se aproximam na fala do narrador:

Em quinze léguas para uma banda. Era o São Josezinho da Serra, terra florescida, onde agora estava assistindo Nhorinhá, a filha de Ana Duzuza [...] Nhorinhá, namorã, que recebia todos, ficava lá, era bonita[...]. Então se ela não tinha valia, como é que era de tantos homens? (GSV, 2006, p. 519)

Apontamos para o fato de Nhorinhá ser a única mulher entre as três (Otacília, Diadorim e Nhorinhá) com quem Riobaldo teve um contato carnal, sexual, concretude essa que é vista através do elemento terra. Ao observar as palavras do narrador, sobre o fato de que ela era de todos, é possível perceber que Nhorinhá está ligada à condição da terra explorada, invadida, usada, assim como o sertão. Sobre esse mesmo lugar e nesse momento, Riobaldo diz: “Mas no vir de cima desse morro, do Tebá - quero dizer: morro dos ofícios” [...] (p, 519). Esse fato que nos leva a ver, novamente, a figura de Nhoriná no seu ofício de “servir” aos homens e nos remetemos à terra sertaneja que poderia servir ao sistema capitalista e aos poderes estatais.

Nhorinhá reflete a beleza e a sedução, é faceira, tem um encanto natural e está sempre próxima de uma representação do espaço-ambiente, é só observar o fato de que ela morava em um lugar que, segundo o narrador, era “terra florescida”, também a contrariedade no fim da fala dele “se ela não valia nada porque tantos homens?”. Isso nos leva a imaginar: se o sertão não valia nada, como pregavam os que o queriam, por que o interesse nele, por que as invasões e tentativas de tomada do espaço?

Dessa forma, os elementos água e terra representam o olhar do protagonista para o mundo em geral e para as pessoas com quem convivia, ou seja, a natureza externa, de alguma forma, sempre está ligada ao ser humano, sobretudo às mulheres que passaram pela vida de Riobaldo e que permitiram, a ele, as suas próprias travessias pelas situações que envolviam cada uma delas. Travessias, essas, feitas objetiva e subjetivamente e que remetem à condição humana, por isso a ideia de que o sertão está em toda parte sempre se repete na obra: “Como é que o sertão vem e volta. Não adianta se dar as costas. Ele beira aqui e vai beirar em outros lugares tão distantes”. (GSV, 2006, p. 542)

A água acompanha a condição feminina também se adequando aos modos de visão do narrador: “Otacília - sol dos rios” (GSV, 2006, p, 545). Depois, remete à situação vivida com Diadorim e a forçada separação que, para ele, era necessária e certa: “Diadorim, ele ia para uma banda, eu ia para a outra, diferentes, que nem dois brejos dos Gerais sai uma vereda para o

nascente e outra para o poente, riachinhos que se apartam de vez, mas correndo claramente na sombra de seus buritizais.” (p. 545). Aí também se vê a relação dos contrários, na dicotomia das veredas, de onde se ramificam riachos em diferentes direções e a relação, mais uma vez, com o humano. Essa separação é dada como certa em virtude da não aceitação do sentimento, uma vez que Riobaldo ainda tinha Diadorim como homem: “De Diadorim eu gostava com um amor que era impossível”. (p. 545). Por outro lado, a imagem de Otacília, muitas vezes, é seguida da de Diadorim: “Agora minha alegria era mais minha, por outro destino Otacília ia ter boa guarda. E então, por uma vez eu peguei o pensamento em Diadorim. [...] Ele igual como sempre, como antes, no seco do inverno-de-frio”. (p. 572)

É como se o narrador quisesse colocar uma no lugar da outra, é como se ele quisesse que Diadorim estivesse no lugar de Otacília e vice-versa, para poder viver o amor. O eu narrador deixa-se revelar em desejos, agonias e, ao mesmo tempo, desilusão, sentimentos que são também simbolizados pela água: “A chuva, a água se lambia a brilhos, tão, tantos riachos abaixo, escorrendo no gibão de couro. Só esses pensamentos, sozinho eu senti. O sertão se abalava?” (GSV, 2006, p. 572).

Fica evidente a água ativa, movente, e esses riachos abaixo podem representar os devaneios momentâneos que se esvaem. O próprio narrador confessa: “sozinho eu senti”. O sertão também entra como a representação do eu, ou seja, o que se abala, que sofre suas “tempestades”, “inundações” e “desmoronamentos”. Nos seus devaneios, Riobaldo ainda

tenta justificar a aproximação de Diadorim, tentando convencê-lo a ir morar com ele e Otacília depois de casados. Nesse intento, o Urucúia entra como o guardador de segredos, um cúmplice e representante do amor entre ele e Diadorim:

O Urucúia, perto da barra, também tem belas crôas de areia, e ilhas que forma com verdes árvores debruçadas. E ali se dão os pássaros: de todos os mesmo prazentes pássaros do rio das Velhas, da saudade. [...] E o Manoelzinho da Crôa, que pisa e se desempenha tão catita _ o Manoelzinho não é mesmo de todos o passarinho lindo de mais amor? (GSV, 2006, p. 588)

É como se Riobaldo estivesse oferecendo um paraíso de amor escondido pelo Urucúia. A forma como ele mostra a ilha dá a entender um lugar de sossego e solidão e, junto, ele coloca os pássaros representantes do amor, usando a ideia que o próprio Diadorim havia passado para ele. Mais uma vez o devaneio se esvai: “Podia ser? Impossivelmente. Eu não tinha sido capaz de perguntar aqueles ensalmos a Diadorim.” (p, 588)

As águas escuras e sombrias do Urucúia se fazem cúmplices da dor de Riobaldo quando, depois da luta com Hermógenes, ele não vê Diadorim e, intimamente, sabe da perda do amigo: “O senhor nonada conhece de mim; sabe muito ou pouco? O Urucúia é ázigo⁵ [...]” (GSV, 2006, p. 595). O Urucúia ázigo seria a própria representação da veia sangrando, a de Diadorim pela faca de Hermógenes e a do coração de Riobaldo pela perda do seu amor. Esse eu, esse sofrimento ele

⁵ Diz-se da veia que estabelece comunicação entre duas veias cavas. (Dicionário online de português) disponível em: www.dicio.com.br/azigo/. Acesso em 03-09-2013.

também repassa através da imagem profunda, infinita do sertão: “O senhor vê aonde é o sertão? Beira dele, meio dele?... Tudo sai mesmo de escuros buracos” (GSV, 2006, p. 595).

Riobaldo vai descrevendo a cena da luta de Diadorim com Hermógenes e, ao mesmo tempo, interpretando seus sentimentos. Nesse momento, a água e seu contrário - a água que é Diadorim e o fogo que estaria representado pelo ódio que dá energia a ele lutam contra a outra representação do fogo, a demoníaca, que se realiza em Hermógenes: *O diabo na rua no meio do redemoinho*. Mas, no desfecho, vemos que Diadorim, na verdade, não era fogo, era água/terra feminina, e que sua porção água se deixou, como diria Bachalard (2002), masculinizar para poder lutar de igual para igual, com Hermógenes, cabendo aí também a perspectiva de Riobaldo *O diabo na rua no meio do redemoinho*. Fica também a evidência da fêmea que é submetida ao fálico, ao gume da faca do macho - Hermógenes.

Diadorim, enquanto fusão de água e terra se condiciona ao masculino para vencer a luta, mas o seu corpo (terra) feminino não estava à “altura” da força do masculino. Dessa forma, é a própria representação da realidade patriarcal em que ela vivia e que se vê dentro e fora do sertão, onde o feminino, ao subverter as leis de sua condição, precisa ser destruído. Essas assertivas estão de acordo com Bachelard (2002, p. 9) ao dizer que: “A água é o elemento mais favorável para ilustrar o tema das combinações de poderes”.

Podemos ver, ainda, essa terra (Diadorim) destruída pelo poder dominante (Hermógenes fogo), considerando que

uma das conotações do fogo pode ser o fogo da ganância e do poder, que remete à realidade da terra-natureza, a terra sertaneja que não resistiria à “fúria” da ganância do poder capitalista e ao egoísmo humano.

Por outro lado, vemos que a água é um elemento inteiro e líquido, mas tem suas formas diferentes e as transformações (vapor, gelo, entre outros); várias essências, cheiros, cores e gostos, no sentido de aceitar uma essência que lhe mude o gosto em determinadas situações. Porém, em todas elas, tem como principal característica a efemeridade do próprio estado de ser. Diadorim deixa-se revelar nas mesmas condições e proporções de transformação da água, tanto na sua travessia de vida quanto na vida de Riobaldo. O jagunço mostra efemeramente o carinho, mas passa imediatamente à bruteza, como se quisesse esconder o sentimento. Riobaldo o via lindo, mas logo procurava mudar o pensamento para não se deixar fraquejar. O jagunço ainda mostra essa transitoriedade na forma de parecer ora homem valente, jagunço corajoso, ora mostra uma delicadeza que segundo o narrador, o induz a perceber os traços femininos no amigo.

Nesse contexto, podemos dizer que: assim como o planeta Terra, o ser humano possui mais ou menos 70% água e, em conformidade com essa perspectiva, a obra de Rosa, que é “o mundo”, também nos mostra que a água está em todos os seres, e em todos os lugares, é como se fosse a vida, o sangue humano. Então, não é à toa que percebemos os rios que, assim como as veias que se encarregam da

circulação do sangue no corpo, se encarregam da circulação da água no planeta.

É possível dizer que o sertão é a representação da terra, e o rio Chico, da aorta que recebe o sangue das outras veias e distribui pelo corpo (sertão) e até do Brasil, uma vez que, como já foi dito, foi considerado o rio da integração nacional. Nesse sentido, o Chico é, na realidade, encarregado de receber os outros rios, despejando uma boa parte de suas águas no mar.

Dessa forma, o movimento do sangue no corpo que acolhe a infinitude da alma é, também, o infinito movimento das águas que correm para o mar e esse, por sua vez, é acolhido pela terra. Águas que molham a terra e a penetram numa infinita troca, em que a água entra na terra e a terra a devolve em flora, como bem diz cantor e compositor Guilherme Arantes: “Águas que movem moinhos/ São as mesmas águas/ Que encharcam o chão/ E sempre voltam humildes/ Pro fundo da terra⁶. As águas voltam para terra assim como todos os seres vivos.

No entanto, cada um pode fazer de si uma pessoa melhor e “navegar” em águas claras, como o fez Riobaldo ao atravessar o Rio Chico, uma vez que, de acordo com Bachelard (2002, p. 140), “Não se pode depositar um ideal de pureza em qualquer lugar ou matéria. Por mais poderosos que sejam os ritos de purificação, é normal que eles se dirijam a uma matéria

⁶ Música Planeta água, de Guilherme Arantes, disponível em: <http://letras.mus.br/guilherme-arantes/46315>. Acesso em 09-2013.

capaz de simbolizá-los. A água clara é uma tentação constante para o simbolismo fácil da pureza”. É nesse sentido que os rios, na obra rosiana, também representam as religiões e as culturas: “Aproveito de todas. Bebo água de todo rio...” (GSV, 1986, p.8), dessa forma, podemos inferir esses aspectos como uma forma de purificação da alma humana e os rios metaforizam esses preceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível inferir que a água não está no Grande sertão apenas como elemento, mas como algo que representa o que está dentro e fora do ser humano. Não se pode falar de água na obra, mas de águas, uma vez que se apresenta de várias fontes e formas e representam as inconstâncias do narrador e as peripécias da vida dele.

É possível observar que o Rio São Francisco é o condutor da narrativa de Riobaldo e o eixo norteador da obra. O velho Chico é posto como o rio pai e “aorta” do sertão. Cada rio na obra tem uma importância perante o São Francisco e conforme sentimentos e procedimentos do narrador e de outros personagens. Observamos também que a dialética apresentada pelos opostos que caminham juntos também se encontra nas representações da água na obra.

Ao término da pesquisa fica, patente que o mundo será aquilo que o homem fizer dele, será o que for o homem e a

guerra dos contrários sempre existirá enquanto na terra existir o bem e o mal, o homem e a mulher, e tudo que existe, pois tudo tem seu contrário, ou seja, toda imagem, situação, pessoa e coisa possui uma dualidade conforme as perspectivas que são vistas. Essa seria a eterna prosa do mundo.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos – ensaio sobre a imaginação da matéria.** (trad. Antonio de P. Danesi e Rosemary C. Abílio) São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CANDIDO Antonio. **Vários escritos,** São Paulo: Ouro sobre azul, 2004.

BAGGIO, Marco Aurélio. **Um abreviado do Grande Sertão: Veredas.** Contagem-MG: Santa Clara editora, 2005.

FINAZZI-AGRÔ, Ettore. **Um lugar do tamanho do mundo – tempos e espaços da ficção em João Guimarães Rosa.** Belo Horizonte: UFMG, 2001.

GLOTFELTY, Cheryll. **What is ecocriticism.** (University of Nevada, Reno) Reunião da Associação de Salt Lake City de Literatura Ocidental, Utah: 06 de outubro de 1994. Disponível em: [HTTP://www.asle.org/site/resources/ecocriticallibrary/intro/defining/glutfelty/](http://www.asle.org/site/resources/ecocriticallibrary/intro/defining/glutfelty/). Acesso em 10/02/2012.

GLOTFELTY, Cherry; FROMM. **The ecocriticism reader: landmarks in literary ecology.** Geórgia - EUA: British Library, 1996. Disponível em: http://www.graduateschools.uni-wuerzburg.de/fileadmin/43030300/Heise-Materialien/Glutfelty_ecocriticism_intro.pdf. Acesso em 10/03/2013.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia.** (trad.) Artur Morão. Lisboa – Portugal: Edições 70, 2008.

KOTZENBERGER, Stefan. João Guimarães Rosa e Soren Kierkegaard. In CHIAPPINI, Lígia; VEJMEJKA, Marcel (orgs). **Espaços e caminhos de João Guimarães Rosa: dimensões regionais e universalidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 113-124

MALTA, Sérgio. Por uma abordagem geográfica para compreensão do mundo globalizado na escola. In: **Revista Portal do São Francisco**, v. 02, nº 02, Belém do São Francisco – PE: 2005.

_____. **Paulo Afonso e o desenvolvimento regional.** Campina Grande-PB: EDUFCCG, 2011.

NEITZEL, Adair de Aguiar. **Mulheres rosianas: percursos pelo Grande sertão: veredas.** Florianópolis UFSC – Itajaí SC: UNIVALI editora, 2004.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

ROSA, João Guimarães. **Correspondência com seu tradutor alemão Curt Meyer-Clason (1958/1967)** (Org). Maria Aparecida

M. Bussolotti, (Trad) Erlon José Paschoal. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

ROSENFELD, Kathirin Holzermayr. **Desenveredando Rosa**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

SANTIAGO SOBRINHO, João Batista. A percepção Viggiana e líquida do sertão. In VIGGIANO, Alan. **Itinerário de Riobaldo Tatarana. Geografia e toponímia em Grande sertão: veredas**. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

VIGGIANO, Alan. **Itinerário de Riobaldo Tatarana – Geografia e toponímia em Grande sertão: veredas**. Belo Horizonte: Crisálidas, 2007.

NOS (ENTRE)MEIOS E (ENTRE)LAÇOS DE MANOEL DE BARROS E PATATIVA DO ASSARÉ: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO POÉTICA DO MEIO AMBIENTE

*Joranaide Alves Ramos*¹

INTRODUÇÃO

A natureza é um tema constante em nossa literatura, senão na literatura universal, ao passo que o homem sempre procurou representar artisticamente sua relação com o meio ambiente. Essa tradição, neste caso, literária, que envolve a saída da cidade para o campo em busca de refúgio, de paz e de tranquilidade, é originária da Alexandria e tornou-se uma forma poética fundamental durante o Renascimento na Europa, instalando-se no Brasil, especialmente, durante o século XVIII, no período comumente conhecido como Arcadismo ou Neoclassicismo.

¹ Está Mestra em Letras pela Universidade Federal de Alagoas – Ufal e Professora de Literatura Brasileira da Faculdade Sete de Setembro – Fasete, em Paulo Afonso – BA.

Se essa natureza foi/é mostrada, em algum momento, como o locus de tentativas frustradas de dominação e de transformação do espaço adverso pelo homem, surge, em contrapartida, a natureza colocada em igualdade com ele, ao passo que é retratado o meio que não é responsável pelas mazelas humanas. Essa natureza está registrada em *Concerto a céu aberto para solos de ave* (1991) de Manoel de Barros² e em *Ispinho e Fulô* (1988) de Patativa do Assaré³, sem alusões ao Paraíso Perdido, mas sem deixar de criar uma existência, uma relação harmônica entre o ser humano e o meio. Especialmente por isso, este estudo verifica a dependência ou a ligação entre a literatura e o ambiente físico.

Antes de avançar, observamos que Manoel de Barros é cuiabano e Patativa do Assaré é cearense. Aquele, além de poeta, é advogado. Este estudou aproximadamente quatro

² Manoel Wenceslau Leite de Barros nasceu em Cuiabá (MT) no Beco da Marinha, beira do Rio Cuiabá, em 19 de dezembro de 1916. É advogado, fazendeiro e poeta. Suas obras: *Poemas concebidos sem pecado* (1937), *Face imóvel* (1942), *Poesias* (1947), *Compêndio para uso dos pássaros* (1960), *Gramática expositiva do chão* (1966), *Matéria para poesia* (1970), *Arranjos para assobio* (1980), *Livro de pré-coisas* (1985), *O guardador de águas* (1989), *Concerto a céu aberto para solos de ave* (1991), *O livro das ignorâncias* (1993), *Livro sobre nada* (1996), *Retrato do artista quando coisa* (1998), *Exercícios de ser criança* (1999), *Ensaios fotográficos* (2000), *O fazedor de amanhecer* (2001), *Tratado geral das grandezas do ínfimo* (2001), *Cantigas por um passarinho à toa* (2003), *Poemas rupestres* (2004), *Poeminha em Língua de brincar* (2007), *Menino do mato* (2010). Faleceu em 13 de novembro de 2014, devido a falência múltipla dos órgãos.

³ Antônio Gonçalves da Silva, ou Patativa do Assaré, nasceu na Serra de Santana, Assaré, a 5 de março de 1909, falecendo em sua cidade natal, em 2002. Seus livros são: *Inspiração Nordestina* (1956), *Inspiração Nordestina – Canto do Patativa* (1967), *Cante lá que eu canto cá* (1978), *Ispinho e fulô* (1988), *Balceiro, Patativa do Assaré e outros poetas* (1991), *Cordéis* (1993), *Aqui tem coisa* (1994), *Biblioteca de cordel: Patativa do Assaré* (2000), *Balceiro 2, Patativa do Assaré e outros poetas* (2001), *Ao pé da mesa* (2001).

meses, mas ambos araram terra, plantaram e colheram e amansaram bicho selvagem. Talvez, por isso, vemos nos dois poetas (entre)laços com o meio, embora se revelem de maneira diferente em sutileza e modo de expressão. Isso ocorre porque Manoel de Barros mistura, aparentemente, visões oníricas a reais, “fazendo desenhos verbais de imagens”, enquanto Patativa³, com uma linguagem simples, volta-se para o povo marginalizado do sertão nordestino.

Todavia, os dois livros mencionados fotografam, a nosso ver, o ar, a água, a terra no contato físico, revelam reminiscências, à medida que, as duas vezes poemáticas veem em seu lugar, um substrato de vida, parte de si mesmos, concentrando-se em imagens de beleza natural e enfatizando a harmonia que um dia existiu entre homem e natureza.

Pelos detalhes expostos, propomos neste estudo, averiguar o meio ambiente natural ou dominado, através dos olhos de Manoel de Barros que percebeu que “os girassóis têm dom de auroras” (p. 38) e de Patativa do Assaré que compreendeu que “no livro da Natureza [...] o coração [é] mais sensível e a vida tem mais pureza” (p. 20), considerando, pois, as duas visões de mundo de culturas, ambiente social e físico distintos, a partir da leitura crítica de alguns dos poemas dos livros já mencionados.

Sendo assim, dizemos que *Nos (entre)meios e (entre)laços de Manoel de Barros e Patativa do Assaré: um estudo da percepção poética do meio ambiente*⁴ é um estudo, como o

⁴ Título inspirado depois da leitura **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente de Yi-Fu Tuan.

título sugere, da percepção e valores do meio através da poesia que parece diretamente envolvida com a terra; além de revelar um mundo interior de quem procura, eternamente, o meio ideal, à medida que descortinará algumas ideias de Manoel e Patativa coerentes e úteis no que concerne a debates sobre a crise ambiental, embora, nessas obras, a natureza valorizada não seja apenas aquelas que os ambientalistas contemporâneos procuram proteger; além disso, evidenciaremos também as (as) simetrias entre as poéticas.

1 A PERCEPÇÃO POÉTICA DO MEIO AMBIENTE

Em *Concerto a céu aberto para solos de ave* (2013), Manoel de Barros assume a postura de um leitor, à medida que apresenta um eu lírico que recebeu um presente de seu avô-gramofone-árvore: “Doze dias antes de sua morte meu avô me entregou um CADERNO DE APONTAMENTOS”⁵ (2013, p. 11) e um “Caderno de andarilho”, com os quais é escrito o Concerto, mesmo tendo dúvidas “se esses escritos são mero delírios ônticos ou mera sedição de palavras”.

O próprio título do livro sugere um jogo surreal e sonoro de uma natureza desenhada em poesia, um concerto de aves que vai além, tornando-se concerto de vegetais, de água, de silêncio, como sugere Maria Adélia Menegazzo na orelha do livro *Concerto céu aberto*. O poeta consegue ainda criar imagens visuais que preenchem as supostas lacunas deixadas

⁵ Grifo do autor.

entre os versos porque do “Caderno de apontamentos” “metade das frases não pude copiar por ilegíveis” (p.11).

O livro é, pois, dividido em duas partes. Na primeira, o “Caderno de Apontamentos”, além de apresentar notas supostamente feitas pelo seu avô sobre a natureza, traz “Introdução a um caderno de apontamentos” com a descrição sobre quem é/foi este avô; na segunda, “O caderno de andarilho”, exibe aquilo que seu avô viu enquanto andava mundo afora.

Ao *Ispinho e Fulô* (2005), também podemos chamar de “Concerto”, pois o canto de Patativa do Assaré compõe “versos singelos brotados da própria terra, inspirado nos primores dos campos com suas flores” (p. 21), com musicalidade própria e sensível a quaisquer ouvidos, mesclando ora poemas que falam de uma natureza imaculada, ora poemas que falam de uma natureza já corrompida pelo homem.

Ressaltamos, porém, que neste livro, essa musicalidade é obtida, não raro, através da apreensão e impressão da cultura oral do homem nordestino interiorano, “sem nunca invejar as rimas dos poetas literatos” (p. 21). Nesse sentido, destacamos o que disse o poeta, em depoimento exposto em *Ispinho e fulô* (p. 17): “Eu sou caboclo roceiro que, como poeta, canto sempre a vida do povo, o sofrimento do meu Nordeste [...]”.

Nas duas obras, a subordinação entre os seres é, pelo menos, minimizada, o que permite a (re)criação poética da natureza, apontando para a dependência existencial entre os seres. Essa percepção encontra fundamentação nos estudos da Ecocrítica nas perspectivas inglesa, como em Greg Garrad

(2006), Cherryl Glotfelty (1996) e francesa como Félix Guattari (2006). As duas correntes propõem um estudo das relações entre o pensamento ecológico e a arte e, acrescentamos a ele, a ideia de “Topofilia” de Yi-Fu Tuan (2012), por vemos nesses poetas, um “elo afetivo [com] o lugar – topo – ou o ambiente físico” (p. 19).

Outro motivo para a escolha da *topofilia* derivou do pensamento do próprio Tuan (2012, p. 11) quando aponta para a nossa necessidade de filia, ou seja, “de aconchego, de proteção, de envolvimento e de uma outra consciência ambiental, que nos ajude a enfrentar os difíceis dias em que vivemos”. As obras poéticas selecionadas parecem atender essas nossas essencialidades, de forma consciente ou não, ao passo que, os poetas se voltam, a nosso ver, para seus lugares de origem – Cuiabá/MT e Serra de Santana/CE, respectivamente, – “por ser o lar, o locus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida” (2012, p. 136).

A partir dessas referências, é possível responder a algumas questões que norteiam a pesquisa, tais como: “quais as visões do meio ambiente natural e físico expressas por esses poetas?” “como esse meio é representado nas obras?” “qual é a função da natureza representada?”.

Convém assinalar o que é a Ecocrítica para Glotfelty (*apud* Garrad, 2006, p. 14): “dito em termos simples, é o estudo da relação entre a literatura e o ambiente físico”, no qual o texto é considerado um documento político, cultural ou histórico e que, para nós, tem importância estética.

E se antes de entendermos esse conceito, aceitarmos a ideia de Antônio Lago e José Augusto Paiva em *O que é ecologia* (2011, p. 43), de que a ecologia “nos mostra a dimensão dos riscos [de crise ecológica] que estamos correndo, cabe a nós construir as oportunidades”, poderemos apontar para a recriação da natureza em Manoel e em Patativa, originada “da poesia ingênua e sentimental [ou “reflexiva”], um corpus para a teoria ecocrítica” (GARRAD, 2006, p. 69), como vemos abaixo:

II

Toda vez que a manhã está sendo começada nos meus olhos, é assim...

Essa luz empoçada em avencas.

As avencas são cegas.

Nenhuma flor protege o silêncio quanto elas.

Ó luz da manhã empoçada em avencas!

[...]

XIX

De tarde o horizonte amolece meu olho.

Põe breu.

De manhã faço abluções com orvalho.

(*Concerto a céu aberto para solos de ave*, p. 13/18)

e

[...]

Canta campina, o teu canto

Faz diminuir meu tédio

Para aplacar o meu pranto

A tua voz é o meu remédio,

Neste nosso esconderijo

És o único regozijo

Para os tristes dias meus,

Tu és meu anjo divino

E este teu canto é um hino

Louvando o poder de Deus.
[...]
(*Inspinho e Fulô*, p. 22)

Nos dois recortes, os eu-líricos parecem deixar claro que suas vidas estão atreladas diretamente à natureza, à medida que evidenciam os supostos laços afetivos com o seu meio, resultado de um olhar aparentemente “romântico” sobre a natureza, ou seja, para eles, ela não precisa ser diversa, “ela é amada por sua vastidão, sua beleza e sua resistência” (GARRAD, 2006, p. 68).

Assim, o eu lírico do primeiro poema aprecia o silêncio da manhã que se forma em seus olhos e purifica-se com o orvalho; a voz poemática do segundo descobre o remédio para o seu pranto no canto da campina; ambos encontram unidade e inteireza nestes lugares que lhe são caros. Destacamos, pois, a predileção, nesse caso, pelo espaço aberto que significa, segundo Tuan (2012, p. 49), “liberdade, promessa de aventura, luz, domínio público, a beleza formal e imutável”.

Nesse contexto, é necessário esclarecer as noções que os termos *espaço* e *lugar* encerram, baseado no que disse Tuan em *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência* (2013) e tomando como ponto de partida os poemas abaixo listados:

XXV (lembança)

Perto do rio tenho sete anos.

(Penso que o rio me aprimorava.)

Acho vestígios de uma voz de pássaro nas águas.

Viajo de trem para o Internato.

Vou conversando passarinhos pela janela do trem.

Um bedel raspou a cabeça de meu irmão no internato.

Havia um muro cheio de ofendículos.

Liberdade havia de ser pular naquele muro.
Do outro lado havia um guaviral onde os moços e as moças se
encontravam e se filhavam.
A gente manuseava os pichitos.
Na Igreja os padres reuniam os alunos e tentavam falar a sério.
Mas eu sempre achei muita graça quando as pessoas estão falando sério.
Acho que isso é um defeito alimentar.
(*Concerto a céu aberto para solos de ave*, p.20)

e

Assaré de 1957

Assaré meu! Assaré meu!
Terra do meu coração!
Sempre digo que tu é
A terra mió do chão.
Me orguio quando me lembro
Que tu também é um membro
Do valente Ceará.
Pra mim, que te adoro tanto,
Te jurgo o mió recanto
Da terra de Juvená.

Foi aqui, foi nessa Serra
De Santana, onde nasci,
Que da água da tua terra
A premera vez bebi.
Nesta Serra, eu pequenino,
No meu vive de menino,
Tão inocente, tão puro,
Dei as premera passada,
Triando as tua estrada
No rumo do meu futuro.

Eu sou um dos teu caboco
Que toda vida te quis,
E eu não invejo nem pôco

O resto de meu país.
Eu aqui tou sussegado,
No teu seio incalocado,
De tudo eu gozo contente:
Do crima, saúde franca,
Da noite, uma lua branca,
Do dia, um só respresente.

Tanto te quero e dou parma,
Que às vez à lembrança vem
Que tu tem corpo e tem arma
Como toda gente tem.
Quando saio da paioça
Mode trabaiaá na roça,
Prantanto mio e feijão,
Eu inté penso que peço
Em batê meu enxadeco
Em riba deste chão.

[...]

(*Ispinho e fulô*, p. 115-123)

Vemos, uma vez mais, nos dois poemas, uma relação harmoniosa entre o homem e o seu lugar. O eu-lírico manoelino cogita a possibilidade de ser aprimorado pelo rio que o faz se sentir como uma criança e, enquanto anda de trem, observa a paisagem lá fora, acha “vestígios de uma voz de pássaro nas águas” e aproveita para conversar com os passarinhos. A voz poemática patativana volta ao passado e lembra nostalgicamente da natureza ainda preservada, do lugar onde o poeta nasceu e constituiu sua identidade e, exatamente por isso, não sente inveja de outros lugares porque lá tudo é “respresente”. Isso é resultado da percepção poética e do valor atribuído a esses lugares, resultante do sentimento de pertencimento revelado pelos dois eu-líricos.

Para alguns, essa sensação, essa necessidade de encontrar um lugar seguro e autossuficiente (e, neste caso, até uma poltrona pode ser um lugar), pode parecer estreito e limitador, sendo imprescindível buscar o espaço aberto e sem limites. “Espaço” e “lugar” são termos comumente utilizados e indicam experiências comuns, mas neste caso merecem distinção.

O lugar é segurança e o espaço é liberdade [...]. Os espaços são demarcados e definidos contra os invasores. Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação (TUAN, 2013, p. 12)

Pensando nisso, insistimos no uso do termo *lugar* quando nos referimos a *Concerto a céu aberto para solos de ave* e a *Ispinho e fulô*. Todavia, é necessário ressaltar que, embora os dois poemas falem ternamente sobre dois lugar(es), as visões sobre eles são diferentes, posto que partem de geografia física e formas de vida variadas. Compreendemos, desse modo, que as pessoas atribuem significados e organizam sua compreensão de espaço e de lugar. Por isso, destacamos o que disse Tuan:

Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. “Espaço” é mais abstrato do que “lugar”. O que começa com espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Os arquitetos falam sobre as qualidades espaciais do lugar; podem igualmente falar das qualidades locacionais do espaço. As ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento,

então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar. (2013, p.14)

Refletir sobre isso nos leva a pensar em cultura, outro termo que abriga múltiplos significados ou sentidos; Tuane lembra que a cultura é desenvolvida unicamente pelos seres humanos e isso reflete a condição humana, influenciando o modo como o indivíduo experiencia o meio. O geógrafo afirma ainda que

Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento (2013, p. 18)

Manoel de Barros e Patativa do Assaré parecem ter aprendido sobre o seu lugar e o (re)criam através da poesia (Manoel o faz de modo mais indireto) o que aprenderam através da audição, do olfato, do paladar, do tato, da percepção visual consciente ou inconscientemente, como veremos a seguir:

Retrato

Quando menino encompridava rios.
Andava devagar e escuro – meio formado em silêncio.
Queria ser a voz em que uma pedra fale.
Paisagens vadiavam no seu olho.
Seus cantos eram cheios de nascentes.
Pregava-se nas coisas quanto aromas.
(*Concerto a céu aberto para solos de ave*, p.33)

e

[...] Eu nasci ouvindo cantos
Das aves de minha terra
E vendo os lindos encantos
Que a mata bonita encerra,
Foi ali que eu fui crescendo,
Fui lendo e aprendendo
No livro da Natureza
Onde Deus é mais visível,
O coração mais sensível
E a vida tem mais pureza. [...]
(*Ispinho e fulô*, p. 20)

Os dois eu-líricos contam sobre suas relações diretas com a natureza. Aquele “encompridava rios”, “andava devagar e escuro”, como se ele fosse a personificação da natureza; este nasceu e cresceu observando o que “mata bonita encerra”, “lendo e aprendendo no livro da Natureza”. Percebemos que, apesar de ambos tratarem dessa conexão íntima e aconchegante “homem-meio” supostamente advindas de suas experiências, as posturas assumidas nos poemas são visivelmente distintas. Enquanto no primeiro, vemos um eu-lírico que é capaz de modificar, sem dominar o lugar; no segundo, sua ligação se dá apenas a partir da observação; no geral, estes lugares atendem as suas necessidades biológicas e relações sociais. Suas experiências envolvem sua apreensão simbólica e conceitual.

Nessa acepção, Tuan considera que “é impossível discutir o espaço experiencial sem introduzir os objetos e os lugares que definem o espaço [...]. O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (2013, p. 167). Conferindo significado a este lugar, através de palavras, as

duas vozes poemáticas expressaram suas experiências mais profundas e, essa manifestação, a nosso ver, é firme e permanente; ao contrário do que poderia ser se expressa se outra forma – a fotografia, por exemplo, é capaz de registrar pessoas, fatos e objetos, mas não sensações – posto que, às vezes, parece faltar palavras ou meios para expressar as nossas experiências mais íntimas; daí, sermos evasivos.

Tuan discute também sobre a ideia de uma pessoa como centro de significação e de valor, ou seja, transpomos, não raro, mesmo de forma inconsciente, o sentido de “lugar”, de “lar” discutido aqui para alguém, como se fosse possível nos “aninhar” em outra pessoa. Para tanto, entre outros exemplos, o geógrafo cita Santo Agostinho que reputava o valor do lugar como dependente da “intimidade de uma relação humana particular; o lugar em si pouco oferecia além da relação humana” (2013, p. 172). Tocamos nesse ponto porque encontramos nos livros selecionados uma relação que vai além de homem-meio; muitas vezes, nos parece que a paz estabelecida nesses poemas se dá também pelos laços existentes entre os indivíduos, conforme apresentamos a seguir:

Apresentação

Eu quando conheci o Aristeu – ele estava em final de árvore.

E andava por aldeias em santidade de zínias.

[...]

Exerci alguns anos de Aristeu a profissão de urubuzeiro (o trabalho era espantar os urubus dos tendais de uma charqueada).

Com esses exercícios os nossos desconhecimentos aumentaram bem.

As coisas sem nome apareciam melhor.
Vimos até que os cantos podem ser ouvidos em forma de asas.
(*Concerto a céu aberto para solos de ave*, p. 31-32)

e

A fonte milagrêra

O finado meu avô
Era munto rezadô
Em milagre acreditava
E na minha meniça
Cheio de amô e cariça
Munto histora me contava

Muntas vez hora e mais hora
Passava contando histora,
Contava praquê sabia
E tudo que ia dizendo
Era mesmo que eu tá vendo,
Pois meu avô não mentia.

[...]

(*Ispinho e fulô*, p. 66)

No poema de Manoel de Barros, o eu lírico fala sobre Aristeu que, em *Memórias inventadas*⁶ é citado como “Mestre Aristeu”, professor de Latim, “magro e do Piauí” (2006, p. X). Em “Apresentação”, Aristeu tem outra profissão, a de urubuzeiro. Juntos, ele e o eu lírico, ampliaram seus conhecimentos e perceberam que “as coisas sem nome apareciam melhor”.

⁶Obra publicada no período de 2003 a 2008, é composta pela trilogia “A infância”, “A segunda infância” e “Terceira infância”, pertencentes a uma espécie de autobiografia que, utilizando sua voz poética, focaliza três momentos de sua vida, respectivamente: a infância, a mocidade e a velhice.

Em “A fonte milagrêra”, o eu-lírico lembra saudoso de sua “meniniça”, da época em que seu avô “cheio de amô e cariça” lhe contava “munto histora”. Nos dois casos, os eu-líricos se relacionam com o seu lugar através de terceiros. Há troca de afeto, de intimidade e de experiência e essa compensação acontece em um local que participa da qualidade do encontro, do contato. Na ficção, de um modo geral, o lugar está comumente relacionado às atitudes das pessoas, das personagens.

Essa vivência poemática apresentada aqui parece real, parece ir além da observação, uma vez que os dois eu-líricos se mostram absolutamente envolvidos, podem manejar e provar e essa experiência pessoal ultrapassa “às opiniões socialmente aceitas, que normalmente são os aspectos mais óbvios e públicos de um meio ambiente” (TUAN, 2013, p. 179).

A arte, neste caso, a poesia é capaz de construir imagens do sentimento, tornando-o mais acessível à apreciação, à reflexão. As imagens de lugar apresentadas aqui são criadas pela imaginação de escritores que nos parece sensíveis e, talvez por isso, tenhamos a sensação de experienciar seus poemas como quem apreendemos uma realidade permanente.

Daí, também dizermos que, os dois poetas recriam a natureza, apresentando uma relação íntima entre ela, poesia e linguagem, revelando ou reinventando o lugar descrito:

[...]

Um rio quando se espraia dorme entregue a si
mesmo, dorme às conchas...

[...]

Dentro da mata no entardecer o canto dos
pássaros é sinfônico.
(*Concerto a céu aberto para solos de aves*, p. 280)

e

[...]
Cresci entre os campos belos
De minha adorada Serra,
Compondo versos singelos
Brotados da própria terra,
Inspirado nos primores
Dos campos com suas flores
De variados formatos
Que pra mim são obras-primas. [...]

Vivendo naquele meio
Sentindo prazer infindo
De doces venturas cheio
Naquele quadro silvestre
A voz do Divino Mestre
Falando dentro de mim:
– Não lamente a pobreza,
Pois tu tens grande riqueza,
Felicidade é assim.
(*Ispinho e Fulô*, p. 21)

Nos poemas de Manoel, o eu-lírico fala de um rio manso que dorme enquanto se estende até à praia e da sinfonia que é o canto dos pássaros no entardecer da mata; nos entrecchos de “Eu e meu campina”, o eu lírico de Patativa orgulha-se dos seus versos singelos “inspirados nos primores dos campos com sua flores”/ “sentindo prazer infindo” e ouvindo o “Divino Mestre”.

Não afirmamos que há nessas obras poéticas uma representação fiel da natureza. Há sim aquilo que Guatarri chamou de “relação da subjetividade com sua exterioridade” em *As três ecologias* (2012, p. 8), isto é, uma (res)singularização da natureza que se dá através de percepções do poeta mato-grossense e do poeta cearense da sua cultura ou da interação entre cultura e meio ambiente. Esse estudo, portanto, parte do pressuposto de que a ecocrítica “não buscaria, portanto, um discurso mais verdadeiro ou esclarecedor sobre a natureza, porém uma retórica mais eficaz de transformação e amenização” (GARRAD, 2006, p. 106).

Segundo Garrad (2006, p. 112), “a natureza e a cultura são processos interativos: a cultura humana é afetada pela paisagem, assim como introduz mudanças nesta”, como observamos nos poemas já transcritos. Afirmamos, assim que, tanto Manoel de Barros quanto Patativa do Assaré explicam que o homem está no mundo não apenas como sujeito, mas também como objeto e, sendo assim, o seu destino depende do destino do mundo; salientamos, porém, que esta relação não deve ser entendida como antropomorfização da natureza.

Nesse sentido, lemos em *Concerto a céu aberto para solos de ave* (p. 46):

Ditados (dois) inscritos na parede de uma tapera: [...]

2. Para ser escravo da natureza o homem precisa de ser independente.

e em *Ispinho e fulô* (p. 21-22):

[...]
Por capricho da sorte
Vi que a estrela do meu norte
Deixou de me proteger,
Saí do meu paraíso
Porque na vida é preciso
Gozar e também sofrer.

Com setenta anos de idade
O destino me fez guerra,
Fui residir na cidade
Deixando a querida Serra [...].

O verso manoelino reitera a ideia patativana ou vice-versa, à medida que, ambos, a nosso ver, mostram um homem dependente do seu meio. Porém, fora da ficção, os homens se distanciam da natureza e, vez ou outra, a tratam como um produto negociável na feira, sem lembrar de que nós, seres humanos, sempre precisamos da natureza, mas ela não precisa de nossa interferência.

Buscando riqueza e notoriedade, o homem, por muito tempo, foi e ainda é um predador da natureza, poluiu o ar, a água, o solo; ocupou desordenadamente; assoreou rios; desperdiçou água e energia elétrica; acumulou lixo; utilizou agrotóxico e tudo isso se, por um lado trouxe conforto, por outro, causou fome, violência, criminalidade e guerras. Embora, recentemente, tenhamos pensado em formas de converter este quadro, os prejuízos causados não podem ser revertidos da “noite para o dia”. A natureza parece devolver os danos sofridos.

Na contramão desse pensamento de subordinação da natureza ao homem, estes últimos entrecosmos tratam de uma visão diferente. Nestes casos, o homem depende da natureza. No primeiro, nos parece, que o homem precisa tornar-se independente dessa busca desenfreada por dinheiro e comando para, enfim, tornar-se “escravo da natureza”; no último, o homem que é obrigado a deixar sua terra, ver-se sem sorte e em guerra com o destino. Dizemos, pois, que estes indivíduos se reconhecem dependentes da natureza e, por isso, ela importa: o destino de um interfere diretamente no destino do outro. A natureza é continente e conteúdo do homem, e isso inclui ações, crenças, objetos, a realidade individual e as relações sociais.

Ainda nesse contexto e pensando sobre o que apontou Milton Santos em “Globalização e redescoberta da natureza” (2013, p. 16), é necessário refletir sobre a distinção entre “uma natureza mágica e uma natureza racional. [...] Mas é talvez inútil buscar o momento de uma transição”. Destacamos isso porque, até agora, os poemas apresentados retratam apenas a natureza mágica, necessária ao bem e aos sonhos; mas as relações humanas mudam, se materializam, as máquinas triunfam e a natureza vai se transformando. Essa imagem é representada em *Concerto a céu aberto para solos de ave* e em *Ispinho e fulô* e, nesta obra, é possível perceber o impacto e o momento em que a natureza perde a magia e torna-se lógica, domesticada e moldada. Vejamos:

A terra é nossa

Deus fez a grande natura
Com tudo quanto ela tem,
Mas não passou escritura
Da terra para ninguém.

Se a terra foi Deus quem fez
Se é obra da Criação
Deve cada camponês
Ter uma faixa de chão.

Esta terra é desmedida
E com certeza é comum,
Precisa ser dividida
Um tanto pra cada um.

A Argentina e a Inglaterra
Formaram duros engodos
Por uma faixa de terra
Que Deus deixou para todos.

Faz pena ver sobre a terra
O sangue humano correr
O grande provoca guerra
Para o pequeno morrer.

Viver o mundo sempre em guerra
Ambicioso e sanhudo,
Tudo brigando por terra
E a terra comendo tudo.
(*Ispinho e fulô*, p. 132)

Nesse poema, o eu-lírico parte da ideia cristã de que o mundo foi feito por Deus, “é obra da Criação” e, exatamente por isso, essa “terra desmedida” deveria ser distribuída igualmente para “cada camponês”. Porém, isso não foi feito e alguns ficaram

com uma grande parte como “Argentina e a Inglaterra que formaram duros engodos”, enquanto outros ficaram com pouco ou nada. Por isso, faz-se guerras, derrama-se sangue humano e o “pequeno” morre, resultado da ambição e da raiva. Em seguida, o último verso retoma, de certa forma, a ideia da segunda estrofe: da Criação – se a terra come tudo é porque voltaremos para ela, como lemos em Gênesis (3:19): “Do pó viemos e ao pó voltaremos”. Se não foi possível adquirir a parte de terra cabida a cada um em vida, volta-se a ela depois de tudo.

Com a natureza transformada, resta o desencantamento. O homem pôde escolher ao seu redor, aquilo que lhe era útil para sua sobrevivência e vitalidade, como espécies vegetais, minerais, animais, com suas próprias técnicas. Paralelo a isso, grupos humanos amigos cooperaram entre si, mas disputaram territórios com outros e, assim, houve e ainda há uma ruptura entre o homem e o entorno; e daí vêm os grandes e graves problemas entre a civilização atual e a natureza. Isso é discutido por Santos que acrescenta:

Esse processo de acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo [...]. Enquanto esperamos o “dia eterno” [..], já conhecemos a criação humana de tempestades, cataclismos, tremores de terra, hectatombes, fantasticamente artificiais, fantasticamente incompreensíveis (2013, p. 17).

Esse modelo de vida adotado pela Humanidade causam os chamados “cataclismos naturais” que para Santos, têm efeito continuados e cumulativos. Para atender suas

necessidades e seus desejos sociais, o ser humano precisou alterar o seu meio, muitas vezes, desconsiderando as imprescindibilidades individuais. Nesse sentido, Santos aponta lucidamente para:

É nessas condições que a mundialização do planeta unifica a natureza. [...] Cada lugar, porém, é ponto de encontro de lógicas [...] na busca da eficácia e do lucro [...]. Sem o homem, isto é, antes da história, a natureza era una. Continua a sê-lo, em si mesma, apesar das repartições que o uso do planeta pelos homens lhe infligiu. Agora, porém, há uma enorme mudança. Una, mas socialmente fragmentada, durante tantos séculos, a natureza é agora unificada em História, em benefício de firmas, Estados e classes hegemônicas. Mas já não é a Natureza Amiga, e o Homem também já não é seu amigo. [grifos do autor] (2013, p. 18).

Nas atuais circunstâncias, o homem parece querer estabelecer novos laços de amizade com a Natureza que, devastada, ainda precisa de um tempo para se recuperar e 'esquecer' os danos sofridos. Em a “A terra é nossa”, a natureza não se voltou contra o homem; ele só não soube compartilhar o que lhe foi oferecido e, por isso, faz guerra com outrem. É importante ressaltar que em *Concerto a céu aberto para solos de ave* e em *Ispinho e fulô*, não há uma representação de uma natureza que se volta contra o homem, pelo contrário; essa natureza é vítima dele.

Por outro lado, o homem moderno do século XXI não pensa, não faz longas reflexões sobre essa conformidade necessária entre ele e o seu lugar, sobre a parte da natureza que lhe cabe, visto que a dinâmica de sua vida não exige uma

referência de um lugar específico, mas de muitos, fazendo, paradoxalmente, desses sujeitos, indivíduos fragmentados. Nesse contexto, mesmo pensando que sabemos mais do que em outras épocas, sabemos pouco do que nos rodeia, pois a natureza e o homem estão cada vez mais artificializados e essa artificialização interfere diretamente nessa relação.

Se algum dia o homem não precisou de intermediário para comunicar-se com o seu meio, hoje, isso parece um mistério. As relações mudaram e com elas, o significado e a nossa percepção do que é o meio também foram alterados. Em contrapartida, aparentemente, há um entendimento comum de que a informação, a ciência e a tecnologia são dados fundamentais para o desenvolvimento da sociedade contemporânea, visto as modificações realizadas nos campos e nas cidades e, por tudo isso, a importância da natureza é, não raro, subjugada.

Passa-se a atribuir valor a cidade, aquilo que Santos em “Meio ambiente construído e flexibilidade tropical” (2013, p. 74) chamou de “meio ambiente construído, que é o retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais”. Nesse cenário, parte da cidade e da população são negligenciadas e, tanto essa quanto o grupo hegemônico, têm sua relação com o meio natural esquecida ou desgastada.

Em *Concerto a céu aberto para solos de ave*, essa relação impactada é representada, como em “na cidade o silêncio avilta-se” (p. 40), confirmando, de certo modo, o que

discutimos acima. Vejamos o que acontece em:

XXVI.

Depois que atravessarem o muro e a tarde os caracóis cessarão.

Às vezes cessam ao meio.

Cessam de repente, porque lhes acaba por dentro a gosma com que sangram os seus caminhos.

Vêm os meninos e arrancam da parede ocos.

E com formigas por dentro passeando em restos de carne.

Essas formigas são indóceis de ocos.

Ah, como serão ardentes nos caracóis os desejos de voar!

P.S.: Caracol é uma solidão que anda na parede.

(*Concerto a céu aberto para solos de ave*, p. 20-21)

No poema manoelino, de maneira muito delicada, o eu-lírico retrata caramujos que cessaram ou morreram. Essa morte, às vezes, se dá porque “lhes acaba por dentro a gosma com que sangram os seus caminhos”. Convém observar como isso é colocado no poema; o eu lírico não diz que essa gosma é utilizada para subir paredes, mas que marca com sague o caminho por onde eles passam. Depois de mortos, não satisfeitos, “vêm os meninos e arrancam da parede ocos / e as formigas por dentro passeando em restos de carne”.

Essa imagem construída pode levar o seu leitor a pensar sobre uma possível desarmonia entre o homem-menino e o caramujo-meio, mas antes de pensar sobre isso, é necessário nos atentar antes para esse elemento utilizado: o caramujo. Analisemos também, de maneira geral, sobre o seu comportamento e sobre sua anatomia.

Trata-se de um molusco rastejante que deixa um rastro brilhante útil a locomoção e armazenamento de sua comida,

pois ele come as algas que ficam grudadas na trilha gelatinosa; além disso, os rastros desses animais ajuda-os a encontrarem suas casas depois do passeio ou da caçada de alimento, conforme apontou Rafael Kenski⁷.

Uma característica comum a esse animal é a concha, em espiral, que segundo Jean Chevalier e Alain Gheerbrant em *Dicionário de símbolos* (2008, p. 397):

É frequente no reino vegetal (vinha, volubilis) e animal (caracol, conchas etc.) [...]. A espiral tem relação com o simbolismo cósmico da Lua, o simbolismo erótico da vulva, o simbolismo aquático da concha, o simbolismo da fertilidade; em suma, representa os rimos repetidos da vida, o caráter cíclico da evolução, a permanência do ser sob a fugacidade do movimento. [...] A espiral dupla simboliza simultaneamente os dois sentidos desse movimento, o nascimento e a morte [...]. O simbolismo da concha espiralada é reforçada por especulações matemáticas que fazem dela o signo do equilíbrio dentro do desequilíbrio, **da ordem do ser no meio da mudança.** [grifos do autor].

Avaliando esta simbologia, concluímos que, conscientemente ou não, o lírico trata da regeneração da vida, isto é, o caramujo morre para completar o ciclo da vida comum a todos os seres: nascer e morrer. Nessa cadeia, as formigas, “indóceis de oco”, cumprem o seu papel de devorar o que encontram pela frente. Esses insetos, na Índia, segundo Chevalier e Gheerbrant (2013, p. 447) sugerem “a pouca valia dos viventes, voltados individualmente, à mediocridade e à morte”; isso, a nosso ver, nos faz refletir sobre nossa efemeridade e dependência direta do meio

³² Estas informações estão disponíveis em <<http://super.abril.com.br/ciencia/para-que-serve-esta-meleca>>.

natural. Além disso, meninos arrancam os caramujos da parede e, embora isso só seja feito depois dos animais já mortos, pode simbolizar já uma interferência do homem sobre o seu meio.

Em outras culturas, a “formiga tem um importante papel na organização do mundo segundo o pensamento cosmogônico dos dogons e bambaras do Mali”, conforme apontam Chevalier e Gheerbrant (2013, p. 447) que acrescentam:

Nas origens, quando da primeira hierogama céu-terra, o sexo da terra era um formigueiro. Na última etapa da criação do mundo, esse formigueiro tornou-se uma boca, de que saíram o verbo e seu suporte material, a técnica de tecelagem, que as formigas transmitiram aos homens (GRIE). Foram elas que lhes forneceram igualmente o modelo de suas habitações tradicionais. Os ritos de fecundidade permanecem associados à formiga: as mulheres estéreis vão sentar-se em cima de um formigueiro para pedir ao deus supremo, Amma, que as faça fecundas.

Caramujo com sua espiral e formiga convergem, assim, para uma mesma linha de raciocínio: ambos simbolizam a fecundidade, a regeneração, a evolução da vida, necessários para [re]iniciar o ciclo, nem sempre compreendido por nós, humanos, e talvez, por isso, representado pelo desejo de voar – “desejo de sublimação, de busca de uma harmonia interior, de uma ultrapassagem de conflitos” (CHEVALIER E GHEERBRANT, 2013, p. 964) – dos caramujos, anteriormente mostrados como “uma solidão que anda na parede”.

A linguagem poética em *Concerto a céu aberto para solos de ave* se serve, pois, de caramujos, vísceras, outros moluscos, musgos, lodo. O sublime dessa obra tem sua origem no sonho, na aranquã, no rio, nas andorinhas, nos girassóis, mas também

no monturo, nas tripas. O eu lírico faz uma espécie de reciclagem da natureza, nos faz ver a beleza há muito esquecida, dá formas aos cheiros e as cores, mistura corpo humano e fenômenos da natureza. Dizemos que a natureza é, pois, redescoberta pelas poesias manoelina e patativana.

Os dois poetas se revelam, aparentemente, como homens simples, mas enquanto Manoel de Barros parece encenar um lugar distante da civilização moderna:

XIV. (Lembrança)

Entre na Vila do Livramento (Vila de Nossa
Senhora do Livramento – ao completo)
puxando uma égua aviciada.

No Largo do Tanque, onde existe ainda hoje
uma Igreja Romana, a égua estancou.

Aviciada.

O sacristão apareceu (puxava um cavalo).
Aquele chapeleta do cavalo na égua por detrás
adentro, eu vi de perto.

Meu olho crepusculou-se.

Uma aranha espirrou pessoalmente.
Deu para apreender concepção sem ler o

Pentateuco
(2013, p. 16-17)

O eu-lírico entra na Vila de Nossa Senhora do Livramento, localizada no interior do Mato Grosso (estado natal do poeta), anteriormente conhecida como Cocais e depois como São José dos Cocais, em homenagem ao santo protetor e em referência ao rio da cidade, onde os paulistas descobriram ouro, em 1730.

A credence popular conta que, durante uma viagem, ainda no início do século XIX, a imagem de Nossa Senhora do

Livramento passava pelo povoado de São José dos Cocais, vinda de Portugal, e carregada sobre o lombo de um burro. A comitiva parou para descansar e na saída, o animal empacou. Ao ser retirada a imagem de cima do animal, ele voltou a andar; se colocada a imagem sobre o lombo, ele voltada a empacar. Por isso, os líderes da comitiva decidiram desistir de ir adiante e construíram um rancho, no qual deram um trono a imagem de Nossa Senhora do Livramento. A partir daí, a santa emprestou seu nome ao lugar⁸.

O eu-lírico manoelino refaz a história conhecida por todos os livramentenses. A égua puxada por ele, já “aviciada”, estancou por ali por saber que aquele cavalo apareceria puxado pelo sacristão. O 'eu' viu a chapoletada que levou a égua; com aquela cena ele aprendeu sobre concepção sem ter de ler o Pentateuco, os cinco primeiros livros da Bíblia, de autoria atribuída a Moisés.

A voz poemática de Patativa do Assaré caminha por espaços mais “civilizados”, mas desiguais:

[...]
Já sabemos muito bem
De onde nasce e de onde vem
A raiz do grande mal,
Vem da situação crítica
Desigualdade política
Econômica e social.
[...]
(2005, p. 38)

⁸ As informações sobre a Vila de Nossa Senhora do Livramento foram coletadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=510610&se arch=mato-grosso|nossa-senhora-do-livramento|infograficos:-historico>>

O poema “Nordestino, sim, Nordestinado, não”, trata da conhecida imagem que a sociedade brasileira faz dos nordestinos: pessoas famintas, sem lar, miseráveis em sua terra natal e que, por isso, migram em busca de uma vida melhor. O eu-poético posiciona-se como defensor dos nordestinos e como nordestino, além de questionar as causas dos males sofridos que “não é permissão de Deus, é culpa dos governantes”. Isso se confirma no trecho quando o 'eu' apresenta um lugar sofrido e coloca a “Desigualdade política, econômica e social” como fator principal da miséria dos nordestinos, além de insistir, mais uma vez, que a culpa pelo sofrimento do povo nordestino é dos políticos. Além de aparentar orgulhoso por ser nordestino, o 'eu' se mostra como líder, convidando seus conterrâneos para a luta contra as desgraças.

Ou seja, nas obras poéticas selecionadas, enquanto Manoel fotografa, preferencialmente, a natureza campestre: vila, igreja, namoro entre animais, aprendizados naturais, guardando “a promessa de uma relação autêntica e renovada da humanidade com a terra” (GARRAD, 2006, p. 88); Patativa, poeta que conhece a vida dura do sertão, não deixa de retratar politicamente a natureza já “domesticada”.

Mas apesar de ser “amplamente aceito que o campo seja a antítese da cidade, independente das verdadeiras condições de vida desses dois meio ambientes” (TUAN, 2012, p. 156-157), tanto a cidade como o campo podem ser considerados inimigos da natureza intacta ou natureza selvagem, termo para o qual Tuan aponta dois sentidos: lugar de desolação ou de refúgio e contemplação. Manoel estima a

natureza-refúgio e Patativa parece optar pelos (entre)meios campo-cidade. Salientamos, porém, que não vemos o campo aqui como polo oposto a cidade, visto que, hoje, e mesmo nas obras selecionadas, esse campo, por vezes, o campo não é retratado como uma natureza pura ou intocada.

Não se trata de poesias ingênuas e sentimentais ou alienadas. Encontramos nessas duas obras uma poesia reflexiva para a crítica e mesmo para o leitor comum que está cansado da poluição ambiental e moral, uma vez que, de certo modo, essas obras guardam a promessa de uma relação da humanidade com a terra, sagrada, autêntica e renovada, numa postura de humildade e reverência.

No fundo, a poesia manoelina e a poesia patativana são diferentes facetas de uma mesma realidade e se completam mutuamente, à medida que a partir da ecologia natural nos ensina “sobre o funcionamento da natureza, sobre a forma como as sociedades atuam sobre esse funcionamento” (LAGO; PÁDUA, 2011, p.16). Em nossa perspectiva ecocrítica, os dois poetas descrevem o homem através de uma relação intrínseca com os outros seres e se não retratam o mundo real, retratam nosso ideal de mundo.

Essas obras ultrapassam a ideia por vezes empregada por outras narrativas de Natureza como refúgio ou retorno e criam ou se adaptam a paisagens domadas que se misturam a descrições mágicas. Vemos, claramente, a força da natureza e da cultura entrelaçadas.

Outro ponto que merece atenção é a linguagem

“empoemada” utilizada por Manoel e por Patativa. Ambos são agramaticais. Aquele pela invenção. Este pelo registro da poesia que é feita através do sotaque do homem simples do sertão nordestino. Aqui, vale pensar sobre o que disse Paulo Leminski em “Poesia, paixão da linguagem” (1987, p. 283):

O poeta seria uma vítima da linguagem, a linguagem exerce uma violência sobre e ele sofre essa violência. Num outro momento, num momento sádico do processo, o poeta, o artista, o escritor, o criador, passaria a ser algoz, a ser carrasco da linguagem, e daí a inverter o jogo.

Que associa-se ao que apontou Leyla Perrone-Moisés em “Promessas, encantos e amavios (1990, p. 14): “Os poetas são sedutores porque foram vítimas de uma sedução primeira, exercida pela própria linguagem. Corrompidos por essa capacidade sedutora da língua materna, os poetas se tornam seus cúmplices para seduzir terceiros”.

A nosso ver, essas metáforas do 'algoz' e do 'seduzido' são interessantes e devem ser consideradas na hora de entender o texto poético, sua produção, as imagens por ele criadas. Nesse sentido, Otacvio Paz já nos ensinou em Signos em rotação (1990, p. 47) que o poema transcende a linguagem e, por isso, ele busca a unidade, a plenitude, um lugar em que o signo não substitua a coisa, mas que seja a própria coisa e Manoel de Barros parece “encurtar” a distância entre a palavra e a coisa:

XXIV

Ouçõ uma frase de aranquã: ên-ên? ço-hô!

Ahê han? hum?

Não tive preparatório de linguagem de aranquã.

Caligrafei seu nome assim 🐔 . Mas pode

uma palavra chegar à perfeição de se tornar um pássaro?

Antigamente podia.

As letras aceitavam pássaros.

As árvores serviam de alfabeto para os Grgos.

A letra mais bonita era a  (palmeira).

Garatujei meus pássaros até a última natureza.

Notei que descobrir novos lados de uma palavra era o mesmo que descobrir novos lados do Ser.

As paisagens comiam no meu olho.

(*Concerto a céu aberto para solos de ave*, p. 19)

O 'eu' começa o seu poema tratando da linguagem da “aranquã” que se assemelha a linguagem de uma criança quando está aprendendo a falar; como ele não sabia falar a língua daquela ave, caligrafou seu nome com seu significado (conceito, do ponto de vista linguístico); o 'eu' fala de um momento em que as coisas se confundem com as garatujas e com as palavras e o modo como isso é representado no poema aproxima as coisas das palavras; neste caso, as coisas são as palavras ou vice-versa. O mesmo ocorre com a palmeira e, como isso, ele descobre “novos lados do Ser”, através de uma transformação advinda da observação da natureza.

Além disso, o poeta faz combinações inesperadas criando efeitos surpreendentes como no dístico: “Sabiá de setembro tem orvalho na voz. De manhã ele recita o sol” (2013, p. 14). Manoel de Barros renova, assim, a língua.

De Patativa do Assaré destacamos um trecho de “O meu livro”:

[...]
ABC nem beabá
no meu livro não se encerra.
O meu livro é naturá
é o má, o céu e a terra,
cum a sua imensidade.
Livro cheio de verdade,
de beleza e de primo,
tudo incadernado, iscrito
pelo pudê infinito
do nosso pai Criadó.
O meu livro é todo cheio
de muita coisa inelente,
em suas foia é que leio
o pudê do Onipotente.
Nesta leitura suave
eu vejo coisa agradave
que muita gente não vê
por isso sou conformado
sem eu nunca tê pegado
numa carta de ABC. [...]
(*Ispinho e fulô*, p. 81-82)

Percebemos, mais uma vez, a constituição de um 'eu' contemplativo e admirador da natureza. Nesse poema, Chico Braúna se orgulha em dizer que aprendeu “a lê duma forma deferente” (p. 81), pois aprendeu no livro da natureza, de autoria do “Criadó”. Isso é contado, conforme vemos, através de uma linguagem popular e com vestígios da oralidade e, por isso, apresenta significados próprios daquela realidade vivida.

Nos poemas registrados aqui, apreendemos uma linguagem poética que transita com naturalidade em mundos considerados diferentes: o letrado e o analfabeto; por isso, consideramos Patativa do Assaré um 'artesão' da palavra falada

cabocla, matuta que vivida por ele é registrada com mais propriedade e singeleza.

Os dois eu poéticos registram paisagens naturais “descobertas” ou “sonhadas”. Manoel de Barros faz claro experimentalismo linguístico e poético em versos brancos e livres, com um tom coloquial, mas sem a variação espacial da linguagem, redimensionando a natureza a uma perspectiva que não vemos/percebemos no cotidiano porque “as coisas não querem mais ser vistas por pessoas razoáveis: elas desejam ser olhadas de azul – que nem uma criança que você olha de ave”⁹.

Parece que Barros assume aquilo que Octavio Paz em “A linguagem” (1982, p. 35) chamou de “atitude de confiança do homem diante da linguagem: o signo e o objeto representado eram a mesma coisa”, rejeitando o abismo que Paz disse que “ao cabo dos séculos, os homens [viram] entre as coisas e seus nomes”, transcendendo, assim, o seu idioma, como quem deseja revelar um mundo interior ou na tentativa de reduzir a distância entre ele e a realidade exterior.

Enquanto isso, Patativa do Assaré, como representante da cultura oral, “remonta a corrente da linguagem e bebe na fonte original” (PAZ, 1982, p. 50), mas fazendo o inverso do que esperamos, trazendo uma estrutura poética de forma fixa e rigorosa – setessilábica –, mas a partir da variedade linguística do sertão porque “Foi o autô da Natureza/ com o seu pudê e grandeza/ Quem traçou nosso caminho,/ cada quá na sua estrada” (p. 25). Sobressai, nos dois casos, a valorização da Natureza.

⁹ BARROS, Manoel. O livro das ignorâncias (2013, p. 12)

Apresentamos, pois, dois projetos estéticos e ideológicos, que usam (in)diretamente temas do pensamento ecológico traçados e fortalecidos durante o século passado. Tanto o poeta cantor – Manoel de Barros –, quanto o poeta conversador – Patativa do Assaré – conduzem o seu leitor a encontrar na natureza recriada o equilíbrio da vida, embora partam de vivências e experiências distintas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Literatura nos permitiu um entrelaçamento de ideias, de saberes diferentes; neste caso, um diálogo entre Literatura e Ecologia, possível não apenas com Manoel de Barros e Patativa do Assaré, mas com algumas obras de Ascenso Ferreira, de João Cabral de Melo Neto, de João Guimarães Rosa, de Mário de Andrade, de Nélida Pinõn, de Graciliano Ramos, dentre outros.

Neste contexto, a poesia manoelina e a poesia patativana selecionadas aqui mostram o homem diretamente vinculado ao meio ambiente, despertando uma reflexão que, a nosso ver, ultrapassa as dificuldades produzidas pelo ser humano em busca de riqueza e poder. As contribuições dos poetas mato-grossense e cearense trazem à baila uma discussão sobre as ações humanas no que concerne à sustentabilidade da Terra, ressaltando a importância sobre a relação harmônica entre o homem e o meio.

Manoel e Patativa apresentam uma poesia humana que não deve ser considerada utópica. Manoel capta em sua poesia os seres da natureza que o cerca e que admira como a anhumã, a lesma, a formiga, a pedra, enquanto Patativa canta o Nordeste, o lugar onde vive, descreve a mata, a seca, o homem. Sendo assim, dizemos que esses poetas provocam em seu leitor um sentimento eco-poético, necessário diante da relação agressiva que, atualmente, temos com o meio que é deteriorado enquanto 'evoluímos' e maquinizamos as relações.

Porém, enquanto o eu-poético de Manoel de Barros parece, em muitos de seus poemas, deslocado do mundo moderno, dando espaço, como vimos, aos elementos rejeitados pela sociedade consumista – “[...] As coisas que não levam a nada / têm grande importância [...]”¹⁰; o 'eu' de Patativa do Assaré considera inadmissível que a terra, que o Criador fez para todos, seja apenas de alguns, denunciando criticamente as situações que desumanizam o homem do sertão nordestino. Por esses motivos, pensamos que as obras desses dois poetas se confundem com a vida que eles tiveram no Mato Grosso e no Ceará, respectivamente; por diversas vezes, vemos um retrato do que foi o interior desses dois lugares nessas obras poéticas.

Tanto Manoel quanto Patativa, aparentemente, transformam em verso as imagens que tinham diante de si, apontam para a inutilidade das máquinas e criam um lugar onde é possível desabrochar a vida, ressignificando o meio e o

¹⁰ BARROS, Manoel. **Matéria de poesia**, 2013, p. 9.

homem. Especialmente por isso, apesar de, a princípio, serem *Concerto a céu aberto para solos de ave* e *Ispinho e fulô* obras bem distintas, optamos por destacar também onde uma e outra se combinam.

Acrescentamos que os mundos representados por esses poetas são frutos da observação, da experiência íntima e da transfiguração poética que visam uma vida sem luxo e atrelada à natureza e essa simplicidade é notada não apenas pela temática, como também pela linguagem utilizada.

Ou seja, ao longo deste estudo, percebemos como estas obras poéticas dão ao seu leitor algo que ultrapassa o prazer estético e parecem atingir uma reflexão que beira à conscientização, à moralização, através de olhares e composições que mesmo distintas, para nós, se completam. Como mostramos, Manoel e Patativa representam a chamada poesia ambiental e, por isso, apontam para a necessidade urgente de preservar a natureza como forma única de nos mantermos vivos e saudáveis.

REFERÊNCIAS

ASSARÉ, Patativa do. **Ispinho e fulô**. São Paulo: Hedra, 2005.

BÍBLIA. Gênesis. In: **Bíblia**. Português. Bíblia Sagrada: conteúdo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.

BARROS, Manoel de. **Concerto a céu aberto para solos de ave**. São Paulo: Leya, 2013.

_____. **Matéria de poesia**. São Paulo: Leya, 2013.

_____. **Livro das ignorâncias**. São Paulo: Leya, 2013.

_____. **Memórias inventadas: a infância**. São Paulo: Planeta, 2003.

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**, com a colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Süssekind; tradução Vera da Costa Silva...[et al.] 22 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

GARRAD, Greg. **Ecocrítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

GUATARRI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. 21 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. IBGE. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=510610&search=mato-grosso|nossa-senhora-do-livramento|infograficos:-historico>>. Acesso em: 19/9/15, às 13:05:45

KENSKI, Rafael. Para que serve esta meleca? In: **Revista Super Interessante**. Disponível em <<http://super.abril.com.br/ciencia/para-que-serve-esta-meleca>>. Acesso em 17/9/15, às 6:19:25.

LAGO, A; PÁDUA, J. A. **O que é ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEMINSKI, Paulo. Poesia, paixão da linguagem. In: NOVAES, Adauto (org.). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

PAZ, Octavio. A linguagem. In: **O arco e a lira**. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 35-58.

_____. **Signos em rotação**. Tradução de Sebastião Uchôa Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Promessas, encantos e amavios. In: **Flores da escrivaninha**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 13-20.

SANTOS, Milton. Globalização e Redescoberta da Natureza. In: **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, p. 15-26.

_____. Meio ambiente construído e flexibilidade tropical. In: **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, p. 69-75.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

CRÍTICA CULTURAL E ECOCRÍTICA: CENAS DE UMA ATUAÇÃO SUBVERSIVA

*Wellington Neves Vieira*¹

INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado pelas grandes transformações técnicas científicas, com surgimentos de novas tecnologias para atender a sociedade do consumo. Com isso, observa-se o distanciamento do homem com o seu meio natural, cujas consequências progrediram na percepção da crescente devastação ambiental no final do século XX e, concomitantemente, o desenvolvimento do pós-modernismo preocuparam os estudiosos ecocríticos devido às teorias pós-modernas deixarem notória a falta de compromisso com a real

¹ Mestre em Crítica Cultural, especialista em Linguística aplicada ao ensino de Língua Inglesa. É professor titular da Faculdade Sete de Setembro - FASETE e do Centro Universitário do Vale do São Francisco - CESVASF. Wellington.nevieira@gmail.com

condição de vida planetária, dessa forma, torna-se colaboradora do extermínio da biodiversidade.

Essas circunstâncias ocorrem por meio do processo de capitalização presente na rotina dos sujeitos e quais implicam no modo de constituição e produção da subjetividade individual e coletiva nas suas relações com o mundo social. Parece, então, que, nos últimos tempos, as contradições do modo de vida capitalista têm dominado praticamente todos os setores do tecido social. Assim, torna-se claro que os conflitos ecológicos estão interligados ao modo e à produção de bens materiais. Nesse contexto, tanto a Crítica Cultural quanto a Ecocrítica tenta fornecer um juízo de valores subversivo.

Assim sendo, o objetivo dessa pesquisa é deslocar a teoria da Ecocrítica ao campo da Crítica Cultural numa perspectiva de atuação subversiva. Exploramos no primeiro momento o sentido de uma prática Crítica Cultural abrangendo diversos contextos teóricos e críticos, e, segundo, relacionamos a ciência Ecocrítica ao campo da Crítica Cultural. Como resultado, ambos os campos mostraram-se estruturas semelhantes, primeiro, por ser interdisciplinares e, segundo, por ser uma atuação de caráter política e revolucionária.

1 CARTOGRAFIAS DO DESMONTE: O SENTIDO DE UMA PRÁTICA CRÍTICA CULTURAL

A investigação do funcionamento da vida social estrutura uma percepção para o movimento do pensamento

crítico cultural. Assim, ao pensar a ecocrítica como uma atuação crítica cultural, deve-se, pois, antes de tudo, conhecer o verdadeiro sentido de uma prática crítica cultural, isto posto facilitará a compreensão da inserção da ecocrítica nas dimensões da crítica cultural.

Essa área permite operarmos no campo cultural em suas diversas fronteiras simbólicas com mapeamentos cáusticos sobre as ruínas históricas das organizações sociais. Assim, qual seriam os equipamentos utilizados pela crítica cultural para analisar formas culturais em relação as suas imbricações com a sociedade e a história? Seria a ocupação de diversas áreas epistemológicas uma multiplicidade de armamentos para estruturar uma teoria do método em críticas da cultura? Qual seria, então, o ponto de impacto e influências desse método sobre os sujeitos, a vida social e as ideias dominantes?

Nessa trajetória, os estudos culturais possibilitam a formação geométrica do pensamento sobre o aparato cultural que combina sociedade, política e economia articuladas num conjunto de valores dominantes, de modelos políticos ideológicos e culturalmente hegemônicos, a uma prática do arrombamento que procura desviar a vigilância das forças dominantes. Seria, portanto, essa atuação o sentido de uma prática crítica cultural?

Em primeira instância, o rizoma de Deleuze & Guattari (1995) nos dá contornos múltiplos para a coleção de ferramentas que ajudam a posicionar o crítico cultural nas ruínas sociais. O rizoma conduz para diversas direções, por

princípios de conexão, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura, significante e cartografia. Nessas trilhas rizomáticas, compreendemos que:

[...] o rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído sempre desmontável, conectável, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga (DELEUZE; GATTARI, 1995, p. 32-33).

Percebemos, então, que o rizoma, em suas dimensões, abrange vários pontos de extensões conectados a todos os outros, serve como mecanismo para o desenvolvimento de novas redes flexíveis e dinâmicas que podem ser desmontadas/rompidas e montadas. Assim, essa ferramenta rizomática possibilita o deslocamento da crítica cultural para a ocupação de diversas áreas epistemológicas, funcionando como multiplicidades de práticas que abrem caminhos/alternativas para uma atividade cultural de resistência. Portanto, a atuação do crítico cultural é uma espécie rizomática que pega a veia das ruínas sociais, cartografa, desloca, desmonta, remonta, multiplica, procura trilhas de escape e sempre encontra a diferença que faz diferença.

A partir desta perspectiva, a teia rizomática torna-se promotora de uma técnica do arrombamento por meio dos múltiplos fluxos que se relacionam a todo o momento, numa rotação de interno-externo-interno. Certamente é, nesse movimento, que se constitui uma teoria do método em críticas da cultura para a análise, interpretação e crítica de artefatos

históricos, políticos, capitalistas e culturais, proliferando consciência e justiça social.

Nesse trajeto, Walter Benjamin (2009) institui uma reflexão crítica sobre a história universal convencional, cujo problema central está firmado no materialismo histórico. Com isso, une o passado e o presente para refletirmos a falsa realidade social que era alimentada no século XIX pelas galerias parisienses, o que não é não muito diferente, hoje, no século XXI, pelas imagens dos sistemas midiáticos dos grandes centros comerciais de produções capitalistas universais.

Para o entendimento das estratégias desses sistemas, Benjamin nos orienta metaforicamente falando, em seu livro *Passagem* (2009, p. 18): “das imagens ambíguas e enigmáticas do sonho nas quais se mantém oculto [...] a linguagem imagética do século XIX que representa sua camada mais profundamente adormecida”.

Trazemos essa experiência marcada pelas imagens ambíguas e enigmáticas como alvos necessários para conjeturarmos a atual realidade social que alimenta os indivíduos de imagens falsas, as quais convidam a sociedade para viver de ruínas, sombras e simulacros, em que todos enxergam, mas não veem. Essa “[...] camada deveria despertar com as passagens” (PASSAGEM, 2009, p. 18). Nessa situação, o verdadeiro sentido de uma atuação crítica cultural é dar a luz para a sociedade enxergar as suas ruínas injetando poder revolucionário para romper com a lógica fetichista, “revirar para baixo o que está por cima” (PASSAGEM, 2009, p. 19).

Notamos que a crítica cultural tem o papel de analisar, interpretar as culturas e criticar o conjunto de artefatos presentes na sociedade capitalista. Assim, para auxiliar nesses aspectos, correlacionamos as teorias e os fundamentos das tradições filosóficas marxistas, situado no ensaio de Georg Lukács (2003), intitulado: “O que é marxismo ortodoxo?” para a compreensão do Socialismo.

Partindo do princípio de que Marx aplicou suas forças mentais e políticas em investigar o modo de produção capitalista, de desenvolvimentos econômicos e lutas políticas por uma consciência de classe; o marxismo ortodoxo trata do método dialético como uma práxis revolucionária. A argumentação atesta, em primeiros passos, a relação entre a teoria e a prática. “Não basta que o pensamento tenda para a realidade: é a própria realidade que deve tender para o pensamento” (MARX apud LUKÁCS, 2003, p. 65).

O que Marx está querendo dizer é que fatores socioculturais, políticos, econômicos e históricos servem de base para a formulação de uma teoria, mas isso não é o suficiente, deve-se pensar em como essa teoria tende a contribuir para esses fatores, dando o retorno de caráter revolucionário. E justifica: “[...] que há muito o mundo sonha com uma coisa da qual basta que ela possua a consciência para possuí-la realmente” (MARX apud LUKÁCS, 2003, p. 65). Trata-se da importância da conscientização na relação teoria e prática para perceber a realidade.

Nessa mesma linha, o fator histórico serve de condução

para mostrar o processo pelo qual se constitui uma conscientização da percepção da realidade social.

[...] a conscientização precisa se transformar no passo decisivo a ser dado pelo processo histórico em direção ao seu próprio objetivo (objetivo este constituído pela vontade humana, mas que não depende do livre-arbítrio humano e não é um produto da invenção intelectual). Somente quando a função histórica da teoria consistir no fato de tornar esse passo possível na prática; quando for dada uma situação histórica na qual o conhecimento exato da sociedade tornar-se, para uma classe, a condição imediata de sua autoafirmação na luta; quando, para essa classe, seu autoconhecimento significar, ao mesmo tempo, o conhecimento correto de toda a sociedade; quando, por consequência, para tal conhecimento, essa classe for, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do conhecimento e, portanto, a teoria interferir de modo imediato e adequado no processo de revolução social, somente então a unidade da teoria e da prática, enquanto condição prévia da função revolucionária da teoria, será possível (LUKÁCS, 2003, p. 66).

Nesses trames, observamos a importância da funcionalidade histórica da teoria para a legítima conscientização da integração teoria e prática como categoria prévia da função revolucionária da teoria. Para tanto, observamos que esse processo de conscientização já é, antes de qualquer coisa, uma máquina de guerra da teoria que se posiciona no ângulo do inimigo para moldá-lo, este seria o ponto de impacto causado pelo crítico cultural sobre a vida social e as ideias dominantes.

Vimos, então, que a conscientização é o elemento-chave para relacionar teoria a uma prática social, essas são as pegadas de um método dialético revolucionário, dando

segmento a esse paradigma, o crítico cultural não tem outro caminho a não ser se apropriar dessa técnica para autenticar a sua atuação numa práxis de revolução social.

Este impulso dialético marxista contribui para a crítica cultural como uma alternativa para enraizar o universo de imagens, ideias e narrativas sociais que podem promover a emancipação individual e social. Chega de interpretar, agora temos que transformar, é basicamente essa a mensagem que Marx quer transmitir com método da dialética da totalidade.

[...] a concepção dialética da totalidade seja a única a compreender a realidade como devir social. É somente nessa perspectiva que as formas fetichistas de objetividade, engendradas necessariamente pela produção capitalista, nos permitem vê-las como meras ilusões, que não são menos ilusórias por serem vistas como necessárias (LUKÁCS, 2003, p. 85).

É sabido que os modelos fetichistas estão incorporados na nossa sociedade numa gama de publicidade moderna, das utilizações de meios de comunicações para propaganda eleitorais, da reprodução em massa de filme, fotografia, gravações, publicações de revistas e jornais publicitários (classificados), o surgimento de novas tecnologias foram abrindo artefatos culturais e constituindo a sociedade do espetáculo. Com isso, o método dialético da totalidade constitui um olhar consciente a essas formas estratégicas de produções capitalistas, notadas como meras fantasias. De fato, a conscientização é o elemento de potência que rompe com essas formas fetichistas. Lukács (2003, p. 85-86) descreve que:

As relações reflexivas dessas formas fetichistas, suas “leis”, surgidas inevitavelmente da sociedade capitalista, mas dissimulando as relações reais entre os objetos, mostram-se como as representações necessárias que se fazem os agentes da produção capitalista. Elas são, portanto, objetos do conhecimento, mas o objeto conhecido nessas formas fetichistas e através delas não é a própria ordem capitalista de produção, mas a ideologia da classe dominante.

O regime de produção em massa e consumo enraíza forças dominantes do capital, que constituem leis capitalistas capazes de induzir ao consentimento para a ordem dominante do social. Vale ressaltar que essa dominação ideológica está centrada a um tipo peculiar de ordem social, por exemplo, o Comunismo ou Fascismo dominam suas sociedades por meio de princípios ideológicos, e o Capitalismo domina a sociedade por uma ideologia conhecida pelo consumo exacerbado posto como uma regra a sociedade. Então, compreendemos que a ideologia da classe dominante, seja ela cultural, religiosa, política, seja econômica, estabelece uma hegemonia na coletividade social.

Pensando na perspectiva de que o crítico cultural deve reverter os problemas sociais, é necessário, portanto, romper essa barreira de dominação ideológica do capital mercadológico pelo viés do método dialético da totalidade, que tem como principal arma a conscientização. “Toda filosofia é prática, inclusive aquela que, à primeira vista, parece a mais contemplativa: O método é uma arma social e política [...]” (SARTRE, 2002, s/p). Essa filosofia do método dialético é utilizada, na prática, como meio de conscientização para desenvolver uma prática crítica cultural que

analisa e interpreta a produção de artefatos culturais dentro das condições sócio-históricas.

Nesse estágio, observamos que a investigação de uma prática crítica cultural está focalizada dentro das relações sociais pelas quais a cultura é produzida e consumida, e, que, portanto, a interpretação das culturas está baseada no entendimento da sociedade, política e economia, bem como em análises textuais de autores que representam sistemas culturais marcados pelo social, político, econômico, racial e ambiental, que são frutos de suas próprias contextualizações históricas. Como resultado, o verdadeiro sentido de uma atuação crítica cultural centra-se numa perspectiva ética de subversão, possibilitando, assim, o engajamento de outras teorias ao seu território, por isso, que dialogamos a seguir a Ecocrítica ao campo da Crítica Cultural.

2 ECOCRÍTICA COMO UMA PRÁTICA CRÍTICA CULTURAL

Vimos no tópico anterior que os modos de produções de bens materiais têm movimentado o homem a desenvolver suas atividades culturais articuladas aos sistemas sociais capitalistas. Isso, por sua vez, tem ossificado o processo de comportamentos individuais e coletivos dos seres humanos, sobre os quais se engendram a falta de ética do homem no meio o qual está inserido. Assim, os conflitos ecológicos progridem e nos alertam sobre o efeito da violência do homem para com a natureza.

Nesse ritmo desenfreado, as produções e consumos de massas, ilimitadamente alimentam que se construa a subjetivação capitalística, cujo efeito é de deterioração ambiental. Nesse sentido, potencializa as discussões relacionadas às temáticas ecológicas, tornando-se fontes de preocupações em vastas áreas epistemológicas com a intenção de afirmar maiores ostentações na sociedade global, a qual oportuniza, assim, a revelação de uma nova linha de pesquisa dentro da abordagem literária, a Ecocrítica. Essa teve sua origem nas representações da natureza existentes na literatura do século XIX, nos Estados Unidos, mas só conseguiu maior consolidação a partir do termo “ecocriticism” que “foi pronunciado pela primeira vez em 1978, por Rueckert” (ALMEIDA, 2008, p. 15).

Essa linha teórica, apenas recentemente tem sido tratada por alguns críticos no Brasil, entre eles, citamos os mais importantes. Uma das precursoras desta linha no país foi a Professora *Maria do Socorro Pereira de Almeida*, com a sua dissertação de mestrado intitulada: *Literatura e meio ambiente: Vidas Secas, de Graciliano Ramos e Bichos, de Miguel Torga numa perspectiva ecocrítica*. Essa foi defendida em 2008 pela Universidade Estadual de Campina Grande na Paraíba.

Nessa perspectiva, abriu as portas para as produções de novas pesquisas. *Roland Walter*, o qual é outro crítico, pesquisador e professor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, ele fecunda a ecocrítica aos estudos das narrativas pós-coloniais, publicou, em 2009, o livro intitulado:

AFRO-AMÉRICA: *Diálogos literários na diáspora negra das Américas*. Nesse livro, o autor contribui de maneira pioneira para os estudos da literatura afrodescendente ao incorporar em suas análises o fenômeno do inconsciente ecológico como formas de resistências culturais.

O próximo passo para a divulgação da ecocrítica no Brasil ocorreu com a publicação do livro *Narrações da violência Biótica* (2010), organizado pelos professores Roland Walter e Ermelinda Ferreira (UFPE). Essa obra reuniu uma gama de produções ecocríticas, a saber, Alfredo Cordiviola “*América, o reino do visível*”, Amarino Oliveira de Queiroz, “*Sob a árvore das palavras: oralidade, escrita e memória nas literaturas africanas de língua portuguesa*”, Ângela Maranhão Gandier, “*A receptividade ao silêncio, o direito ao grito: natureza e artifício em Clarice Lispector e Francis Bacon*”, Ermelinda Ferreira, “*Inscrito no Corpo*”, Fernando de Mendonça, “*Cinemas da natureza, naturezas do cinema: Jeremiah Johnson e a reconciliação do homem com o mundo natural*”, João Augusto Lira, “*Ecofeminismo e Literatura Chicana: performatização literária e delação multifacetária em so Far From god de Ana Castilho*”, Sherry Almeida. “*Oficina de transfazer natureza: a poesia pantaneira de Manoel de Barros*” e, para finalizar, Thomas Bonnici. “*Ecocrítica e pós-colonialismo: o fitar de Bigg-wither na floresta atlântica do Paraná*”.

Logo depois tivemos o primeiro congresso internacional de Literatura e ecocrítica, produzido pela UFPB, com organização da professora Zélia Bora, também adepta dessa linha de pensamento.

Nessa proposta, o crítico ocupa “entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão” (SANTIAGO, 2000, p. 26). É o método para operar nos lugares e nos entre-lugares, constituindo técnicas capazes de refletir textos literários e modos culturais sob vários ângulos. A tarefa do crítico cultural é estar nos “territórios a serem atravessados, cruzados e rasurados por novos sujeitos do conhecimento pela crítica interdisciplinar” (MARQUES, 1999, p. 67).

A esse lugar de onde olhamos “a crítica cultural é interdisciplinar e se faz por meio do intercâmbio com outras disciplinas” (GOMES, 2011, p. 233). Nessa perspectiva, podemos pensar numa prática crítica cultural relacionada aos problemas ambientais que têm provocado a sociedade global no sentido de alertar para o cuidado com o seu próprio lar, pois se sabe que a sociedade deve se manter culturalmente no limite dos recursos naturais para poder sobreviver. “A ecologia, como já notamos e todos parecem concordar, vem à cena cultural como um conjunto de condições-limite, um limiar de tolerância na exploração do meio ambiente [...]” (SAHLINS, 1979, p. 229).

A crítica cultural por ser uma área interdisciplinar engajada nas diversas atividades políticas deve atuar nessa evolutiva deterioração, operando na revalorização do meio socioambiental, tendo como suporte subsidiário a teoria da ecocrítica: “as ciências humanas se formam a partir do entrecruzamento e superposição de diferentes ciências e disciplinas” (MARQUES, 1999, p. 66).

Empreender considerações de várias correntes teóricas torna-se uma obrigação do crítico cultural, dessa forma, uma atuação crítica cultural desloca os seus olhares para abordagens e posturas epistemológicas, variando por meio de diversos temas e campos disciplinares. A ecocrítica por ser um campo interdisciplinar se apropria também de perspectivas e métodos interpretativos transnacionais permite uma trajetória multidirecional, voltada a uma atuação de política ambiental. Assim, a atividade ecocrítica já é, antes de tudo, uma atuação de caráter crítico cultural. Por isso, seria melhor chamarmos de “ecocrítica cultural”²:

A ecocrítica, portanto, é uma modalidade de análise confessadamente política, como sugere a comparação com o feminismo e com o marxismo. Os ecocríticos costumam vincular explicitamente suas análises culturais a um projeto moral e político “verde”. Nesse aspecto, ela se relaciona de perto com desdobramentos de orientação ambientalista na filosofia e na teoria política. Desenvolvendo as percepções de movimentos críticos anteriores, os ecofeministas, os ecologistas sociais e os defensores da justiça ambiental buscam uma síntese das preocupações ambientais e sociais (GARRARD, 2006, p. 14).

Nesse rastro, compreendemos que a ecocrítica tem uma função crítico-cultural, formula um plano de atuação moral e político ambiental, a partir das intervenções dirigidas aos sistemas imperialistas de dominação política, econômica e cultural, é nesse universo de injustiça social que “o ecocrítico almeja rastrear as idéias e as representações ambientalistas

² Termo utilizado para designar a Ecocrítica como uma atuação Crítica Cultural.

onde quer que elas apareçam, enxergar com mais clareza um debate que parece vir correndo, amiúde parcialmente encoberto, em inúmeros espaços culturais” (KERRIDGE apud GARRARD, 2006, p. 15). Notamos que a ecocrítica transita no campo dos Estudos Culturais e Pós-coloniais, rastreando as formas de relacionamento do meio ambiente com as questões de raça, etnia, alteridade, gênero, identidade e classe.

Nessas trilhas, a ecocrítica investiga “as relações entre dinâmica populacional, organização social e cultural das sociedades humanas e o meio ambiente nos quais elas estão inseridas” (NEVES apud WALDMAN, 2006, p. 36). Assim sendo, justifica o campo da ecocrítica como uma prática crítica cultural que dedica suas forças a “explorar todas as facetas da experiência humana” (ADAMSON & SLOVIC, 2009, p. 5 – Tradução minha) a um projeto de justiça ambiental e social.

Verificamos também que a ecocrítica tem esse caráter crítico cultural por atuar como uma espécie rizomática, essa atuação é uma característica do movimento político pós-estruturalista que opera em diversas direções a fim de assegurar um movimento que cause impacto na sociedade para, assim, sustentar uma política de preservação ambiental.

O conceito de rizoma formulado por Deleuze e Guattari (1995) propõe um modelo arborescente do pensamento que rompe dicotomias por “pluralizar e divulgar, produzir diferenças e multiplicidades, fazendo novas conexões” (BEST & KELLNER, 1991, p. 99 – Tradução minha). Este mecanismo proporciona um bom esclarecimento para as diversas

performances da ecocrítica. O modelo anunciador da ecocrítica se constitui por múltiplas veredas de investigações, a ecocrítica como um rizoma acende discursos de natureza polifônica, permitindo aos estudos literários e culturais uma nova forma de abordagem investigativa.

Deleuze & Guattari (1995, p. 15) afirmam que: “Um rizoma como haste subterrânea distingue-se absolutamente das raízes e radículas. Os bulbos, os tubérculos, são rizomas”. O rizoma tem fibras interligadas como uma rede de vários segmentos e há vida sem qualquer unidade central, percebemos que árvores com rizomas subterrâneos são definidos como multiplicidades. “O rizoma nele mesmo tem formas diversas, desde sua extensão superficial ramificado em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos” (DELEUZE & GAUATTARI, 1995, p. 15).

Mais importante ainda, “o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização [...] segundo a qual, [...] a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza” (DELEUZE & GAUATTARI, 1995, p. 32). É perceptível que tal processo rizomático desafia quaisquer centralizações e orientações hierárquicas, porque “o rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada” (DELEUZE & GAUATTARI, 1995, p. 32). O rizoma é muito mais do que isso “[...] se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com

múltiplas entradas e saídas com suas linhas de fugas” (DELEUZE & GAUATTARI, 1995, p. 33).

Pensamos, então, a ecocrítica como uma formação discursiva rizomática, podemos entender que suas táticas estão correlacionadas em diversas direções, como um compromisso com a complexidade multiforme de relações interdisciplinares. O que é mais atraente sobre esta perspectiva é o fato de que o rizoma é também uma metáfora exemplar para o modo não hierárquico do pensamento pós-moderno que privilegia a diferença e a multiplicidade e, portanto, desafia totalizações de qualquer forma.

O rizoma organiza um arquétipo primoroso para os estudos ecocríticos de caráter crítico cultural, cujos princípios são classificados por: conexão, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura significativa, cartografia, todos esses elementos podem ser direcionados à atividade ecocrítica cultural. Por extrair sua força da diversidade, multiplicidade e heterogeneidade, enumera traços da contextualização plural e subverte categorizações unitárias dos sistemas globais de poder hegemônico.

Por trás de cada uma destas estratégias, existe uma tentativa de mostrar que não há nenhuma representação monolítica no universo. Daí a importância de um estudo ecocrítico acoplado ao campo da crítica cultural que interage num quadro contextual, pluralista e relacional capazes de atribuir um ponto significativo de impacto ecocrítico cultural. É perceptível que o percurso rizomático é compatibilizado com a

ecocrítica cultural, porque trata de um campo que interage com muitos domínios e fronteiras interdisciplinares entre áreas de pesquisas acadêmicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi levantado nessa investigação a respeito da Crítica Cultural e da Ecocrítica, notamos que ambas operam numa perspectiva transdisciplinar que se fundamenta em teoria social, economia, política, história, estudos de comunicação, teoria literária e cultural, filosofia, e outros discursos teóricos, responsáveis por constituir uma multiplicidade de armamentos que estruturam o diálogo transformador.

Ao utilizarmos os pensamentos de Walter Benjamin (2009), em *Passagem*, e o *Marxismo Ortodoxo* por Lukács (2003), projetamos as estratégias de uma prática crítica cultural situada nas perspectivas socioculturais, políticas, econômicas, históricas e críticas que permitem ao crítico cultural dissecar mensagens e significados de ideologia dominante, causando, assim, impacto nas formas de dominações culturais. Percorrendo as trilhas filosóficas, permite ao crítico cultural convidar/conduzir os indivíduos para resistir à manipulação da mídia e aumentar o seu poder de liberdade social.

E, ao endereçar a ecocrítica ao campo da crítica cultural, verificamos que ambos os campos têm estruturas

semelhantes, primeiro, por ser interdisciplinares e, segundo, por ser uma atuação de caráter político e que tende a grandes alterações. Podemos afirmar, então, que a ecocrítica é mais uma ferramenta utilizada pela crítica cultural para aponta um olhar de cuidado e preservação com a natureza, no sentido de perceber que estas práticas abrem espaço para uma reflexão e sensibilização global para o meio ambiente, no qual a sociedade universal se perdeu em meio à imposição de uma cultura capitalista de produção de bens materiais e do consumo de uma falsa realidade social.

Espera-se com essa pesquisa contribuir para o surgimento de novos trabalhos que abarcam uma gama de teorias críticas com o esforço de desenvolver ferramentas adequadas para abrir um espaço que dialogue questões subversivas de mudanças ético-políticas, tanto social como ambiental.

REFERÊNCIAS

ADAMSON, Joni, and Scott Slovic. “The Shoulders We Stand On: **An Introduction to Ethnicity and Ecocriticism.**” Guest Editors” Introduction. MELUS. 34.2 (Spring 2009): 5-24.

ALMEIDA. Maria do Socorro Pereira de. **LITERATURA E MEIO AMBIENTE: Vidas Secas**, de Graciliano Ramos e Bichos, de Miguel Torga numa perspectiva ecocrítica. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade). Campina Grande-PB. UEPB. 2008.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BEST, Steven & KELLNER, Douglas. **Postmodern Theory: Critical Interrogations**. New York: The Guilford P, 1991.

DERRIDA, J. **POSIÇÕES**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Rizoma In: **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1 /Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.94 p. (Coleção TRANS).

GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Trad.Vera ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

GOMES, Carlos Magno. **Leitura e estudos Culturais**. In SANTOS, C. Batista (Org); GARCÍA, Paulo. Cesar (Org); SEIDEL, Roberto. Henrique (Org.) **Crítica Cultural e educação básica: diagnósticos, proposições e novos agenciamentos**. São Paulo: cultura Acadêmica, 2011.

LUKÁCS, Georg. O que é marxismo ortodoxo?, In: **História e consciência de classe: estudos sobre dialética marxista**. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARQUES, Reinaldo. **Literatura comparada e estudos culturais: diálogos interdisciplinares**. In: CARVALHAL, T. Franco (Org.) **Culturas, contextos e discursos: limiares críticos do comparatismo**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

SARTRE, Jean-Paul. **Marxismo e existencialismo**. In: **Crítica da razão dialética: precedido por questões de método**. Trad.

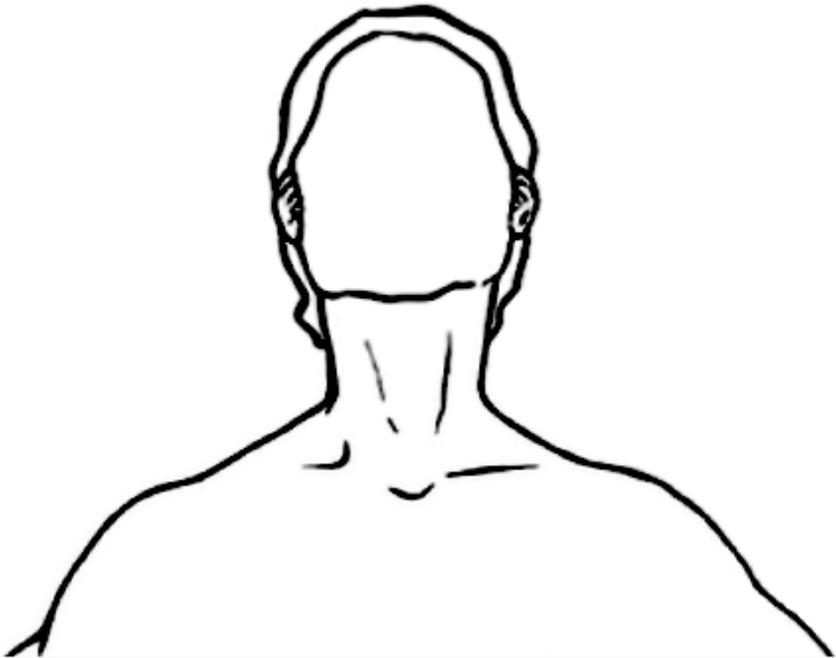
Guilherme. João de Freitas Texeira. Rio de Janeiro: DPeA, 2002.

SANTIAGO, Silviano. **Uma Literatura nos Trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. 2º Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

TEXEIRA, Ivan. **Desconstrutivismo**. In: Revista CULT. 98.

3

ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL



ALDERISA LEITE LOPES
ALDO CARVALHO DA SILVA
CARLOS MORAES JATOBÁ BARRETO JUNIOR
ELIANE MARIA DE SOUZA NOGUEIRA
FRANCISCO ALVES DOS SANTOS
GERALDO JORGE BARBOSA DE MOURA
MARIA DO SOCORRO DA SILVA
MARIA LÚCIA TEIXEIRA SANTOS
SÉRGIO LUÍS MALTA DE AZEVEDO



PAULO AFONSO E O RIO SÃO FRANCISCO: O CAMINHO DAS ÁGUAS E DAS PESSOAS

Maria Lúcia Teixeira Santos¹
Sérgio Luiz Malta de Azevedo²

INTRODUÇÃO

O artigo constitui parte da dissertação de mestrado, intitulada: Impactos Socioambientais provocados pelas barragens Delmiro Gouveia e Apolônio Sales à população ribeirinha dos municípios de Glória e Paulo Afonso/BA, apresentada no Programa de Pós graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da UNEB. Mais do que isso, o trabalho representa um reconhecimento da ciência por

¹ Professora da UNEB – Campus VIII. É Educadora, Psicóloga e Mestra em Ecologia Humana e Gestão Sócio ambiental pela UNEB.

² Doutor em Geografia, professor adjunto III da Universidade Federal de Campina Grande/PB. Colaborador do curso de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Sócio ambiental pela UNEB.

aqueles que contribuíram, em sua fase pioneira, para a execução da maior obra de geração de energia hidrelétrica em meados do século XX.

Procurou-se não somente descrever o espaço regional do Rio São Francisco, em sua formação embrionária e nem se deter exaustivamente nos processos técnicos e nos embates políticos que culminaram com a execução das obras, mas, sobretudo, tenta-se cobrir uma lacuna na Ecologia Humana do Semiárido brasileiro, em particular daquela porção cortada pelo Rio São Francisco, a área que conhecemos hoje como região de Paulo Afonso.

Para esse intento, são examinados em detalhes, desde o transeunte até os sujeitos que ocupavam cargos de comando e os outros sujeitos que, de fato, colocavam “a mão na massa”. Dessa forma, podemos compreender que o homem, intencionalmente, modifica a natureza, sem, muitas vezes, considerar que é parte integrante dela, com isso provocando alterações de grande impacto concernente à relação com o ambiente e com seus semelhantes.

Assim, esta parte que destacamos da dissertação tem como objetivo analisar a fase pioneira da construção da barragem Delmiro Gouveia construída pela CHESF, no sub-médio rio São Francisco, no final da década de 40 e início da década de 50 do século XX, construção que atingiu as populações ribeirinhas dos municípios baianos de Glória e Paulo Afonso.

Trata-se de uma pesquisa histórica, com procedimento de coleta de dados, foi utilizado, principalmente, a história oral,

articulada à análise documental e bibliográfica, com objetivo de evidenciar a memória dos ribeirinhos, suas trajetórias e inconformismo como sujeitos sociais, protagonistas da história da ecologia humana das populações que participaram do processo de desestruturação socioambiental da área estudada. Assim, tornando dizível e visível parte da história da região que ainda era desconhecida por muitos.

Os participantes da pesquisa foram seis moradores do bairro Centenário que vivenciaram a construção das barragens, também a fala de alguns depoentes entrevistados, moradores do município de Glória. Como resultado, constatou-se que os impactos socioambientais afetaram de forma significativa a vida dos ribeirinhos nas dimensões sociais, culturais e econômicas, contribuindo portanto, com a história recente dos assentamentos humanos, naquele subespaço, de um importante rio brasileiro.

1 O RIO SÃO FRANCISCO: OCUPAÇÃO PIONEIRA DO ESPAÇO REGIONAL

Compreender o rio São Francisco tem sido tarefa enfrentada por curiosos, poetas, estudiosos de várias áreas do conhecimento, como Geografia, História, Sociologia, Antropologia, entre tantas outras, formando uma multiplicidade de visões que, isoladas ou mesmo associadas, são insuficientes para explicar a grandiosidade contida nas águas, nas terras, nas gentes que estão nelas “plantadas”, que às vezes parecem

formar uma unidade. O rio São Francisco não se explica, se vive. A respeito desse rio, Araújo (2003, p.23), afirma que:

Bem que o São Francisco poderia se chamar o Rio dos Contrastes, o Rio das Contradições, ou, talvez o Rio das Excludências. [...] É possível abrigar a opulência e a miséria, a Califórnia e a Biafra, tudo a um só tempo? Todos os visitantes estrangeiros e nacionais, cada um a seu modo, o definiram, ora como celeiro de riquezas, ora, como terras dos confins, onde dificilmente chegaria a civilização, ou até ermos desolados esconderijos de criminosos.

Já aqui fica evidente que adentrar na saga do São Francisco é aventurar-se em caminho que requer cuidado e uso apurado de todos os sentidos que permitam um caminhar atento e seguro.

O rio São Francisco nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, no Chapadão da Zagaia, atravessa o Estado da Bahia, forma divisa deste com Pernambuco e Alagoas, e deste com Sergipe, no Baixo São Francisco, até desaguar no Oceano Atlântico.

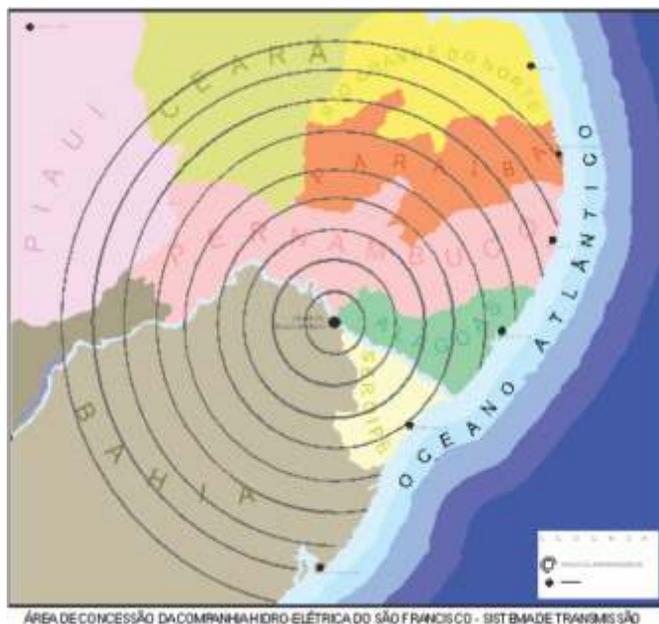
Alguns estudiosos dividem o rio em três trechos: o Alto São Francisco, que inicia na nascente até a cidade de Pirapora, ainda em terras mineiras; o Médio São Francisco estende-se de Pirapora a Juazeiro na Bahia e Petrolina em Pernambuco, trecho propício para a navegação, continuando até Paulo Afonso na Bahia. Daí até a foz, passando por Piranhas e Penedo em Alagoas, Propriá em Sergipe entre outras cidades constitui o Baixo São Francisco. O Baixo São Francisco a partir de Piranhas é navegável até a foz.

Na sua caminhada do Sudoeste de Minas Gerais rumo ao Nordeste brasileiro, recebe águas de vários afluentes que lhe

ção corpo e força. Entre esses podemos citar alguns de Minas Gerais como o Pará, Paraopeba, Rio das Velhas, Paracatu, Verde Grande e São Miguel. Na Bahia temos o Carinhanha, Corrente, Grande, Branco, Preto, Salitre entre outros. De Pernambuco recebe água do Pajeú, Moxotó, Perpétua, Onça, Jacaré, Porto da Folha e outros. Alagoas lhe oferece os rios Ipanema e Traipu. É o décimo oitavo rio do mundo em extensão.

A área do Vale do São Francisco é estimada em 640.000 km², abrangendo seis estados – Minas Gerais, Bahia, Goiás, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e parte do Distrito Federal (Figura 1).

Figura 1: Área de atuação da Chesf em 1945. Dado o estado de depreciação do original não foi possível identificar a escala.



Fonte: Retirado de Malta, Sérgio. 2008. Elaborado com base no relatório Chesf de 1945.

De acordo com Marques, (2006).Antes da colonização portuguesa o rio era conhecido pelo nome de Opará (rio-mar), denominação de algumas etnias indígenas ribeirinhos, nesse contexto,

A essa época, suas margens eram intactas e a mata frondosa sombreava as águas e os ramos prenhes de frutos que, vergando ao peso da carga, se debruçavam sobre a corrente onde deixavam cair aquelas doces ou ácidas iguarias maduras, que alimentavam os milhares de cardumes de surubins, dourados, curimatãs, piaus e piranhas (ARAÚJO, 2003, p.45).

Este quadro teve início de mudança quando o rio passou a existir para o mundo, através da chegada dos navegadores André Gonçalves e Américo Vespúcio (GUERRA, 1974, cita Gaspar Lemos e Américo Vespúcio), na embocadura do rio, no dia quatro de outubro de 1501. O nome São Francisco foi atribuído por influência da igreja Católica que costumava designar lugares com nome de santos. Sendo a data da descoberta dia de São Francisco, seria justa a homenagem ao santo do dia.

Antes de adentrarmos no histórico do São Francisco relacionado à colonização portuguesa, se faz necessária uma retrospectiva sobre o povoamento do Vale do rio São Francisco, fato que em termos de tempo não se tem precisão, mas apenas estimativas. Segundo Martin (2005, p.64), [...] 'no Vale do São Francisco em Petrolândia (PE), a Gruta do Padre e o Sítio do Letreiro do Sobrado forneceram datações entre 7 e 5 mil anos BP' [...]

Os achados arqueológicos deixam evidentes que temos muita história para contar, muito além do Brasil Colônia, como

podemos observar em Vergne e Marques (2009, p. 27), quando indicam que:

[...] na região do Baixo São Francisco, com esqueletos de grupos pré-coloniais dos sítios Justino e São José, das áreas inundadas pela Barragem de Xingó, é possível inferir que os grupos humanos que fizeram as pinturas e gravuras nas pedras do Complexo Arqueológico de Paulo Afonso são de datações aproximadas de mais de 9 mil anos atrás, datações aproximadas aos esqueletos pelo método Carbono 14, a partir da análise de fogueiras.

Os estudos na região continuam e podem trazer à tona dados que nos surpreendem sobre datas e modos de vida dos antigos habitantes do Vale. Com a chegada dos portugueses, vários interesses foram despertados pela nova terra que era farta em grande escala de riquezas de valor comercial para o valorizado estilo de vida europeu, como madeira de alta qualidade em abundância, animais com uma variedade entre o uso para a alimentação, domesticação e adorno, como no caso das aves. Logo em seguida veio a descoberta de pedras preciosas, ouro, prata e a caça ao índio para o trabalho escravo, que motivou um grande número de pessoas a explorar o interior do Brasil em expedições, dando início a várias povoações.

Os rios eram caminhos muito utilizados, além de serem explorados na mineração. O São Francisco foi um deles, tendo servido de caminho iniciado em seus afluentes ou pela foz. Segundo Simão Vasconcelos (apud GUERRA, 1974, p.27), em 1553 Bruno Espinosa chegou às margens do São Francisco através do rio das Velhas e os índios que guiavam “davam a entender por

seus modos que todo aquele trecho de terra dos sertões era uma Índia Oriental em pedrarias”. As notícias sobre metais nobres se espalharam e expedições foram organizadas com o objetivo de exploração, no entanto, não há comprovação de êxito.

Ressalte-se, que a cultura da cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil, como também a criação de gado, impulsionando o povoamento tanto do litoral como do interior. Lembramos que a ocupação se deu principalmente por portugueses, mas não exclusivamente, uma vez que outros europeus tentaram se instalar no Brasil, e os holandeses no Nordeste tiveram grande influência em vários aspectos do desenvolvimento, entre eles no povoamento do Vale, principalmente no Baixo São Francisco. Antes, já em 1519, Cristóvan Jaques, de volta a Portugal, “denunciou piratas franceses que andavam por aqui, perto de um grande rio, contrabandeando madeiras, macacos e papagaios (REVISTA REALIDADE, 1972, p. 94).

Voltando à cultura da cana-de-açúcar no litoral, esta se expandia e dificultava a criação de gado e impelia os criadores a adentrarem para o interior, principalmente, em Pernambuco e Bahia. A época, supunha-se que o Vale apresentava região pobre para a agricultura, mas própria para a criação de gado, em regime extensivo. A pecuária se expandiu tanto no Vale do rio São Francisco que este passou a ser chamado de rio dos currais, sendo o maior centro de criação de gado e o couro um dos seus principais produtos. Entre os vários criadores de gado destacamos Antônio Guedes de Brito e os da família de Garcia

d' Ávila, destes, o primeiro da linhagem veio com Tomé de Souza, em 1549, e sonhava em torna-se um senhor feudal que depois virou um grande fazendeiro. O senhor da Casa da Torre (mansão construída em Tatuapara), ganhou grande parte da Bahia. Expandiu seu criatório instalando currais e conquistando solo pelo interior chegando ao Vale do São Francisco.

Segundo Oliveira (2007, p.57),

em 1574 expandiu seus domínios para Sergipe, alcançando o Rio São Francisco chegando a Carinhanha e à Paraíba.[...] Mais tarde, com a expansão das terras recebidas por sesmarias, passou a ser detentor do maior latifúndio do mundo, chegando seus domínios até ao Piauí, com aproximadamente oitocentos quilômetros quadrados. [...] Garcia d'Ávila faleceu em 1609 na Casa da Torre. [...] Francisco Dias de Ávila, neto de Garcia d'Ávila, continuou o sonho de conquista do avô, ampliando seu rebanho, instalando currais e promovendo o povoamento.

Com a morte de Francisco Dias de Ávila, coube ao seu filho Garcia d'Ávila a incumbência de continuar o seu trabalho. Com o mesmo nome e a mesma ânsia do bisavô, Garcia d'Ávila incrementou o povoamento do Vale do São Francisco espalhando currais de gado ao longo das margens e de seus afluentes, deixando em cada um deles um casal de escravos, dez novilhas, um touro e um casal de equino. Como podemos ver, escravos eram multiplicados, bem como o rebanho, numa estratégia de lucro certo. Assim, o Vale se tornou um dos maiores centros de criação do país. O segundo Garcia d'Ávila, ou seja, o filho morre em 1675.

Vale salientar que o processo de ocupação do Vale do São Francisco tanto pelos sertanistas que subiram o rio, como

pelos bandeirantes que desciam em busca de ouro, pedras preciosas e índios, se deu com muitos conflitos com os povos indígenas, tendo como resultado grande matança destes. “Os pioneiros iam substituindo por boiadas os índios que encontravam no caminho” (REVISTA REALIDADE, 1972, p. 95).

Após o falecimento do segundo Garcia d' Ávila em 1675, a expansão dos negócios da família que já alcançava várias regiões do Nordeste, fica a cargo do seu filho Francisco Dias de Ávila, o segundo com este nome, de pequena estatura, mas dotado de grande fome de conquista, como podemos perceber em um confronto do frei Martim de Nantes com o próprio trineto de Garcia d' Ávila, durante uma grande seca no século XVII, em que o “coronel” ousou refrigerar os seus rebanhos nas ilhas habitadas pelos cariris e estes expulsaram os animais. Segundo Rocha (1970, p.104), a discussão teve início assim:

Pois o senhor, com este corpo minguado, que tão pouco alimento pede para se sustar e tão pouco pano precisa para se cobrir, ainda não se satisfaz com uma renda de cinqüenta mil libras? Ainda quer usurpar o pouco que resta aos índios, das terras que lhes pertencem pelo direito das gentes? Quer que eles morram de fome, para satisfazer a sua ambição, contra todas as leis divinas e humanas? O rei jamais lhe deu, nem lhe poderia dar, o que é essencial ao sustento dos índios, que não têm mãos nem língua para se defender. Mas eu os sustentarei e hei de ir à presença do Governador Geral.

Ainda segundo Rocha (1970) o religioso se dirigiu ao governador Roque Barreto e obteve o reconhecimento do direito dos índios.

Pelo exposto, observamos que o povoamento do Vale do São Francisco não se deu de forma pacífica, mas sim a custo de lutas desiguais, de injustiça em que a vitória, como nos dias atuais, é dos poderosos. E o poder está nas mãos de quem detém o capital.

Dos povoamentos em torno dos currais muitos se desenvolveram e se tornaram cidades nas duas margens do São Francisco. Algumas dessas povoações além dos currais eram pontos de travessia do rio, pousada para boiadeiros, o que criava a necessidade de comércio, fator impulsionador de desenvolvimento.

Segundo Guerra (1974, p. 33),

No período dos séculos setecentos e oitocentos, nenhum elemento nacional teve maior função na formação histórica da nossa pátria do que esse grande Rio São Francisco. Era já nessas épocas abundante ali o comércio: gado, couro e mercadorias, afora um comércio ativo de escravos de Minas, de São Paulo, da Bahia e de Pernambuco e suas capitânias anexas, tudo se misturando na oferta e na procura, estabelecendo francas ligações do norte com o sul.

Está evidente a importância do rio São Francisco para a integração nacional, nas mais diversas dimensões, como a econômica, política e social. Mesmo o rio promovendo a integração, a disparidade socioeconômica entre Sul-Nordeste era gritante e o sertanejo, principalmente em época de seca, tomava as “gaiolas” (tipo de embarcação), principalmente em Juazeiro/Petrolina até Pirapora, de onde seguia de trem para São Paulo ou Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida.

Tido como rio da integração e da unidade nacional, de beleza extraordinária que inspira expressões que perduram por séculos, como a de um missionário que chegou às suas margens e exclamou “que sermão imenso é por si mesma toda essa terra” (*apud* GUERRA, 1974, p.15). Porém, o respeito, o cuidado com a preservação e melhoria das condições físicas, biológicas e socioeconômicas entre tantas outras vem, ao longo da história, necessitando de políticas públicas eficientes e mobilização da sociedade, no sentido de desenvolver um olhar crítico, atencioso e porque, também, não dizer de afeto para um rio que até hoje é considerado a maior riqueza do Nordeste. No entanto, há muitos anos dá sinal de enfraquecimento devido tanto a consequências de agentes naturais como pela ação humana com a política de exploração ancorada numa visão equivocada de desenvolvimento em que a natureza é um bem de valor comercial.

O rio atraiu pessoas e, com estas, uma diversidade de objetivos, costumes, estilo de vida e uma visão de mundo construída em milhares de anos em outras culturas. O vale, o rio e a região Nordeste como o restante do país não permaneceram imunes aos impactos da ação humana, como ressalta Araújo (2003, p.46).

As matas de então foram derrubadas a golpe de machado e o fogo, o batedor sinistro, completou a operação, calcinando sua terra, esterilizando tudo. Rasgaram a terra em sulcos profundos, tiraram-lhe o ferro que, com o carvão de suas matas, se torna em aço, levado para outros continentes. Sem proteção, as chuvas copiosas que antes lhes davam o frescor que espalhava com a brisa, passaram a erodir e arrastar a

terra, antes exuberante, transformada em areia, a entupir-lhe as veias, reduzindo-lhe o porte, levando-o à agonia.

Acrescentando ao exposto, incluímos os esgotos das cidades situadas nas margens do São Francisco como também dos seus afluentes, que asfixiam as plantas e os peixes. Já na expansão da agricultura, além de requerer extenso desmatamento e irrigação, há o uso de agrotóxico que prejudica o solo e conseqüentemente a água que alimenta o rio.

O avanço da tecnologia para fins diversos, como a produção da eletricidade, levou ao barramento do rio. Isso vem causando grandes impactos em esferas diversas das vivências humanas e dos mais variados ambientes. As indústrias que fazem uso da eletricidade gerada por usina hidrelétrica ou outra fonte despejam no São Francisco e/ou afluentes resíduos altamente nocivos como arsênico, chumbo e mercúrio entre tantos outros que provocam a morte de peixes, plantas e tornam a água imprópria para o consumo humano e de animais.

Outro fator que vem causando polêmica devido aos impactos que provoca, é o da transposição de águas do São Francisco para outras bacias, sem as providências necessárias em relação a revitalização e outras ações. O quadro atual não é animador quando se trata do futuro do rio que não pode ser desarticulado da população ribeirinha que tira dele o seu sustento, como da sociedade que, de várias formas, tem sua vida relacionada à do rio.

1.1 Construção de Hidroelétricas em Paulo Afonso: fase pioneira

A descoberta da eletricidade e seu uso para diversos fins entre eles o uso doméstico e industrial, favoreceu ao mundo vislumbrar avanços tecnológicos que permitiriam a produção em larga escala de produtos considerados essenciais como os destinados à alimentação, vestuário, entre outros. Usar a eletricidade era fazer parte do mundo civilizado, era elevar o padrão de vida e adquirir status de desenvolvimento.

Nações se voltaram para a produção de eletricidade com as mais variadas fontes como a térmica, hidráulica, nuclear, solar, eólica, entre outras. O Brasil, seguindo o modelo de desenvolvimento predominante no ocidente, hoje globalizado, implementou políticas no sentido de viabilizar maior produção de energia elétrica que tornaria o país em melhores condições de competir com as nações já consideradas desenvolvidas, uma vez que o país ainda se utilizava em vários locais como fonte de energia, a lenha.

Em relação a este fato, Berenhauser (1951, p. 76), ao abordar a importância que a usina hidrelétrica de Paulo Afonso, em construção na época, traria para o Nordeste, se refere à prática de uso da lenha nesta região como principal combustível e afirma que “[...] aliás, é este o panorama geral do país, que se encontra ainda na civilização da lenha, a qual concorre com, pelo menos, 80% para o balanço energético nacional.”

O quadro geral do Brasil era esse, em que a região Sul já se encontrava em franco desenvolvimento industrial nas mais

diversificadas áreas, e atraía um grande número de pessoas de outras regiões em busca de melhores condições de vida, fato que intensificou a migração interna e causou preocupação nas mais diversas esferas dos poderes públicos, Federal, Estadual e municipal. Vamos voltar o nosso olhar para a região Nordeste da época não tão distante, as décadas de 40 e 50.

A desigualdade em relação ao desenvolvimento da região Sul e Nordeste por muitas décadas foi gritante. Nas décadas citadas ainda apresentava níveis alarmantes de diferenças nas dimensões econômicas, sociais, educacionais entre tantas outras, tendo entre vários fatores causais como as secas sempre presentes e a ausência de políticas públicas voltadas para uma efetiva ação que impulsionasse o desenvolvimento da região e proporcionasse a diminuição do contraste socioeconômico Nordeste/Sul.

Portanto, fica evidente a necessidade de suprimento de energia elétrica para o país como um todo, que fortalecesse a independência econômica frente ao mundo e no Nordeste para a promoção das indústrias já existentes, criação de novas, implementos da irrigação enfim, criar condições para elevar o padrão de vida no Nordeste, fixando a população na região com melhoria na qualidade de vida.

O rio São Francisco, que sempre despertou a atenção e cobiça pelas condições que oferecia como navegabilidade, terra fértil nas vazantes, terra e vegetação propícia para a criação de gado, tanto que foi chamado de “rio dos currais”. Segundo Rocha (1970, p.112), os “currais de fora” espalharam-se pelo

sertão, criando o principal gênero de vida existente na zona, com uma subsidiária agricultura de subsistência nas catingas, e uma pequena indústria da pesca, na margem do “rio dos currais”.

Como podemos observar o São Francisco era o rio das possibilidades em vários sentidos e no tocante à energia elétrica, até hoje é o maior recurso utilizado para produzi-la na região Nordeste. Mesmo nesse aspecto, houve interesse por parte de várias pessoas como cita Batista Filho (1999, p. 12): “pelo decreto 1.118 de 29/11/1890 foi dada concessão a João José do Monte para exploração de eletricidade. A concessão caducou sem aproveitamento”. Acrescenta ainda que o inglês Richard George Reidy também solicitou concessão em 1910 para a exploração da cachoeira de Paulo Afonso, mais o Governo Brasileiro negou.

1.1.1 Delmiro Gouveia e a Usina de Angiquinho

Coube a Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, nascido em seis de junho de 1863, na cidade de Ipu (CE), e criado em Pernambuco, o aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso para a geração de energia elétrica. Delmiro desenvolveu uma trajetória de comerciante bem sucedido em Recife onde realizava negócios com peles e algodão, o que possibilitou adentrar em outras áreas do comércio e da indústria e acumular grande fortuna e conquistar prestígio social.

Por questões políticas que interferiram nos negócios, aliadas ainda a questões pessoais ligadas à vida amorosa que envolvia a filha do desembargador Sigismundo Gonçalves,

Delmiro foi obrigado a fugir do Recife para escapar das perseguições e se refugiou em Água Branca (AL) em 1902.

A aguçada visão empresarial de Delmiro logo vislumbrou a possibilidade de dar continuidade aos negócios interrompidos em Recife e iniciar outros compatíveis com as condições da região. “Os grandes negócios seriam fechados na praça de Maceió e as exportações seriam feitas pelo seu porto de Jaraguá” (ROCHA, 1970, p. 124). Para o escoamento dos produtos havia a Estrada de Ferro Paulo Afonso que tinha a estação na localidade rural Pedra (atualmente Delmiro Gouveia), entre Jatobá (PE) e Piranhas (AL), nesta havia porto do São Francisco, fator facilitador do transporte até o porto de Jaraguá.

Delmiro Fixou residência em Pedra no ano de 1903, abriu seu armazém de “courinhos”, logo depois comprou uma fazenda onde depois instalou seu negócio e passou a residir. Sendo o local em zona semiárida construiu açude, mas mandava buscar água potável do São Francisco em Jatobá e Piranhas pela “Estrada de Ferro de Paulo Afonso”.

O novo fazendeiro investiu no melhoramento do gado bovino, caprino, ovino e suíno, visando o aumento da exportação de peles. “Depois de levar ao sertão nordestino os métodos da moderna pecuária, solucionar revolucionariamente o problema da ferragem, com a cultura racional de uma cactácea: a “palamatória” ou “palma”” (ROCHA, 1970, p. 129).

Como podemos observar, Delmiro era um homem inquieto, dinâmico e sua inteligência fazia ver possibilidades onde muitos não enxergavam. Expandiu seus negócios em

outros estados do Nordeste o que lhe aumentou a fortuna para aplicar em mais um empreendimento desta vez mais ousado que todos os outros que já eram considerados revolucionários para a época. Seria a construção uma usina hidrelétrica, aproveitando a força das águas da cachoeira de Paulo Afonso que forneceria energia elétrica para Alagoas, Pernambuco, Sergipe e Bahia, além da construção de uma fábrica de linhas em Pedra.

Entre o pensar e o agir foram poucos meses. Adquiriu terras, comprando a Fazenda Cachoeira de Paulo Afonso, dos 'coronéis' Ulisses Luna e Faustino Torres – por escritura datada de 11 de agosto de 1910 (ROCHA, 1970, p.32)

Ainda segundo Rocha (1970, 132), biógrafo de Delmiro Gouveia, este

pediu projeto à casa W.R. Bland & Co., de Londres, contratando o fornecimento do material da usina, na parte hidráulica, com a empresa alemã J.M. Worth e com a suíça Picard, Pictet & Co., e na parte elétrica com a firma alemã Bermann & Co. e com a suíça Brown Boveri & Co.

Para a compra das máquinas para a fábrica de linhas, Delmiro foi pessoalmente à Inglaterra para efetivar o negócio. A concessão para explorar a força da cachoeira de Paulo Afonso foi através do Decreto nº 520, de 12 de agosto de 1911, do governo do estado de Alagoas.

O transporte das máquinas foi feito em vapores da Europa até Penedo (AL) e depois em canoas ajoujadas até Piranhas e depois em trem até Pedra. A parte mais difícil do transporte foi de Pedra até a margem do São Francisco, em que foram utilizadas “carretas puxadas por bovinos dirigidas por

vaqueiros escolhidos entre os mais cuidadosos e experimentados, parte em carros de boi” (LIMAJR, 1983, P. 147).

Esses foram os desafios iniciantes encontrados por Delmiro para realizar o ousado sonho de gerar energia elétrica e industrializar o sertão. A construção da usina sob a orientação de engenheiros europeus envolveu grandes riscos, pois o local, um paredão de granito onde seria encravada a casa das turbinas exigiu coragem e muito esforço de todos os envolvidos. A coordenação dos trabalhos ficou a cargo do engenheiro italiano Luigi Borella que chegou em janeiro de 1912. A usina ficou conhecida como Angiquinho.

Enquanto a usina era construída em Pedra as obras da construção da fábrica de linhas e da vila operária também eram realizadas, bem como as linhas de transmissão de energia e adutora que levaria água do São Francisco para a localidade.

O evento tão esperado da chegada de água e energia elétrica da cachoeira de Paulo Afonso aconteceu no dia 26 de janeiro de 1913. Em seis de junho de 1914 era inaugurada a fábrica da Pedra.

Para Rocha (1970, p.138),

quando o algodão foi colocado nos “batedores”, não somente se começou a produzir linhas de coser em terras do sertão, como também se abriu uma nova fase na história econômica e social na região semi-árida do Brasil, aproveitando-se matéria prima sertaneja – o algodão “seridó” – e o braço e a inteligência do caboclo nordestino.

Por esses feitos, Delmiro Gouveia é tido como 'o pioneiro de Paulo Afonso'. Outra usina estava nos planos de

Delmiro, bem próxima a da primeira junto a Furna dos Morcegos, onde já havia iniciado a construção que foi interrompida com sua morte que ocorreu no dia 10 de outubro de 1917 efetivada por pistoleiros. Sua morte pôs fim à marcha empreendedora de um nordestino destemido que acreditava em si nas possibilidades que sua terra oferecia.

1.1.2 Usina Piloto

A energia elétrica usando o potencial da cachoeira de Paulo Afonso se tornou realidade com a usina hidrelétrica de Angiquinho, construída por Delmiro Gouveia e entrou em funcionamento em 1913. Em 23 de maio de 1944, o ministro da Agricultura, o pernambucano Apolônio Sales apresenta exposição de motivos GM-598 para ser submetida à aprovação do presidente Getúlio Vargas, o projeto da Usina Piloto que forneceria energia elétrica para o Núcleo Colonial Agroindustrial São Francisco, em Petrolândia/PE e para a construção da futura usina de Paulo Afonso. Para esta, já em 1943 havia campanha liderada por Apolônio Sales para a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF.

O projeto foi elaborado pelos engenheiros José Leite Corrêa Leal e Leopoldo Schimmelpfeng, da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura (NASCIMENTO, 1998). Obteve aprovação do presidente Getúlio Vargas em 29

de outubro de 1944. O projeto previa uma usina de 5.000 KW e teve as obras preliminares iniciadas em 1945 e sua primeira etapa de 2.500 KW concluída em 1949.

A água para o funcionamento da usina seria a de um canal aberto pelo rio em época de cheia e “o objetivo era então, tornar perene este canal, trazendo a água por gravidade do braço da Velha Eugênia e construir a barragem e a usina” (NASCIMENTO, 1998, p. 203).

Para a efetivação da obra, grandes dificuldades foram enfrentadas, entre elas “a falta de equipamentos, maquinários, energia elétrica, pessoal especializado, as doenças como a malária e a estrada de acesso ao lugarejo de nome Forquilha (BA), hoje Paulo Afonso, onde seria construída a usina.” (NASCIMENTO, 1998, p. 203).

Percebemos aqui os desafios que apenas estavam iniciando com um projeto para as condições locais, bastante audacioso.

O problema da energia elétrica foi solucionado com o fornecimento da usina de Angiquinho na margem alagoana. Em relação às doenças, merece registro a malária que provocou um surto entre os operários, cerca de 400, sendo necessária a paralisação das obras por alguns dias. A doença na região fez com que médicos se deslocassem de Salvador para dar assistência à população.

Problemas técnicos e financeiros provocaram atrasos nas obras da usina Piloto, cabendo a CHESF constituída em 1948, terminá-la para dar início a usina de Paulo Afonso.

A Lei nº 402, de 23 de setembro de 1948, assinada pelo presidente Dutra, Daniel de Carvalho, Clemente Mariani, entre outros, autorizava a abertura de crédito especial, para a abertura de crédito especial, para a conclusão da usina Piloto pela CHESF, a eletrificação de Glória, as construções de um hotel e um aeroporto em Paulo Afonso (NASCIMENTO, 1998, p.205).

Salientamos que a cidade de Glória - BA, por onde passaria a linha de transmissão para o Núcleo Colonial em Petrolândia, não estava contemplada para eletrificação nas ações iniciais para a construção da usina.

Com a constituição da CHESF, já se percebeu a conjunção de forças no sentido de implementação de medidas que tornaria realidade as ideias de visionários em relação a uma usina de grande porte, que mudaria o cenário nordestino em vários aspectos, entre os quais o econômico e o social.

A usina Piloto foi inaugurada em 29 de outubro de 1949 pelo engenheiro Valdemar José de Carvalho. A linha de transmissão usina Piloto-Glória-Petrolândia construída com recursos da Comissão do Vale do São Francisco, foi inaugurada em 22 de junho de 1952 (NASCIMENTO, 1998). Outras localidades próximas de Paulo Afonso também receberam energia elétrica da usina Piloto.

A construção dessa usina foi o início da materialização do sonho de Apolônio Sales de colocar o Nordeste brasileiro em nível socioeconômico que elevasse o padrão de vida da sua população. Para isso, dedicou anos de sua vida voltados para idealização e execução de ações significativas, como a construção de uma hidrelétrica de 1.000 KW em Itaparica – Petrolândia-PE e a criação

do Núcleo Colonial Agroindustrial na mesma localidade. A usina Piloto foi um passo audacioso em direção ao sonho maior que era o barramento do São Francisco e a construção das usinas com o aproveitamento da força da cachoeira de Paulo Afonso.

Segundo Batista Filho (1999, p. 38)

Apolônio conseguiu, graças à sua tenacidade e prestígio político junto às mais altas esferas do país, sensibilizar todos não apenas da sua oratória impecável, mas pela palavra serena, combativa, persistente, batalhando para minimizar diferenças tão acentuadas no Nordeste e no Sul. Na expressão de Apolônio, o rio São Francisco estava cantando nas gargantas de Paulo Afonso a sinfonia da força.

Como podemos observar, conseguir investimentos para o Nordeste exigiu luta, coragem e perseverança dos que acreditavam no potencial da região e na importância da energia elétrica como fator propulsor de desenvolvimento.

Ainda segundo o mesmo autor, Apolônio Sales alimentava o sonho de ver no Nordeste a exemplo da Autoridade do Vale do Tennessee, americana, a Autoridade do Vale do São Francisco,

Obra de caráter social que poderia explorar o São Francisco em diversos aspectos: navegação, eletrificação, irrigação, colonização, indústrias de adubos, manufaturas que aproveitassem matérias primas, promovendo um padrão de vida melhor para os nordestinos. (1999, p. 37).

Pelo exposto, o aproveitamento do rio para hidrelétricas e outros usos era na direção para novos caminhos, novos horizontes, a libertação da região do São Francisco e do Nordeste.

1.1.3 Usina de Paulo Afonso

A cachoeira de Paulo Afonso sempre atraiu a atenção, tanto pela beleza de suas quedas d'água, como fonte de crença entre os povos indígenas da região em que muitos acreditavam ser a morada dos espíritos dos antepassados e os sons emitidos eram suas mensagens. Em relação a beleza foi retratada em telas, descrita em poemas e de tantas outras formas e mesmo quem veio a serviço para ter o foco no olhar técnico, se deixou levar pelo encantamento como podemos observar nas palavras do engenheiro Antonio José Alves de Souza, primeiro presidente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, ao referir-se ao espetáculo das águas

[...] elas violentamente se precipitam, entrecrocando-se, atirando-se contra as margens, em borbotões que sobem e descem espumando; redemoindo e revolteando entre as pedras que eriçam o fundo do rio; desfazendo-se nos choques e entrecroques que sofrem no tumulto frenético com que se lançam no abismo, em fina névoa, que paira sobre a voragem fragorosa, brilhando ao sol e, às vezes, propiciando a formação de múltiplos arco-íris, que com sua beleza, dão uma nota encantadora à paisagem portentosa. Nas noites de luar, tão impressionantes no céu límpido e nas vastas planuras do Nordeste, as águas na catadupa são como um tumulto ofuscante de prata fundida, que deixa estáticos os visitantes a quem se dispara aquele magnífico espetáculo (SOUZA, 1955, p. 1 e 2).

A cachoeira simplesmente era. Os olhares é que diversificavam. No entanto, todos se rendiam diante do belo. Mas outro aspecto que também atraía olhares aguçados que viam através da beleza, era o econômico. Muitos vislumbraram

transformar a força da cachoeira em aproveitamento para a produção de energia elétrica. Esta seria a força capaz de alavancar a economia do Nordeste, minimizando as diferenças entre Nordeste/Sul, diminuindo a migração do sertanejo, uma vez que criaria condições de fixá-lo à terra através do desenvolvimento de irrigação, indústrias e serviços.

Vários pleitearam a exploração com solicitação de concessões aos poderes públicos, mas Delmiro Gouveia foi o pioneiro. Sua morte em 1917 impediu a ampliação do projeto inicial com a usina Angiquinho, que seria a construção de mais uma usina.

Segundo Souza (1955, p. 2 e 3),

Sendo Ministro da Agricultura o Dr. Fernando Costa, técnicos da Divisão de águas do Ministério da Agricultura, alguns dos quais tinham realizado, em 1921, sendo Ministro o Dr. Idelfonso Simões Lopes, o primeiro levantamento das cachoeiras de Itaparica e de Paulo Afonso com certo detalhe, sugeriram a S. Ex^a fossem retomados esses estudos com o objetivo de orçamento que permitissem ao Governo Federal decidir sobre a possibilidade de realizar ele próprio o aproveitamento de Paulo Afonso.

Como conhecemos as tentativas de iniciativa privada, esta talvez seja o embrião que se desenvolveu no sentido de despertar o interesse para viabilizar o investimento do poder público. Ainda segundo Souza (op. cit.), o ministro não se interessou pelo assunto.

Quando em 1942 assumiu o Ministério da Agricultura o engenheiro agrônomo Apolônio Sales, que já despertava interesse na exploração da cachoeira de Itaparica, inclusive com a ideia de adquirir uma usina já instalada por organização

particular na localidade, debatendo o assunto com técnicos da Divisão de Águas, estes persuadiram o Ministro a investir esforços para o aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso, tendo em vista ser mais viável economicamente. Foi então iniciada a construção da Usina Piloto que seria auxiliar para o empreendimento maior, a usina de Paulo Afonso.

Os próximos passos em direção a efetivação desse audacioso projeto agora eram dados com mais firmeza fortalecidos por ações que evidenciavam o êxito final, como o parecer favorável do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica em relação a criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, em 30 de setembro de 1944. Outros pareceres favoráveis se seguiram.

Em 3 de outubro de 1945 o presidente Getúlio Vargas sancionou os Decretos-Lei 8.031 e 8.032 e o Decreto nº 19.706 autorizando a criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF (BATISTA FILHO, 1999, p. 15).

Os Decretos-Lei, organizados do Ministério da Agricultura autorizada a organização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, e abrindo crédito de Cr\$ 200.000.000,00 para subscrição, pelo Governo Federal, de 200.000 ações ordinárias da mesma Companhia, assim como o projeto de decreto concedendo a essa Companhia o aproveitamento de energia hidráulica do rio São Francisco no trecho de Juazeiro a Piranhas a começar pela cachoeira de Paulo Afonso [...] (SOUZA, 1955, p.4).

Estavam delineados os aspectos financeiros e espaciais para a realização do empreendimento. A deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945 impediu a execução do projeto. Só no

governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951), sendo Ministro da Agricultura Daniel Carvalho, o assunto foi retomado e a CHESF foi constituída em 15 de março de 1948.

Para que isso acontecesse houve o empenho de pessoas da área técnica e da esfera política. Vale destacar que o convidado para ser o organizador da Companhia foi o engenheiro civil e de minas Antonio José Alves de Souza, conhecedor da região, pois integrou o levantamento da seção de Estudos e Captação de Forças Hidráulicas do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil.

O ato do Sr. Ministro que me designou para essa missão foi a Portaria nº 553, de 2 de outubro de 1947. Iniciei logo os trabalhos de propaganda, enviando cartas, telegramas e ofícios a pessoas e entidades várias nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia e redigindo o manifesto em que, na qualidade de organizador da Companhia, expus seus objetivos e suas possibilidades econômicas e apelei para o público desses estados e, ainda, dos de Minas Gerais, Distrito Federal e São Paulo, no sentido de subscrever ações preferenciadas dessa empresa (SOUZA, 1955, p. 6).

Por este breve relato, percebemos que a tarefa de organizar já demandava grande esforço, o que nos leva a vislumbrar como seria a construção, considerando a época, os recursos humanos, financeiros e o lugar, entre tantos outros aspectos como a interferência de política partidária. Para esta, o presidente Dutra no discurso de abertura da subscrição pública das ações, deixa claro “jamais permitir, nas atividades da Companhia, influências indevidas da política do regionalismo” (apud JUCÁ, 1982, p.40).

Em 15 de março quando a Assembléia Geral dos Acionistas se reúne pela primeira vez para aprovação dos estatutos e prestação de contas do Dr. Souza, é também eleita a primeira diretoria da Companhia, o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo.

A Diretoria ficou constituída da seguinte forma:

Presidente: eng. Antonio José Alves de Souza;
Diretores: Eng. Octávio Marcondes Ferraz, Cel. Carlos Berenhauer Júnior e Eng. Adozindo Magalhães de Oliveira. Quando Adozindo faleceu em 14 de junho de 1953, foi eleito para substituição o advogado Afrânio de Carvalho que era Consultor Jurídico da Companhia.

Os membros do conselho fiscal eram os engenheiros José Pires do Rio, Alim Pedro e João Maurício de Medeiros, como membros efetivos. Como suplentes o eng. Francisco Saturnino de Brito, Dr. Adamastor Lima e Dr. Hilton Santos. Conselho Consultivo: Dr. Gratuliano de Brito, Dr. José Brandão Cavalcanti, Dr. Luiz Freitas Machado, Dr. Luiz Dias Rollemberg e Dr. Homero Pires (SOUZA, op. cit. P 11).

Constituída a Diretoria, já no dia seguinte passou a trabalhar em sede provisória em duas salas do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. Foram criados regulamentos em que para cada setor foram definidas competências. Também foram criados escritórios em Recife e Salvador que ficaram subordinados à Diretoria Comercial.

Cabia agora, cada setor com suas funções definidas, passar a estudá-las e transformá-las em ações e ações a passos

rápidos o “que viria a ser a primeira grande hidrelétrica do país e se tornar a maior propulsora do desenvolvimento do Nordeste” (NASCIMENTO, 1998, p.100).

Entre as ações estavam os estudos dos projetos da usina, construção do acampamento onde residiriam os serventuários das mais diversas categorias e suas famílias, escritórios e outras instalações que se fizessem necessárias para o andamento da obra, compra de maquinário, transporte, linhas de transmissão, estudo do mercado consumidor entre tantas outras que exigem os grandes empreendimentos.

Foram construídos dois acampamentos, um alagoano, na margem esquerda, e um baiano, este de maior porte pois seria a sede da obra. O acampamento baiano era uma pequena cidade, dotada de estrutura que permitia um padrão de vida razoável. Era composto de três bairros, a Vila Operária, Vila Alves de Souza e Bairro General Dutra. Além de residências e escritórios havia armazém de abastecimento, três escolas, restaurante, hospital, posto de puericultura, igreja, mercado, dois clubes sociais – o Clube Operário e Clube Paulo Afonso – uma casa de hóspede que ficou conhecida como a “casa grande”. Como a obra atraía grande número de visitantes, foi construída próximo a entrada do acampamento uma Sala dos Visitantes, onde eram feitas explanações sobre o empreendimento. Houve também a preocupação com a arborização do acampamento que além do embelezamento contribuía para amenizar a clima local.

Para a construção do acampamento da CHESF foi necessária a retirada dos antigos moradores da localidade e

dos barracos dos operários da usina Piloto. Segundo Nascimento (1998), o encarregado do setor de transporte Pimentel Tourinho foi quem escolheu o novo local e ajudou na mudança para onde se formaria a Vila Poty que mais tarde se transformou na cidade de Paulo Afonso.

Paralelo à construção do acampamento também era preparado o canteiro de obra, laboratório de concreto, oficinas mecânicas, serraria e carpintaria entre outras instalações de significativo valor para a construção e êxito das barragens e usinas.

Mesmo havendo o projeto inicial que foi apresentado para a campanha da construção da Usina de Paulo Afonso, a Diretoria Técnica da CHESF, após análise desse, levou em consideração fatores econômicos e técnicos como também foram acrescentados novos estudos da topografia do local, após visão aérea realizada pelo Diretor Técnico.

Foram elaborados quatro projetos até a decisão final. A opção foi por uma usina subterrânea, experiência que a Europa já vivenciava, no entanto, nas Américas seria a primeira. O Diretor Técnico Marcondes Ferraz, com formação na França, já tinha experiência com o modelo que ora apresentava.

Antes da construção da barragem e usina, o projeto foi testado em modelo reduzido que ficou a cargo do engenheiro francês André Balança. O modelo reduzido foi ferramenta importante para a execução do projeto novo para o Brasil e também serviu para reforçar a crença nas ideias do eng. Marcondes Ferraz, em relação ao fechamento do rio,

construção da usina que vinha despertando dúvidas inclusive em financiadores como o Banco Mundial.

Projeto aprovado, estudos geológicos realizados, os próximos passos seriam as etapas das escavações dos túneis que abrigariam as usinas e o barramento do rio. Vale salientar que ao tempo de toda preparação para a execução da obra, todo um trabalho de planejamento de linhas de transmissão, subestações, comercialização era executado.

Outro fato que merece destaque foi o melhoramento e construção de estradas e pontes realizadas pela CHESF e Departamento Nacional de Estradas e Rodagens – DNER, para o transporte das máquinas, veículos e materiais necessários à obra. Lembramos que a ponte metálica Pedro II, que liga Bahia ao estado de Alagoas ainda não havia sido construída e o transporte era realizado do porto de Recife para Arcoverde/PE em trem, dessa cidade para Glória, na Bahia onde atravessava de balsa e daí para Paulo Afonso. Outra parte através do porto de Salvador. Grande parte do material foi comprada no exterior chegando ao Brasil em 1950.

Foi construída também uma pista de pouso para pequenos aviões e sala de embarque. Com o auxílio de verba do Ministério da Aeronáutica a pista foi ampliada, ficando em condições de receber aviões comerciais DC-3. Operava com linhas para Fortaleza, Recife, Salvador, Vitória e Rio de Janeiro.

As escavações iniciaram em 20 de fevereiro de 1949. A demora na chegada de equipamentos adequados que facilitaria o trabalho de técnicos e operários apesar de

representar uma grande dificuldade para a execução dos trabalhos, não impediu o andamento da obra, como podemos observar em uma matéria da revista Observador (Ano XIX, nº 225 de 1954, p.7), em que relata: “Operários azafamados e diligentes retiravam em 'banguês' rústicos a terra e a rocha que iam sendo desmontadas nem era possível fazer melhor e não se podia perder tempo”.

Ainda em relação as escavações Souza (1955, p.22), acrescenta que “a organização dos serviços de escavação subterrânea era, pois, complexa, exigindo competência e discernimento, a fim de evitar acidentes pessoais e perdas de tempo e de dinheiro”. Podemos perceber com isso a seriedade como era encarado o empreendimento.

Nascimento (1998, p. 140) nomeia as partes que constava o projeto:

Três poços adutores; um poço para descida do material pesado; um poço da chaminé de equilíbrio; um poço do elevador, para o acesso de pessoas e para os cabos condutores, para a passagem dos cabos que interligariam os geradores ao banco de transformadores; um túnel de descarga; três túneis de sucção; e uma caverna para a casa de máquinas.

Cada parte componente desse complexo de poços e túneis tem características e funções definidas que não cabe aqui descrevê-las.

Em relação às barragens, estas foram construídas cortando vários braços do rio, como afirma Souza:

A Barragem Leste tem sua ombreira na margem esquerda do rio, margem alagoana, e, com a extensão de 3.068 metros,

atravessa vários braços do rio, inclusive o Braço principal e vai até à Tomada d'Água. No cruzamento do Quebra e do Braço do Taquari, 24 comportas planas, 10 no primeiro Braço, 8 no segundo e 6 no terceiro, servirão para descarga de águas excedentes, além de que poderá ser escoada pelo vertedor formado por essa barragem e cuja crista está na cota 228,50 m. A Barragem Oeste tem sua ombreira, não na margem direita, mas em uma ilha do arquipélago de Paulo Afonso e vai até a Tomada d'Água, que é no ponto de convergência das duas barragens. A Barragem Oeste tem 1.147 metros de extensão e é insubmergível, estando sua crista na cota 231 metros. Atravessa ela o braço do Capuxu, onde há duas outras comportas planas.

[...] em complemento à Barragem Oeste, acima dela, uma outra foi construída com ombreira na margem direita, para interceptar o Braço do Salinas, o mais extremo do arquipélago, a qual é também insubmergível, sendo 231 a cota da crista. (SOUZA, 1955, p. 15 e 16)

Percebemos aqui mais uma vez, a magnitude do empreendimento que considerando a região desprovida de infraestrutura, podemos avaliar os desafios com que se depararam todos os envolvidos.

Até agora transitamos entre decretos, projetos, construções, mas praticamente não abordamos os elementos mais importantes do empreendimento, que são as pessoas envolvidas. Não só os articuladores para que a Companhia passasse a existir, mas os que elaboraram os projetos e lutaram pela aprovação, e tantos outros que assumiram grandes responsabilidades na obra, todos merecem ser lembrados, o que seria justo. No entanto, aqui não poderíamos deixar de falar dos operários que trabalhavam em revezamento, 24 horas por dia, enfrentando dificuldades diversas como sol

escaldante, ou a insalubridade dos túneis, para a maioria era um trabalho nunca vivenciado; falta de equipamento adequado no início da construção com exposição a riscos de acidentes, onde muitos perderam a vida, entre tantas outras dificuldades. Lembramos que o operariado era formado, na maioria, de nordestinos com pouca ou nenhuma escolaridade, vindos do trabalho braçal na lavoura e pecuária, acostumados às durezas que a vida proporcionava, como as secas e a falta de perspectivas de melhores condições de vida.

As obras das barragens, usinas, linhas de transmissão e outras envolvidas como parte do empreendimento da CHESF, era a oportunidade não só de provocar mudanças socioeconômicas no Nordeste como região, mas para pessoas, para um universo mais restrito de satisfação pessoal e familiar, como indicam Sá; Santos (1986, p.7), “[...] uma grande oportunidade de emprego para os sertanejos nordestinos arranjam o seu sustento e das suas famílias e driblarem as consequências da seca”.

Mesmo nessas condições, o nordestino mais uma vez fez valer que era um forte como podemos observar nas palavras de Nascimento (1999, p. 183), “apesar de serem na sua maioria, pessoas rudes e com pouca instrução, eram inteligentes e ávidos por aprenderem”. Ainda segundo o autor, muitos se tornaram excelentes profissionais e se destacaram mais tarde em outros empreendimentos no Brasil.

Jucá (1982, p. 90), se referindo às pessoas que participaram da “epopeia de Paulo Afonso”, inicia falando em primeiro lugar do

operário anônimo, representado pelo caboclo recrutado na região, transformado em pedreiro, carpinteiro destemido escafandrista parecendo desconhecer o perigo, operador de máquinas importadas em perfeita intimidade com a maquinaria estrangeira, após breve treinamento, enfim, a plasticidade e facilidade de adaptação do homem brasileiro e nordestino em particular [...]

Aqui fica evidente a influência que a CHESF começava a operar no local, na região e conseqüentemente na vida das pessoas. A CHESF era constituída de um amálgama de sotaques e idiomas. A necessidade de trabalho fez a Companhia recorrer a técnicos e engenheiros do Sul e estrangeiros, destes, alguns já residiam no Brasil e outros foram atraídos pela oportunidade de trabalho que a obra oferecia. Assim, independente de cor, etnia, sotaque e nacionalidade, todos estavam empenhados em terminar com êxito não só uma grande obra para o Nordeste, mas para o Brasil.

A usina de Paulo Afonso foi inaugurada pelo presidente João Café Filho, no dia 15 de janeiro de 1955. Em 1963, por ocasião do centenário do nascimento de Delmiro Gouveia, a barragem recebe o seu nome, uma homenagem para aquele que é considerado o “pioneiro de Paulo Afonso”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo avança em mudanças diversas a passos largos. As ciências têm contribuído para transformações

socioambientais profundas no planeta. Na corrida para o progresso considerado essencial para o status de nação do primeiro mundo, com nível de desenvolvimento elevado, cada país utiliza recursos disponíveis na natureza para a produção de energia elétrica para mover a economia, com a visão de ser humano consumidor e não como parte dessa mesma natureza.

O Brasil há algumas décadas conseguiu ser incluído na corrida para o crescimento econômico, sendo o Sul e Sudeste as regiões que mais se destacaram no cenário nacional.

Nesse Contexto, A CHESF se organizou e se construiu em uma empresa, que no início das obras, teve que enfrentar desafios que só homens de coragem e fé, entre eles os engenheiros Antônio José Alves de Souza e Otávio Marcondes Ferraz, conseguiram levar adiante um empreendimento de vulto que foi a construção da barragem Delmiro Gouveia e as usinas hidrelétricas daquele complexo.

Mesmo tendo consciência dos impactos socioambientais advindos dessas obras, não podemos deixar de reconhecer o talento, a competência e a coragem desses dois homens que lideraram pessoas dentro de condições adversas e obtiveram êxito. As construções contribuíram também para revelar a capacidade do sertanejo em lidar com diversas condições com grande habilidade que variava do lidar da roça às máquinas sofisticadas. Todo o conjunto da obra é um produto da aprendizagem humana de grandeza inegável.

Podemos observar a magnitude da obra, incluindo depois a barragem Apolônio Sales e o reservatório da P.A IV, se

tornou uma paisagem de grande beleza com os lagos que enchem a visão de qualquer um, que talvez não deixem espaço para enxergar que para tudo aquilo que está exposto, muitas vidas deixaram de existir durante a construção, no caso muitos operários nos acidentes de trabalho.

Outras vidas que colocamos em segundo plano com a nossa arrogância de nos considerar acima de tudo, é a fauna e da flora imprescindíveis para existência da vida do rio e da nossa própria. Das vidas que restaram, muitas correm risco de extinção como os peixes que fazem a piracema e são impedidos devido ao barramento, prejudicando a reprodução.

Muitas vidas nas margens do rio, de pessoas que dele tiravam o sustento ou que de diversas formas tinham uma vida de relação com a cultura ribeirinha, sofreram impactos profundos nas suas existências que, de certa forma, perderam parte da vida, não a biológica, mas a de relação afetiva com o lugar e com as pessoas que compartilham o mesmo modo de vida, que foi cortada com o afastamento da beira do rio para dar lugar aos reservatórios.

A vida dessas pessoas retiradas de forma desrespeitosa, injusta, vergonhosa, deixa evidente o poder de quem detém o capital, aqui no caso a CHESF, que ao longo dos anos assistimos tomar conta do rio São Francisco para a produção de energia elétrica. Não negamos a necessidade e a importância para todos, mas o rio está se tornando monopólio da empresa. Se antes os “donos” do rio eram os latifundiários, que atualmente ainda têm força, o predomínio é da CHESF, o que deixa quem

mora ou tem propriedades nas margens do rio, reféns dela.

Todavia, constatamos que impactos socioambientais provocados pelas barragens são imensuráveis, tanto no meio físico-químico-bióticos, como nas inter-relações desses elementos com vida dos que moravam nas margens, principalmente, dos que levavam uma vida típica ribeirinha tirando do rio o seu sustento. Foram perdas impagáveis e o fato se torna ainda mais grave quando levamos em consideração o nível socioeconômico dessas pessoas simples, trabalhadoras vivendo literalmente do “suor do rosto” e ficaram solitárias em meio ao turbilhão de interesses econômicos. Tornaram-se invisíveis, e isto não deixa de ser uma morte. Foi uma parte da vida, da história dessas pessoas e do rio que ficaram sob águas.

Em relação ao município de Glória, sugerimos ações por parte, tanto do poder público municipal com a população, a criação de um museu (já sabemos de pessoas interessadas), para a exposição dos objetos que conseguiram salvar da antiga Glória, como também fotografias, documentos escritos, livros e monografias sobre a cidade, para que a memória seja preservada.

Outra sugestão, neste caso para a Prefeitura Municipal, seria a elaboração de uma cartilha voltada para o público infante-juvenil (que está na escola), mas sem perder de vista os interesses dos adultos, que trate da história da cidade antiga e mostre aspectos do novo e de povoados que necessitam ser valorizados, trabalhando, neste aspecto, a autoestima da população.

Cabe, ainda, a promoção de atividades socioculturais que revelam os talentos da cidade. A cidade e o município têm valores incontáveis que estão esperando o despertar das pessoas para torná-las visíveis para o mundo. Acorda Glória! O mundo é movimento.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, José Theodomiro. O Velho Chico, uma paixão. **Uma coletânea de trabalhos sobre o rio São Francisco**. RECIFE-PE: CHESF, 2003.

AZEVEDO, Sérgio Luiz Malta de. **Paulo Afonso e o desenvolvimento regional**. Campina grande – PB: EDUFCEG, 2011.

BATISTA FILHO, Euclides. **Nós fizemos Paulo Afonso**. Paulo Afonso – BA: Fonte Viva, 1999.

BERENHAUSER JR., Carlos. **Importância de Paulo Afonso no desenvolvimento do Nordeste**. O Observador, ano XVI, nº 190, nov., 1951.

CHESF, **Companhia Hidro Elétrica do São Francisco**. CHESF, 50 anos: 1948-1998. Recife, 1998.

FERRAZ, Octávio Marcondes. **O problema do suprimento da energia**. (Conferência realizada na Escola Superior de Guerra, no dia 30 de dezembro de 1955). Recife: CHESF, 1955.

MARQUES, Juracy (org.). **Ecologia do São Francisco**. Paulo

Afonso, BA: Fonte Viva, 2006.

GALDINO, Antônio; MASCARENHAS, Sávio. **Paulo Afonso: de pouso de boiadas à redenção do Nordeste**. Câmara Municipal de Paulo Afonso, BA, 1995.

GUERRA, Flávio. **Os caminhos do São Francisco**. Recife: Secretária de Estado de Educação e Cultura, Programa de Integração, 1974.

JUCÁ, Joselice. **CHESF, 35 anos de história**. Recife: CHESF, 1982.

LIMA JR, Felix. **Delmiro Gouveia: o Mauá do sertão alagoano**. Maceió: Grafitex, 1983.

MARTIN, Gabriela. **Pré historia do Nordeste do Brasil**. 4ª ed – Recife: Ed. Universitaria da UFPE, 2007.

NASCIMENTO, Luiz Fernando Motta. **Paulo Afonso: luz e força movendo o nordeste**. Salvador: EGBA/ACHÉ, 1998.

OLIVEIRA, Douglas Luis; ROTHMAN, Franklin Daniel. **Desterritorialização de populações locais sob a ótica da justiça ambiental: abordagem dos conflitos do projeto de integração do Rio São Francisco**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. UFSC, Florianópolis. 2007.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. Recife: edições Bagaço, 2003.

REVISTA REALIDADE, Editora Abril, março de 1972.

OLIVEIRA, Jarbas Carvalho. **Santo Antônio da Glória do Curral**

dos Bois. Publicação do autor, Salvador, 2007.

REIS, Roberto Ricardo do Amaral. **Paulo Afonso e o Sertão Baiano: sua geografia e seu povo.** Paulo Afonso: Fonte Viva, 2004.

RELATÓRIO CHESF – 1954 – 1955. **O Observador Econômico e Financeiro.** Rio de Janeiro, nº 278. Edição de abril de 1959.

ROCHA, Tadeu. **Delmiro Gouveia, O pioneiro de Paulo Afonso.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

SÁ, Francisca de Assis de; SANTOS, Maria Lúcia Teixeira. **O Bairro Centenário e sua organização comunitária.** Monografia (Especialização), UPB, 1986.

SALES, Apolônio Jorge de Faria. Relatório CHESF 1968. Rio de Janeiro, GB, 1968.

SOUZA, Antônio José Alves de. **Paulo Afonso.** Ministério da Viação e Obras, 1955.

_____, Antônio José Alves de. **A energia de Paulo Afonso e o Nordeste.** Recife: Gráfica Editora do Recife S/A, 1955.

VERGNE, Cleonice, MARQUES, Juracy. **Pedras pintadas: dilemas socioambientais do complexo arqueológico de Paulo Afonso.** Paulo Afonso: Fonte Viva, 2009.

PAULO AFONSO/BA: ECOLOGIA DOS NOBRES E DOS POBRES

Maria do Socorro da Silva¹

Sérgio Luiz Malta de Azevedo²

INTRODUÇÃO

O crescimento desordenado é um problema recorrente, sobretudo nas pequenas cidades, onde os ambientes naturais constantemente transformados implicam em situações de vulnerabilidades e danos.

Dessa forma, o principal objetivo desse trabalho é analisar a expansão urbana e os conflitos socioambientais nas ocupações nas margens do cânion do Rio São Francisco, tendo como área de recorte espacial a cidade de Paulo Afonso/BA, um recorte da sua história a partir da memória oral, principalmente, de alguns moradores do bairro Vila Nobre.

¹ Professora - Mestre Em Ecologia Humana e Gestão Sócio ambiental, pela UNEB.

² Professor da UFCG - UAG e do PPGECO - UNEB

Contra-pondo-se aos estudos mais comuns, a área de recorte da pesquisa, não foi estruturada para atender demandas da população de baixo status econômico. No entanto, devido à ausência de planejamento e a supervalorização do espaço, surgem ocupações em desarmonia com as condicionantes ambientais e culturais da área.

Portanto, realizou-se um estudo da “metamorfose” desse espaço, considerando os aspectos historiográficos nos diversos contextos, bem como suas implicações para a sociobiodiversidade, a partir da realocização de populações atingidas pela construção da usina hidrelétrica PA IV-CHESF, considerando a atuação do Estado e do mercado imobiliário.

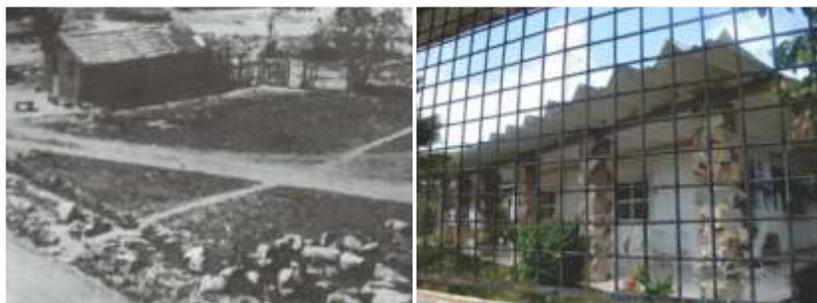
Como abordagem teórico-metodológica pertinente aos fundamentos da Ecologia Humana, foi utilizada a pesquisa documental, entrevistas com moradores, mapa mental, fotografias aéreas e imagens de satélite. Por outro lado, a historiografia local permitiu a compreensão da fase inicial da área estudada; o processo de planejamento inicial não foi executado daí porque verificar-se os diversos impactos socioambientais ocorridos.

1 A ECOLOGIA DOS NOBRES E DOS POBRES

É possível afirmar que o surgimento da cidade de Paulo Afonso tem suas origens em uma dinâmica diferenciada de ocupação da chamada Cidade-Empresa, que nega as origens dos atores sociais ali existentes, se pauta na segregação

territorial. Destarte o processo de exclusão dos antigos moradores da Gangorra e Baixa Funda, revelam as condições e a forma pela qual o espaço foi sendo ocupado, reforçando sobretudo, a segregação e dominação. Essa condição pode ser analisada a partir das mudanças ocorridas. Assim, as interfaces e divergências históricas são contadas somente a partir do contexto da instalação da Chesf, na região do lago da Usina PA IV, de onde, inclusive, deriva o bairro Vila Nobre (Figuras 1 e 2).

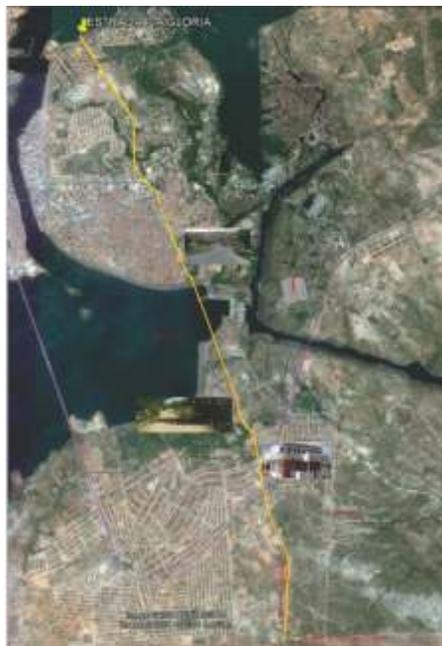
Figuras 1 e 2: Moradia tradicional em Gangorra na antiga Forquilha (esquerda) (Foto: Arquivo da Prefeitura) e moradia da Vila Nobre na década de 70 (direita) (Foto: SILVA, 2012).



O processo de desterritorialização para a construção da Usina PA IV, que veio a ser inaugurada em 1979, formando assim a Ilha artificial de Paulo Afonso/BA, deixa submersa os territórios da Baixa Funda e Gangorra e leva muitas famílias a irem para outras áreas com o surgimento de bairros tais como: os Bairros Tancredo Neves, conhecido como Mulungu, Vila Matias e adjacentes.

Dessa forma, a partir das grandes negociações e “cessão de direitos”; grandes modificações espaciais foram feitas na construção de Paulo Afonso, como o desvio do curso original do rio, a partir do bairro Tapera, hoje denominado Centenário, passando pelo Bairro “BNH”; até o bairro Vila Nobre. De acordo com os relatos dos depoentes; conflitos de interesse se estabeleciam entre os atingidos da Barragem e os agentes do Estado em face dos valores irrisórios das indenizações de suas terras, seus imóveis, empreendimentos comerciais e benfeitorias. Até o acesso da cidade fora mudado, conforme Mapa 1.

Mapa 1: Entrada antiga de Paulo Afonso pela Baixa Funda.



Ainda segundo depoentes, a empresa que tinha prazo para início da obra; não tardava em remanejar as famílias, mesmo sem a construção de moradias para todos. Por solicitação da comunidade, acontece a intervenção da Igreja Católica, nas pessoas dos padres; Alcides Modesto Coelho e Lourenço Tory, que interviram no momento da derrubada das casas, quando da ocasião do remanejamento das famílias para o Bairro Mulungu. Casos de remoção bastante dramáticos são relatados pelos atingidos.

Eu trabalhava na construção das casas do BNH... Morava ali, no Riacho do Brito, onde hoje é o paredão da barragem. Eu morei também em Três Lagoas, onde hoje é a Igreja Padre Lourenço. Certo dia, ao chegar em casa tinha um funcionário, acompanhado do Tenente Iran e o guarda Cordão, que dizia que a gente tinha de sair senão ia passar o trator por cima das casas. Ai eu falei:- Eu vou ficar aqui, vá buscar o trator. Alguém foi chamar o Padre e eles falaram: O Padre manda na igreja, aqui não. Por fim em outra ocasião um caminhão da companhia veio e levou minha mudança, com minha mulher que estava em dias de dar a luz... Tinha uma máquina para derrubar os barracos. Acabou que minha mulher deu a luz debaixo de um pé de pau no Mulungu, era um mato brabo, eu me lembro que a enfermeira que ajudou no parto se chamava Noêmia. Ali ficamos por muito tempo debaixo de uma barraco de lona. Assim desse jeito, fomos muitas famílias nessa situação. Só depois que os Padres foi até Brasília, eles deram CR\$ 150,00 a cada família e construíram seis casas. Muita gente viveu debaixo de árvore por muito tempo (Antônio Galdino - atingido pela PA IV, 80 anos).

O Bairro Tancredo Neves (BTN), conhecido como Mulungu, possuía muitas árvores desta espécie que serviram como abrigo para as famílias expulsas do território inundado.

Segundo as pesquisas documentais, extraídas no Cartório do Município de Glória/BA, as famílias Lima, Pereira e Teixeira, foram consideradas pioneiras nas ocupações de Terras da Baixa Funda, Gangorra, Tapera, Barra de Paulo Afonso, Fazenda Furquilha, Fazenda São Francisco, Fazenda Xingó e Paus Pretos - Arquipélago de Paulo Afonso. Parte deste território foram atingidos pela construção de barragens.

As famílias Alcântara, Barros, Gomes, Martins, Sá e Silva, ocupavam as terras da Fazenda Arrastapé, Fazenda Barroca, Fazenda Barro Vermelho, Fazenda Juá, Malhada da Caiçara, Malhada Grande, Fazenda Nambebé, Fazenda Rio do Sal, Fazenda São José, Fazenda Várzea e na Fazenda Tigre. “Na Fazenda Tigre havia indícios de trabalho escravo na construção de pequenas barragens de pedras” (Pedro Sá, Pedagogo, 2014). Essas famílias possuem até os dias atuais posses de terras dos referidos territórios.

Na época da construção da Ponte D. Pedro II, que viabilizaria o acesso a Paulo Afonso, pela BR 110 - AL e acesso a BR 423 - PE, Garanhuns-Recife; o valor comercial de estabelecimentos seria bastante expressivo, principalmente no setor hoteleiro; conforme documento de Arrendamento da época em 10 de agosto de 1954. Mais tarde, com a construção de PA IV, inviabilizaria os negócios devido à inacessibilidade à cidade de Paulo Afonso, cuja área seria de uso restrito da Chesf.

Meu pai foi quem construiu e gerenciou aquele hotel da entrada de Paulo Afonso. Eu ia todo dia com minha mãe levar o almoço dele durante a construção. Era esquisito o caminho da Baixa Funda até lá, às vezes a gente esperava passar

alguém pra gente acompanhar. A Baixa Funda e Gangorra era a entrada da cidade, era perigoso... Se chegasse a noite tinha que pernoitar e vir pelo dia. (Dona Lilita, atingida por barragem, 2013)

Na memória dos atingidos, pôde-se observar o estado de vulnerabilidade presente, no qual a construção da Cidade-Empresa foi conduzido pelo exercício de mecanismos de poder, que remete, como inferido por Foucault (2012), o exercício do poder coercitivo de fato, sujeita os atingidos a condições adversas. As perdas materiais e imateriais suscitam sentimentos ora de amor, ora de repúdio pelas ações da empresa que ao mesmo tempo em que aglomera as pessoas em torno do emprego; assim como separa através dos muros da exploração.

1.2 O Rio São Francisco, a Cachoeira dos Encantados e o modo de vida do lugar

Sendo o Rio São Francisco utilizado pelos índios para a pesca e para a navegação, por eles chamado de “Rio-Mar” ou Opará, suas águas possuem profundo valor simbólico. Contudo, foi o rio vitimado, assim como o seu povo.

Segundo o sentimento expresso por muitos indígenas da região do São Francisco e de muitos pescadores artesanais foram as barragens responsáveis pela destruição deste rio considerado território sagrado. Assim, de acordo com Azevedo (2011), nos mais de 500 anos de exploração, ocupação e usos, foi a década de 40 no século XX marcada com a

construção dos grandes barramentos ao longo do seu curso, sendo, em Paulo Afonso, os primeiros relatos históricos de luta pela terra, resistência e casos emblemáticos de irreversibilidade de impactos socioambientais.

A Cachoeira dos Encantados (Figura 3), era para os indígenas o lugar de grandes rituais sagrados. É lugar de morada dos Encantos. Estes para os indígenas são ancestrais que morreram e evoluíram para através das forças da natureza atuar na vida presente. O simbolismo contido no elemento místico da vida dos indígenas demonstra profundos componentes da cultura imaterial, destruídas através do instrumento econômico do poder estatal.

Eu pequena, morava no Cordeiro do lado de Alagoas, eu escutava uns canto bonito [...], He, he, heia. E eles [os índios] passava era dias. Nem tinha a ponte, eu corria era muito pra ouvir quando a gente vinha pra ver os bicho que pai e meu avô criava. Diziam eles que era os índio. (Dona Maria, 73 anos, atingida por barragem, 2013).

A presença indígena nesta localidade, faz parte de relatos de muitos moradores desta região que via ou escutava toantes presentes nas ritualidades dos Povos indígenas que se encontravam nas Cachoeiras para praticar suas crenças. Neste sentido, diz Santos (2007), o território constitui-se primeiro de um valor ético, espiritual, simbólico-religioso e afetivo. Para os índios este lugar possuía grande valor de espiritualidade e espaço de vida (Figura 3).

A Cachoeira presente no imaginário dos atingidos, coloca elementos simbólicos da natureza onde estão presentes as suas

divindades, que com eles se comunicam através dos rituais a partir “das águas e do ronco da cachoeira”. Ocorre que a Cidade-Empresa manteve sob domínio os lugares das paisagens antes acessados pelos habitantes nativos como o lugar mais sagrado do São Francisco. Muitos apontam a imagem da cidade como sendo a da própria cachoeira, no entanto, para acessá-la, buscase hoje apenas as imagens fotográficas.

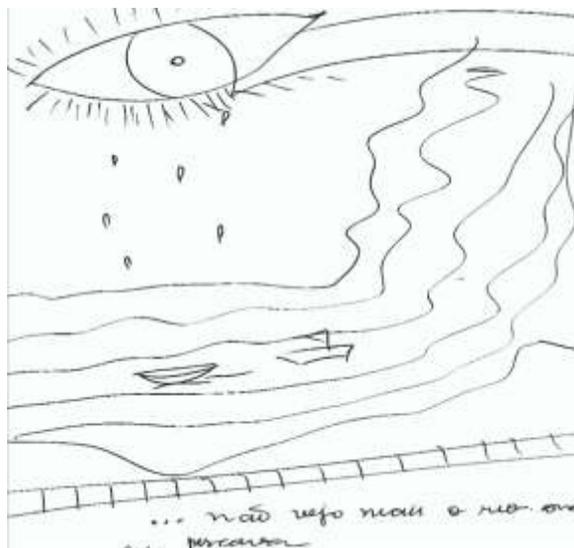
Figura 3: Cachoeira dos Encantados na década de 80 (arquivo Beto Siqueira, 2013).



No etnomapa (Figura 4) mentalizado pelo seu Antônio, pescador do Cânion São Francisco, as imagens da cachoeira estão nas lembranças dos tempos passados. “As cachoeira estão entre as paredes da Chesf. Esse agora é um lugar de tristeza, porque antes a gente podia ver a natureza de perto” (Seu

Antonio, 2013). Dona Cajarana, moradora atingida pela barragem apresenta outro contexto narrativo da memória do que se foi:

Figura 4: Mapa mental (etnodesenho de seu Antônio Pescador) (Fonte: pesquisa de campo, 2013).



Morava em Alagoas, mas, de vez em quando meu pai trazia a gente pra ver e escutar o ronco da Cachoeira. Ai quando eu vim morar aqui, eu quis uma casa bem na Gangorra, era perto da Cachoeira e mais ainda do Riacho da Gangorra, era bonito quando ele botava bem por cima da Ponte da saída da cidade. Eu sai de lá na construção da usina, mas, fiquei perto ainda. Eu gosto daqui. (Cajarana, 86 anos, atingida por barragem, 2013).

Assim, como as Cachoeiras sagradas, a paisagem do lugar apresentada pelos moradores antigos, são descritas com riqueza de detalhes, como infere Dona Lilita atingida pela construção da barragem,

Eu ia muito com mãe e minha tia buscar imbu na Vila Nobre, lá era muito bonito. Uma capoeira, muito pé de juá, jurema, imbu, craibeiras, angico, mulungu (essa região tinha muita). Depois o grupo Matarazzo fez aquele hotel, pai também trabalhou lá, só tinha três casinhas... A gente chegava bem pertinho da Cachoeira, depois foi que a Chesf fez aquele muro. (Dona Lilita, atingida por barragem, 2013).

Figuras 5, 6, 7 e 8: Espécies Mulungu (foto 1), Umbuzeiro (foto 2), Catingueira (foto 3) e Aroeira (foto 4). Fonte: SILVA, 2013.



A presença de espécies nativas do bioma Caatinga, como Angico, Aroeira, Catingueira, Craibeira, Faveleira, Juazeiro, Jurema Preta, Macambira, Mulungu, Pereiro, Umbuzeiro, entre outras, compunha a paisagem ecológica

original (Figuras 5 a 8). Além das espécies nativas, era comum os criatórios de animais como bovinos, caprinos e suínos em fundos de pastos e cercados (Figura 9). Outros meios de subsistência era a pesca artesanal no Cânion São Francisco, como o relato do depoente a seguir:

Eu pescava aqui desde pequeno, me criei pescando nesse Cânion”. Essa região era rica, por todo lugar aqui tinha criação de gado. Até os ferro era conhecido. Onde você visse essa inscrição. Já sabia de quem era o gado. Ele era forte na região. (Seu João, Pescador Artesanal do Cânion, 2013).

Figuras 9 e 10: Ferro de marcar boi: proprietário Dionísio Pereira (Etnodesenho, seu João Pescador) antes da construção da barragem, hoje criatório de pequenos animais no quintal de Seu Abel (SILVA, 2013). Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.



Embora a situação de conflito entre os agentes envolvidos, atingidos x Chesf, tenha estabelecido situações irreparáveis, estão presentes, numa certa medida a memória da paisagem ecológica e uma simbologia do território inundado. Esses espaços de habitat de comunidades pretéritas estão contidos no imaginário das pessoas que fazem um percurso mental e os descreve, principalmente com relação às famílias pioneiras, a saber: Lima e Teixeira.

Aqui era muito bonito, no Colepa ficava a casa de fazer farinha dos meus antepassados, que durante os períodos de estiagem no Salgadinho, percorre os riachos ainda existentes em Paulo Afonso; entre Gangorra, Furquilha e caminhos da Tapera, para alimentar e dar água ao rebanho de caprinos. Ali, no Canal das Lavadeiras, que hoje caminha a passos lentos, devido ao aterramento das fontes que o alimentavam e também a desativação da usina Piloto era muito bonito, as mulheres vinha lá de fora pra lavar roupa aqui, era largo o riacho. Essa Rua Aracaju, aqui foi feito aterro pra construir essas casas. E agora esse canal tá assim fininho, sujo. (Seu Abel, morador do Cãnon, 2013).

Na citação de autor apócrifo, “...água que corre dormida. É só prendê-la, acuá-la, de encontro às paredes de uma barragem”. Faz-se perceber a força do homem que abruptamente encobre histórias de vida e prende pessoas ao passado, reafirma o sentimento do atingido por barragem, que por vezes lembra a importância dos riachos, a facilidade de água para os animais, como também para manter roças com pequenos plantios; o que refuta a ideia de que esse espaço não seria habitado. Quando as lembranças vêm, a exemplo da fala do depoente duplamente atingido:

Glória Velha era o meu berço, lá eu nasci e me criei. A casa, o terreiro, o cercado, a roça, eu me lembro de tudo. Lembro até das histórias que meu pai contava de quando conheceu e começou a se interessar pela minha mãe. Quando começou a chegar essa Companhia e acabar com tudo, nós perdemos tudo, tudo. Eu vim embora pra cá, pra essa mesma casa, na Gangorra. Trabalhei na Sacol, Ismar Nobre [pensativo], aquilo é que era firma, trabalhei na construção do Muro de Pedra da Vila. Nunca quis trabalhar na Chesf; era perversa, ela era a Lei. Chegamos a passar seis meses sem água e sem energia quando começaram os serviços dessa barragem da PA IV. Ai

eu prometi que daqui não saia. Ai, com o tempo eles desistiram de tirar nós daqui. Eu nem acreditava que aquilo tava acontecendo de novo comigo. Diz que lá na Igreja de Glória, na parede com os nomes dos que morreram está meu nome [pensativo] Eu não me incomodo não. (Seu João, 81 anos, atingido por Barragem do Moxotó e PA IV).

Figura 11: Vista área da PA IV e Vila Nobre na década de 90 (Arquivo: Beto Siqueira).



Os territórios encobertos pelas barragens foram considerados para a Cidade – Empresa como “espaços não necessários”. Isto era justificado, em face ao “vazio demográfico” existente naquela região. Ocorre que, a existência de moradores, camponeses, pescadores artesanais, criadores, etc., possuíam modos de vida e vínculos afetivos que confere sentido no ser-estar-pertencer ao lugar tradicionalmente ocupado. Estes vínculos são reproduzidos de forma valorativa, todavia, pouco menos são considerados pelo poder estatal (Figura 11).

1.3 A Casa como Referência de Vida e a *Company Towns* - o Modelo de Cidade-empresa

Para os atingidos por barragens, falar do lugar de origem, dos seus modos de vida é, em parte, uma hostilidade; no entanto, foi impregnado historicamente, que a situação de perdas de território é uma “hostilidade do universo”, “como se Deus consentisse”, e não como uma política estabelecida pelo Estado com suas “estratégias desenvolvimentistas” para a região. Neste sentido, constata-se que o Estado não se preocupou com os elementos da herança biológica, o ambiente físico e seus aspectos de criação, de trabalho, experiência, história do povo do lugar, como bem infere Tuan (2012), ainda, desconsiderou a própria casa, vista como lugar de convivência, de acontecimentos visíveis, realidade-sonho; BACHELARD, (2008).

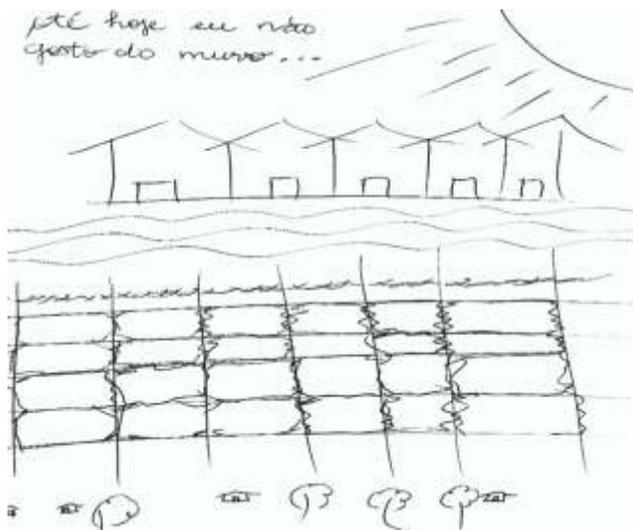
A casa, pensada como um ambiente além da morada, possui valores de intimidade do espaço interior, “a casa é evidentemente, um ser privilegiado; isso, é claro, desde que consideremos ao mesmo tempo em sua unidade e complexidade, tentando integrar todos os seus valores particulares num valor fundamental” (BACHELARD, 2008, p.23).

Assim, os atingidos por barragens demonstram registros das histórias de vida, quando aparecem elementos simbólicos que os leva “como se estivessem vivendo aquele momento.” (BACHELARD, 2008, p.23). A casa para eles é seu referencial de vida, de apego. Essas imagens oriundas de um passado tão próximo, ainda estão nítidas em suas lembranças e

reacendem os valores da realidade. Contudo, discutir sobre os impactos causados com a construção das barragens é, no entanto, trazer um sofrimento de volta; embora, gostem de relembrar. Para Bachelard, (2008, p. 24); a “casa como objeto de moradia, como lugar predileto; escolhido pelo vínculo com suas histórias passadas, 'infância' vivida naquele espaço em especial". É neste aspecto que os atingidos, se remetem ao lugar de morada.

A empresa ao inundar o território, estabeleceu limites de propriedade e de relações de força e de trabalho em face às condições da labuta. Um muro foi erguido como forma de separação dos diferentes escalões que trabalhavam como funcionários da Chesf. O desenho de Dona Lilita (Figura 12), remete a esta forma organizativa da cidade constituída como empresa. “Os pobres ficavam do outro lado do muro.” (Dona Lilita, 2013).

Figura 12: Mapa mental de Dona Lilita (Etnodesenho: pesquisa de campo, 2013).



As pessoas que habitavam depois do muro não podiam usufruir dos serviços sociais e bem estar, oferecidos apenas para os empregados da companhia. Sendo que, para a empresa “essa oferta traria maior eficiência no trabalho, refletidos em “felicidade” por estar em espaço privilegiado”, com ofertas de serviços que antes não encontrara em outros espaços. “Morar na Chesf era desejo de muitos; mas não era para todos; tinha os arrumadinhos” (Seu Bernardo, 80 anos), complementado, por uma moradora da Vila Poty, era uma vila constituída por barracos cobertos de saco de cimento de marca “Poty” utilizada na construção da obra hidrelétrica:

Nós não podíamos comprar no Armazém da Chesf; ai depois veio a funcionar como Cooperativa. Essa só pra eles, os funcionários. No frigorífico [...], nem pensar, eles chamavam a gente de “Cata Osso da Poty”. Ainda que a gente conseguisse entrar acompanhada de algum conhecido e tivesse dinheiro para comprar carne boa, na volta gritavam e a gente ficava morta de vergonha. Lá vai a “Cata Osso” (Dona Lilita, 2013).

As diferenças sociais aparecem com clareza nos depoimentos dos atingidos. A presença da Chesf como “Cidade-empresa”, institui uma filosofia dicotômica dos que nela trabalham e dos que dela dependem. Os muros consistiam na filosofia de “proteção”. Como diz Bachelard, (2008, p. 79), as “sombras palpáveis reconfortar-se com ilusões de proteção ou duvidar das mais sólidas muralhas”. Em relação aos cerceamentos da cidade, havia a impressão de sentirem-se protegidos.

Aquele lugar, antes, era para muitos como paraíso devido a tranquilidade e paisagem, lugar com sentido

especial, com “desejo de reviver a infância”. A empresa que organiza a cidade e a sua convivência, institui muros e instaura forma de viver. A esse respeito Dona Aldecy, lembra: “naquele tempo os muros eram baixinhos, os meninos iam para a escola sem precisar dar a volta. Passavam pelo quintal do vizinho. Hoje a gente pouco se vê com as alturas do muro”.

Assim, o assentamento urbano, como forma de reterritorialização, constitui um momento histórico, nesse núcleo urbano industrial, onde a matéria prima, a “água” não pôde ser transportada, a chamada “Indústria de Pé Preso”. Constitui-se portanto, uma região de enclave econômico, pois ali viria a ser construída um modelo de Cidade empresa, entre as décadas de 40 a 80.

Para Piquet (1998, p.37), em Cidade-Empresa, “as coletividades ali instaladas ficam submetidos a dinâmicas produzidas pelo poder público, agindo dessa forma na economia local e regional”. Sem se importar, sobretudo, com a herança cultural das pessoas, prevalecendo, sobretudo os interesses da empresa como mostra o depoimento seguinte:

Eu vim trabalhar na empresa por uma questão de oportunidade de ficar perto do meu lugar de origem. Depois da barragem, tivemos que ir lá pro Salgadinho, pra quem morava antes bem mais perto. Eu trabalhava a semana na Companhia e na sexta-feira a tarde assim que eu largava, eu ia para minha roça (Seu Abel, pastor de ovelhas).

Muito embora a “força de trabalho liberada da produção agrícola não constituísse mão-de-obra capaz de cumprir as exigências técnicas e disciplinares das atividades

industriais, o grande fluxo de imigrantes cria essa disponibilidade a baixo custo” (PIQUET, 1998, p. 16). Dessa forma, a construção envolve grande demanda de trabalhadores de todas as partes de diferentes Estados da federação. Um muro de pedras é erguido, outros, no entanto, se negam a prestar serviços por baixos salários e partem para outras experiências, conforme o que segue:

Trabalhei um ano e pouco, pedi conta e sai, fui para o Espírito Santo, trabalhar numa obra de barragem lá. Só vim embora porque a mulher não se deu com o clima. Ai, como eu era profissional, tinha serviço que somente eu me atrevia a fazer, as cotas pra enceradeiras mesmo, serviço arriscado, dessa vez eu fichei ai eles me deram casa, me classificaram como feitor e as coisas melhoraram, então eu fiquei até me aposentar, mas foram tempos difíceis... A Chesf nunca foi mãe pra mim, ela sempre foi madrastra e das piores... O que eu construí foi com muito suor (Seu Bernardo, 80 anos).

Para o contexto histórico, socioeconômico, político e cultural da região, construir moradias nas proximidades dos espaços de produção seria, na verdade, uma prática historicamente observada nos processos de industrialização, tendo como meta principal o controle, para uma parte do território que até então, tinha outros tipos de ocupação (Figuras 13 e 14) Acostumados à prática do fundo de pasto “uso comum da Caatinga”. Note-se o que diz o entrevistado,

Antes era uma exigência danada, você não podia nem criar seus bichos; e eu morava na Rua B, bem perto de tudo. Então, quando surgiu a oportunidade de vir morar aqui na Vila Nobre, eu não pensei duas vezes [...] Hoje eu fico aqui sossegado, mais perto dos bichinhos (animais) (Seu Abel, 2013).

Figuras 13 e 14: Roças no quintal do Seu Abel, morador da Vila Nobre (SOCORRO, 2013).



O modelo de construção de Cidade-Empresa, implementado em Paulo Afonso, chega a ser considerado modelo de *Company Towns*, com equipamentos comunitários incluindo moradias, edifícios de comércio, como padaria, armazém, feira, hospital, posto de puericultura, igreja, escolas, área de lazer, clubes, etc. Constituído em núcleo “fechado”, provocando sobremaneira alterações na dinâmica social local.

Para Foucault, (2012, p. 144), o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa pelo corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica, assim como a medicina é constituída de uma estratégia biopolítica.

Em abril de 1948, com a aplicação da medicina social, viria de avião o médico Guido Aguirre, para avaliar um Surto de Malária e outras doenças em Paulo Afonso (NASCIMENTO, 1998,

p. 153). A divisão em espaços de ricos e de pobres surge como forma de prevenção e proteção as classes mais ricas. A Lei dos Pobres que vigorava na Inglaterra em 1875, seria uma forma de poder e não de cuidados médicos, diferentemente da medicina urbana já tratada em 1832, em Paris, nos primeiros registros de cólera e na Alemanha, onde o controle de vacinação seria outra forma de poder mantendo os pobres mais aptos ao trabalho e em condição de poder servir.

A exemplo do que ocorre na medicina urbana, os cercamentos possuem ainda hoje, mais de meio século depois, constatações de constrangimentos sociais, em que os filhos de funcionários de graduados e dos operários/piões; apesar de conviverem no mesmo espaço, não compartilhavam dos mesmos locais de lazer, nesse caso; Clube Operário - COPA e Clube Paulo Afonso - CPA.

O muro, antes construído de arame farpado, sob a justificativa de que seria esta uma região violenta; mais tarde seria substituído por um “Muro de Pedra”, que seria vigiado vinte e quatro horas/dia. As guaritas dispostas ao longo do muro impediriam a passagem de pessoas sem identificação da empresa. O que se diferencia “desde a percepção urbanística da época, paisagens e as relações entre os dois lados do muro” (PIQUET, 1998, p. 9).

Quem fosse pego pulando o muro ou se envolvesse numa briga, era demitido por justa causa”. Era uma lei seca. Eu lembro que um colega de turma brigou num jogo e na segunda-feira pela manhã, ele nem pegou o carro na chapeira, voltou já de conta. (Seu Bernardo, 80 anos)

Para Piquet (1998, p. 13) “a necessidade de controle sobre a força de trabalho através de seu local de moradia faz com que esse tipo de experiência seja recorrente nas formações sociais Capitalistas”; inclusive no Brasil. A usina de Angiquinho, já esboçava esse modelo durante seu funcionamento, a partir de 1913. Seria Delmiro Gouveia um grande visionário, ou já havia experienciado esta prática na Europa?

Segundo Foucault (2008), esses mecanismos de poder, de soberania, os disciplinares e os biopolíticos encontram-se nesta tarefa; o primeiro, na gestão de um território submetido ao soberano; o segundo, objetivando o controle cotidiano dos corpos de forma minuciosa frente à distribuição dos mesmos no espaço; já, o terceiro, gerindo a população em nome da vida com objetivos de segurança. O depoimento abaixo, demonstra a assertiva Foucaultiana:

Oxe! Até a religiosidade da gente também era negada, nem missa a gente podia assistir na Igreja de São Francisco, foi muito tempo ouvindo a palavra e se reunindo num galpão coberto de lona, até construir a Igreja de Fátima”. (Dona Lilita)

A estratégia para estabelecer uma geometria da cidade e favorecer a higiene pública com fins de garantia do consumo; diminuir os perigos de uma circulação desordenada e urbanizar o meio como a metáfora de um organismo funcional, constituindo regras para o aumento ou diminuição do número de habitantes por espaço. Tal fato pode ser ilustrado na fala da professora aposentada da Chesf:

Ah! As casas “tipo O” era pra pão, foi uma luta conseguir uma casa aqui na Vila Nobre. Eu nem sei por que esse nome; não sei

se era “O de Ovo”; porque as casas só tinham uma entrada, era uns 50 m² de área construída. Lá eu criei seis filhos. Quando vimos para cá foi um sossego. Eu lembrava muito da minha morada lá em Barra de Tarrachil. Casa solta na roça. Também só vinha pra cá quem gostasse de mato, só tinha essas quatro ruas.” (Dona Adalzira, professora aposentada)

Ao contrário do que afirma Piquet, quando diz que as duas mil “casas eram todas de alto padrão”; no caso de Paulo Afonso, as condições de moradia para os funcionários sem graduação da época eram péssimas, insalubres, a exemplo das casas dos quatro grupos ou de prestadores de serviços. Afirma outro morador:

Eram casas de taipa, sem banheiro ou água encanada, a gente ia buscar no Chafariz perto da Gráfica Jatobá, era o único com água tratada aqui na Poty. Eu trabalhei na função de Administrador e cortador. Cheguei a ter uma equipe de quinze funcionários, sem as mínimas condições de estrutura. Mas eu dava conta de tudo. Fabricava todo tipo de roupa, pra oficina, pro campo, para o posto, oficina pesada e leve. Toda roupa, do macacão, a camisa, a calça, o calção para o trabalhador de campo. Até as roupas de desfile de 7 de setembro; eles traziam os modelos de fora pra fabricar aqui. Ai, depois a Chesf começou a encomendar os fardamentos lá fora. Assim eu ainda trabalhei por dez anos. Depois o serviço ficou escasso e então eu fui para Petrolândia- PE e lá eu moro até hoje. Cheguei lá morava de aluguel, hoje eu tenho casa própria, sou aposentado, mais ainda trabalho. Quando for agora, dia 12 de agosto vai ter uma audiência, porque minha mulher “os pais dela morreu e nunca foi indenizado das terras inundadas na construção da usina de Itaparica”. Depois de tanto tempo [pensativo]. Eu não sinto saudade daqui não! (Seu Lizímaco, 88 anos).

As moradias da Vila Operária eram classificadas por padrões de tipo de construção; A, B, C, D e alojamentos para

solteiros; justificadas pelas vantagens de manter a disciplina, horário, pontualidade devido à proximidade, rodízio de transporte em pequenos percursos. Cada obra uma Vila, para facilitar manutenção e reparos de máquinas se preciso fosse.

Os aluguéis eram simbólicos, muitos consideravam “morar de graça”, dados as baixas taxas cobradas; o que denotava não haver interesses diretamente econômicos, mas sim controle social, uma vez que a cidade “lá fora”, não oferecia infraestrutura (água, energia, telefone), mesmo com tratamento diferenciado; quem conseguia uma casa na Chesf, mudava até de comportamento na maioria das vezes. Ainda hoje se escuta a expressão: “moro na Chesf”, poucos sabem de fato os nomes dos vários bairros que formam a Vila Operária da década de 1940 até meados dos anos 90, quando a cidade seria integrada a Vila (Figura 15).

Figura 15: Vila Operária – Bairro Alves de Souza (Arquivo Chesf, década de 40).



No entanto, ainda há o desejo por parte das pessoas de habitarem espaços antes considerados de grande privilégio, “Amaury Alves de Menezes” - “o bairro”, onde residiam os funcionários graduados; médicos, engenheiros e professores de nível superior vindos de outras regiões somente eles gozavam do privilégio de casas com aproximadamente 150/200m² de área construída, algumas delas com piscinas e enormes jardins. Daí a expressão de “Company Towns” (Figura 15).

Conforme Piquet (1998, p. 26), apesar da segregação, o “plano urbanístico, de alto padrão para a época, reproduz na estrutura da Vila Operária; a hierarquia da Companhia que cria espaços estratificados por categoria funcional e padrão salarial”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos depoimentos colhidos e da documentação examinada, necessitou-se ultrapassar os limites do recorte da pesquisa antes pré-estabelecidos para melhor situar o contexto histórico-geográfico da área de estudo, em seu tema inicial; expansão urbana e impactos socioambientais das construções as margens do cânion do Rio São Francisco - Paulo Afonso/BA.

Durante a pesquisa foi possível concluir que no cotidiano da cidade, sob o olhar dos ex-funcionários, tem-se preferência aos “tempos de ouro” em que a Companhia ditava as regras do

ponto de vista político administrativo, no território, em que privilegiavam os funcionários, mesmo que não em sua totalidade; sobretudo no gerenciamento/organização/limpeza do espaço, os aspectos seriam bem mais preservados.

Assim, prioriza-se a noção geográfica-histórica da Cidade Empresa, com seu posicionamento estratégico, em detrimento das histórias dos deslocamentos dos mais antigos transeuntes do arquipélago de Paulo Afonso, hoje inundado/aterrado, para construir inclusive grande parte do chão que pisamos na maioria das vezes, sem dar conta das escalas do poder exercidos durante todo o processo de expansão da cidade, até os dias atuais.

No entanto, na visão dos atingidos, decifrar as metáforas espaciais, as expressões nos mapas mentais, inscritos por moradores da Vila Operária e da Vila Poty; expõem o discurso de um pretérito bem presente no imaginário das pessoas. Muito embora haja registros de estórias relevantes no período da construção dos barramentos, cumpre dizer que esses empreendimentos deixaram marcas em tempos de crescimento regional, que não foram escritos, sequer levados em consideração.

Em síntese, conclui-se com isso que a civilidade da Cidade Empresa em detrimento de outros espaços, fora construída a partir de raízes históricas de moradores que tem uma relação topofílica com o lugar, e é esse sentimento de pertencimento, as subjetividades humanas, aos elementos invisíveis, na colocação de Bachelard; e retorno as origens, intrinsecamente ligados a um passado não muito distante.

Por fim, em vez de optar pela elucidação da pesquisa, deixamos aqui expresso o desejo de rebuscar ainda mais a história negada do arquipélago, contada a tantos punhos, mas, no entanto, ainda com lacunas de vozes pioneiras que ainda guardam muito dessas verdades submersas nas águas da ilha, mas certamente preservadas em tantos imaginários.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio Luiz Malta de. **Paulo Afonso e o desenvolvimento regional**. Campina Grande/PB: EDUFPG, 2011.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____, Michel. **Microfísica do Poder**. 25ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NASCIMENTO, Luiz Fernando Mota. **Paulo Afonso, luz e força movendo o Nordeste**. Paulo Afonso: 1998.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-Empresa. Presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

ANÁLISE SOCIOESPACIAL DE ECOSISTEMAS URBANOS: ESPECULAÇÃO, SEGREGAÇÃO E VIOLÊNCIA URBANA EM PAULO AFONSO/BA

Carlos Moraes Jatobá Barreto Junior¹

Sérgio Luís Malta de Azevedo²

INTRODUÇÃO

A ocupação irregular do solo e seu adensamento populacional, principalmente nas áreas de interesse ambiental, tem gerado inúmeros problemas relacionados a qualidade de vida humana nas cidades. A proposição das análises espaciais em ecossistemas urbanos possui uma capacidade particular em

¹ Arquiteto Urbanista, Especialista em Gestão Urbana e Ambiental, Mestre do Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus Paulo Afonso. carlos_jatoba@hotmail.com.

² Doutor em Geografia, Professor adjunto da Universidade Federal de Campina Grande, Professor do Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. maltaslma@gmail.com.

termos metodológicos de proporcionar maior visibilidade da realidade social local, especialmente em territórios de alta vulnerabilidade. Pois, nestes ambientes desenvolvem-se conflitos desencadeadores da violência urbana e do uso inadequado de recursos ambientais. Além de processos integrados, como a especulação imobiliária e a gestão pública, que, hora serve mais a interesses privados do que ao público. Nesse contexto, analisa-se o bairro Prainha da Brita, no município de Paulo Afonso-BA, em seus aspectos socioespaciais mais relevantes, como o meio físico, domicílios, população residente, demografia, infraestrutura e indicadores de violência urbana.

No Horizonte dos mais diversos tipos de ecossistemas, podemos vislumbrar o ecossistema urbano como um dos principais responsáveis pelo aumento da instabilidade no planeta, principalmente pelo adensamento constante e pressão sobre áreas de grande fragilidade ambiental. Segundo Silva & Almeida (2012) estas análises, dentre muitas possibilidades, podem ser realizadas por meio da avaliação do uso e ocupação do solo. Tais estudos contêm a virtude de, a partir de suas constatações, reduzir impactos sociais e ambientais, aperfeiçoando a implantação de políticas públicas de gestão ambiental e organização do território, principalmente em espaços de maior vulnerabilidade socioambiental.

Ressalta-se que uma análise ecossistêmica, como a proposta pelo ecólogo Jaume Terradas (2001), baseada em estudos intensos do meio físico, população, histórico de evolução espacial e fluxo de energia destes territórios, permite

entender a dinâmica socioespacial da população residente. O espaço geográfico como cidades e bairros são produtos de ações políticas, econômicas e culturais transformadoras. Assim como também são produtores destas ações. Ou seja, o espaço geográfico é uma extensão materialmente constituída e esta disposição física da ordem espacial possui uma lógica uma coerência, pelo menos, para os atores deste espaço (GOMES, 2002). Desta forma, surgem as seguintes indagações: qual a consequência de tal ordem espacial? Uma maior vulnerabilidade socioespacial pode ser produto de um desordenamento? Santos (1996) corrobora com a ideia anterior e afirma que o espaço é forma e conteúdo.

Contudo, segundo Mucelin & Bellini (2008) é na tentativa de satisfazer suas necessidades biológicas e culturais nesses ecossistemas urbanos, que os homens disputam espaço, capital e parceiros, intensificam a produção do lixo urbano, utilizam os recursos hídricos e lançam o esgoto de forma inadequada nos leitos dos rios e oceanos, além de construir moradias em locais impróprios e de grande fragilidade ambiental.

Isso sem contar as inúmeras vulnerabilidades decorrentes das contradições do homem com a natureza. Todas estas ações antrópicas urbanas são exemplos que contribuem para o desencadeamento e evolução dos problemas socioambientais multiescalar (FERNANDEZ, 2004).

Baseando-se na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano- PNDU, todas as pessoas tem direito a cidade, a terra

urbanizada, ao saneamento ambiental, a infraestrutura, a segurança pública e a uma moradia digna que atenda as necessidades básicas de qualidade de vida e que a excluam de uma condição de vulnerabilidade socioambiental.

A vulnerabilidade é a falta ou a não condição de acesso a bens materiais de consumo e bens de serviço que possam atender as necessidades que tornam um indivíduo vulnerável. Para Abramovay (2002), a vulnerabilidade socioambiental é definida pela insuficiência de recursos e habilidades de um grupo social, dentro da demanda da sociedade.

Neste sentido, após uma análise ecossistêmica, torna-se possível entender a dinâmica do espaço urbano ocupado. Suas fraquezas e suas forças, ou seja compreendermos as complexidades que envolve a manutenção da população em determinadas áreas. E como esta forma de ocupação impacta nos aspectos sociais locais, principalmente nos índices de criminalidade do bairro após legitimação do espaço pelo poder público.

Nesse sentido, esse artigo problematiza ecossistemas urbanos vulneráveis socioespacialmente e ações políticas que legitimam o uso inapropriado destas áreas ambientalmente frágeis tais como margens de rios e de lagos artificiais. É nesse sentido que, a partir da análise do bairro Prainha no município de Paulo Afonso/BA, verificamos o paradoxo existente nas intervenções pós-ocupação, que buscam a inclusão da população ali residente, mas que contraditoriamente ensejam elementos que acabam por

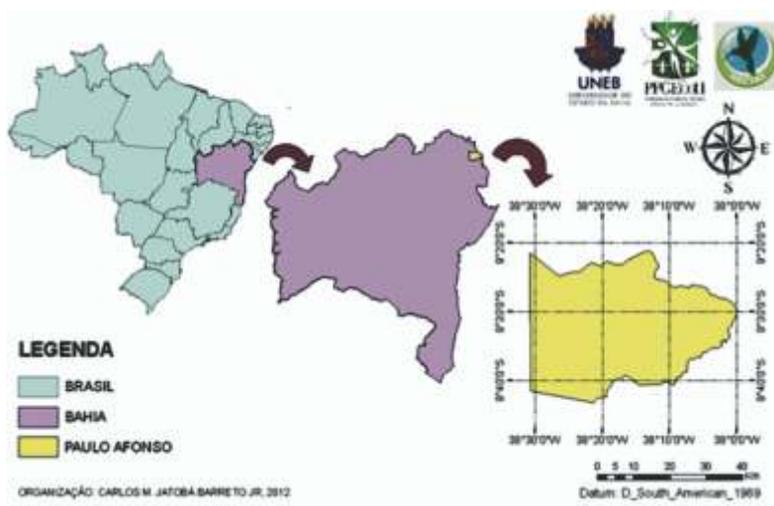
estimular a saída de comunidades inteira para áreas cada vez mais periféricas, quando agregam a sobrevalorização do espaço e permitem a ação desmensurada do mercado imobiliário local.

Para atingir esses objetivos descreveu-se primeiramente o meio físico (solo, clima, tipologia dos domicílios, circulações etc.), analisou-se a partir de dados censitários a população do município e do bairro, objeto de estudo, para caracterização socioeconômica e demográfica. Em termos de identificação das dimensões de vulnerabilidade, destacaram-se as condições dos domicílios, a violência urbana e uma avaliação da infraestrutura (esgotamento sanitário, água e coleta de lixo). Verificaram-se as intervenções do poder público e o movimento predatório do mercado imobiliário que pressiona a população local e ignora a leis de zoneamento.

1 MATERIALE MÉTODOS

Os estudos foram realizados na cidade de Paulo Afonso (Figura 1), município localizado no semiárido baiano. Na margem direita do rio São Francisco, entre os paralelos $09^{\circ}39'27''$ e $09^{\circ}21'10''$ de latitude sul e os meridianos de $38^{\circ}32'16''$ e $37^{\circ}59'52''$ de longitude oeste, ocupando uma área de 1.574 Km² (SEI, 1995). Na área urbana da cidade, delimitou-se como recorte espacial o bairro Prainha da Brita (Figura 2) a margem do lago artificial da Usina Paulo Afonso IV- PAIV, coordenadas geográficas $9^{\circ}24'19.79''$ S e $38^{\circ}14'10.21''$ O.

Figura 1: Mapa do Município de Paulo Afonso/BA.



Fonte: Mapa produzido no software ArcGis, por BARRETO JR., 2013.

Figura 2: Área Urbana do Município de Paulo Afonso/BA.



Fonte: Prefeitura Municipal de Paulo Afonso/BA - SEPLAN, 2000.

A pesquisa utilizou do método dedutivo de estudo e observação in loco, na perspectiva teórico-conceitual beneficiou-se dos conceitos de Especulação Imobiliária, violência urbana e vulnerabilidade socioespacial, sendo feita, principalmente, em sites que publicam periódicos especializados, fontes documentais obtidas nas concessionárias, delegacias e prefeitura. Ressalta-se que os conceitos foram de extrema importância para fundamentar a pesquisa e subsidiar o encaminhamento dos resultados. Para obtenção dos dados estatísticos utilizou-se o registro de variáveis por setores censitários do bairro Prainha, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando a categoria espacial da vulnerabilidade, busca-se a compreensão dos territórios através do uso e ocupação do solo urbano e, também do entendimento dos indicadores socioeconômicos e ambientais, estabelecendo a relação entre os grupos sociais pobres e as áreas vulneráveis, principalmente nos ambientes de precárias condições de saneamento básico e de elevados índices de violência urbana. Segundo Ribeiro (2008), a vulnerabilidade é social, antes de qualquer outra coisa. E sempre será definida pela posição econômica de um grupo na sociedade, e de cada indivíduo no seio do seu grupo. Está fortemente ligada a sua renda. Ficando claro que as camadas mais pobres da população, são as mais vulneráveis a situações de risco.

De acordo com as ideias de Deschamps (2004), a vulnerabilidade socioespacial constitui-se diferentemente nos diversos grupos sociais, principalmente em populações propensas as diversificadas formas de situações de ameaças no território ocupado (criminalidade, prostituição, alcoolismo, doenças, desemprego, enchentes etc.). Portanto, a noção de vulnerabilidade é multidimensional, no que se refere à população humana, afetando a comunidade em diferentes intensidades de acordo com as formas de ocupação no espaço geográfico habitado.

Nesta multidimensionalidade, encontramos a dimensão da violência urbana, que para Soares (2005), possui múltiplos sentidos: Pode designar uma agressão física ou psicológica, um assassinato cometido com as próprias mãos, uma forma hostil de contar uma história sobre um terceiro, a indiferença ante o sofrimento alheio, a negligência com os idosos e principalmente a decisão política que produz consequências sociais nefastas.

As decisões políticas muitas vezes atendem interesses particulares, ou seja, a própria especulação imobiliária. Esta é inseparável dos interesses políticos locais, em que as decisões sobre a localização dos investimentos públicos resultam em uma distribuição desigual. Que não atendem a necessidade da população, mas sim, da valorização de terrenos e imóveis dos que já detém o capital.

A área aonde veio se formar o município de Paulo Afonso tem sua ocupação pioneira datada do início do século

XVIII, a partir da miscigenação dos primeiros nativos Pancararus com bandeirantes portugueses. No início da década de 50, com a construção da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, chegaram pessoas de todos os Estados brasileiros, principalmente dos nordestinos, daí porque é possível afirmar que temos hoje a terceira geração de filhos de Paulo Afonso/BA.

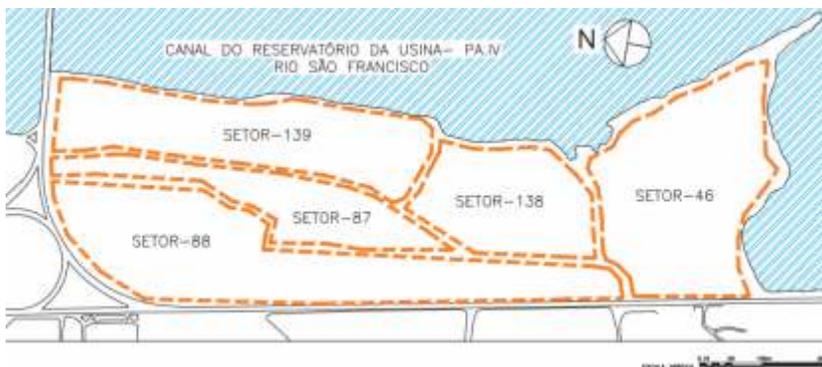
A população do município estimada para 2012 foi de 110.000 habitantes. A taxa de crescimento anual da população é de 1,17%. Mais de 86% da população está concentrada na área urbana. O município com área de 1.574Km² possui uma densidade demográfica de 68,62hab/Km² (IBGE, 2010). O que poderíamos entender como um indicador demográfico dentro da faixa de normalidade, mas que apresenta assimetrias, merecedoras de atenção por parte dos gestores locais, possíveis de serem trabalhadas e ordenadas espacialmente dentro de um município de pequeno porte como o de Paulo Afonso/BA. Apresentam diversidade e complexidades que não podem ser comparadas aquelas enfrentadas pelas grandes metrópoles detentoras de assentamentos subnormais como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife, onde a problemática da favelização é muito comum.

O bairro Prainha é um assentamento irregular e boa parte de sua área esta localizada na margem do lago artificial da usina PA-IV, em zona de proteção ambiental- ZPA (setores censitários 46,138 e 139) conforme figura 03 e o restante que está localizado em Zona Residencial de interesse social- ZR7 (setores censitários

87 e 88) não obedecem às normas de uso e ocupação do solo urbano, definidas no Plano Diretor do município.

Conhecer o tamanho da população local e suas características é tarefa fundamental para obtenção de êxito nas futuras ações públicas de melhoramento destas áreas (MARQUES, TORRES e SILVA, 2003). Em princípio podemos observar que a taxa de crescimento da população do bairro é três vezes maior que a taxa de crescimento do município, principalmente de 2000 a 2010, já que a população do município era de 96.428 em 2000 e a população do bairro era de 1.406 pessoas.

Figura 3: Setores Censitários do Bairro Prainha da Brita, município de Paulo Afonso, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



Fonte: IBGE, 2010.

A população do bairro Prainha da Brita é de 4.511 residentes (tabela 01), com área aproximada de 3,8Km², possui densidade demográfica de 1.179hab/Km² de acordo com os

dados do IBGE (setores censitários), ou seja, dezessete vezes maior que a densidade demográfica do município. A quantidade de domicílios é de 1.437 com média de ocupação de 3,52 pessoas por domicílio conforme tabela 03. Média considerada normal se os domicílios não tivessem dimensionamento subnormal (tamanhos Inferiores a média definida pelo Estatuto das Cidades). Distante de cumprir a função social da propriedade e de promover o bem-estar da população local.

Tabela 1: Distribuição populacional do bairro Prainha da Brita por faixa etária. Fonte: IBGE, 2010.

SETORES CENCITÁRIOS	SEXO	IDADE POPULAÇÃO RESIDENTE				TOTAL
		0-18	19-34	35-59	60-100	
S46	H	171	100	83	18	372
	M	149	123	79	19	370
S87	H	144	91	104	25	364
	M	141	119	101	16	377
S88	H	245	153	160	35	593
	M	237	185	144	20	586
S138	H	178	117	101	21	417
	M	185	136	99	17	437
S139	H	215	135	113	26	489
	M	193	162	117	34	506
TOTAL		1.858	1.321	1.101	231	4.511

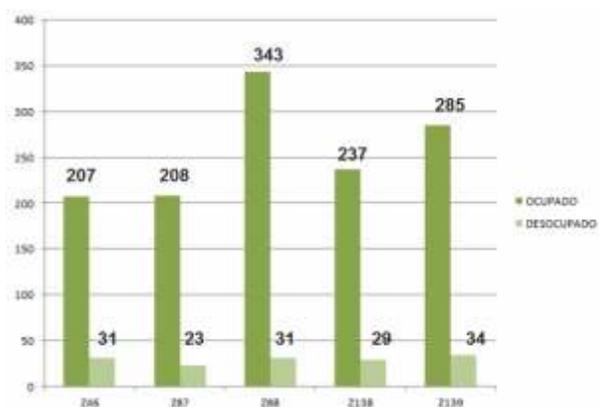
Infere-se da tabela, que a maior parte da população local é de pessoas com idade entre zero e dezoito anos, ou seja, adolescentes moldados pela estrutura local, falta de opções de educação, cultura e esporte, visualizando durante estes primeiros anos a facilidade no consumo de bebidas alcoólicas, entorpecentes e iniciação da atividade sexual precoce. De

acordo com o Núcleo de Informações Sociais-NINSOC, aproximadamente 20% das crianças entre sete e catorze anos não estavam cursando o ensino fundamental em 2010. O grupo dos dezenove aos trinta e quatro anos é o resultado do grupo anterior, adultos que não tiveram oportunidades de educação, com alto nível de desempregados e responsáveis por índices elevados de violência urbana. O que justifica também o número de moradores acima dos sessenta anos, relativamente baixo.

Tabela 2: Domicílios e média de ocupação do bairro Prainha da Brita na área urbana da cidade de Paulo Afonso/BA. Fonte: IBGE, 2010.

SETORES CENCITÁRIOS	DOMICÍLIOS		POPULAÇÃO RESIDENTE		MÉDIA
	OCUPADO	DESOCUPADO	HOMENS	MULHERES	
S46	207	31	372	370	3,58
S87	208	23	364	377	3,56
S88	343	31	593	586	3,44
S138	237	29	417	437	3,60
S139	285	34	489	506	3,49
TOTAL	1.280	148	2.235	2.276	3,52
	1.437		4.511		

Gráfico 1: Gráfico da ocupação dos domicílios do Bairro Prainha. Fonte: IBGE, 2010.



O município de Paulo Afonso-BA possui como tipologia dominante de relevo as depressões periféricas Interplanálticas, integrantes da unidade geomorfológica Pediplano Sertanejo, com cotas altimétricas que variam de 262 a 450m (AZEVEDO, 2008). Com a construção das Usinas Hidrelétricas uma complexa rede de lagos e reservatórios artificiais transformaram a paisagem do município, uma vez que existem dentro da ilha de Paulo Afonso mais de quinze lagos artificiais (LOPES, 2008). Estes lagos se encontram poluídos com esgotos domésticos e suas margens são alvo de assentamentos clandestinos. Destes, podemos citar as margens do bairro Prainha da Brita como exemplo de vulnerabilidade socioambiental promovida pela conformação do espaço físico.

Esta vulnerabilidade se justifica após análise de registros de violência urbana relativos ao bairro Prainha, como violência contra a mulher, homicídios e tráfico de drogas (Tabelas 3 e 4). Os dados relativos ao segundo semestre de 2013 são referentes até o mês de agosto. Destes registros verificamos que de 2011 até 2013 foram registradas 132 ocorrências domésticas contra a mulher, sendo 26 de agressão. No período de 2010 a 2013, tivemos 20 homicídios, 51 roubos e 23 registros de tráfico de entorpecente. O cerne da produção desta vulnerabilidade vincula-se à situação de pobreza, que é responsável pela condução destes sujeitos a marginalidade. Somado a este problema verificamos que o modo comportamental, territórios de circulação, moradia e práticas cotidianas distintas das consideradas “ideais”, como passar o dia nos diversos bares bebendo, jogando e prostituindo-se.

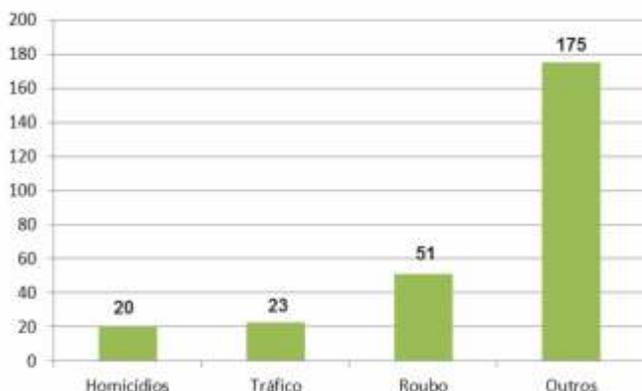
Tabela 3: Ocorrências registradas na Delegacia da Mulher, no bairro Prainha da Brita, área urbana de Paulo Afonso/BA de 2011 a 2013. Fonte: Delegacia da Mulher-DEAM, Paulo Afonso, 2013.

PERÍODO/ OCORRÊNCIAS	2011		2012		2013		TOTAL
	SEMESTRE		SEMESTRE		SEMESTRE		
	1º	2º	1º	2º	1º	2º	
AMEAÇAS	06	08	14	16	12	05	61
AGRESSÕES	03	03	09	06	03	02	26
OUTROS	07	06	08	10	14	00	45
TOTAL	16	17	31	32	29	07	132

Tabela 4: Ocorrências registradas na Polícia Civil do município de Paulo Afonso/BA. Fonte: Secretaria de Segurança Pública, Paulo Afonso, 2013.

PERÍODO/ OCORRÊNCIAS	2010	2011	2012	2013	TOTAL
HOMICÍDIOS	08	04	06	02	20
TRÁFICO	06	05	07	05	23
ROUBO	12	09	21	09	51
OUTROS	26	38	60	51	175
TOTAL	52	56	94	67	269

Gráfico 2: Gráfico das ocorrências do Bairro Prainha, registradas na Polícia Civil no período de 2010 a 2013. Fonte: Secretaria de Segurança Pública, Paulo Afonso, 2013.



Neste contexto é que o poder público, tardiamente, interfere com estratégias de ordenação, caracterizada pela segregação, exclusão e isolamento das classes menos favorecidas. Segundo Coimbra (2001) praticando ações que corroboram com o sentido preconceituoso de que na periferia não há regras, não há leis, não existe infraestrutura, não existe controle, portanto, existe perigo.

Ressalta-se que a prefeitura municipal pavimentou todas as ruas do bairro objeto desse estudo e executa o serviço do recolhimento do lixo urbano três vezes por semana. O curioso é a locação de casas situadas na Zona de Proteção Ambiental - ZPA para seus equipamentos públicos como Posto de Saúde da Família - PSF, para atendimento das demandas da população. Na prática, o Estado legitima o uso e ocupação do solo fora dos parâmetros previstos pelos instrumentos legais, conforme Figuras 4 e 5.

Figura 4: Equipamentos públicos, Posto de Saúde da Família - PSF, instalado em área irregular. Fonte: Barreto Jr., 2013.



Figura 5: Equipamento público, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, instalado em área irregular. Fonte: Barreto Jr., 2013.



Após avaliação de dados do Ministério da Saúde, oriundos do Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB encontramos dados relativos à infraestrutura do município de Paulo Afonso/BA, são indicadores de saneamento, abastecimento de água e coleta de lixo, nos anos de 1998, 2003, 2008 e 2013 (Tabelas 5, 6 e 7).

Tabela 5: Indicadores de Saneamento do Município de Paulo Afonso/BA, (Rede pública, Fossa e Céu Aberto). Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS, Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB, 2013.

PERÍODO/ SISTEMA	2013 %	2008 %	2003 %	1998 %
REDE PÚBLICA	85,5	73,6	65,4	55,8
FOSSA	9,0	11,7	13,3	11,1
CÉU ABERTO	5,4	14,7	21,4	33,1

Tabela 6: Indicadores de abastecimento de água do município de Paulo Afonso/BA, (Rede Pública, Poço e Outros meios). Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS, Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB, 2013.

PERÍODO/ SISTEMA	2013 %	2008 %	2003 %	1998 %
REDE PÚBLICA	90,9	77,6	77,6	77,6
POÇO/NASCENTE	7,0	20,4	23,3	24,2
OUTROS MEIOS	2,1	4,7	6,5	9,3

Neste contexto, encontramos a realidade específica do bairro Prainha muito similar a do município no tocante ao abastecimento de água, mas, divergente quanto o saneamento público. A Empresa Baiana de Saneamento - EMBASA revelou que em seus cadastros existem no bairro Prainha 1.334 ligações de água potável, ou seja, mais de 90% das residências, 1.255 com hidrômetro e 79 sem hidrômetro. Do total dos 1.437 domicílios 103 não possuem ligação de água. A concessionária ainda não executou o projeto de esgotamento sanitário no bairro. Desta forma, parte da população local principalmente os moradores da margem ainda lançam esgoto diretamente no rio e utilizam água deste mesmo rio para consumo.

Os serviços de eletricidade residencial e iluminação pública também já são ofertados pela COELBA, apesar do grande número de ligações clandestinas (gatos). O serviço dos Correios não entra no bairro, por medida de segurança faz a entrega de correspondências em um único ponto de acordo com informação do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS. Já em relação ao lixo urbano a prefeitura realiza coleta regularmente três vezes por semana, o que corrobora com a próxima tabela de Lixo Urbano do Município de Paulo Afonso.

Tabela 7: Indicadores do Lixo Urbano do Município de Paulo Afonso/BA, (Coleta de lixo, Queima e Céu Aberto). Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS, Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB, 2013.

PERÍODO/ SISTEMA	2013 %	2008 %	2003 %	1998 %
COLETA DE LIXO	88,7	79,8	71,5	62,8
QUEIMA	7,3	8,8	12,0	5,0
CÉU ABERTO	4,1	11,4	16,5	32,3

Dentre outras ações públicas municipais propostas para melhoria da qualidade de vida local, que legitimam o uso e ocupação do solo, ao mesmo tempo em que agrega valor aos imóveis e terrenos, pressionando a saída dos antigos moradores e criando condições de acessibilidade a futuros empreendimentos habitacionais de alto padrão, podemos destacar a pavimentação das ruas do bairro Prainha na comparação das imagens de satélite *Google Earth* do ano de 2006 e de 2013 conforme Figuras 6 e 7.

Figura 6: Imagem de satélite do bairro Prainha no ano de 2006. Fonte: Imagem satélite *Google Earth*, 2006.



Figura 7: Imagem de satélite do bairro Prainha no ano de 2013. Fonte: Imagem satélite Google Earth, 2013.



Esta permissividade do Estado está intimamente ligada à força do mercado. Vejamos, zonas de proteção ambiental são habitadas irregularmente. O Estado fecha os olhos deixando o espaço se consolidar, em seguida oferece benfeitorias que agregam valor à área, no entanto conduzem a mudanças nas leis de zoneamento para atender a interesses particulares. Os imóveis sobem de valor e o mercado adquire estes imóveis e vendem legalizados para a alta classe local com apoio incondicional do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Bairro Prainha da Brita pode ser considerado uma “favela”, pelo menos se adotarmos parcialmente as definição do IBGE, para o qual favelas são setores especiais de

aglomerado subnormal constituídos por um mínimo de 51 domicílios ocupando ou tendo ocupado até o período recente terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos em geral, de forma desordenada e densa, carente em sua maioria de serviços públicos essenciais.

Os índices de violência urbana são relevantes e favorecidos pela alta densidade demográfica do bairro, e a maioria moradores de baixo status econômico, espacialmente possui uma conformação inadequada. Inserido em uma sociedade desigual como é o caso da brasileira, nordestina, em particular, da paulafonsina, onde o consumo e a demonstração do poder aquisitivo atuam como elementos de distinção social. Assim, explica-se o fato de grande parcela da população menos abastada esforça-se para acompanhar o padrão de consumo dos outros extratos sociais. Quando não conseguem por vias legais, praticam roubos, furtos e tráfico de entorpecentes para atingir o seus objetivos. A violência doméstica e contra a mulher é outro problema, está ligada também ao consumo de drogas a ao sentimento de insatisfação pessoal de boa parte da comunidade local.

Nota-se, ainda, que o poder público municipal segue, em parte, as diretrizes e princípios da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, quando tenta corrigir as desigualdades, com “regularização fundiária”, urbanização, abastecimento de água e gestão de resíduos sólidos. Mas, ao mesmo tempo executa alterações pontuais equivocadas de zoneamento, usos e ocupação do solo urbano, com alteração de Zonas de Proteção Ambiental na margem do rio para Zonas residenciais,

desrespeitando o próprio Plano Diretor do município como a legislação Federal, para atender aos interesses especulativos do mercado imobiliário, legitimando o uso destas áreas de fragilidade ambiental e interesse social. Dessa forma, no decorrer do tempo, o processo especulatório imobiliário acaba provocando a expulsão da população local, deslocando-as para áreas cada vez mais periféricas, em um ciclo contínuo e histórico no qual a população carente acaba por constituir-se em massa de manobra, verdadeiras “marionetes” ou “boi de piranhas”, que servem como catalizadores de um processo de urbanização que atende ao interesse do desenvolvimento desigual das relações capitalistas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. *et al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO, 2002.

AZEVEDO, Sergio, L. M. “Paulo Afonso, um ponto difusor cultural e sócio-econômico da pequena produção”. In: ALMEIDA, M. S. P; AZEVEDO, S. L. M.(org.). **Espaço Interdisciplinar: Literatura, Meio Ambiente e Relações Sociais.** Recife/PE: Baraúna, 2008.

COIMBRA, C. **Operação Rio: O mito das classes perigosas.** Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói; Intertexto, 2001.

DEAM, Delegacia de Apoio a Mulher, Paulo Afonso, 2013.

DESCHAMPS, M. V. **Vulnerabilidade Socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UFPR, Curitiba/PR, 2004.

FERNANDEZ, F. A. dos S. **O poema imperfeito: crônicas de Biologia, conservação da natureza, e seus heróis**. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2004.

GOMES, Paulo, C. C. **A Condição Urbana: Ensaio de Geopolítica da Cidade**. Bertrand, Rio de Janeiro, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo-2010.

LOPES, J. P.; DANTAS, L. C. F.; CERQUEIRA, E. **Influência da Profundidade dos Lagos do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso/BA e Sua Limitação ao Cultivo de Peixes**. Rev. Bras. Eng^a. Pesca 3(2), jul. 2008.

MARQUES, E.; TORRES, H.; SARAIVA, C. Favelas no Município de São Paulo: Estimativas de população para os anos de 1991, 1996 e 2000. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos**. V.5, n.1, 2003.

MUCELIN, C. A. BELLINI, M. **Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 20 (1): 111-124, jun. 2008.

PAULO AFONSO. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental**, Lei n. 905, de 29 de dezembro de 2000, Paulo Afonso – BA, p.30, 2000.

RIBEIRO, Wagner, C. **Impactos das Mudanças Climáticas em Cidades no Brasil**. Parcerias Estratégicas, v.27, p.297-321, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. Hucitec, São Paulo, 1996.

SILVA, F.M. ALMEIDA, L.Q. Uma Abordagem Sobre a Vulnerabilidade Socioambiental no Ambiente Estuarino: Aspectos Teóricos - Conceituais. **Revista Geonorte**, Manaus, Edição Especial, V.1, n.4, p.102-112, 2012.

SOARES, Luiz Eduardo; BIL, MV; ATHAYDE. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SSP, Secretaria de Segurança Pública, Paulo Afonso, 2013.

TERRADAS, J. **Ecología Urbana**. Barcelona: Rubes Editorial, 2001.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DE ALUNOS E PROFESSORES DO COLÉGIO ESTADUAL POLIVALENTE DE PAULO AFONSO/BA: ACESSÓRIO OU NECESSIDADE?

*Alderisa Leite Lopes*¹

*Eliane Maria de Souza Nogueira*²

INTRODUÇÃO

Por suas origens, e em decorrência das diversas configurações que foi assumindo, a educação ambiental não está adstrita à escola. Aliás, por seu caráter, ela sempre permeou todos os conteúdos escolares, embora fosse mantida à margem das disciplinas tradicionais, daí a razão dessa

¹ Curso de Especialização em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental - UNEB - Campus VIII.

² Docente do curso do mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental - UNEB - Campus VIII, Paulo Afonso/BA.

“educação” ser, no sistema educacional brasileiro, considerada contingencialmente, visto que o esforço nacional para trazê-la ao espaço escolar, que é o espaço para elaboração e construção do conhecimento, foi o da transversalidade dos temas proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, os chamados PCN's. Tal contingencialidade não é à toa, pois o modelo de educação adotado por uma sociedade reproduz os valores por ela cultivados. Marcadamente consumista, a sociedade contemporânea tem com a natureza uma relação fundada na exploração dos seus recursos, tendo como fim único, a obtenção do lucro.

Desse modo, a educação formal dessa sociedade que tem como característica fundante o consumo, se constituirá, também, espaço de fortalecimento dos valores que lhe dão sustentação. Assim, essa educação é racionalista e burocrática e sua tarefa consiste apenas em reproduzir informações ou o conhecimento acumulado historicamente pela humanidade.

Ao mesmo tempo, porém, que a educação da sociedade contemporânea estimula e fortalece valores como consumo, competição e um forte individualismo, dialeticamente, ela também se torna ou pode se tornar espaço privilegiado de formação de uma nova consciência. Uma consciência ecológica a partir da qual uma nova sociedade se funda, baseada no respeito à natureza considerando todas as suas relações e inter-relações. Isto é, ao tempo em que a escola serve como um dos aparelhos de reprodução do sistema, ela também se coloca como o *lócus* no qual a transformação é gestada, ou seja, o

lócus a partir do qual se forma um novo projeto civilizatório para a humanidade.

A educação considerada em sua dimensão humanista tem como princípio condutor o holismo, que concebe o mundo e a vida em suas relações e inter-relações. Nessa perspectiva, a educação é considerada como processo, orientada por valores, atitudes e comportamentos que reconhece a estreita vinculação e a interdependência entre o ser humano, o seu modo de viver e o ambiente no qual está naturalmente inserido e do qual é parte integrante e inseparável. Desse modo, a educação ambiental vai além do cognitivismo genético e determinista, abrangendo em sua amplitude, valores sociais, culturais e humanistas como o respeito, a ética, a solidariedade e o amor a Terra reconhecendo-a como nossa casa e às pessoas com todas as suas diversidades.

Na tentativa de superação do paradigma mecanicista da interpretação do universo que compartimentalizou o conhecimento tornando-o estanque e categorizando-o em disciplinas, em benefício de uma visão holística e ecológica que fundamenta uma nova idéia de desenvolvimento, a interdisciplinaridade proposta pelos PCN's constitui-se a possibilidade de uma nova organização do trabalho pedagógico que permite uma nova forma de assimilação de saberes. Essa ruptura paradigmática ensejaria uma nova lógica relacional que, em vez de considerar categorias isoladas (espaço/tempo/homem) considera-as em sua inteireza harmonicamente.

A escola, como lugar social de formação da cidadania tem um papel preponderante na formação de uma nova consciência, a partir da qual os alunos – cidadãos de um futuro que já está chegando – tenham com esse ambiente uma relação de respeito e de amor, traduzida em comportamentos ecologicamente adequados, que possam superar, ao longo do tempo, a visão exclusivamente depredatória e consumista da natureza.

A superação da visão mecanicista pode se dá a partir do *status* que os temas transversais ganhem no currículo escolar. Esses temas não podem ser reduzidos a atividades ou a uma breve discussão em sala de aula, tornando-se apêndice de uma ou de outra área do conhecimento, ao contrário, eles devem se tornar o eixo em torno do qual o currículo seja organizado, para que possam dar uma nova significação às diversas disciplinas que formam as áreas do conhecimento.

Nessa perspectiva, a escola não será apenas um lugar de transmissão de informações, mas um lugar de formação de cidadania de elaboração do conhecimento, de um conhecimento carregado de sentido e de relevância social e cultural.

Diante desse contexto, esse estudo teve por objetivo investigar qual a concepção e o papel da educação ambiental na escola Polivalente da rede estadual de Paulo Afonso/BA, estabelecendo, como viés dessa análise, o rio São Francisco, como elemento fundamental da cultura ambientalista local, além de Identificar elementos que supõe, por parte de alunos e

professores, relação de pertencimento com o meio ambiente, sentimentos em relação ao rio São Francisco e à importância do mesmo no ecossistema paulafonsino.

1 A ECOPELAGOGIA COMO FERRAMENTA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A capacidade humana de criar necessidades e satisfazê-las utilizando os recursos naturais que, ao contrário do pressuposto, não são infinitos, coloca em risco, e um risco cada vez mais próximo e presente, a própria sobrevivência da espécie humana, vez que esta depende intrinsecamente da conservação do ecossistema do planeta.

Para se vislumbrar a sobrevivência humana na Terra, é imprescindível a adoção de uma nova mentalidade que enseje condutas do uso racional, equilibrado e respeitoso dos recursos ambientais. Essa nova mentalidade, entretanto, só será instaurada a partir de um trabalho sistematizado que tenha como objetivo prioritário a elaboração de uma nova cultura. É nesse contexto que a educação ambiental torna-se elemento sociocultural imprescindível, valorado no grupamento humano, razão porque a escola, pelo papel social que tem, exerce relevância fundamental nesse processo de construção de um novo olhar, de um novo sentir, de uma nova postura.

A educação ambiental não pode, sob risco de contrariar os princípios holísticos que a fundamentam e, por isso, se descaracterizar, ser postulada em uma única “disciplina”

curricular. Como afirma Gallo (1994), a “disciplinarização está na origem e na constituição da ciência”. Ainda assim, a educação ambiental tem de permear todo fazer educativo. Não obstante ser a realidade múltipla e multifacetada, o que explica essa “disciplinarização” do conhecimento, há nuances e diferenças a serem consideradas no momento de análise dos fenômenos sejam eles de cunho natural ou social, o que vai exigir um olhar mais amplo a considerar esse estado de coisas. Isso não significa, porém, que em virtude da transversalidade que lhe é inerente, a educação ambiental possa ser tratada como apêndice a ser utilizado em momentos específicos. Embora, como mais uma vez assinala Gallo (1994) a disciplinarização tenha encontrado “terreno fértil na pedagogia”, já que a escola se organiza, em sua maioria, em um sistema curricular, cuja base é a fragmentação do saber e o fracionamento do tempo escolar, considerado, dessa forma, um componente essencial para garantir que o conteúdo possa ser estudado de maneira controlada e “eficaz”.

A ideia de disciplina não é à toa, pois dizer que a escola é disciplinar, além da significação epistemológica, remete também à ideia de controle e de poder. Não se pode esquecer que disciplina também significa, ordem, rigidez. A disciplina curricular na escola “amarra” o conhecimento, enreda o professor e o aluno em seus limites e lhes mostra de forma determinística até onde ambos podem ou devem ir.

A disciplinarização no âmbito da pedagogia começa a ser questionada por estudiosos que insistem em buscar além das

fronteiras impostas. Ao tentar a comunicação com outras ciências, estabelece-se a interdisciplinaridade como tentativa de transcender limites. O modelo curricular mostra exaurimento, pois é explícita a dificuldade de os alunos estabelecerem interconexões entre uma disciplina e outra. A aprendizagem é compartimentalizada e a produtividade desta também.

A transversalidade proposta pelos PCN'S é uma tentativa de flexibilização do currículo de maneira a contemplar a arrumação das diversas disciplinas que compõem a matriz curricular da escola. Os conteúdos propostos para essa transversalidade são conteúdos presentes no cotidiano, que dizem respeito à formação da pessoa em uma perspectiva cidadã. Assim, é a cidadania “o eixo vertebrador da educação escolar que tem como um dos seus esteios, a transversalidade” (PCN's BRASIL, 1997). Essa educação para a cidadania deve abranger temas de profunda relevância social para os aprendizes, de tal maneira que haja, inclusive, a possibilidade de mudança de rota, se houver necessidade. Os temas propostos têm de ter relevância social e cultural para aqueles a quem se destinam, pois do contrário, não haverá repercussão para a vida dos indivíduos como se pretende.

Não se quer aqui argumentar a ideia – equivocada – de que os conteúdos clássicos arrumados em disciplinas tradicionais como Matemática, Língua Portuguesa História e Geografia não são importantes. Ao contrário, esses conteúdos constituem-se instrumental necessário para que o aluno perceba o mundo das ideias o mundo da ciência, mas eles são

insuficientes para que o aluno torne-se de fato cidadãos plenos e aptos a exercerem sua cidadania.

A transversalidade só ganha sentido maior pela flexibilidade de que é revestida, daí porque, a educação ambiental não pode se tornar uma área curricular, sob pena de se enredar na mesma teia que as disciplinas curriculares e não cumprir os seus objetivos.

A educação ambiental será considerada neste estudo a partir da perspectiva da Ecopedagogia que é um movimento social e político, e tem como objetivo a construção de um mundo cujos alicerces, sejam o desenvolvimento com justiça social centrado nas necessidades humanas com respeito ao meio ambiente. Para que esse objetivo seja alcançado, necessária seria uma educação para a cidadania e para o desenvolvimento sustentável.

Para Gutiérrez; Prado (1999, p. 29) a pedagogia é “o trabalho de promoção da aprendizagem por meio de recursos necessários colocados em jogo no ato educativo”. Dessa forma, pedagogia significa abrir caminhos novos, dinâmicos, inéditos, irrepetíveis, sentidos e espirituais. A pedagogia tradicional que privilegiou a racionalidade e a categorização do conhecimento, se opõe a Ecopedagogia, que se coloca como uma nova forma de olhar e de sentir o fazer educativo.

A educação proposta pela Ecopedagogia apoia-se em outras formas de percepção de conhecimento não menos válidas e produtivas, concebendo aprendizagem como muito mais que compreender e conceitualizar, mas como querer, compartilhar, dar

sentido, interpretar, expressar, viver e recriar. Para que a aprendizagem aconteça, é essencial que as pessoas se coloquem em atitudes de aprendizagem, isto é, sejam receptivas e abertas a novos saberes e conscientes do processo, reflitam e reelaborem informações, conteúdos para, assim, forjarem uma nova cultura, uma nova prática, pois tudo que a pessoa faz é válido na medida em que consegue envolvê-la subjetivamente em sua ação cotidiana. Para que isso ocorra, ou seja, para que os alunos tornem-se receptivos à aprendizagem, é imprescindível que educadores estejam sensibilizados e também se coloquem aberto ao novo. Em uma palavra, a qualidade da educação como explicita Satto (2001, p. 4), “realmente se ancora no processo de educação de professores”.

O desenvolvimento sustentável, segundo Gutiérrez; Prado (1999, p. 24), requer quatro condições básicas: “deve ser economicamente factível, ecologicamente apropriado, socialmente justo e culturalmente equitativo, respeitoso e sem discriminação de gênero”. Não há possibilidade de construção de um novo projeto civilizatório para a humanidade se uma outra ética não for proposta. Há que se construir uma nova cidadania a chamada cidadania planetária, entendida como o diálogo e a relação convergente de todos os seres que formam a unidade cósmica.

A cidadania planetária exige uma outra abordagem pedagógica que não mais se fundará na competição e na acumulação, mas sim na solidariedade e na partilha. A planetariedade tem como ingrediente fundamental a convicção do pertencimento a Terra, não como sujeitos mais importantes,

mas como um dos seres que compõem o universo e necessita ter com esse cosmos uma relação de complementariedade, de inteireza, de plenitude.

A recuperação de uma visão harmônica da natureza supõe uma nova maneira de ver, focalizar e viver nossas relações com o planeta Terra. Essa é chamada consciência planetária, que tem como referência, por sua vez, a cidadania local como força mobilizadora desse movimento. Essa visão – utópica em sua subjetividade depende umbilicalmente de atitudes e comportamentos concretos de homens e mulheres entre si e com os demais seres do universo. Para Boff (1996), “a harmonia ambiental supõe tolerância, respeito, igualdade social cultural, de gênero e aceitação da biodiversidade” Isso significa considerar um único organismo vivo. Daí a urgência da recuperação do equilíbrio natural, pois as consequências da ação humana sobre a natureza que sempre foi de exploração, acarreta o risco de sobrevivência da espécie humana tal é o nível de comprometimento dos elementos essenciais à vida.

A consciência planetária requer, necessariamente, a consciência local. A preocupação imediata do cidadão deve ser levantar as soluções que estão ao seu alcance no seu cotidiano. Não cabe, nessa visão, o ambientalismo superficial cujo interesse é o controle mais eficaz do ambiente natural em benefício do homem. O movimento de ecologia fundamentada na ética reconhece que o equilíbrio ecológico exige uma série de mudanças profundas de percepção do papel que deve desempenhar o ser humano no ecossistema planetário.

Nessa perspectiva, a educação tem um papel relevante e insubstituível na construção de um desenvolvimento com justiça social centrado nas necessidades humanas e não no capital que ao mesmo tempo agrida o ser humano. Se, como diz Freire (1992), a educação não muda sozinha a sociedade e esta tampouco muda sem a educação, não podemos pensar uma sociedade planetária sem que pensemos em pessoas planetárias, que terão por sua vez, características que lhes serão específicas e que certamente destoarão do perfil daqueles que consideram como correta a lógica acumulativa do capital.

A educação ambiental concebida e proposta pela Ecopedagogia considera importantes todos os componentes ambientais inclusive, o reconhecimento do ser humano como elemento desse ambiente. Para ser “ambiental”, a educação deve trabalhar o ambiente em todas as suas dimensões e relações, considerando o homem como um dos elementos do cosmo. A ecopedagogia faz do sujeito o elemento central de um processo educativo cujo “desafio consiste na construção de uma relação com o meio, com os seres vivos, ao mesmo tempo em que denuncia a educação instrumentalizadora e a racionalidade técnica” (MATTOS, 2004). A autora considera que a educação em vez de ser considerada apenas instrumento de informação, “deve ser um meio, um instrumento, formal e não formal, para ajudar os sujeitos sociais e culturais a se constituírem em sujeitos ativos produtores de sua existência.

A educação ambiental deve desenvolver um cidadão consciente do ambiente total, preocupado com os problemas

associados a esse ambiente e que tenha conhecimento, atitudes, motivações, envolvimento e habilidades para trabalhar individual e coletivamente para resolver problemas atuais e prevenir futuros.

Apesar da realidade, um dos maiores desafios da educação ambiental é levar o aluno a repensar a sua relação com o meio, a fim de garantir mudanças de atitudes em prol da melhoria da qualidade de vida. Em relação aos estudantes da cidade de Paulo Afonso, esse desafio consiste em considerar o rio São Francisco como elemento principal dessa análise, considerando sua relevância para o ecossistema local.

Educar para a cidadania vai muito além da transmissão da informação, supõe capacitar, formar o indivíduo para participar ativamente da coletividade. É educá-lo para conhecer e exercer direitos é instrumentalizá-lo para ser construtor da sua história e da história da sua comunidade; é fazê-lo responsável por si e pelos outros solidariamente; é fazê-lo artífice de um mundo mais justo e fraterno para todos.

A educação ambiental, profundamente valorativa por natureza, trabalha a objetividade tendo como base a subjetividade de cada um e da coletividade. Para isso, é preciso mudar a cultura, pois é a cultura a lente através da qual vemos o mundo.

2 A BACIA DO SÃO FRANCISCO E A CIDADE DE PAULO AFONSO

A bacia hidrográfica do São Francisco, por suas mais diversas características atuais e históricas, é indiscutivelmente espaço fundamental do território brasileiro. Depois de nascer

na Serra da Canastra, no Sudoeste de Minas Gerais, o São Francisco percorre 2.7 mil km, cortando cinco estados brasileiros até o mar na divisa dos estados de Alagoas e Sergipe. Nessa trajetória, o São Francisco, que ganha o apelido carinhoso dos ribeirinhos de Velho Chico, oferece imensas e variadas riquezas para as mais diversas formas de uso: suas águas para o abastecimento humano, de animais e projetos de irrigação; seus pescados para complementar a dieta protéica de alguns, ampliar as economias doméstica de outros e saciar a fome de muitos, além de ser a matéria prima para produção de energia através das várias hidrelétricas construídas ao longo do seu curso, destacando-se a região de Paulo Afonso/BA.

Sendo uma das muitas cidades banhadas pelo São Francisco, Paulo Afonso outrora tinha uma de suas quedas d'água mais importantes em torno da qual foram construídas cinco usinas geradoras de energia elétrica pra toda região Nordeste. É uma cidade com uma população de 108.396 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 1.579,723 km² (IBGE, 2015), situada no nordeste da Bahia, semiárido nordestino, lugar onde esse estudo foi realizado.

O rio São Francisco, como elemento fundamental no ecossistema brasileiro e nordestino, é um exemplo de relação utilitarista entre homem e natureza. Mesmo sendo considerado o “Nilo brasileiro”, em função da sua extensão e navegabilidade, a população ribeirinha não se beneficia dos seus recursos, já que a prioridade absoluta é a geração de energia ou o aproveitamento das suas águas para banharem o

agronegócio, que alimenta a lógica produtiva que sustenta o capitalismo em detrimento da agricultura familiar.

Dessa forma, não basta aos alunos das escolas de Paulo Afonso terem informações sobre a importância do São Francisco. É essencial que, além das informações, eles tenham com o rio uma relação de identidade, de pertencimento, de reconhecimento da importância dele não apenas como componente econômico e propulsor do desenvolvimento de uma cidade ou região, mas como elemento viabilizador de vida; mais do que isso, é primordial que sintam o rio como ser vivente com o qual interajam para a manutenção do ecossistema.

2.1 A Escola e o Rio São Francisco

A partir da implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais enquanto proposta pedagógica a ser utilizada pelas escolas do país inteiro, pretendeu-se ampliar a concepção de “disciplina”, e trazer à escola, a possibilidade de interação entre as várias temáticas que, de uma e de outra maneira, se mostram como essenciais no cotidiano pedagógico. Questões como ética, cidadania e meio ambiente começariam a fazer parte da reflexão escolar, não mais apenas em um único espaço, “amarrados” em uma disciplina, mas transdisciplinarmente em qualquer uma delas.

Valendo-se de um questionário aplicado com 100 alunos do ensino fundamental, segundo ciclo e professores dos respectivos anos do ciclo, visando saber a concepção de alunos e professores sobre meio ambiente e educação ambiental, o que

se percebe das respostas às questões, tanto de um como de outro segmento, é um distanciamento profundo do indivíduo em relação ao meio ambiente. É como que se se tratasse de entidades completamente divorciadas. Os alunos não se percebem como sujeitos ou elementos de um ecossistema, eles não se reconhecem como parte desse ambiente e, ainda menos, eles não se sentem responsáveis por esse “ambiente” como revelam as suas respostas às questões propostas.

No que concerne ao conceito de meio ambiente, eis as respostas deles:

lugar onde se vive; paraíso das flores e frutos; é natureza na forma natural; é o ar livre sem fumaça sem poluição; é tudo completamente conservado; é a ciência que estuda as relações entre si mesmo; é o lugar onde a gente habita e vive; é o lugar onde existe animais e vegetais, onde tem vida”; ecossistema onde animais e a gente sobrevive, exemplo: florestas e matas; é o lugar que existe coisas naturais; é o lugar limpo que não é poluído; é a casa dos animais, é seu habitat natural; é onde vivemos e convivemos com outros seres vivos; é tudo aquilo que tem vida; é muita plantação; é o meio de defender os animais e as florestas.

Essas respostas evidenciam claramente o distanciamento do aluno em relação ao meio ambiente. Ao se colocar distante, é como se o “ambiente” lhe fosse algo exterior, ou até algo intangível, ou quando mais próximo, o lugar onde se vive. Há uma tendência também de pressupor meio ambiente como um lugar limpo e agradável, como se meio ambiente fosse apenas um lugar intacto, preservado, como se o lugar sujo e não preservado não fosse meio

ambiente. Ou seja, essa concepção é bastante ingênua e reveladora da abordagem superficial com que esse tema é trabalhado pela escola. Em contrapartida a esses conceitos, há também a noção de meio ambiente enquanto o lugar onde se vive, o que denota uma certa proximidade entre o sujeito que conceitua e o objeto por ele conceituado.

Em relação à educação ambiental, o conceito deles traduz-se como:

é o meio de educar a quem destruiu o meio ambiente; é o meio que estuda a natureza; é estudar a natureza, as cidades e os bairros; é um jeito de ajudar a diminuir a poluição, desmatamento, etc; educação que aborda temas ambientais e ajuda a preservar a natureza; é o que aprendemos sobre meio ambiente; fala sobre as plantas e animais; que nunca podemos destruir algo que servirá para o futuro; salvar o ambiente que está sendo destruído; educação para as pessoas que não sabem como cuidar do meio ambiente.

Tem-se, dessas respostas, a nítida sensação de que a educação ambiental na escola tem como objetivo primordial cuidar do que foi destruído. Quando alguém que “destruiu” tem que ser educado para não fazer mais aquilo, ou seja, a visão que os alunos têm a respeito da educação ambiental é a mesma que, em geral, eles apresentam em relação a outros componentes curriculares: o da informação destituída de qualquer outro componente que estabeleça um vínculo entre ele (sujeito) e o objeto de estudo que no caso é o espaço do qual faz parte e no qual estabelece as mais diversas relações, seu meio. Longe do ideário em que foi pensada, a educação ambiental na escola acabou enredada como uma disciplina na

qual conteúdos são transmitidos e cobrados como quaisquer outros, sem nenhuma preocupação em estabelecer ou reconhecer as relações já existentes entre o aluno e o meio no qual está naturalmente inserido.

Provocados a falar sobre as consequências das agressões ao meio ambiente, destacaram:

Destruição da natureza; extinção dos animais; desmatamento e poluição; destruição das florestas; perda da mata nativa, água potável e dos animais; queimadas; falta de oxigênio e comida; prejuízo à saúde; morte de animais e vegetais; buraco na camada de ozônio, lixo, falta fauna e flora; poluição do ar; erosão; não existe mais árvore ou animais; morte dos peixes, árvores e pássaros.

As respostas a essa provocação revelam a ausência de uma consciência planetária. É como se as consequências das agressões não fossem já muito sentidas. A natureza é ainda considerada aqui como fonte inesgotável de recursos, o que revela a ausência da magnitude dos efeitos das agressões, ou seja, em exemplo prático, uma pessoa queimando lixo uma vez pode pensar que não causa danos àquele ambiente, mas a sucessão de queimadas de lixo doméstico, causará sem dúvida, danos significativos que levem, inclusive, à destruição e o desequilíbrio ambiental.

O estudo continua perguntando: quais os ecossistemas conhecidos do semiárido e quais os ameaçados em nossa região? Eis as respostas: “a selva; a caatinga; plantas e águas; serrado; rio São Francisco; Raso da Catarina; ilha do urubu; belvedere; as matas; as cachoeiras; a prainha; lagos”.

Outros responderam que não conheciam nenhum ecossistema na nossa região, o que mostra claramente o desconhecimento do aluno acerca do seu meio. Quando diz não conhecer algum ecossistema, na verdade, o que o aluno deixa transparecer é a sua ignorância em relação ao significado da palavra. Em última análise, ele revela que este é um tema desconhecido para ele, o que salienta, uma vez mais, a pouca importância que a escola dá à educação ambiental.

No que tange aos ecossistemas ameaçados, eles disseram: “rios e florestas; baleia; a Amazônia; as matas; a natureza e os animais; o semiárido; rio São Francisco com a transposição; povos que matam e brigam; água; fauna; gato do mato; a caatinga”. Depreende-se das respostas dos estudantes, o desconhecimento dos diversos e ricos ecossistemas locais, tais como o Raso da Catarina, elemento mais importante da Caatinga, do rio São Francisco, assim como a citação de ecossistemas estranhos à região do semiárido, como a Amazônia.

O alheamento em relação ao ecossistema, um dos mais importantes do semiárido, caso do rio São Francisco, que é o agente maior do desenvolvimento econômico, social e político de nossa região, é preocupante. A pesquisa realizada com esses estudantes demonstra inequivocamente que não há, por parte destes, nenhuma proximidade que denote relação de pertencimento com esse precioso ecossistema. O rio é considerado apenas tangencialmente e não como um bem de inestimável valor social, econômico, cultural, biológico e, por que não dizer, também, afetivo.

Em relação aos conteúdos, temos como questionamento: quais os conteúdos trabalhados em sala de aula e que disciplina aborda a questão? As respostas foram as seguintes: “desperdício de água, poluição da camada de ozônio, plantas, ecossistema, lixo, seres vivos, natureza, desmatamento, ecologia, cuidado com o meio ambiente, as regiões, poluição ambiental”. Quanto as disciplinas que trabalham esses conteúdos eles disseram: “ciências, geografia, ensino religioso, educação artística, arte e cultura”.

Enquanto agência detentora do saber sistematizado, é a escola a responsável por disseminá-lo socialmente, coisa que no campo da educação ambiental, a inação dela é sentida no nível precário de informação e de consciência dos alunos a respeito dos temas típicos dessa área do conhecimento humano. Não se pode deixar de salientar, porém, que a escola tem um papel preponderante na formação do tipo de pessoa que se quer formar, pois a cidadania aventada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não prescinde da consciência ecológica, ao contrário, a ecologia é um dos seus fundamentos.

Exemplo maior desse alheamente ao qual nos referimos neste estudo, que decorre, em grande parte da descaracterização, da educação ambiental enquanto instrumento didático de discussão e de formação de uma consciência planetária e ecológica foi a recente polêmica da transposição do rio São Francisco. Quando abordada a questão do rio, apenas um único estudante demonstrou ter, a respeito da transposição, informações divulgadas na mídia, sem

nenhum aprofundamento. Esse dado é revelador da indiferença da escola em relação a um tema da maior importância para toda a comunidade.

Em relação à disciplina na qual se situa a questão ambiental, a resposta mais frequente foi aquela mais esperada: ciências. Alguns, entretanto, citaram outras disciplinas, o que poderia induzir a se pensar que a escola trabalha na perspectiva da transdisciplinaridade, como propõem os PCN's. Ocorre que, ao citar Geografia ou Ensino Religioso, por exemplo, o que se depreende é que o aluno liga o tema a um assunto ou mesmo à palavra ou algum sinônimo usado em outra disciplina, longe de se ter uma formação inter ou transdisciplinar.

Quando questionados sobre qual o papel da comunidade escolar em relação ao meio ambiente, foram obtidas inúmeras respostas:

Fazer palestra para os alunos; educando para prevenir a natureza, educar para proteger as floresta, ensinar sobre o meio ambiente, ensinar a preservar o meio ambiente, conversar com o prefeito, proteger o nosso planeta da poluição, limpar a escola, não jogar lixo no meio ambiente, limpar o bairro, proteger as plantas, não poluir o rio, fazer protesto contra as indústrias, as queimadas e a extinção de animais, incentivar os alunos a proteger a natureza, abordar tema sobre a preservação ambiental e a ecologia.

Além da pesquisa feita com os alunos, foi proposto também aos professores da escola, alvo deste estudo, um questionário a partir do qual pode ser inferida a concepção acerca do tema, além do trabalho realizado.

Questionados sobre o que é educação ambiental, os professores responderam:

Ter a consciência de quanto o meio ambiente é importante na vida humana; é uma forma de conscientização para uma melhoria da qualidade de vida; educação do meio onde vivemos como um todo e não apenas no que se refere à natureza; é a educação voltada ao meio ambiente e tudo que diz respeito ao meio ambiente.

Em relação ao conceito sobre meio ambiente, afirmaram: “é o equilíbrio entre homem e a natureza; é o meio em que vivemos juntamente com os seres que ali vivem; é o local adequado para se conviver; é o lugar ou meio onde vivemos”.

No item que fala sobre as consequências da agressão ao meio ambiente afirmaram: “o desequilíbrio ambiental que atinge diretamente os homens; aquecimento global e desmatamento; consequências para a saúde e nosso bem-estar; queimadas; destruição em massa”.

Quanto aos ecossistemas conhecidos, os professores explicitaram:

Caatinga, rio São Francisco, Raso da Catarina. Salienta-se, nesse quesito, que um dos professores afirmou não conhecer nenhum ecossistema; em relação aos ecossistemas ameaçados: “Raso da Catarina, rio São Francisco e o antigo zoológico.

Em relação aos conteúdos: “ecossistema e habitat; alteração do ambiente; práticas agrícolas. Em relação às disciplinas que tratam do assunto responderam: “Ciências e Português”. Quanto ao papel da comunidade escolar: “influenciar na

conscientização para uma melhor qualidade de vida; conservar o meio ambiente; educar todos sobre o meio ambiente”.

É obvio que ao se fazer a análise da importância da escola, faz-se simultaneamente uma análise do papel do professor enquanto elo entre o conhecimento e o aluno. Se a escola não cumpre o seu papel no campo da educação ambiental, é claro que o professor tem, nesse sentido, parcela de responsabilidade. Não se trata aqui de culpabilizar o profissional do magistério por todos os problemas da educação, mas não se pode deixar de reconhecer um certo descaso e um tanto de indiferença com que trata esse tema.

É por essa razão que, de um universo de 20 questionários distribuídos aos professores, apenas cinco foram devolvidos devidamente respondidos, o que enseja várias reflexões. A recusa em responder alegando falta de tempo confirma a indiferença com um assunto de vital importância para a comunidade. Não é difícil supor a razão da superficialidade com que essa temática é tratada. Aliada à falta de interesse dos professores em se atualizarem sobre o tema, a ausência de uma política de capacitação os coloca em patamar aquém da necessidade dos alunos e da sociedade.

Por sua complexidade, a educação ambiental exige profissionais especialmente habilitados que dominem conhecimentos e metodologias específicas para o desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem em contexto socioambientais diferenciados. É essa formação que munirá o professor das condições para as pessoas adquirirem

habilidades e assumirem atitudes intervindo de forma participativa em processo decisório que impliquem alteração da qualidade ambiental.

É fundamental uma reflexão mais abrangente sobre o processo ensino-aprendizagem daquilo que se sabe ser importante, mas que não se consegue compreender a partir de uma lógica racionalista. Vale relevar que a concepção de educação ambiental vai muito além daquela formalizada na escola. A educação ambiental não começa e nem se encerra na escola. Esta é apenas um viés de um processo amplo e aglutinador de necessidades e aspirações de pessoas e de lugares. Vários podem ser os agentes da educação ambiental, tais como: organizações não governamentais, comunidades organizadas em associações ou grupos ambientalistas, cooperativas, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação não pode nem deve ser transformada em única alternativa de solução para as questões nacionais, mas é fundamental lembrar a lição de um dos maiores mestres da educação brasileira, o Professor Paulo Freire que diz “se a educação não muda sozinha a sociedade, esta tampouco muda sem ela”.

Dessa forma, cabe à educação propor uma reorientação curricular para que o currículo incorpore princípios defendidos

pela Ecopedagogia, quais sejam o da concepção preservacionista, do respeito à dignidade humana. Esse currículo deve primar por reconhecer a importância de elementos como a água e, no caso de Paulo Afonso, como cidade banhada pelo São Francisco, reconhecer a importância desse rio para a região e para a vida de todos que nela vivem.

Percebe-se assim, que não basta que um ou outro professor aborde uma ou outra questão ainda que socialmente relevante. Os temas transversais devem ocupar no currículo posição de destaque de maneira que a aprendizagem ocorra de fato e as informações não sejam um fim em si mesmas. Eis a razão pela qual os temas escolhidos para serem trabalhados devem levar em conta a importância coletiva para a comunidade bem como o seu valor cultural. Como está apontado nos PCN's, “a inclusão dos temas indica a necessidade de um trabalho sistemático e contínuo no decorrer de toda a escolaridade, o que possibilitará um tratamento cada vez mais aprofundado das questões eleitas”.

Entende-se que a adoção da transversalidade não dispensa e sequer rompe com o currículo tradicional. O conhecimento acumulado historicamente pela humanidade é e continuará sendo importante como elemento de formação do cidadão. O esforço da educação ambiental deve ser direcionado para a compreensão e a busca de superação das causas estruturais dos problemas ambientais por meio de uma ação coletiva e organizada. Uma proposta de educação ambiental emancipatória comprometida com o exercício da cidadania considera o meio ambiente

ecologicamente equilibrado como direito de todos, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida. Não há neutralidade nesse processo e o compromisso do educador é condição essencial para que todos os pressupostos que fundamentam essa perspectiva passem do discurso à prática.

Concluimos, pois, que a relação do homem com a natureza, marcada pela visão utilitarista segundo a qual esta última, sempre foi considerada fonte de riquezas e exploração, favoreceu “o rompimento do equilíbrio natural” que compromete de modo implacável, a sobrevivência das espécies, inclusive da humana.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Dignita Terrae – Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres**, 2ª ed; São Paulo: Ática: 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GALLO, Sílvio. **Educação e Interdisciplinaridade**. In: Impulso, Vol.07, nº 16, Piracicaba, Ed. Unimep, 1994.

GUTIÉRREZ, FRANCISCO E CRUZ PRADO. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez, 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; <http://www.cidades.ibge.gov.br/>. Acesso: setembro de 2015.

MATTOS, Beatriz; Küster Ângela. **Educação no Contexto do Semi-Árido brasileiro**, Fundação Konrad Adenauer - CE, 2004.

MATTOS, J. **A ambiente e educação – o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Unimep, 2004.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – **Temas Transversais** – Ministério da Educação e do Desporto, DF, 1998.

SATTO, Michele. Formação em Educação Ambiental (in): **Panorama da Educação Ambiental No Ensino Fundamental/SEF** – Brasília: MEC; 2001.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTONOMIA: ESTUDO DE CASO DA ALTERNATIVA RECICLAGEM DE PAULO AFONSO - ARPA, NORDESTE DO BRASIL

Francisco Alves dos Santos¹

Eliane Maria de Souza Nogueira²

Aldo Carvalho da Silva³

Geraldo Jorge Barbosa de Moura⁴

INTRODUÇÃO

O olhar colimado da Ecologia Humana sobre os rumos da economia solidária ambientalmente sustentável produz

¹ Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pelo Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia – PPG EcoH. Para correspondência: frankalsaber@gmail.com.

² Docente da Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia – PPG EcoH.

³ Secretaria de Meio Ambiental – Bahia.

⁴ Lab. de Estudos Herpetológicos e Paleoherpetológicos da Universidade Federal, Rural de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana - UNEB. Programa de Pós-graduação em Ecologia - UFRPE; Programa de Pós-graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza - UFRPE; Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local Sustentável - UPE.

originais saberes que corroboram novos paradigmas para a construção da cidadania. Neste sentido, este trabalho demonstra que é possível, em um complexo universo humano delimitado pela atividade de triagem de resíduos sólidos em ambiente organizado social e tecnicamente em regime de uma economia solidária, melhorar a qualidade de vida de seus protagonistas e familiares, mediante recursos pedagógicos apoiados em pilares da educação tecnológica e política pela democracia e ética, conduzindo-os de maneira indireta a um novo momento em suas vidas, um momento de inclusão e reconhecimento como capazes de decidir sobre o próprio futuro com plena autonomia.

Não se trata apenas de um diagnóstico sobre a forma como viviam e como vivem estas mulheres e estes homens submetidos a uma forte pressão pela degradante atividade de manusear algo que a sociedade já não mais quer: o lixo, mas também demonstra que o ecólogo tem neste campo uma oportunidade de entender e praticar a educação como agente de desenvolvimento das competências humanas no seu aspecto também econômico, potencializando sinergicamente a relação do ser humano com o seu poder produtivo.

Os séculos XIX e XX trouxeram para a humanidade mudanças substancialmente impactantes no ambiente social: ferramentas, máquinas, jornada de trabalho, tipos e formas de organização comunitária e de trabalho são alguns dos muitos elementos que compõem o quadro da civilização destes tempos (MARX, 1996).

A crescente necessidade de consumo em nível planetário, que vai desembocar na sociedade de consumo, principalmente nos países desenvolvidos, provoca uma corrida tecnológica sem precedentes na história da humanidade, culminando na chegada ao século XXI com uma população de 7 bilhões de seres humanos consumidores, sendo uma parcela considerável desta a sobreviver em condições de desigualdade de oportunidades, segundo anunciou o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon em 31 de outubro de 2011. A alta tecnologia associada a uma brutal diferença na distribuição de renda representa um dos pilares impulsionadores da exclusão a que estão submetidos muitos dos trabalhadores, notadamente, nos países em desenvolvimento (Atlas da Exclusão Social, 2004). Ao modus vivendi destes trabalhadores foi imputada uma gama de exigências para as quais se delimita o estar ou não empregado ou ocupado. São termos novos como globalização, internet, qualidade total, padronização, estratégia e muitos outros fazendo parte do cotidiano de qualquer trabalhador representando um novo paradigma da relação capital, trabalho e educação (IZERROUGENE, 2010).

Em um contexto de pós-modernidade, onde se aplica imperativamente o saber produtivo que pressupõe novas bases teóricas e práticas, novas maneiras de organização da produção e novas sociabilidades, onde os ofícios habituais se tornaram ultrapassados, novos critérios como a empregabilidade, multicompetências, adaptabilidade, produtividade, etc, exigem formação das alunas e alunos

trabalhadores, que o ensino tradicional não consegue acompanhar, urge a necessidade da efetivação de meios que diagnostiquem pontualmente o alcance de iniciativas com vistas ao desenvolvimento das competências humanas no ambiente laboral. Segundo fonte do PNAD/ 2009 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) – IBGE: 20,3% da população brasileira são formados por analfabetos funcionais, ou seja, por pessoas cujas competências construídas não se qualificam para responder aos desafios da modernidade. Várias iniciativas de sindicatos e algumas instituições privadas de ensino tentam a recolocação dos trabalhadores “desatualizados” que presentemente estão fora do mercado de trabalho, através de treinamentos para a assimilação das novas tecnologias (CASTIONI, 2002).

Torna-se imprescindível uma adaptação a tais condições assim como à dinâmica das transformações. É preciso identificar e analisar as possibilidades de desenvolvimento das competências humanas no âmbito da sustentabilidade para uma efetiva condução dos atores sociais ao sucesso (LEITE; BARRETO).

A educação cooperativa aplicada em ambiente corporativo e pedagogicamente aplicada com vistas à inclusão pode propiciar a reintrodução do trabalhador em atividades econômicas de maneira competitiva através de capacitações simples como o uso de programas de qualidade, inclusão digital e planejamento estratégico, por exemplo. O mote da necessidade de entender e se fazer entender, pode também,

promover nestas pessoas o interesse muitas vezes perdido no tempo, pela volta à educação formal (ANDRADE, 2006).

Diante de tal realidade, em que ficou demonstrada a forte correlação entre educação e trabalho, e tendo em vista a perspectiva da economia solidária (VIVIAN, 2008), elevamos a seguinte questão: Assim sendo, considerando-se os fundamentos e princípios do espírito da ecologia humana; objetivou-se neste trabalho, conhecer até que ponto o ambiente de economia solidária pode influenciar na volta ou em um novo interesse pela educação formal por parte de mulheres e homens trabalhadores? Existe uma correlação entre este novo momento de desenvolvimento pessoal/coletivo e a autonomia? Como um ambiente de trabalho característico de uma economia solidária influencia na retomada do processo educativo formal bem como na conquista da autonomia? (FREIRE, 2002) a partir da experiência da ARPA (Alternativa Reciclagem de Paulo Afonso), estado da Bahia.

1 EDUCAÇÃO, TRABALHO E CAPITALISMO

Juan J. Tapia (1993) da Escola de Chicago, afirmou que *“a ecologia humana é uma hipótese sobre a convivência, a ética e a condição humana”*. A primeira hipótese do ato ou efeito de conviver interpretada por Leonardo Boff (2006), diz que, *“trata-se de uma vivência vivida sempre com os outros e jamais sem os outros”*. É nessa realidade que se dá o aprendizado fidedigno como *“construção coletiva do saber e da visão de*

mundo, dos valores que orientam a vida e das utopias que mantém aberto o futuro” (BOFF, 2006). Quanto à ética Baruc Spinoza (2009) afirma que é a “*ciência da moral*” e se diferencia da moral social, pois fundamenta o “*bom modo de viver*” pelo pensamento humano, pela razão, enquanto a moral é tradicionalmente balizada na obediência as normas, preconceitos, tradições ou doutrinas, que zelam pela manutenção das hierarquias sociais herdadas.

A ética é estabelecida por uma coletividade com base nos seus valores históricos e culturais (ESPINOSA, 2009). E a “*condição humana*” ou nossa maneira de ser segundo Scheler (2003; 2008), resulta das circunstâncias de que dependem as pessoas para existirem como tal. A condição humana está relacionada a uma crise, marcada quando se percebe a falta de coesão nas percepções de mulher/homem em nossa contemporaneidade, e por conseguinte a diversidade dos discursos e elucubrações sobre o humano (SCHELER, 2003; 2008).

A condição humana é igualmente estudada pela filósofa alemã de Hannah Arendt (2001). Esta autora acredita em uma historicidade da evolução dos contextos das ações e dos discursos como formas predominantes do pensamento esclarecedor do que seja a essência humana. Desde a leitura dos pré-socráticos até a modernidade da questão proletária marxiana, é possível perceber a deterioração e a vulgarização que esses conceitos sofreram no decorrer do tempo e suas implicações para a vida contemporânea cada vez mais alienado e apolítico (ARENDDT, 2001).

A lógica do desenvolvimento da acumulação do capital (taylorismo, fordismo, microeletrônica, qualidade total, entre outras.) acaba por refletir não somente no mundo do trabalho, mas também no campo educacional. Segundo Balogh (2004):

“É preciso perceber as implicações que essas mudanças produzem, verificar as deliberações impostas por este novo padrão que vão interagir com a educação e o tipo de implicação que essas transformações rápidas e desagregadoras provocam no meio ambiente” (BALOGH, 2004, p. 60).

Karl Marx (1982; 1984) que melhor discute a categoria trabalho ao inferir que este ocupa um lugar essencial na própria existência humana, bem como na sociedade. Marx apresenta um duplo conteúdo histórico e ontológico. O sentido ontológico é quando promove a formação do ser social, é parte da natureza humana que não é separada do social, e histórico quando os homens estabelecem relações ao longo dos anos ao se relacionarem. Nesse sentido, em Marx, o trabalho é uma atividade vital que o indivíduo realiza para garantir a sua existência, isso pode ser verificado em qualquer época, em que o homem garante a sobrevivência, realizar a sua existência, a satisfação de suas necessidades através dessa atividade. Cabe salientar que o trabalho é visto aqui enquanto categoria teórica, não em sua forma concreta.

Nesta sociedade globalizada, totalmente capitalista, segundo Marx (1984), o trabalho não é feito por sua vontade. Daí, o homem deixa de se reconhecer enquanto sujeito, mas as propostas que tentam produzir de maneira alternativa, tal

como as da Alternativa Reciclagem de Paulo Afonso - ARPA, que defendem outros valores, dentre elas a proposta de desenvolvimento sustentável, priorizam valores, como solidariedade, cidadania, cooperação, alternativas de sobrevivência com novas formas de produção sem alienação, elevando a autoestima dos sujeitos (BALOGH, 2004, p. 62).

Na leitura que faz o educador Paulo Freire (2003) quanto ao proletariado, o objetivo da educação deveria ser a libertação deste que o autor chama de “oprimido”, que lhe daria meios de transformar a realidade social à sua volta mediante a “conscientização” ou conhecimento crítico do mundo (FREIRE, 2003, p.31). Isso resultaria num processo de autonomia do trabalhador. Este mesmo educador demonstra apreensão quando diz que capacitar tecnicamente é necessário para sair da dependência (FREIRE, 2002, p.56): “A preocupação, por isso mesmo, com a formação técnico-profissional capaz de reorientar a atividade prática dos que foram colocados entre parênteses, teria de multiplicar-se”.

O ser humano pode e deve buscar a sua autonomia e esta busca parte do entendimento de poder, a partir do discernimento ideológico da não aceitação do discurso neoliberal (FREIRE, 2002, p. 142). O discurso cinicamente fatalista neoliberal que proclama ser o desemprego uma desgraça do fim do século. Ou que os sonhos morreram e o que é “válido” hoje é o pragmatismo pedagógico. Nesta linha de raciocínio, o grande educador diz que o ser autônomo sabe que as coisas podem até piorar, mas reconhece que é possível intervir para que possam ser melhoradas. Construído como entes

éticos podem sim intervir no mundo com capacidade de comparar, de ajuizar, de decidir, de romper, de escolher, enfim, capazes de grandes ações. Somente o homem pode mudar uma realidade por ele mesmo criada (FREIRE, 2002 p. 57). Assim, este laboratório da experiência associativa da ARPA concretiza a autonomia freireana como uma realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso (FREIRE, 2003 p. 37).

O termo Autonomia do grego tem o seu significado relacionado com independência, liberdade ou autossuficiência. É um conceito que abrange a liberdade do indivíduo em conduzir livremente a sua vida, fazer suas próprias escolhas, tomar suas as próprias decisões, assim, o conceito de autonomia se confunde com o de liberdade, tendo como base a sua própria razão. Segundo Imanuel Kant (1960) um indivíduo autônomo não é coagido, mas sim estimulado por uma auto exigência. Esta reflexão de Kant implica muita reflexão, sobre a autonomia, pois está ligada intimamente com a dignidade da pessoa humana. O homem racional autônomo adquire um saber sobre os direitos humanos, capaz de se autoguiar por um caminho seguro para pensar criticamente sobre as condições sociais e comunitárias (KANT, 1960).

Neste sentido, pode-se dizer que a educação vista como um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do/ e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho (INEP, 2004).

Franco (2001) se refere às pessoas e ao conjunto que elas potencialmente representam de Capital Social, entendido também como comunidade empoderada pelo saber e pela organização em busca do desenvolvimento que implica sempre mudança social em termos de padrão de organização e do modo de regulação predominantes, e que, portanto, neste sentido, desenvolvimento social é, fundamentalmente, um problema de poder e de política (FRANCO, 2001, p. 479).

De acordo com a LEI Nº 5.764/1971, a união de pessoas objetivando a melhoria de todos, o crescimento de cada um, o alcance de maiores resultados, o aumento e a melhor distribuição de renda, o desenvolvimento da criatividade, a afirmação dos mesmos interesses, caracterizam a ação cooperativa. Uma forma de organização que se pauta em valores éticos, centrada na concepção de cada pessoa como ser livre, soberano e capaz de realizar o desenvolvimento de cada um e da própria comunidade. Neste sentido, o modelo associativista praticado pela ARPA se destaca como meio para implementar empreendimentos solidários em parceria com o Poder Público, capaz de conciliar a finalidade social com a autogestão (GOMES, 2011).

Este modelo, conforme destaca Perius (1997), é uma forma de organização social e econômica que possibilita benefícios a todos. Tem sido adotada principalmente para congregar recicladores de lixo, mas historicamente se consolidou na produção rural, no consumo e na prestação de serviços, proporcionando o crescimento do ser humano, a prosperidade

das famílias e das comunidades onde se desenvolvem. O sucesso das gestões cooperativas, em sua maioria, está ligado a uma boa gestão e ao exercício efetivo dos princípios do cooperativismo, com destaque para a participação dos associados e transparência da administração (PERIUS, 1997, P. 33).

2 PLANO AMOSTRAL

As tarefas executadas para a consecução deste trabalho obedeceram a um padrão técnico e científico como suporte para a qualificação dos resultados. Os trabalhos de campo bem como as análises dos dados foram insistentemente colocados em discussão, diálogo com os autores, para que não pairassem dúvidas sobre a sua veracidade e exatidão, buscou-se a explicação qualitativa como modo de entender a realidade, os elementos casuais e suas consequências segundo preconizado por Minayo (1981).

O Plano Amostral se limitou ao universo do agrupamento humano da Unidade de Triagem e Compostagem de Lixo do Município de Paulo Afonso, administrada por uma entidade de caráter cooperativo – ARPA, onde homens e mulheres executam atividades de triagem de resíduos urbanos da cidade, cujo critério numérico da amostra segundo Minayo (1999, p. 43) não configura a essencialidade de uma pesquisa qualitativa e sim o caráter significativo de vinculação entre os indivíduos sociais para o problema a ser resolvido. Na Arpa esse critério é perfeitamente atendido na medida em que todos os seus

componentes, sem exceção, estão sujeitos às mesmas condições socioambientais registradas nos seus apontamentos formais. Foram estudados os documentos institucionais de fundação: ata e estatuto social da Associação; o livro de atas da diretoria executiva, o livro de atas do conselho fiscal e o livro caixa que versa sobre a movimentação financeira da instituição, consideramos ainda a folha de rateio onde constam os valores socializados entre os integrantes da instituição, a folha de verificação diária da produção e o balanço patrimonial.

Para efeito das análises considerou-se a média histórica, desde a fundação da Associação em 1999, quarenta pessoas compondo o quadro efetivo, sendo: 29 (vinte e nove) executando atividades de produção como a triagem, serviços gerais de limpeza, transporte, prensagem e estocagem; seis associados realizam os trabalhos de produção de mudas, jardinagem interna, hortaliças e manejo da compostagem; dois realizam a operação de máquinas e logística interna, um associado mantenedor; e a informante entrevistada que foi a presidenta atual da ARPA, tendo esta atuado ativamente na implantação das políticas de capacitação organização coletiva e também responsável pela gerência comercial que também cuida da parte documental-financeira da entidade. A amostra documental contemplou a totalidade dos componentes do grupo enquanto coeso na forma associativa, o que reforça a representatividade da amostra. No caso deste trabalho a amostra é a própria totalidade (MARTINS, 1994).

A escolha das variáveis para efeito deste estudo obedeceu à classificação por nível de mensuração na subclassificação ordinal e finita, em que os elementos podem ser rotulados e hierarquizados ou ordenados segundo critério da função social cooperativa, conforme Martins (1994), ou seja, número de associados e sua participação como profissional no grupo (competência específica) constante das fontes documentais do arquivo da entidade.

Na técnica de investigação foi feita a entrevista não estruturada com a Presidenta da entidade com fins de questionar ou esclarecer os dados documentais, o que possibilitou obter informações a respeito do objeto de estudo, mediante um procedimento metodológico aberto, onde a informante teve a liberdade de abordar o tema exposto pelo entrevistador conforme método de Minayo (1994 p.58). As abordagens foram efetivadas através de visitas in loco em reunião com a direção executiva, nas quais o pesquisador expôs as razões e a justificação da pesquisa em formalidade apresentada ao conselho de ética da UNEB. A presidenta da ARPA aprovou a iniciativa e se disponibilizou para a inquirição, no entanto colocou uma condição que foi a não divulgação da identidade dos associados e dados relacionados ao fórum íntimo das pessoas do grupo, condição que foi acatada sem problemas. As questões foram levantadas por demanda do tema da pesquisa a partir dos segmentos sociais, econômicos e educacionais, conforme Marconi e Lakatos (2002, p.98). Os dados escolhidos para

análise compõem o quadro geral de coleta e foram selecionados em função da sua representatividade ou relevância frente ao tema economia solidária e autonomia.

Para entender como a ARPA se preparou para alcançar suas metas foram investigadas quais os caminhos e métodos que a Associação utilizou. Procurou-se por metas estratégicas; capacitações para a equipe de liderança; capacitações em associativismo e cooperativismo; treinamento em gestão industrial; segurança no trabalho; liderança; qualidade; planejamento estratégico e a sistemática de avaliações dos resultados.

3 CONCEPÇÃO E CARACTERIZAÇÃO SOCIETÁRIA DA ARPA

O entendimento da dinâmica processual e de todo o arcabouço ideológico, cultural e social da ARPA, visto sob a ótica dialética marxiana, não poderá ser entendido sem a devida incursão por um fragmento da sua história. É preciso que o trabalho organizado como forma de realização humana e de articulação de atores seja personificado coletivamente e transformado em testemunho para que o futuro possa reafirmá-lo, modificá-lo ou negá-lo (MARX, 1978).

As organizações, tal como está constituída a ARPA, *“caracterizam-se por premissas estruturais, que não são casuais ou estabelecidas pela tradição, mas planejadas intencionalmente a fim de intensificar a realização de objetivos específicos”* (ETZIONI, 1974, p. 9). A ARPA nasceu a partir de uma

necessidade objetiva de viabilizar o funcionamento de uma estrutura industrial concebida pela municipalidade para reciclagem do lixo produzido na cidade de Paulo Afonso. Segundo declarações à época do Prefeito *“a estrutura pública estava inviável para operacionalização municipal e possivelmente findaria inoperante e sucateada”* (Prefeito Paulo de Deus, Com. Pess.). A margem das contas públicas, os trabalhadores catadores de lixo, contratados estavam em vias de perderem sua fonte de renda, e agora sem que houvesse o antigo lixão donde tiravam o sustendo de suas famílias, resultariam em desempregados e sem rumo.

A institucionalização da organização associativa por si só não é fator determinante de sobrevivência, a ARPA precisou se instituir, desde a sua origem, tendo clara a missão ambiental sem se desvincular de se prestar, de forma consciente, para garantir a renda dos seus trabalhadores. De acordo com Moretti (2005) *“o trabalho é vital para o ser humano, torná-lo mais participativo, utilizando potencialidades e talentos, dar-lhes condições de trabalho adequadas, resultará no aumento da saúde mental e física dos trabalhadores”* (MORETTI, 2005).

Conforme o Estatuto Social da ARPA (1999), a Associação foi fundada em 10 de setembro de 1999, a equipe ARPA assumiu a gestão do processamento de todo o resíduo sólido da cidade através de um contrato de Cooperação Técnica com a Prefeitura de Paulo Afonso. Conforme registros da folha de verificação diária da produção da ARPA, cujos dados são atualizados diariamente, observou-se que historicamente a

coleta de lixo em Paulo Afonso tem mantido com eficiência acima de 95% na área urbana, mas até a implantação da Usina de Triagem e Compostagem de Paulo Afonso - UTC, a cidade destinava todo o seu resíduo ao grande lixão, uma área de aproximadamente oito hectares com disposição a céu aberto e sem qualquer controle de impacto ambiental e do aspecto higiênico-social das pessoas que viviam como catadores no local, e ainda mantinha mais de uma dezenas de pequenos lixões em diversos cantos da área urbana da cidade, nos bairros Centenário, Fazenda Chesf, Jardim Bahia, Siriema, BTN 1, BTN 3, Benone Resende, Vila Nobre, Clériston Andrade, entre outros.

Para obter resultados positivos e duradouros frente aos requisitos ambientais e econômicos, foi instituída uma equipe multidisciplinar de profissionais autônomos, que teve a iniciativa de orientar a formação de uma nova gestão corporativa. Segundo Vicente (2006, p. 35) foi constatado que o empreendimento se configurava em um conjunto de oportunidades, mas, a primeira impressão era a de que se tratava de um desafio de grande complexidade e com pequenas chances de se obter sucesso. Os Associados da ARPA em seu empreendimento não se distanciavam da fórmula comum de Paul Singer (2000), o qual afirma que “os praticantes da economia solidária foram abrindo caminhos pelo único método disponível no laboratório da história: o de tentativas e erros”.

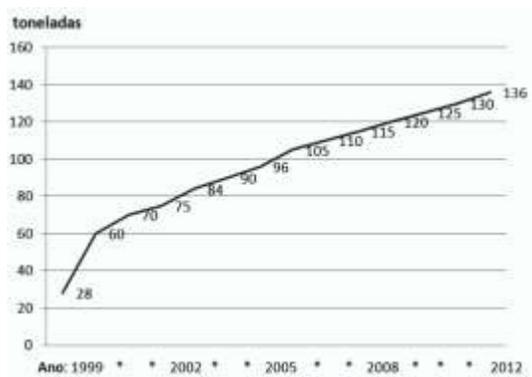
Atualmente a ARPA trabalha em uma condição administrativo-financeira que lhe garante a sobrevivência no

mercado com uma política austera, rígido controle sobre as contas e baseada em passivo zero junto aos fornecedores. No primeiro momento, conforme diz Santos (2002), “verificou-se que a quantidade média de lixo no município de Paulo Afonso é de 810g por habitantes ao dia”. O perfil do “lixo reciclável compreendia 5%, o não reciclável 65% e o orgânico 30% do total”. As vendas de materiais para a indústria de reciclagem são responsáveis por 35% da receita da instituição enquanto 65% são provenientes de Contrato de Cooperação Técnica entre a ARPA e o município de Paulo Afonso para operação e manutenção do parque industrial e destinação do resíduo (SILVA, 2005). Segundo Redação Notícias do Sertão (2011), o sucesso desta gestão pode ser evidenciado pelo fato da sua sobrevivência nos dias de hoje, com treze anos de existência, tendo como parâmetro que outros dezoito complexos dessa natureza com experiências semelhantes instaladas no Nordeste brasileiro resultaram em fracasso total e fechamento.

Conseqüentemente, com o aumento da produtividade resultante de uma melhor qualificação técnica, a ARPA passou a processar na atualidade uma quantidade seis vezes maior que a original (Gráfico 1), levando o poder público à uma política de manejo centralizada do lixo e eliminando os pontos de concentração de rejeitos dispersos em vários locais da cidade (pequenos lixões). Também como consequência de uma melhor gestão e construção de preços, mais recursos passaram a ser destinados às manutenções preventivas e corretivas, além de melhorias na estrutura física de prédios e instalações

da usina. A curva também revela, sobretudo o índice de crescimento da geração de lixo no município de Paulo Afonso, o que deve servir para embasar as estratégias da gestão futura.

Gráfico 1: Quantidade média de Lixo processado diariamente em cada ano na ARPA, município de Paulo Afonso, Nordeste do Brasil, entre os anos de 1999 e 2012.



A ARPA instituiu a gestão do novo, e neste sentido Milton Santos (2000), afirma que na história, esse novo, dá-se, frequentemente, de modo quase imperceptível, cujas sementes lutam pela sobrevivência quando ainda o velho é “*quantitativamente dominante*”. É justamente este o motivo que faz a “*qualidade do novo*” passar despercebida. Mas, “*o mundo se instala nos lugares, e as dialéticas da vida nos lugares ficam mais enriquecidas*” disse Santos (2000), induzindo a origem de um “*caldo de cultura*” imprescindível para a fundamentação de novas políticas públicas (SANTOS, 2000).

A cooperação no modelo de desenvolvimento das forças produtivas observadas na ARPA, por si só, não fomenta a

“universalização e igualdade entre os homens” (AUED, 2000). O capital social, ao apropriar-se do processo produtivo, estabelece sua posse da produção e da riqueza e a partir da sua dinâmica social, infere sobre existência das pessoas. A cada incremento da produção de riqueza, a técnica social permite um prodigioso salto qualitativo em amplo sentido das operacionalizações e inter-relações societárias da Associação. Todavia, “a procura do novo na Economia Solidária” segundo Aued (2000) funciona também como a superação da ordem burguesa, e neste sentido, tomado o caso da ARPA como laboratório, desponta um instigante desafio a ser mais bem entendido pelos sociólogos e economistas.

Mas como um grupo humano com diferentes tipos de dificuldades que apresentam desde falta da capacidade de leitura (analfabetismo), passando pela dificuldade de entendimento sobre simples questões operacionais pode ser conduzido até a compreensão do novo momento pelo qual todo o grupo teria que passar daquele dia em diante? Conforme consta dos registros das Atas de Reuniões da Diretoria Executiva e Atas das Assembleias Gerais no período de janeiro a julho do ano 2000, verificou-se que para o cumprimento das metas estratégicas foram aplicadas rápidas capacitações para a equipe de liderança dentre elas Noções de Associativismo e Cooperativismo, Princípios de Gestão Industrial e Segurança no Trabalho no qual o grupo se situou no aspecto das necessidades e carências de formação. O segundo momento de capacitação contemplou itens da pedagogia empresarial

como liderança, qualidade total, planejamento estratégico e gestão, em regime permanente, ocorrem em reuniões semanais que são utilizadas para avaliações sistemáticas do passado e eventuais correções de rumo. A ARPA desenvolveu também uma política de capacitação externa a exemplo de viagens nas quais os Associados podem conhecer outros ambientes com manejo do lixo ou do seu processamento pós triagem. Somou-se a isso a implantação da biblioteca e da sala de inclusão digital que foram conquistas do ambiente gerado pelas novas necessidades de aprendizagem, e a educação formal veio em decorrência desse motor.

O primeiro indicador da autonomia da Associação enquanto instituição aparece no modo como esta registra formalmente os acordos coletivos. Conforme está escrito em sua Ata de fundação (ARPA, 1999b), a ARPA já nasceu com um espírito societário que dificulta ou exclui a possibilidade de uma gestão administrativa se tornar hegemônica no sentido de exercer um papel de patronato. O Estatuto Social da organização (ARPA, 1999a) proíbe tal estágio com diversos dispositivos legais que são postos em prática: através do controle de um conselho fiscal com reuniões periódicas e extraordinárias para acompanhar toda a movimentação financeira e de recursos patrimoniais; pela publicação imediata de todas as resoluções da diretoria executiva em cujas reuniões é facultativa a participação de qualquer sócio com direito a voz; pela fiscalização de qualquer Associado interessado em acessar documentos institucionais; pela realização mensal de

assembleias ordinárias e extraordinárias conforme as demandas societárias e cujas Resoluções são soberanas diante de quaisquer outras da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal ou da mesma Assembleia em datas anteriores; pela obrigatoriedade do rodízio entre as pessoas componentes dos conselhos sempre eleitos em assembleia geral; e ainda pela limitação expressa do exercício da presidência com curto mandato de dois anos complementado pelo fato de não poder ser exercido pela mesma pessoa por mais de uma reeleição totalizando o máximo de quatro anos. Durante os treze anos de existência da ARPA foi grande a rotatividade da função administrativa, por exemplo, o cargo de presidente da Associação já foi ocupado por seis associados distintos e mais da metade dos associados já passaram pela experiência de lotar os conselhos administrativo e fiscal.

O segundo indicador da autonomia da Associação emerge do fato em que os associados da ARPA, tem total controle sobre o processo produtivo, desde o fluxo de entrada e saída de caminhões com as matérias primas a serem processadas na unidade industrial, passando pela metodologia da triagem, armazenamento, e logística de entrega aos clientes que compram os materiais recicláveis em diversas localidades do país. Todo o processo é fixado por resoluções administrativas que vão sendo adaptadas com boa flexibilidade ao longo da sua própria história, este aprendizado resulta em experiência associativa e vantagem competitiva para lidar com os movimentos do mercado de recicláveis que

acabam pondo fim a diversas experiências mal sucedidas conforme noticiada pela Redação Notícias do Sertão (2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O universo destes seres humanos aqui retratado tem na sua essência a verdadeira busca pela autonomia. É fato que um estruturado e bem concebido modelo pedagógico, adequado às necessidades sociais e profissionais de um agrupamento humano organizado pode ser bem sucedido, o caso da ARPA ainda está longe do que se pode chamar de ideal, hoje com a maturidade e os erros durante o processo que já duram treze anos é possível olhar para trás e dizer que muito mais poderia ter sido feito, todavia, a prática econômica solidária desempenhou o papel preponderante como motor do seu desenvolvimento.

Deste modo, guardadas as devidas proporções e as necessárias adequações a cada tipo de agrupamento humano com suas especificidades, ficou bem demonstrado o quanto a educação em ambiente corporativo representa a chance de formação de um ser autônomo e capaz de decidir sobre o seu futuro.

A principal evidência do sucesso da ARPA, única sobrevivente do modelo instituído pelos diversos governos municipais no Nordeste brasileiro, que insurgiu forças sustentadoras de uma atividade socioeconômica, e que abraçou a sua missão centrada na causa ambiental da destinação mais

adequada dos resíduos sólidos da sociedade pauloafonsina, seguramente emergiu da concepção de sua equipe multidisciplinar, este fato flagrantemente violou a cultura política de formação das cooperativas e de associações que congregam trabalhadores de uma atividade comum ou pessoas com uma causa comum. O corpo solidário da ARPA mais se assemelha a um ambiente empresarial com suas diversas atividades complementares que se somam produzindo um resultado diferente do esforço das partes, sendo que, neste caso tem em comum o destinação econômico possível para os diversos materiais descartados pela sociedade pauloafonsina.

Evidenciou-se, sobretudo, que uma pedagogia voltada para ambientes sociais similares ao tratado neste trabalho pode transformar positivamente um agrupamento humano no sentido de lhes prover sustento e autonomia. O exemplo da ARPA pode ser objeto de atenção por parte da comunidade acadêmica e profissionais da área pedagógica, da sociologia e da ecologia humana. Além disso, há neste contexto a satisfação pela transformação de homens e mulheres que a partir de uma intervenção ética e empoderadora passam a buscar o exercício da plena cidadania.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sonia Cruz-Riascos de. **Processo de inclusão digital em rede empresarial do segmento de suprimentos industriais:**

utilização de tecnologias de informação e comunicação. Ci. Inf., Brasília, v. 35, n. 1, p. 7-15, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n1/v35n1a01.pdf>.

ARPA. **Estatuto Social da Alternativa Reciclagem de Paulo Afonso.** 1999a. 15f.

_____. **Ata da Assembleia Geral de Constituição da Alternativa Reciclagem de Paulo Afonso,** 1999b. 3f.

AUED, Idaletto Malvezzi. **Capital e emancipação humana: o ser social.** In: AUED, Bernardete Wrublevski. (org.). Educação para o (des)emprego. Petrópolis: Vozes, 1999.

ATLAS da Exclusão Social: **A Exclusão no Mundo,** volume 4, São Paulo: Cortez, 2004.

BALOGH, Ieda. **Educação, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: Buscando uma alternativa em um município baiano.** Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação e Educação na Contemporaneidade. UNEB, Salvador, 2004.

BOFF, Leonardo. **Virtudes para outro mundo possível II: convivência, respeito e tolerância.** Petrópolis: Vozes, 2006.

_____, Leonardo. **Nova cosmologia e libertação.** 2012. Disponível em: <<http://www.daquinarede.com.br/>>. Acesso em 09 mai. 2012.

CASTIONI, Remi. **Da qualificação à competência: dos fundamentos aos usos – o PLANFOR como dissimulador de novos “conceitos” em educação.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Faculdade de Educação. Programa de pós-graduação em educação.

Campinas, 2002. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/quem-e-quem/docentes/r/remi/publicacoes/minha-tese/Remi.pdf>.

ETZIONI, A. **Organizações Modernas**. São Paulo: Pioneira, 1974.

FRANCO, Augusto de. **Além da renda, a pobreza brasileira como insuficiência de desenvolvimento**. 2 ed. Brasília: Millennium, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 36ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Victor Civita, 1984.

GOMES, Ana Paula de Oliveira. **Uma Nova Forma de Organização Econômica e Social**. Revista Controle – Vol. IX – Nº 1 – Jan/Jun 2011. Disponível em: <http://www.tce.ce.gov.br/revistacontrole/Controle_2011_1/06_Ana_Paula.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2012.

HANNAH, Arendt. **A Condição Humana**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

IZERROUGENE, Bouzid. **A relação capital-trabalho na economia do conhecimento**. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 4 (120), outubro-dezembro/2010. Edição eletrônica disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n4/v30n4a08.pdf>.

KANT, Immanuel. **Fundamentação metafísica dos costumes**. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1960.

LEITE, Eliane & BARRETO, Maria Isabel. **Competências humanas para a sustentabilidade**. Edição Digital do Correio Baziliense de 25 de junho de 2012. Disponível em: <http://www2.correiobrasiliense.com.br/sersustentavel/?p=4482>

MARX, K. e ENGELS, F. Feuerbach. **A ideologia alemã**. Lisboa/Edições Avante! e Moscovo/Edições Progresso, 1982.

_____, Karl e ENGELS F. Feuerbach. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Global Editora, 1984.

_____, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. Livro primeiro. O processo de produção do capital. Coleção Os Economistas. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, 1996. Livro digital disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-2.pdf.

_____, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Trad. José Carlos Bruni. Abril Cultural, 1978.

MORETTI, Silvinha. **Qualidade de vida no trabalho x auto-realização humana**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação. 2005. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev03-12.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

PERIUS, Vergílio. **Cooperativas de Trabalho Manual de Organização**. 1ª ed. São Leopoldo – RS: Editora Unisinos, 1997.

Redação Notícias do Sertão. **Usina de Reciclagem de Lixo em Paulo Afonso: Um Olhar Especial**. Ed. 14 mai. 2011 (Postado às

22:48h). Disponível em: <<http://www.noticiasdosertao.com.br>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Simone Ribeiro dos (org). **Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos no Campus VIII da Universidade do Estado da Bahia, Paulo Afonso, Bahia, Brasil**. 54a Reunião Anual da SBPC – Goiânia, GO - Julho/2002. Disponível em: <<http://pintassilgo2.ipen.br/biblioteca/cd/sbpc/2002/pdf/1221-C51.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2012.

SCHELER, Max Ferdinand. **A Posição do Homem no Cosmos**. Rio de Janeiro/RJ: Forense Universitária, 2003.

SCHELER, Max Ferdinand. **A Situação do Homem no Cosmos**. Lisboa, Portugal: Edições Texto & Grafia, 2008.

SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de. (orgs.). **A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.

SPINOZA, Baruch. **Ética** - Livro V. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

TAPIA, Juan J. **O Prazer de Ser: a essência da Ecologia Humana**. São Paulo: Editora Gente, 1993.

VICENTE, P. N. A. **Alternativa Reciclagem de Paulo Afonso – ARPA: Locus Sustentável de Disposição Final dos Resíduos**

Sólidos Urbanos: Paulo Afonso, 2006. Originalmente apresentado como Trabalho Monográfico para obtenção de graduação em Licenciatura Plena em Ciências - Biologia, Universidade Estadual da Bahia.

VIVIAN, Danise. **Mediações Pedagógicas: entre a educação de jovens e adultos e o trabalho.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14742/000660583.pdf?sequence=1>

A obra está dividida em três partes: o primeiro trabalho apresenta alguns contributos de autores, clássicos da Geografia, para o pensamento geográfico da ecologia humana moderna e é seguido de uma discussão que reflete as incongruências da gestão de recursos ambientais da petrolífera brasileira, Petrobras. O último texto desse capítulo mostra os processos fenomenológicos da percepção ambiental na construção do conceito de "região humana". O segundo capítulo traz uma vertente da crítica literária, a Ecocrítica. Os textos discutem como obras literárias são potencialmente "exploráveis" do ponto de vista ambiental, fazendo emergir a relação sociedade-natureza, presentificada pelas relações culturais-ambientais sob a ótica literária. O último capítulo revela a historiografia da região das hidrelétricas de Paulo Afonso - BA, os conflitos socioambientais dos subespaços urbanos, tanto do ponto de vista de sua morfologia e funcionalidade, quanto das percepções dos moradores da cidade. O último texto trata da questão da educação ambiental e se direciona para a compreensão e busca de superação das causas estruturais dos problemas ambientais. Assim, embora saibamos não ser um todo acabado, esperamos contribuir para novas perspectivas das áreas aqui abordadas e desejamos uma boa leitura.

Alderisa Leite Lopes
Aldo Carvalho da Silva
Carlos Moraes Jatobá Barreto Junior
Eliane Maria de Souza Nogueira
Francisco Alves dos Santos
Geraldo Jorge Barbosa de Moura
Joranaide Alves Ramos
Maria do Socorro da Silva
Maria do Socorro Pereira de Almeida
Maria Lúcia Teixeira Santos
Marival Mattos
Nilson Cortez Crócia de Barros
Rosilene Dias Montenegro
Sérgio Luiz Malta de Azevedo
Wellington Neves Vieira